

Prof. Dr. Antonio Delorenço Neto
R. G. 1.183,532

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

ANAIIS

do

I Congresso Brasileiro de Sociologia

REALIZADO SOB O PATROCÍNIO DA COMISSÃO
DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

(21-27 de junho de 1954)

SÃO PAULO
1955

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Sede: Rua Maria Antonia, 294/310 - 3.º andar — Caixa Postal, 8105
— Telefone, 36-2132 — S. PAULO.

Secretaria: Rua General Jardim, 522 — Tel. 32-7974 — S. PAULO

DIRETORIA

Presidente *Fernando de Azevedo*
Vice-Presidente *Mário Wagner Vieira da Cunha*
1.º Secretário . *Antônio Rubbo Müller*
2.º Secretário . *Vicente Unzer de Almeida*
Tesoureiro *José Querino Ribeiro*

CONSELHO FISCAL

Antônio Cândido de Mello e Souza
Egon Schaden
Herbert Baldus
Oracy Nogueira
Otávio da Costa Eduardo

* * *

Comissão de Redação dos Anais do
I Congresso Brasileiro de Sociologia

Antônio Cândido de Mello e Souza
Florestan Fernandes
Oracy Nogueira

ÍNDICE

I — PREFACIO	7
II — ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES DO CONGRESSO	11
1. Lista de Congressistas	14
2. Direção do Congresso	16
3. Regimento Interno	17
4. Registro sumário das sessões	25
5. Moções e resoluções	28
III — DISCURSOS	31
1. Discurso do Gov. Lucas Nogueira Garcez	33
2. Discurso inaugural do prof. Fernando de Azevedo	37
3. Discurso de encerramento do prof. Fernando de	53
Azevedo	
IV — COMUNICAÇÕES	73
1. OLAVO BAPTISTA FILHO: O sistema estatístico na-	
cional: sua utilização como fonte de dados so-	
ciológicos	77
2. ROGER BASTIDE: Les problèmes de la recherche	
sociologique au Brésil	81
3. HENRIQUE STODIECK: Problemas de planificação	
através do Direto	85
4. FLORESTAN FERNANDES: O ensino da Sociologia na	
escola secundária brasileira	89
5. ORACY NOGUEIRA: Duas experiências no ensino da	
Sociologia	107
6. ANTÔNIO CÂNDIDO: O papel do estudo sociológico	
da escola na sociologia educacional	117
7. PINTO FERREIRA: A Dinâmica social e a lei do	
progresso	131
8. MÁRIO LINS: A integração da teoria e pesquisa	
na Sociologia	147

Prof. Dr. Antonio Delorenzo Neto
R. G. 1.183,532

PREFÁCIO

Encarregados pela Comissão Organizadora e pela Direção do I Congresso Brasileiro de Sociologia de promover a publicação dos Anais, vimos agora apresentá-los aos Congressistas, membros da Sociedade Brasileira de Sociologia e interessados em geral.

A reprodução dos debates constituiu a principal questão a resolvermos. Por gentileza do Departamento Cultural da Universidade de São Paulo, através do seu Diretor Prof. Dr. Antônio Soares de Amorá, foram eles registrados em fio gravador por técnico especializado, visto como tencionavam os organizadores reproduzi-los na integra. No entanto, às vezes os congressistas fizeram uso da palavra sem buscar o microfone; ou falaram de modo a dificultar a clareza da transcrição; ou, ainda, defeitos técnicos cortaram palavras e mesmo trechos das intervenções. Além disso, a exposição oral tende à repetição, à auto-retificação, ao tateio verbal. Note-se afinal que se a matéria viva das sessões é o debate, que permite a troca de idéias e o contacto dos participantes, a matéria específica dos Anais são as contribuições sistemáticas, previamente elaboradas, — sendo que a maioria dos Congressos científicos só a elas dão acolhida em suas publicações.

Vistas estas razões, deliberamos, (ouvida a Diretoria da Sociedade e obtida a sua aprovação), operar no material das intervenções uma redução formal, de maneira a lhes conservar a essência,

9. ANTONIO RUBBO MÜLLER: Ritos caboclos no Estado de São Paulo	161
10. EGON SCHADEN: As culturas indígenas e a civilização	189
11. AZIZ SIMÃO: O voto operário em São Paulo ..	201
12. MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ: Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil ..	215
V — EXPOSIÇÕES	231
1. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES: Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal	233
2. RUY DA COSTA ANTUNES: Imprensa e Criminalidade	245
3. WILSON ROSA DA SILVA: Estudo de uma comunidade rural na zona cacauceira	253
4. THOMÁS POMPEU ACCIOLY BORGES: A estrutura agrária do Estado de São Paulo	263
5. ALBERTO GUERREIRO RAMOS: Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias	275
6. PEDRO PARAFITA DE BESSA: O estudo das ciências sociais em Minas Gerais	299
VI — DEBATES	305
22 de junho — manhã	307
22 de junho — tarde	314
23 de junho — manhã	316
23 de junho — tarde	321
24 de junho — manhã	325
24 de junho — tarde	332
25 de junho — manhã	337
25 de junho — tarde	340
26 de junho — manhã	344
26 de junho — tarde	347
27 de junho — manhã (final)	353
VII — IN MEMORIAM	359

9. ANTONIO RUBBO MÜLLER: Ritos caboclos no Estado de São Paulo	161
10. EGON SCHADEN: As culturas indígenas e a civilização	189
11. AZIZ SIMÃO: O voto operário em São Paulo ..	201
12. MARIA ISAUARA PEREIRA DE QUEIROZ: Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil ..	215
V — EXPOSIÇÕES	231
1. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES: Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal	233
2. RUY DA COSTA ANTUNES: Imprensa e Criminalidade	245
3. WILSON ROSA DA SILVA: Estudo de uma comunidade rural na zona cacauelra	253
4. THOMÁS POMPEU ACCIOLY BORGES: A estrutura agrária do Estado de São Paulo	263
5. ALBERTO GUERREIRO RAMOS: Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias	275
6. PEDRO PARAFITA DE BESSA: O estudo das ciências sociais em Minas Gerais	299
VI — DEBATES	305
22 de junho — manhã	307
22 de junho — tarde	314
23 de junho — manhã	316
23 de junho — tarde	321
24 de junho — manhã	325
24 de junho — tarde	332
25 de junho — manhã	337
25 de junho — tarde	340
26 de junho — manhã	344
26 de junho — tarde	347
27 de junho — manhã (final)	353
VII — IN MEMORIAM	359

Prof. Dr. Antonio Delorenzo Neto
R. G. 1.183,532

PREFÁCIO

Encarregados pela Comissão Organizadora e pela Direção do I Congresso Brasileiro de Sociologia de promover a publicação dos Anais, vimos agora apresentá-los aos Congressistas, membros da Sociedade Brasileira de Sociologia e interessados em geral.

A reprodução dos debates constituiu a principal questão a resolvermos. Por gentileza do Departamento Cultural da Universidade de São Paulo, através do seu Diretor Prof. Dr. Antônio Soares de Amora, foram eles registrados em fio gravador por técnico especializado, visto como tencionavam os organizadores reproduzi-los na íntegra. No entanto, às vezes os congressistas fizeram uso da palavra sem buscar o microfone; ou falaram de modo a dificultar a clareza da transcrição; ou, ainda, defeitos técnicos cortaram palavras e mesmo trechos das intervenções. Além disso, a exposição oral tende à repetição, à auto-retificação, ao tateio verbal. Note-se afinal que se a matéria viva das sessões é o debate, que permite a troca de idéias e o contacto dos participantes, a matéria específica dos Anais são as contribuições sistemáticas, previamente elaboradas, — sendo que a maioria dos Congressos científicos só a elas dão acolhida em suas publicações.

Vistas estas razões, deliberamos, (ouvida a Diretoria da Sociedade e obtida a sua aprovação), operar no material das intervenções uma redução formal, de maneira a lhes conservar a essência,

nada sacrificando das idéias expendidas. Este trabalho foi, sob nossa orientação, confiado ao Prof. Oliveiros da Silva Ferreira — a quem deixamos registrado o nosso agradecimento — e por nós revisado a seguir.

É necessário também outro esclarecimento. Na programação inicial previam-se, pela manhã, sessões de leitura das comunicações e, à tarde, simpósios a cargo das delegações. Enquanto as primeiras, apresentadas por escrito, partiam de escolha pessoal do congressista, conforme ou não ao temário proposto, os segundos deveriam constituir contribuição coletiva das delegações, versando tema de sua escolha. Na prática, todavia, cada delegação, — determinado o tema, — confiou-o à responsabilidade exclusiva de um relator, que apenas a representou, sem exprimir necessariamente o ponto de vista dos demais componentes.

Tal circunstância motivou pequena dúvida de nomenclatura na redação destes Anais. Como classificar as teses das sessões da tarde? Decidimos afastar a rubrica da Comissão Organizadora e reuni-las sob a denominação de Exposições, já que não houve propriamente simpósios, ou seja, participação previamente organizada de várias pessoas na discussão de um tema. Porque então (perguntar-se-á) não englobar todas as teses num só item? A resposta é que as das sessões matinais foram apresentadas por escrito e vão aqui reproduzidas como as recebeu a Comissão Organizadora, embora algumas hajam sido, em plenário, resumidas e não lidas pelos autores. Enquanto nas sessões da tarde foram, salvo uma ou duas exceções, apresentadas oralmente, sem um texto oficialmente remetido à Comissão; e em todo o caso aparecem aqui segundo a versão do fio gravador. Trata-se, lá, de leitura; aqui, de exposição. Devia-se ademais atentar ao

fato de que as comunicações são estritamente pessoais, enquanto as exposições da tarde, embora de responsabilidade do autor, representaram contribuição das delegações, que escolheram ou aprovaram os temas versados. Hacetua-se neste esquema o caso da sessão do dia 25, em que a Delegação do Paraná cedeu ao Prof. Alberto Guerreiro Ramos o horário em que devia trazer a sua contribuição, para que este fizesse uma exposição pessoal.

Pareceu-nos finalmente de bom aviso (inclusive para tornar viável a impressão de separatas), destacar comunicações e exposições dos respectivos debates, que, reunidos na ordem correspondente, serão facilmente cotejados.

Pensamos, desta maneira, ter justificado o critério seguido nestes Anais, que nos esforçamos por apresentar com o menor número possível de lacunas. Desde já nos excusamos, todavia, pelas que houvermos deixado passar.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO.

**ORGANIZAÇÃO
E
ATIVIDADES DO CONGRESSO**

O I Congresso Brasileiro de Sociologia realizou-se de 21 a 27 de junho de 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia, sob o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, como parte de seu ciclo de comemorações.

A Comissão Organizadora foi integrada pelos professores Fernando de Azevedo, presidente; Antônio Rubbo Müller, primeiro secretário; Vicente Unzer de Almeida, segundo secretário; Egon Schaden, tesoureiro; Luiz de Aguiar Costa Pinto e L. Pinto Ferreira, membros.

Foi proposto aos congressistas o seguinte temário, como sugestão facultativa para as comunicações:

I — *O ensino e as pesquisas sociológicas.* 1 — O ensino da Sociologia e disciplinas afins nos diferentes centros culturais do país; 2 — As pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil; 3 — O sistema estatístico nacional — sua utilização como fonte de dados sociológicos; 4 — A contribuição da Sociologia para a solução dos problemas sociais.

II — *Organização Social.* 1 — Estrutura da comunidade (indígena, rural, urbana, rural-urbana); 2 — Sistemas sociais gerais e sistemas específicos (de família e parentesco, econômicos, políticos, jurídicos, pedagógicos, etc.); 3 — Relações étnicas.

III — *Mudança Social.* 1 — Correntes migratórias internas e estrangeiras; 2 — O impacto do desenvolvimento econômico sobre a estrutura social dos países menos desenvolvidos; 3 — Transformações técnicas e mudanças sociais; 4 — Efeitos da urbanização e da industrialização sobre a estratificação social do Brasil; 5 — Mudanças sociais e problemas sociais.

Nos termos do Regimento — publicado mais longe — inscreveram-se as seguintes pessoas, que passaram a integrar a

LISTA DE CONGRESSISTAS

Abelardo Fernando Montenegro, Abimael Campos Vieira, Acácio Ferreira, Adalgisa Araújo de Castro Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Amélio Guariento, Alfonso Trujillo Ferrari, Alda A. Moeller, Aldemar Moreira (S. J.), Álvaro da Veiga, Antônio Cândido de Mello e Souza, Antônio Carlos de Souza Queiroz Cardoso, Antônio Rubbo Müller, Anny Zausmer, Aparecida Joly Gouveia, Aracy Ferreira Leite, Camilo Cechi, Carlos Correa Mascaro, Casemiro dos Reis Filho, Célia de Carvalho, Cesário Morey Hossri, Cid Rebello Horta, Djacir Meneses, Dinorah Ramos, Edna Beltramini, Edmundo Accácio Moreira, Edson Carneiro, Egon Schaden, Erasmo H. M. Lopes, Esdras Borges Costa, Euclides de Mesquita, Eunice Todescan Ribeiro, Evaristo de Moraes Filho, Felte Bezerra, Fernando de Azevedo, Fernando Affonso Gay da Fonseca, Fernando Henrique Cardoso, Irmão Flávio, Florestan Fernandes, Frank Perry Goldman, Gastão Thomaz de Almeida, Geraldo Brandão, Gerson Rodrigues, Gilda de Mello e Souza, Gioconda Mussolini, Gisela Ribeiro dos Santos, Gláucio Veiga, Helena Maria Panizza, Helena Rocha de Achôa, Heloísa Alberto Tôrres, Henrique Stodieck, Helbert Baldus, Hermelina Maria Pretto, Ione Gasolla Scarpelli, Irineu Grick Mascarenhas, Ivone Lêda Tapado, Jacy Camarão, Jair Conti, Jamil Munhoz Bailão, João Baptista Benassis, João Mendonça, João dos Santos Areão, Joaquim Batista Neves, Joaquim Madeira Neves, Jonas Rodrigues, José Albertino R. Rodrigues, José Aloysio Reis de Andrade, José Arthur Giannotti, José Bonifácio Rodrigues, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Fernando Martins Bonilha, José Maria Esmerard Arruda, José Olegário Ribeiro de Castro, José Guerino Ribeiro, José Tavares de Mello, José Spina França, Júlio Barbosa, Juarez Rubens Brandão Lopes, Laudelino Teixeira de Medeiros,

Leila Montanari Ramos, Lenira Faria, Lícia Capri Pignataro, Lina Brandi, Lisette Toledo Ribeiro Nogueira, Lourival Gomes Machado, Lúcia Wollet de Mello, Lucila Herrmann, L. A. Costa Pinto, Luiz Alberto Cibils, Luiz de Castro Faria, Luiz Filippe Silva Wiedemann, Luiz Gonzaga Pereira Campos, Manoel Carlos de Souza Ferreira, Menêmio de Campos Lobato, Maria Alayde Trani, Maria Cândida Sandoval Caramargo Pereira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Luiz Alvarenga Freire Carette, Maria Neusa Avenia, Maria Olga Mattar, Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira, Maria Suzana Eliezer de Barros, Marina de Andrade Resende, Mário Lins, Mário Miranda Rosa, Mário Wagner Vieira da Cunha, Maurício de Magalhães Carvalho, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Morse de Belém Teixeira, Murillo Barros Costa Rego, Neide Carvalho, Nelson Pesciotta, Nice Lecocq Müller, Norival Vieira da Silva, Nylza Ivonette de Oliveira Salgado, Octávio da Costa Eduardo, Oliveiros da Silva Ferreira, Oracy Nogueira, Oswaldo Herbster de Gusmão, Paula Beiguelman, Plauto Lapa Coimbra, Pedro Parafita de Bessa, Raquel Vieira da Cunha, Renato Jardim Moreira, Renato José Costa Pacheco, Rivadávia Marques Júnior, Robert Nicolaus Dannemann, Rodolfo Azzi, Roger Bastide, Rubens Nerval Barbosa, Ruy Anacleto, Ruy da Costa Antunes, Sarah Rottenberg, Sebastião Pagano, Stella Anita Martirani Bernardi, Suelly Quadros Missel, Szmul J. Goldberg, Teófilo de Queiroz Júnior, Thomás Pompeu Accioly Borges, Vicente Marotta Rangel, Vicente Unzer de Almeida, Victor Antonio Peluso Júnior, Virgínia Leone Bicudo, Wanda Valério Faria, Walkyria Siqueira Mori, Walter F. Piazza, Wellman Galvão de França Rangel, Wilmar Orlando Dias, Wilson Cantoni, Wilson Rosa da Silva, Wilza A. Izar.

Fizeram-se também representar em caráter oficial as seguintes instituições: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, da Pontifícia Universidade Católica, pelo Prof. conde Sebastião Pagano; Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelos Profs. Fernando Afonso Gay da Fonseca e Irmão Leopoldo Flávio; Associação dos Antigos Alunos da Escola de Sociologia e Polí-

tica de São Paulo, pelos Profs. Olavo Baptist. Filho e Carlos Borges Teixeira; Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, pelo Prof. Octávio da Costa Eduardo; Museu Paulista, pelo Prof. Herbert Baldus, seu diretor em exercício; Faculdade de Filosofia de Vitória, pelo Prof. Wilson Cantoni.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo enviou uma delegação integrada pelos seguintes professores catedráticos do Ensino Normal Oficial: presidente, Carlos Correa Mascaro; membros: Nylza Yvonne de Oliveira Salgado, Walkyria Siqueira Mori, Hermelina Maria Pretto, Maria-Suzana Eliezer de Barros, Maria Cândida Sandoval de Camargo Pereira, José Fernando Martins Bonilha, Menênio de Campos Lobato, Geraldo Brandão, Vicente Celso Quaglia, Nelson Pesciotta, Leonidas Horta de Macedo, Welman G. de França Rangel, Helena Rocha de Achoa, Lizete Toledo Ribeiro Nogueira, Licia Capri Pignataro, Stela Anita Martirani, Luís Gonzaga Pereira de Campos, Irineu Grick Mascarenhas, Oswaldo Elias Xidiec, Rubens Nerval Barbosa, Gerson Rodrigues, Jair Conti e Maria Regina Braga de Carvalho.

* * *

Na sessão preparatória, realizada na tarde do dia 21 de junho, foi eleita a seguinte Mesa Diretora dos trabalhos do Congresso:

Presidente	Fernando de Azevedo
1.º Vice-Presidente	Luís de Aguiar Costa Pinto
2.º " "	L. Pinto Ferreira
3.º " "	Euclides de Mesquita
4.º " "	Morse de Belém Teixeira
1.º Secretário	Antônio Rubbo Müller
2.º " "	Júlio Barbosa
3.º " "	Edson Carneiro

Foram ainda indicados presidentes das várias sessões ordinárias: Alberto Guerreiro Ramos, Felte Bezerra, Gláucio

Veiga, Henrique Stodieck, João de Mendonça, Laudelino Teixeira de Medeiros, Luís de Castro Faria e Orlando M. Carvalho.

Na mesma sessão foi aprovado, com modificações que serão referidas abaixo, o seguinte projeto de Regimento, elaborado pela Comissão Organizadora:

REGIMENTO INTERNO DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

CAPÍTULO I

Da Comissão Nacional Organizadora

Art. 1 — O 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia, com sede em São Paulo, realizar-se-á nesta capital, de 21 a 27 de junho de 1954, sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo e sob os auspícios:

- a) da Reitoria da Universidade de S. Paulo;
- b) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo;
- c) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de S. Paulo;
- d) da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo.

Art. 2 — O 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia será preparado e organizado por uma Comissão Nacional, constituída especialmente para este fim, e da qual fazem parte o Presidente, o Primeiro Secretário, o Segundo Secretário, o Tesoureiro da Sociedade Brasileira de Sociologia e os Presidentes das Secções do Distrito Federal e de Pernambuco.

Parágrafo único — A Comissão Nacional poderá ser ampliada, a juízo da Diretoria e do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia, conforme o volume de serviços e as necessidades dos trabalhos preparatórios.

Art. 3 — Compete à Comissão Nacional Organizadora:

a) fazer os convites a instituições nacionais, para se fazerem representar, nos termos do art. 4 d'este Regimento, e a professores e especialistas no domínio da sociologia e disciplinas afins;

b) praticar todos os atos preparatórios indispensáveis à realização do Congresso;

c) distribuir as verbas, autorizar despesas e prestar contas, em relatórios trimestrais, à Comissão do IV Centenário, da aplicação dos recursos postos à sua disposição para a realização do Congresso;

d) registrar e examinar as credenciais dos Congressistas que se inscreverem nos termos do art. 4 d'este Regimento;

e) receber as teses e comunicações científicas;

f) convocar a Sessão Preparatória do Congresso em que devem ser eleitas a Mesa e as Comissões, nos termos d'este Regimento.

CAPÍTULO II

Das inscrições dos Congressistas

Art. 4 — Poderão inscrever-se como congressistas os candidatos que preencham um dos seguintes requisitos:

a) fazer parte, como sócio, da Sociedade Brasileira de Sociologia;

b) ser portador de diploma de nível universitário na secção de ciências sociais ou em curso de sociologia e política;

c) ser ou ter sido professor de sociologia ou disciplinas afins;

d) ser autor de obras de valor em qualquer das especialidades indicadas na letra c do presente artigo.

Parágrafo único — Poderão inscrever-se como observadores, jornalistas, estudantes e outras pessoas, às quais não se estenderão o direito de voto nem o de apresentar teses ou propostas ou moções.

CAPÍTULO III

Da direção dos trabalhos do Congresso

Art. 5 — Na sessão preparatória do Congresso os participantes dêle, devidamente credenciados, elegerão a Mesa que deverá presidir os trabalhos do Congresso e será constituída:

a) de um Presidente;

b) de três Vice-Presidentes (I, II e III);

c) de três Secretários (I, II e III).

§ 1.º — Serão Presidentes de Honra o Exmo. Sr. Governador do Estado e Vice-Presidente de Honra o Exmo. Sr. Reitor da Universidade de S. Paulo e o Exmo. Sr. Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo.

§ 2.º — A Comissão Nacional organizadora continuará no exercício de suas funções em tudo o que se refira às atividades administrativas e financeiras.

Art. 6 — Compete à Mesa que dirige os trabalhos do Congresso:

a) presidir às sessões plenárias;

b) proceder às eleições das Comissões Técnicas e especiais conforme o temário do Congresso;

c) promover a eleição da Comissão de Redação e manter ou mudar a Comissão de Organização dos Anais;

d) convocar as sessões solenes de instalação e de encerramento do Congresso e as demais sessões plenárias;

e) distribuir, pelos assuntos, as teses e comunicações científicas às comissões especiais ou técnicas para estudo e relatório;

f) tomar tôda as providências necessárias ao funcionamento normal das atividades do Congresso;

g) representar o Congresso em solenidades oficiais ou particulares para as quais seja convidada ou tenha de comparecer.

CAPÍTULO IV

Das sessões plenárias

Art. 7 — O plenário será constituído dos delegados de instituições de ensino, oficiais ou particulares, que, convidadas, se fizerem representar, dos professores e especialistas, convidados, e dos demais congressistas, inscritos nos termos deste Regimento.

Parágrafo único — O livro de inscrições para participação nos trabalhos do Congresso, encerrar-se-á no dia 16 de junho de 1954.

Art. 8 — Haverá as seguintes sessões plenárias:

- a) sessão preparatória;
- b) sessões solenes de instalação e de encerramento do Congresso;
- c) sessões ordinárias.

Art. 9 — Cabe ao Plenário,

- 1) em sessão preparatória:
 - a) eleger a Mesa que deve presidir os trabalhos do Congresso;
 - b) eleger as Comissões Técnicas ou especiais;
 - c) eleger a Comissão de Redação;
 - d) aprovar o relatório da Comissão Organizadora sobre as credenciais dos congressistas;
 - e) aprovar o Regimento Interno do Congresso.

II) em sessões ordinárias:

- a) tomar conhecimento e entrar na análise dos relatórios das teses, apresentadas pelas Comissões Especiais, com parecer favorável;
- b) examinar e votar as conclusões das teses e comunicações científicas, teóricas, de pesquisa ou de alto interesse sociológico;
- c) examinar, discutir e votar propostas que forem apresentadas em plenário, e sejam de real interesse para o estudo,

ensino e pesquisa, nos domínios da sociologia e disciplinas afins, ou para os progressos da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Art. 10 — As sessões plenárias ordinárias obedecerão à seguinte ordem, nos seus trabalhos:

- a) Expediente e Comunicações;
- b) Discussão e votação dos relatórios de teses ou monografias e de suas conclusões;
- c) Discussão e votação de propostas apresentadas por congressistas que se tiverem inscrito para esse fim, em sessão anterior.

§ 1.º — Na discussão de cada parecer, nenhum congressista poderá fazer uso da palavra por mais de uma vez, cabendo ao autor da monografia, tese ou comunicação e ao relator falar respectivamente em penúltimo e último lugar.

§ 2.º — Nenhum congressista poderá falar sem prévia inscrição por mais de 10 minutos prorrogáveis a juízo da Mesa por mais 10 minutos.

§ 3.º — A votação será encaminhada pelo Presidente da Mesa, não sendo permitida justificação de voto salvo por escrito, a qual constará da Ata, mas não será lida no Plenário.

§ 4.º — O resultado da votação se tomará pela maioria dos sufrágios dos Congressistas presentes.

§ 5.º — Não poderá ser discutida nem votada tese ou comunicação sobre a qual não haja parecer escrito da Comissão.

Art. 11 — As sessões plenárias se realizarão com qualquer número de presentes.

Art. 12 — Na última sessão ordinária os Congressistas designarão a sede e a data para a reunião do II.º Congresso Brasileiro de Sociologia, não podendo ser inferior a três anos o intervalo entre um e outro Congresso.

Parágrafo único — Poderá ser, nessa sessão, discutida e votada qualquer proposta que tenha por fim assegurar o êxito científico do referido Congresso.

CAPÍTULO V

Das comissões

Art. 13 — Serão as seguintes as comissões:

a) comissões especiais, para o exame das teses e elaboração de seus pareceres e relatórios;

b) comissão de Redação;

§ 1.º — As comissões Técnicas ou especiais serão compostas, cada uma, de um Presidente e de três relatores, eleitos na sessão preparatória do Congresso.

§ 2.º — A Comissão de Redação será constituída de cinco membros, dos quais um será o Presidente, eleitos todos na sessão preparatória.

Art. 14 — Compete às Comissões Especiais:

a) receber e estudar as teses e comunicações que lhes forem distribuídas pela Mesa do Congresso;

b) dar parecer e apresentar relatórios sobre êsses trabalhos, opinando pela aceitação, — simples, com publicação de sumário ou com publicação integral, ou pela recusa.

Parágrafo único — Compete à Comissão de Redação coordenar e harmonizar as conclusões e proposições aprovadas e dar-lhes redação final, respeitando estritamente o seu conteúdo.

Art. 15 — As teses e comunicações que forem encaminhadas a cada Comissão Especial serão distribuídas pelo Presidente aos relatores.

§ 1.º — Os relatores deverão apresentar pareceres, com conclusões articulares em três vias e a Secretaria deverá estar devidamente habilitada para facilitar-lhes a tarefa.

§ 2.º — Qualquer dos membros da Comissão poderá pedir vista da tese ou comunicação, dispondo de 24 horas para devolvê-la.

§ 3.º — As teses e comunicações serão discutidas na ordem de sua devolução pelos relatores, salvo pedido de preferência, devidamente justificado e aprovado.

§ 4.º — O autor da tese ou comunicação a quem é assegurado o direito de debatê-la na Comissão Especial, a que fôr a mesma encaminhada, não terá direito de voto quanto à sua tese, ainda que faça parte da Comissão.

Art. 16 — As teses ou comunicações distribuídas a qualquer das Comissões especiais serão devolvidas à Mesa do Congresso, com seus respectivos pareceres, em três vias, no prazo improrrogável de 48 horas.

CAPÍTULO VI

Da votação

Art. 17 — Nas sessões plenárias como nas Comissões especiais, os votos serão contados por maioria e cada membro terá direito a um voto.

§ 1.º — Não poderão votar senão os Congressistas presentes à sessão plenária ou à Comissão de que fizerem parte.

§ 2.º — Em caso algum haverá voto por procuração.

CAPÍTULO VII

Das propostas e moções

Art. 18 — Ficam vedadas quaisquer propostas e moções que não se enquadrem nos propósitos culturais ou não atendam às finalidades puramente científicas do Congresso.

CAPÍTULO VIII

Da Secretaria Geral

Art. 19 — A Secretaria Geral será organizada e dirigida por um Secretário-Chefe que será o Secretario Geral da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Comissão Nacional organizadora do Congresso e compreenderá tantos auxiliares quantos forem necessários.

§ 1.º — O Secretário-Chefe fica subordinado ao Presidente da Comissão organizadora do Congresso.

§ 2.º — Fica subordinada ao Secretário-Chefe a comissão de Recepção que se constituir, e à qual compete providenciar para o transporte e recepção dos Congressistas convidados ou dos representantes das instituições que, a convite, se fizerem representar; para a reserva de quartos em hotéis e a hospedagem dos referidos congressistas e delegados, bem como para o programa de passeios, excursões e reuniões sociais, em horas que os trabalhos do Congresso deixarem livres aos Congressistas, em geral.

Art. 20 — Compete à Secretaria Geral:

a) executar os serviços instituídos pela Comissão Organizadora, no período preparatório, e os que forem determinados pela Mesa do Congresso, uma vez instalado;

b) manter contato com a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo e, particularmente, com a Diretoria Geral dos Congressos, da referida Comissão;

c) organizar os serviços de correspondência e arquivo;

d) organizar a caixa e contabilidade e apresentar os comprovantes de todas as despesas autorizadas para os relatórios trimestrais de prestação de contas à Comissão do IV Centenário;

e) organizar e manter os serviços de publicidade pela imprensa e pelo rádio;

f) estudar e assentar as providências necessárias à recepção e hospedagem dos Congressistas e para a instalação e as atividades do Congresso;

g) organizar os serviços de expediente das reuniões do Congresso, das Comissões e os que forem necessários para a publicação dos Anais.

* * *

As principais modificações introduzidas disseram respeito ao regime de trabalho das Comissões, que foram praticamente eliminadas, a fim de permitir maior participação dos congressistas no debate e apreciação das comunicações.

REGISTRO SUMÁRIO DAS SESSÕES

Os trabalhos constaram de 14 sessões, sendo uma preparatória, 2 solenes, de inauguração e encerramento, 11 ordinárias, todas realizadas no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, à Rua Maria Antonia 294. Das sessões ordinárias, realizaram-se 6 pela manhã e 5 à tarde, constando as primeiras de comunicações lidas ou resumidas pelos autores ou relatores; as segundas, de exposições desenvolvidas em nome das delegações por um dos seus membros, — tudo conforme à discriminação abaixo.

21 de junho:

14 horas:

Presidente: Fernando de Azevedo.

Sessão Preparatória em que foram eleitos os componentes da Mesa do Congresso, os presidentes das sessões ordinárias, sendo também discutido e aprovado o Regimento.

21 horas:

Sessão solene de inauguração, presentes o Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez, autoridades civis e numeroso público. Falaram o Sr. Governador e o Presidente do Congresso, Prof. Fernando de Azevedo (*).

22 de junho:

9 horas — Presidente: João de Mendonça.

Comunicações:

1) Olavo Batista Filho: "O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos".

2) Roger Bastide: "Les problèmes de la recherche sociologique au Brésil".

(*) Os textos dos discursos vão publicados na secção correspondente.

3) Rivadávia Marques Júnior: "Análise da zona rural sob o ponto de vista da organização e condições de vida".

Debates.

14 horas — Presidente: Henrique Stodieck.

Exposição:

José Bonifácio Rodrigues (Distrito Federal): "Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal".

Debates.

23 de junho:

9 horas — Presidente: Laudelino de Medeiros.

Comunicações:

1) Henrique Stodieck: "Problemas de Planificação através do Direito".

2) Florestan Fernandes: "O ensino da sociologia na escola secundária brasileira".

Debates.

14 horas — Presidente: Luís de Castro Faria.

Exposições:

1) Ruy da Costa Antunes (Pernambuco): "Imprensa e Criminalidade".

2) Wilson Rosa da Silva (Bahia): "Estudo de uma comunidade rural na zona cacauzeira".

Debates.

24 de junho:

9 horas — Presidente: Felte Bezerra.

Comunicações:

1) Oracy Nogueira: "Duas experiências no ensino da Sociologia".

2) Antônio Cândido de Mello e Souza: "O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional".

14 horas — Presidente: Gláucio Veiga.

Exposição:

Tomás Pompeu Accioly Borges: (Distrito Federal): "A estrutura agrária do Estado de São Paulo".

Debates.

25 de junho:

9 horas — Presidente: Orlando M. Carvalho.

Comunicações:

1) J. Pinto Ferreira: "A Dinâmica Social e a lei do progresso". Relatada por Gláucio Veiga.

2) Mário Lins: "A integração da teoria e pesquisa na Sociologia". Relatada por Evaristo de Moraes Filho.

3) Antônio Rubbo Müller: "Ritos caboclos no Estado de São Paulo".

Debates.

14 horas — Presidente: Euclides de Mesquita.

Exposição:

Alberto Guerreiro Ramos: "Esforços de teorização da realidade brasileira, teóricamente orientados, de 1870 a nossos dias".

Comunicação (transferida da sessão da manhã por falta de tempo):

Egon Schaden: "As culturas indígenas e a civilização".

Debates.

26 de junho:

9 horas — Presidente: Orlando M. Carvalho.

Comunicações:

1) Aziz Simão: "O voto operário em São Paulo".

2) Maria Isaura Pereira de Queiroz: "Contribuição para o estudo da Sociologia Política brasileira".

Debates.

14 horas — Presidente: Orlando M. Carvalho.

Exposição:

Pedro Parafita de Bessa (Minas Gerais): "O estudo das Ciências Sociais em Minas Gerais".

Debates.

27 de junho:

9 horas — Presidente: Fernando de Azevedo.

Encerramento dos trabalhos, com discussão dos assuntos em pauta, votação de moções e resoluções, adiante transcritas.

15 horas — Presidente: Fernando de Azevedo.

Sessão solene de encerramento com a presença do Dr. José de Moura Rezende, Secretário de Educação do Estado, representando o Sr. Governador, e outras autoridades.

Em nome dos congressistas falou o Prof. Dr. Euclides de Mesquita, da delegação do Paraná, fazendo um retrospecto do Congresso e terminando por entregar ao Prof. Fernando de Azevedo a Medalha do I Congresso de Sociologia do Paraná. O Sr. Secretário da Educação pronunciou algumas palavras, relativas ao interesse com que o Governo do Estado e ele próprio haviam acompanhado os trabalhos. Encerrando, o Prof. Fernando de Azevedo fez uma palestra sobre "O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil".

NOTA: — por várias vezes assumiu a presidência das sessões ordinárias o Prof. L. de A. Costa Pinto, 1.º vice-presidente.

Neste resumo, foi seguida a programação, não se registrando os casos em que os debates foram transferidos, afim de deixar clara a estrutura dos trabalhos. Na parte relativa aos debates, o leitor encontrará o registro dessas interferências de sessões.

ATIVIDADES SOCIAIS

A Comissão Organizadora do Congresso promoveu uma visita ao monumentos históricos de São Paulo; uma audição do Coral Paulistano e um *cocktail* às delegações e congressistas.

MOÇÕES E RESOLUÇÕES

O Congresso aprovou, em alguns casos por maioria, em outros por unanimidade, as seguintes moções e resoluções:

1) — Dos Profs. Lourival Gomes Machado e Oliveiros S. Ferreira — "Propomos que o nome do Prof. Geraldo Ito de São Plácido Brandão conste dos Anais como convidado do Congresso".

2) — Dos Profs. José Bonifácio Rodrigues e Euclides de Mesquita: "Os abaixo-assinados, membros do I Congresso Brasileiro de Sociologia, reunidos em São Paulo de 21 a 27 de junho de 1954,

"considerando o valor da comunicação apresentada pelo Prof. Florestan Fernandes e das diversas opiniões expressadas pelos srs. congressistas sobre a inclusão da Sociologia no ensino secundário do país;

"considerando o que foi decidido no Congresso de Sociologia do Paraná, reunido em Curitiba em janeiro deste ano, no qual se aprovou a seguinte resolução: "que seja criada, nos cursos secundários a cadeira de Sociologia, como disciplina optativa, no último ano dos Cursos Científico e Clássico";

"considerando que transita na Câmara Federal um projeto de Reforma do Ensino Secundário, segundo a qual passa o currículo a ser mais simplificado que o atual e se divide em dois ciclos diversos dos vigentes, tanto pela extensão como pelo conteúdo, podendo o segundo ficar anexado às faculdades de ensino superior,

"Propõem:

"1 — que o I Congresso Brasileiro de Sociologia aceite, como uma de suas resoluções finais, a inclusão da Sociologia como disciplina autônoma no segundo ciclo do Ensino Secundário anexo a Faculdades em que haja cursos de Ciências Sociais;

"2 — que, com referência especial às "Sugestões" contidas na referida comunicação do Prof. Florestan Fernandes, sejam as perguntas nela formuladas convertidas em objeto de inquérito a ser levado a efeito pela Sociedade Brasileira de Sociologia, através de suas seções regionais, no qual professores e especialistas das diversas disciplinas sociais dêem o seu depoimento sobre as questões metodológicas envolvidas naquelas "Sugestões";

“3 — que sejam publicadas pela Sociedade Brasileira de Sociologia, em separado e sem prejuízo de sua inserção nos Anais deste Congresso, tanto o texto integral da comunicação do Prof. Florestan Fernandes, quanto as suas “Sugestões” finais, às quais se acrescentarão mais tarde, em publicação separada, os debates travados na presente discussão, e as “Conclusões” do inquérito ora preconizado. As referidas publicações serão a seguir encaminhadas às autoridades do ensino e à Câmara Federal, como contribuição dos sociólogos brasileiros à solução do problema da inclusão da Sociedade no Ensino Secundário. Antes de realizado o inquérito, que deverá ser de âmbito nacional, é desaconselhável o pronunciamento, quer deste Congresso, quer da Sociedade Brasileira de Sociologia, junto aos órgãos governamentais”.

3) — Do Prof. Vicente Unzer de Almeida, manifestando o agradecimento do Congresso a todos os órgãos da imprensa escrita e falada de São Paulo que colaboraram para o maior êxito do Congresso.

4) — Do Prof. Oliveiros S. Ferreira, sugerindo que o II Congresso Brasileiro de Sociologia fôsse realizado em Minas Gerais.

5) — Do Prof. Euclides Mesquita e outros, propondo um voto de louvor ao Dr. Fernando de Azevedo pela maneira com que se houve na direção dos trabalhos do Congresso. O voto foi estendido aos demais membros da Mesa e aos componentes da Comissão Organizadora do Congresso.

DISCURSOS

*DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO,
PROFESSOR LUCAS NOGUEIRA GARCEZ*

São incalculáveis os benefícios que para nós brasileiros, e, em geral para o progresso das ciências, resultarão dos numerosos congressos científicos, nacionais e internacionais, que se vêm realizando em São Paulo, no quadro das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade.

Cada vez me convengo mais de que a idéia mais feliz dos organizadores dos programas comemorativos de nossa grande data foi essa, de atrair para o nosso convívio, e de reuni-los em conferências, estudiosos do mundo inteiro, especializados na investigação, na pesquisa, nas aplicações práticas das conquistas dos diferentes ramos das ciências.

Ao mesmo tempo que se nos oferece, assim, a oportunidade de hospedar uma verdadeira "elite" nacional e internacional, realizando a mais eficiente das propagandas de São Paulo, por visar à divulgação de conhecimento do que temos de mais brilhante e honroso, e que é o nosso progresso científico, temos sabido aproveitar essas ocasiões para por-mo-nos a par dos últimos avanços das ciências em todos os recantos do mundo. Especialistas brasileiros que têm participado dessas reuniões não escondem seu entusiasmo diante dos resultados alcançados, assinalando a importância que representa para nós o fato de ligarmos o nome de São Paulo e do Brasil a tantos congressos que, por todos os motivos, representam acontecimentos de relêvo mundial.

Sem ter alguns objetivos dos demais congressos últimamente realizados em São Paulo, já que é de âmbito mais restrito, reunindo apenas estudiosos brasileiros da Sociologia, afigura-se-me esta conferência, entretanto, das mais transcendentes de quantas se tenham realizado entre nós em 1954. Nela irão enfrentar-se, com efeito, os progressos que

vimos realizando em todo o país no campo dos trabalhos de pesquisa, análise e crítica dos fenômenos sociológicos, numa impressionante demonstração do empenho que estamos pondo em oferecer também nossa contribuição para o amadurecimento de uma ciência que, passada a fase de formação em que ainda se encontra, estará capacitada a prestar serviços imensos à humanidade.

Foram gigantescos os passos dados nesse domínio desde que Augusto Comte teve a idéia de conceber os fatos sociais, em seu conjunto, como matéria de um estudo científico e positivo. Depois dessas primeiras tentativas de estudo estático e dinâmico da sociedade humana, dominadas, de um lado, por uma espécie de anatomia e fisiologia sociais, e de outro, pela célebre lei dos três estados, a sociologia vem-se debatendo nas tendências de diferentes escolas, tomando um rumo com Marx, enveredando por outro com Spencer e Schaeffle, para escolher depois um terceiro, um quarto, um quinto caminhos igualmente fascinantes, mas igualmente falhos. Daí os diferentes aspectos que tomou segundo o objeto de seus estudos, encontrando-se diante do perigo de fracionar-se em outras tantas ciências, o que lhe destruiria toda a indispensável unidade. Apesar da renovação a que a submeteu Durkheim, que a constituiu em ciência autônoma e rigorosa, e dos trabalhos no mesmo sentido empreendidos depois por tantos espíritos fulgurantes que a ela se dedicaram e se vêm dedicando ainda, a Sociologia apresenta-se, até agora, tão incompleta em sua complexidade que nela não vêm muitos estudiosos alguns dos característicos essenciais da verdadeira ciência.

E esse é um motivo a mais para se atribuir extraordinário interesse a este congresso. É perfeitamente compreensível que estudos de origens relativamente recentes, como os sociológicos, se sujeitem ao embate de múltiplos pontos de vista, de escolas, de correntes, como temos visto até aqui. Ao mesmo fenômeno já assistimos em outros domínios das cogitações científicas, e sempre, no final de contas, em benefício da perfeita compreensão e definição da realidade. O

que se impõe é que os partidários de cada uma dessas correntes, de cada uma dessas escolas, de cada um desses pontos de vista, os procure comprovar, por estudos sérios e contínuos dos fatos sociais, e, sobretudo, discuti-los com os simpatizantes de tendências contrárias, capazes de opor-lhes outros fatos objetivos em abono de suas teorias. Só assim, com a paulatina eliminação das especulações estranhas que se infiltraram na Sociologia, os sociólogos passarão a ser menos pensadores do que sociólogos, como afirmou Fernando de Azevedo, e mais sociólogos do que pensadores, sacrificando, diante da realidade comprovada, as idéias preestabelecidas que impedem a elucidação da verdade e os preconceitos que perturbam a orientação das pesquisas.

É indiscutível que, desse ponto de vista, temos feito progressos notáveis no Brasil. A sociólogos brasileiros já deve a nova ciência contribuições brilhantes, particularmente no que respeita aos métodos eminentemente científicos de observação e interpretação dos fatos sociais, considerados em si mesmos, objetivamente, como sempre recomendou Durkheim. Mais um motivo para cremos no êxito deste congresso, que representará com certeza um marco na história do desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

Inaugurando, como governador do Estado, os vossos trabalhos, e agradecendo a presença, nesta reunião, dos que a ela acorreram de longe sem medir sacrifícios para garantir-lhe o brilho de que se revestirá, formulo os melhores votos de êxito a este congresso, de cujos resultados tanto espera a ciência brasileira.

ORAÇÃO INAUGURAL

FERNANDO DE AZEVEDO

Embora convicto da verdade contida na sugestão de Andrew Carnegie, quando nos aconselhava a lembrar-nos sempre de que, ao falarmos, só repetimos o que já sabemos, e, ouvindo, sempre poderemos aprender alguma cousa, é falando que tenho a meu pesar passado grande parte de minha vida. O magistério que é uma conversação interminável, e as circunstâncias de que se rodeiam as atividades de um reformador e abridor de caminhos, não são, de fato, as condições mais favoráveis para experimentarmos, com as vantagens de ouvir, o prazer inefável das horas de meditação e de silêncio. Daí talvez o meu sempre insatisfeito amor à solidão, o meu encantamento pelas vozes e rumores da natureza, como os da noite no campo, que tornam o silêncio mais profundo, e essa procura incessante do recolhimento e da vida interior, que é um derivativo para todos aquêles que, por seu officio ou tipo de trabalho profissional, são obrigados a se exercitarem mais na arte de falar do que na de escutar a si mesmo e aos outros, que, com ser a mais grata, é a mais difficil de tôdas as aprendizagens. É essa uma arte subtil, — um dos encantos da conversação antiga por tudo o que encerra de delicadeza e de finura, de sensibilidade e de gosto, — que se traduziu em regra de bom tom, segundo a qual, quando se recebem visitas ou convivas, devem deixar os anfitriões que os outros falem e conduzam a palestra, limitando-se a entretê-la pelo interêsse com que a acompanham. Mas não faltam, por certo, ocasiões, como a que agora se nos oferece, em que se impõe imperativamente aos que recebem, romperem o silêncio, e em que guardá-lo seria um desprimor para com aquêles que acolhemos sob os nossos tetos e sob os nossos céus.

Permiti-me, pois, Senhores Congressistas, que, menos em obediência a êsse amável preceito de cortesia do que aos apelos do coração, vos tome a precedência no falar para dirigir, em nome da Sociedade Brasileira de Sociologia, a nossa mais cordial saudação a todos vós que, acudindo ao nosso convite, viestes dos vários centros culturais do país para trazer a êste Congresso, — o primeiro de âmbito nacional que, sôbre a matéria, se instala no Brasil, — o prestígio de vossa presença, o encanto de vosso convívio e a colaboração de vosso saber e de vossa experiência no domínio das especialidades a que nos consagramos. A cidade de S. Paulo, no ano em que se celebra o IV Centenário de sua fundação, já se antecipou a nós, pela ilustre Comissão que planejou e preside as comemorações, recebendo de coração e braços abertos os brasileiros que, convocados para esta conferência científica, quiseram exprimir, na adesão dada aos que a promoveram, não só o seu vigilante interêsse pelos estudos e pesquisas sociológicas e antropológicas como também os seus desejos de participarem, por essa forma, das solenidades comemorativas do nascimento da capital quadrisseular, legítimo orgulho dos paulistas, e, por isso mesmo, de todos os que integram e constituem a fôrça, a vitalidade e a maior riqueza dessa imensa família que é a comunidade nacional. A extraordinária diversidade de quadros geográficos e de paisagens sociais e humanas, de costumes e estilos de vida, de níveis econômicos e culturais não chega a dissimular a comunidade de sentimentos, de lembranças e aspirações, a liga indissolúvel de solidariedade e o poder de coesão interna, em que se desfazem as diferenças e que tão fortemente se refletem na própria hospitalidade com que, em qualquer ponto do país, se reconhecem os brasileiros provenientes de todos os quadrantes, sentindo-se, em pouco tempo, quando se transferem a outras regiões, amazonenses no Amazonas e gaúchos no Rio Grande do Sul, baianos na Bahia e cariocas na capital, mineiros em Minas ou paulistas em S. Paulo, ao mesmo título dos que aí nasceram ou encontram suas raízes mais profundas.

Mas a êsses laços subtis e tenazes que nos prendem uns aos outros, como cidadãos de uma pátria, se acrescentam, para mais intimamente nos ligarem, os que cria a comunidade dos trabalhos do espírito e são bastante fortes para estabelecer, ainda acima e além das fronteiras que separam os povos, uma estreita solidariedade, como a dos membros de uma mesma família, entre todos os que se dedicam, por tôda a parte, ao mesmo domínio de estudos e de investigações. É por isso que S. Paulo se habituou a abrir-se, com tranqüila confiança, não só aos brasileiros de outros Estados que nos trazem o concurso de sua inteligência e de seu trabalho, como também a todos aquêles que, vindos de outras partes do mundo, se mostraram capazes de nos trazer a colaboração de seus esforços na obra comum, em qualquer dos setores das atividades humanas. Foi exatamente essa atmosfera cultural que nos impeliu a procurar o convívio constante com sábios professores de Universidades estrangeiras que entretêm, com os nossos, as relações as mais cordiais de fraternidade intelectual. Mas, se em tôdas as Faculdades ou escolas que compõem o nosso sistema universitário, os especialistas que nos vêm de outros Estados ou de outros países e nos dão a honra de sua colaboração inestimável, são acolhidos com simpatia e interêsse crescentes, é certo que, dentro dêstes muros, é que os professores brasileiros de outros Estados são mais paulistas e os estrangeiros se sentem menos estrangeiros. A nossa jovem Faculdade que não só nos deu, para êste Congresso, todo o seu apoio como se empenhou em receber-nos a todos sob seus tetos hospitaleiros, nasceu, de fato, sob o signo da universalidade e, se, apesar de sua curta história que se estende pouco além de vinte anos e de seus defeitos e falhas que somos os primeiros a reconhecer, já adquiriu ela sólida reputação nos meios científicos e culturais do país, deve-a certamente à colaboração de eminentes mestres estrangeiros que, nos seus começos, constituíam a quase totalidade de seus professores e nela se agrupam, ainda em nossos dias, como uma fração ponderável.

É na tradição da Idade Média que a êsse respeito se inspiraram os fundadores da Universidade, entre os quais

avulta no mais forte relêvo a figura inesquecível de Armando de Sales Oliveira, recolhendo a sua mais luminosa e fecunda lição, a que se referiu um de nossos mestres mais ilustres, o professor Almeida Júnior, e que já tive ocasião de lembrar em uma de minhas conferências, para destacar o caráter “não-nacional”, “não-racial” nem “regional” do pensamento medievo, quando a Universidade de Paris, criada no século XIII, exercia o supremo reinado nas esferas da metafísica e da teologia. “Quem (pergunta Almeida Júnior) ensinava a êsse tempo em Paris? Alexandre de Hales, inglês; Alberto Magno, alemão; Boaventura, italiano; Roger Bacon, inglês; Tomás de Aquino, italiano; Sieger Brabante, que hoje seria chamado belga; Duns Scotus, escocês. E franceses? Nenhum. Êles eram chamados à Universidade, para ensinarem não o que era francês, mas o que era verdadeiro”. Ao êxito que hoje alcançaram algumas das mais importantes Universidades dos Estados Unidos, como entre outras, a de Columbia, a de Chicago ou a de Harvard, e ao prestígio que desfrutam na esfera internacional, não são estranhas, como sabeis, essas “trocas de mestres ilustres, essa penetração recíproca do pensamento de diversos povos, essa comunhão dos espíritos no domínio das verdades positiva”, essa procura impaciente e essa aceitação sem reservas dos grandes valores intelectuais e morais onde quer que se apresentem, dentro ou fora da comunidade nacional. Eis porque também nós nos sentimos não só honrados, mas realmente felizes ao acolhermos os especialistas que vêm de outras regiões do país ou de terras distantes, e os recebemos sempre como se já nos tivéssemos habituado ao seu convívio e às suas vozes tão agradáveis ao coração quanto úteis ao progresso das ciências. Eis porque os próprios mestres estrangeiros, quando vêm ter conosco, para nos trazerem as luzes de seu saber e as lições de sua experiência, se sentem, por sua vez, inteiramente à vontade, como em sua própria casa. Chegam, colaboradores, e, quando partem, voltam amigos, deixando nos corações dos colegas e discípulos brasileiros, as saudades que ficarão certamente em todos nós, quando partirdes, terminados os trabalhos que hoje se inauguram.

Afinal, como já observou Charles Richet, a ciência não tem pátria, os sábios é que a têm, uma. Todos vós, sociólogos e antropólogos de profissão, sabeis perfeitamente que “a maior parte das mudanças que se produziram no seio das culturas ainda as mais primitivas, como há pouco lembrava Alfred Métraux, se devem ao contacto com outras culturas; que as grandes civilizações são híbridas, e as maiores que a história regista, são as que têm manifestado suficiente maleabilidade para absorver o maior número possível de estrangeiros”. De fato, o estudo das civilizações demonstra uma discordância entre suas evoluções respectivas e uma discontinuidade no interior de cada evolução. O motor do progresso não é “a capacidade dinâmica de cada cultura, mas o fato histórico do contacto entre culturas diferentes. Como escreveu Tylor, “a civilização é uma flor cujo transporte se faz com mais facilidade do que o seu desenvolvimento”. Se concedeis a um sociólogo a licença de uma imagem que nos dê a idéia, ainda que apagada, das duas fontes em que a cultura se alimenta, permiti-me mais uma vez (pois que me parece já me ter servido dela em circunstâncias semelhantes) pedi-la à botânica. Como todos sabem, as plantas tomam no solo e pelo canal de suas raízes a água de que necessitam, e que se evapora em seguida pelas fôlhas (fenômeno conhecido pelos botânicos sob o nome de “transpiração”). Ora, por experiências feitas recentemente por um botânico de origem neerlandesa, o Prof. F. W. Went, foi verificado que o processo pode ser invertido quando uma planta fenece por falta de humidade do solo. O orvalho que se espalha sobre as fôlhas, é absorvido, passa no caule, desce às raízes e sai mesmo delas para constituir uma reserva subterrânea na qual a planta pode beber. Êsse fenômeno de absorção e de utilização do orvalho, — favorecido êle mesmo nas regiões áridas por noites frescas e uma acumulação relativamente freqüente de nuvens, sugere a importância de uma das fontes em que pode haurir a cultura para desenvolver-se em qualquer campo do saber humano. A cultura, seja qual fôr o domínio de especialização, cresce e se renova não somente pelo que ela retira, para sua nutrição, do interior de uma

cultura, pelas suas raízes, como (e talvez sobretudo) por essas regas periódicas que vêm de cima e de fora, pelo contacto com culturas diferentes.

Acabais de chegar, muitos de vós, caros e ilustres colegas, a uma das regiões do país, em que se processam com mais intensidade o contato e a mistura de raças e culturas. É o Estado de S. Paulo e, particularmente, esta cidade tentacular que cresce, progride e se expande num ritmo tão acelerado que todos os problemas urbanos se agravam e adquirem uma acuidade e complexidade singulares, desafiando a argúcia e a energia, a capacidade e a experiência de todos os que se empenham na procura de suas soluções. Mas podeis crer-me que essas mudanças, às vêzes desconcertantes, se operam em tórno de um núcleo primitivo, sólido e vigoroso, de notável vitalidade e extraordinário poder de absorção. Não temos, portanto, razões para ver em tôdas essas infiltrações, étnicas e culturais, um fato de desagregação mas um poderoso elemento de progresso em todos os domínios. Não deixamos nem deixaremos, por isto, de continuar a ser uma porção autenticamente brasileira, com sua fisionomia, suas tradições e seus caracteres próprios, em que desabrocha, como nas outras regiões do país, a flor americana de uma nova civilização ocidental. A França, — para citar apenas um exemplo, — se considerou sempre a mais antiga herdeira, entre as nações da Europa, da tradição greco-latina ou clássica. Não que o francês instruído de hoje julgue pertencer a uma raça puramente latina. Bretões, normandos, lorenos, — observava Lord Crewe, antigo embaixador da Inglaterra em Paris, — orgulham-se igualmente do sangue de seus antepassados, que, ao que cuidam talvez, corre nas suas veias mais puro e viril, mas todos concordam em pensar que a mistura de raças é um dos segredos da grandeza de França. As nossas raízes, que se embebem no povo e na cultura portuguêsã, procuramos alongá-las em tôdas as direções no país e no estrangeiro, para encontrar por baixo de culturas tão diversas, espalhadas pelo mundo, as camadas fecundas dos países cujas contribuições, no terreno das ciências em geral e, particularmente, de nossa

ciência, sejam realmente importantes. É ao fim dêsse trabalho subterrâneo de pesquisa, de comunicação intelectual e de compreensão que nossas raízes se juntaram às de mestres e especialistas ilustres de países dos mais próximos aos mais distantes e com elas se entrelaçam fraternalmente.

De portas a dentro, infelizmente para nós, todos nos conhecemos muito pouco uns aos outros, e quase tudo que uns dos outros conhecemos, é devido mais aos esforços individuais, isolados e dispersos, do que a um serviço regular, organizado e sistemático, de intercâmbio e de informações culturais que nos permitissem contactos mais freqüentes com os nossos colegas de outros Estados e conhecimento mais completo de tudo o que se refere às instituições e às atividades de ensino e de pesquisas em nosso próprio país, como à produção dos principais trabalhadores no campo da ciência social. Talvez por isso, a nossa Sociedade que assumiu a responsabilidade dêste Congresso e tem a subida honra de vos acolher neste momento, não seja tão conhecida de alguns de vós como certamente o desejaríeis. Fundada em 1935 sob o nome de Sociedade de Sociologia de S. Paulo, e, portanto, há cerca de vinte anos, transformou-se em 1950 na atual Sociedade Brasileira de Sociologia, filiada desde então à Associação Internacional de Sociologia que se constituiu em 1949, em Oslo, por iniciativa e sob os auspícios da Unesco e, a partir de 1952, à Associação Latino-Americana, criada em Buenos Aires, na qual se agrupam ou tendem a agrupar-se tôdas as associações científicas do continente, prepostas, como a nossa, ao desenvolvimento dos estudos e das pesquisas sociológicas e antropológicas, nos seus respectivos quadros nacionais. O caminho que a nossa Sociedade já percorreu, e em que ainda ouvimos as recordações de seus passos sôbre os rastros de nossos pés, não foi longo, mas as dificuldades que teve de vencer, para consolidar-se, já foram suficientes para não nos iludirmos sôbre outras que ainda tenha de arrostar. Que ela atenda senão a uma necessidade, ao menos a uma legítima aspiração de todos os que trabalham no campo de nossa ciência, aí estão, para prová-lo, a simpatia e o interesse que vêm despertando em todos os centros culturais do

país, com suas importantes secções, já instaladas no Distrito Federal, em Pernambuco, no Paraná, em Minas Gerais e em Santa Catarina ou que se acham em fase de organização. Os objetivos que temos em vista, estritamente científicos, são, de modo geral, os mesmos que inspiram e para os quais se orientam as numerosas associações congêneres fundadas na Europa, na América Latina e, especialmente nos Estados Unidos.

Mas, se me permitis particularizar ou apontar certos objetivos especiais que lutamos por atingir, não poderei deixar de referir-me não só aos propósitos de coordenação e aos esforços necessários para prepará-la, como sobretudo à reação constante e, por tôdas as formas, contra as tendências ao diletantismo e à improvisação que ainda constituem, entre nós, dois dos maiores obstáculos aos progressos de nossa ciência. É a mesma luta que a seu tempo sustentava Durkheim, quando insistia sobre a necessidade dos estudos específicos, reclamava o sacrificio da megalomania intelectual, pedia, em nome da ciência, a substituição da precipitação pela paciência e tenacidade, e aconselhava a "acumular, em relação aos diversos aspectos da vida social, conhecimentos verificados donde se pudessem desprender idéias gerais demonstráveis". Porque, afinal, a ciência não é nem pode ser a mais alta generalização dos fatos de observação e da experiência. "O diletantismo de que então Jules Lemaitre era o príncipe, causava, segundo o depoimento de Bouglé, horror a Durkheim. Tudo aflorar, sem nada aprofundar, sob pretexto de cultura geral, correr à superfície das cousas e tirar-se das dificuldades por um golpe, por uma pirueta, era a seus olhos a mais perigosa das manias: o verdadeiro pecado do espírito. Contra êsse pecado nos premune solenemente sua tese que insiste (como nós temos insitado sem desfalecimento) sobre o dever de se limitar cada qual, de se canalizar, de especializar-se". Se êsses males, num país de alto nível cultural e de tradições científicas, em que nasceu a sociologia e numa época em que já contava a nova ciência com figuras de primeira ordem, se desenvolviam a tal ponto que Durkheim sentiu a necessidade de combatê-los, pode-se

fácilmente compreender os perigos que corre a nossa ciência em um país como o nosso em que êsses estudos são recentes, o ensino secundário, de uma insuficiência lamentável, e o que ainda predomina são os hábitos livrescos, as atividades literárias, e as sugestões da imaginação.

Não nos temos empenhado menos, em nossa Sociedade, em despojar a sociologia de todos os preconceitos que costumam deformá-la, comprometê-la e desviá-la do espírito e dos métodos científicos. Êsses preconceitos, como os perigos do diletantismo e da improvisação, a que há pouco nos referíamos, se estão ligados, por uma parte, à nossa velha mentalidade e tradições culturais, por outra, se prendem à base precária de estudos propedêuticos em nosso país ou a ausência, quase total, de uma firme orientação intelectual nos ginasios e colégios. À base do ensino superior não se levantou ainda entre nós, infelizmente, uma sólida educação secundária que nos permitisse reagir com mais eficácia contra essas tendências, desenvolvendo, desde a adolescência, pelo estudo, bem dirigido, das ciências de observação e de experiência, o sentido das realidades concretas, o espírito de exame, o senso crítico e a orientação para as verdades positivas. Como vós que, com tanto zêlo e saber servis à ciência, incutindo por todos os meios o espírito e os métodos científicos e, particularmente, sociológicos e antropológicos, procuramos *servir à sociologia* e aos seus progressos e não *servir-nos da sociologia* para fins particulares ou políticos. Partilhamos, por isso, a convicção de Charles Richet de que "os termos tão comumente empregados e ainda em voga em alguns países, de ciência "alemã", de ciência "francesa" (e, em nosso caso, de sociologia "brasileira", sociologia "peruana") são de uma terrível inexatidão. A ciência não é alemã nem francesa, não é européia, nem australiana, nem do século XX, nem do século XIII". É preciso dizer a ciência, como a sociologia, em tôda a sua nudez, simplesmente, sem epíteto. O que é nacional, o que é brasileiro, não é a ciência, nem seu aparato conceptual, nem seus métodos e técnicas de investigação, mas um determinado campo

de estudos, o objeto particular, a realidade concreta em que trabalha, que investiga, com seus conceitos e técnicas que, sendo científicos, são por definição universais. “O sábio, acrescenta o fisiologista francês, quando estuda um problema, considera-o em si mesmo, esforçando-se por esquecer sua nacionalidade, sua época, seus sentimentos, seus costumes. É o que se chama ser “objetivo”. A deixar-nos levar pelo sentimento ou pela moda, pela política ou pela ambição (acadêmica ou outra) somos fatalmente conduzidos quer a erros quer a resultados inteiramente nulos.

É esse espírito científico que nos impele a superpor, na medida do possível, a um ensino didático um ensino criador de idéias e de sistemas; é esse espírito que nos leva a repensar os problemas, teóricos ou concretos, não em função de particularismos exacerbados, em larga parte anacrônicos, mas à luz de nosso destino comum e de nossa vocação universalista, como homens de ciência; é esse espírito que certamente inspira vossos trabalhos e vos conduziu ao 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia, para expor os resultados gerais de vossas pesquisas ou o estado das questões mais importantes, relativas ao ensino e que constituem o objeto de vossas preocupações teóricas ou práticas. Não é para outro fim que se fundam por toda a parte associações e por toda a parte se realizam conferências científicas, destinadas a aproximar os especialistas, torná-los conhecidos uns dos outros, coordenar atividades, favorecer-lhes a apreciação das idéias, a análise das teorias e a discussão de problemas, atenuar as diferenças à procura de uma zona de concordância, e, num trabalho em comum, abrir perspectivas cada vez mais largas a uma ciência una, universal, no seu espírito e nos seus métodos. Não é somente no domínio científico e cultural, mas em todos os outros setores, — o social, o econômico e o político que se manifesta, como já observou Alexandre Marc, “uma irresistível tendência à unidade: tendência que não se interpretaria corretamente, considerando-a como uma simples “vista do espírito”, e qualificando-a, com um sorriso cético, de “generosa”. Na verdade não se trata de uma nova perspectiva ou de uma vista do espírito, mas de um impulso ou surto

histórico, ao qual contribuem igualmente o espírito e o real. E se se quisesse, nesta contribuição, discernir a parte de cada um, ser-se-ia obrigado a convir, ao que parece, em que é a *consciência* que está *em atraso* sobre os fatos”.

É, pois, de uma “tomada de consciência” que a humanidade, como cada uma das ciências, tem necessidade no momento, sob pena de se afundar no limiar de uma nova etapa de sua evolução. Tomada de consciência de uma unidade que (notai-o bem), “longe de se opor a uma diversidade irreduzível, nela toma ou dela extrai a força de seu impulso. Indissolúvelmente ligadas, diversidade e unidade constituem não só o caráter de toda ciência mas a nobreza e a própria marca da condição humana”. Todos os que trabalham no mesmo domínio, neste ou em qualquer outro setor científico, somos diferentes uns dos outros, pelos dons naturais, pelas nossas virtudes e fraquezas, pelo temperamento, pela formação, filosófica e científica de cada um, pelas influências que sofremos, pelas aptidões, em uns, para a análise, em outros, para a síntese, pelo gosto, nestes, pelas pesquisas de campo, naqueles, pelas especulações teóricas. Mas é pelas contribuições múltiplas de todas essas diversidades que se elabora e se forja, com o essencial que fica dos espíritos verdadeiramente criadores, a universalidade ou a unidade da ciência, nos seus conceitos fundamentais, nas suas construções teóricas como nas suas hipóteses de trabalho, nos seus métodos e nas suas técnicas de investigação. Por mais diferentes que fôssemos, pelos tipos de nossa formação, pelos temperamentos, pelas tendências individuais ou pelas circunstâncias de nossas vidas, tão diversas umas das outras, devíamos, no entanto, ter passado pela mesma experiência que, com igual devoção à ciência social, nos aproxima a todos. Uma experiência em duas faces: de uma parte, devíamos ter sentido apaixonadamente a grandeza da cultura humana, o valor desses tesouros acumulados pela inteligência durante séculos, através de gerações sucessivas, e, de outra parte, devíamos ter constatado a espessa camada de poeira e de esquecimento que recobre as idéias e teorias

ultrapassadas e nos faz pensar, para nossa humildade, que a história das ciências é também uma história de erros e que, se se dilatou o nosso campo de visão, nós o devemos aos esforços imensos dos que nos precederam.

Esse sentimento de respeito e solidariedade para com os mortos e vivos, que compõem a galeria dos que mais concorreram para os progressos da nova ciência; essa secreta humildade, sem modéstia, o desprendimento pessoal, a proibição, a tolerância, e portanto, a ausência de qualquer dogmatismo, ou isso de “tender à infalibilidade sem jamais pretendê-la”, como escreveu Malebranche porque não é possível alcançá-la, são, com o amor à ciência, o interesse pela pesquisa, o espírito de objetividade e o gosto das idéias exatas e precisas, algumas das qualidades essenciais ao homem que se aplica a qualquer domínio de estudos científicos. É sempre útil lembrar que os homens de ciência e mesmo os sábios, na mais alta expressão da palavra, “não são deuses, e há sempre furos ou brechas em sua couraça”, que, por mais sólida que seja, sempre apresenta pontos vulneráveis ou de pouca resistência... Certamente precisamos ter fé na ciência e, sobretudo, em nossa ciência, mas entre o *semper ignorabimus* de Dubois-Reymond e o *impavidi progrediamur* de Haeckel, entre o ceticismo e as negações antecipadas, de que se encontram na história das ciências exemplos singularmente infelizes, e a confiança ingênua nos progressos da ciência, a posição, mais equilibrada e racional, é exatamente aquela em que a idéia de perfectibilidade da ciência e do espírito humano sempre se acompanha da consciência profunda de que as conquistas científicas não se alcançam, em qualquer setor, senão à custa de esforços constantes e de penosos sacrifícios. De um lado, nunca se poderá dizer, em relação a qualquer problema científico, que se malogrará sempre ou nunca será resolvido. Quando Velpeau (para citar apenas um entre tantos exemplos) veio contar no Instituto de França a história de uma operação feita no sono anestésico, não declarou Magendie que era “impossível e contrário à moral” abolir a dor nas operações? No entanto, ninguém hoje se aventuraria a discutir a importância e a utilidade dos pro-

cessos anestésicos, que se tornaram prática habitual e rotineira em todos os hospitais do mundo. De outro lado, é Goethe quem afirma, com um fundo de verdade, ser “o gênio, uma longa paciência”; e Edison, o feiticeiro de Menlo Park, a quem as suas extraordinárias invenções conferiram uma “espécie de apanágio misterioso”, não declarou, fundado na sua própria experiência pessoal que, para se fazer ciência, são necessários três-quartos de “transpiração”, para um só de “inspiração”?

Todos vós sabeis que a sociologia, como qualquer outra ciência, é uma alta especialização que se embarça em dificuldades que seria imprudente e quase desonesto querer dissimular; que não progride senão pelo trabalho incessante de geração sucessivas; que reclama de todos os que a ela se consagram, uma obstinação metódica e uma disciplina ascética de todos os dias, e cujo desenvolvimento não se realiza nem se mede senão pelas contribuições originais, mais ou menos importantes, provenientes quer das elaborações teóricas quer das longas e pacientes pesquisas em setores limitados. Para empregar as palavras, não de um sociólogo, mas de um filósofo e trabalhador incansável, — Santo Agostinho, que exigia, na atividade intelectual, a ascese (*askésis*), não na acepção mística que tomou a palavra, mas no primitivo sentido grego, “aplicação, exercício, estudo”, poderia dizer-vos: “aut illo ordine eruditionis aut nullo modo”, ou esse longo e penoso itinerário ou renunciar a tudo. Mas, se é verdade que a sociologia ainda é, infelizmente, entre nós, uma ciência que tantos trazem na bôca ou na pena, sem a terem no coração; cujo espírito e rigor de métodos e cujo caráter de nobre e austera gravidade tão poucos ainda revelam, em suas obras, atividades e pesquisas, não é menos exato que caminhamos cada vez mais no esforço desenvolvido por toda a parte, no sentido de transformá-la de uma “terra de ninguém” (*no man's land*), — em que tantos literatos improvisados de sociólogos ainda se sentem com o direito de não somente fazer incursões, mais ou menos divertidas, mas de desfraldar suas bandeiras de grupos e de interesses econômicos e políticos, — num domínio de especialização, laboriosa

e difícil, em que muitos são os chamados e poucos os eleitos, como em qualquer outro campo de estudos científicos. Como há em tôda a vida comum "qualquer cousa de ardente que estimula o espírito, aquece o coração e fortifica a vontade", tudo o que há de calor nessas palavras que tenho a honra de dirigir-vos, não deveis atribuir senão ao interêsse de que todos participais, pelos progressos da ciência a que já dedicamos um quarto de século de nossa vida, e ao entusiasmo contagioso que se irradia do encontro, amável e confortador, com tantos colegas ilustres que nos chegam de vários pontos do país e compartilham conosco os mesmos princípios, o mesmo zêlo e as mesmas esperanças.

É com essas idéias, Senhores Congressistas, e com êsses sentimentos que vos recebemos nesta cidade e nesta casa, em que hoje nos reunimos pela primeira vez, para a sessão inaugural do 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia, e aceitamos (e se não nos tivessem oferecido, certamente a teríamos disputado) a gratíssima incumbência de apresentar-vos, em nome da Sociedade que tenho a honra de presidir, com os nossos melhores votos de boas-vindas, as homenagens de nosso respeito e de nossa admiração. Já vos conhecia a quase todos pelos estudos e monografias que nos tendes feito a gentileza de oferecer-nos, e com alguns de vós já vínhamos mantendo agradável e proveitosa conversação à distância sôbre nossos trabalhos com êsse interêsse comum pela ciência a que nos dedicamos, e na expectativa confiante dos benefícios previstos ou ainda imprevisíveis de suas aplicações à solução dos problemas sociais. De tantos e tão expressivos sinais de grata correspondência que nos atestaram honrosas simpatias na plêiade de mestres e especialistas do país e do estrangeiro, nenhum nos tocou mais vivamente no coração do que essa contínua troca de gentilezas, de livros e de idéias no campo da especialidade a que votamos o melhor de nossos esforços. A reunião do 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia, cuja realização devemos, antes de tudo, ao patrocínio da egrégia Comissão do IV Centenário da cidade de S. Paulo, e entre cujos objetivos não é o menor o de aproximar ainda

mais sociólogos e antropólogos do país, estreitar as nossas relações e favorecer o intercâmbio cultural indispensável ao desenvolvimento e à coordenação dêsses estudos, deparou-nos agora a oportunidade de vos felicitar pelo trabalho que vindes realizando através de tôdas as dificuldades na capital, em S. Paulo e nos demais Estados, e exprimir os votos que fazemos para que a comunicação mais íntima, aqui iniciada, a nosso prazer e para proveito de todos, seja fecunda em resultados e em novas iniciativas no plano do ensino, da produção e das pesquisas científicas. A nossa saudação a mais calorosa dirige-se particularmente às secções do Distrito Federal e de diversos Estados e aos demais centros de trabalho e instituições de ensino que se fizeram representar e constituem outros tantos núcleos de condensação e de irradiação cultural, que, no Brasil, já começam a assinalar, no horizonte de nossas possibilidades, os principais pontos de referência e de orientação nesses tão importantes setores de estudos e de investigações, e há muito tempo já uniram seus esforços aos nossos, para fazerem colaborar o ensino e a pesquisa, a teoria e a prática no progresso da ciência social e de suas aplicações.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

O ENSINO E AS PESQUISAS SOCIOLOGICAS NO
BRASIL — PROBLEMAS E ORIENTAÇÕES

FERNANDO DE AZEVEDO

Quando, na última fase da vida humana, atingimos os cumes de que se descortinam horizontes ilimitados, de uma luz mais pura, a vaidade já nos desertou do coração, e, em lugar das competições e do entusiasmo, o que nêle se instala é o espírito de renúncia, o gosto da meditação e a liberdade e a serenidade de julgamentos. Talvez, a essa altura, em que se concede que o espírito crítico se apresente às vêzes mais apurado, já não se admite facilmente não tenham sofrido desfalecimentos a inventividade e a fôrça de imaginação. É uma opinião que se formou e sôbre a qual tende a estabelecer-se um consenso geral, a de que o poder criador declina com a idade e costuma tomar-lhe o lugar o ceticismo indulgente, quase sempre motejador, com que os homens de cabelos brancos parecem dissimular, aos seus próprios olhos, os primeiros desmaios de suas fôrças, fecundas e renovadoras. Preferem então sorrir quando já não podem pensar com vigor até o fim ou agir com o mesmo ímpeto da mocidade e a mesma segurança da idade madura. Nas franjas da interferência entre duas vibrações luminosas, — a de uma vida intensamente vivida e apanhada nas suas melancólicas visões retrospectivas, e os primeiros clarões, a que outros chamariam sombras da eternidade, — o espírito se recolhe, incerto e meditativo, emergindo do flanco de um passado irreversível e caminhando inelutavelmente para um futuro sem perspectivas humanas. É certo que, “quanto ao momento em que se extingue o poder de produção e de invenção (cujo

apogeu seria, para os sábios, aos 35 anos, no parecer de Charles Richet), as diversidades são tais que não se poderia indicar regra” nem fixar fronteiras que ora avançam ora recuam conforme os indivíduos. Mas o próprio fisiologista francês que reconhece grandes variações em torno daquele limite e assinala notáveis exceções, é o primeiro a declarar, fundado tanto na história das ciências como na sua experiência pessoal, que, “passados os cinqüenta anos, já não há quase idéias novas e cada qual não faz senão repetir-se”...

Espero, no entanto, me tolereis que, na qualidade de presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia e dêste Congresso, tenha mais uma vez a honra de vos falar, nesta hora, triste para nós, por ser a de despedidas, e que, se nos convida a graves reflexões sobre assuntos de interesse científico, nos sugere, com o agradecimento a todos, por vossa amável presença, uma homenagem particular aos que chegastes de longe e, através de dificuldades inúmeras, vindes trazendo contribuições valiosas ao desenvolvimento dos estudos sociológicos e antropológicos no país. Temos razões para julgar que o Congresso, cujos trabalhos se encerram na tarde de hoje, marcará uma época, se dêle resultarem, como esperamos, uma consciência clara dos problemas que temos ainda de enfrentar, relativos ao ensino e às pesquisas nesse domínio de estudos, e uma vontade decidida de concorrer para resolvê-los, não por iniciativas isoladas, dispersas ou intermitentes, mas por uma coordenação de esforços contínuos dos que trabalham no mesmo campo de atividades científicas. Por tudo o que ouvimos, em repetidas trocas de idéias, quer nos debates das comissões e dos simpósios, quer nas conversações a que abriram oportunidades encontros, fortuitos ou procurados, de todos os problemas que se discutiram em uma semana de trabalhos, do maior interesse para o desenvolvimento das ciências sociais entre nós, nenhum sobrepõe em importância ao do ensino das especialidades a que nos dedicamos. Estivessem os progressos desses estudos ligados ou condicionados ao número de cadeiras de sociologia e de antropologia existentes no país (e só as de sociologia orçam por cerca de 150, das quais 30 em Faculdades de

Filosofia e outros institutos universitários, e 120 em Escolas Normais e Institutos de Educação), e já podíamos certamente dar-nos os parabéns. Mas, infelizmente, entre esses dois fatos dos quais um não exprime senão um crescimento quantitativo ou difusão do ensino, não há nenhuma relação de qualidade, como se pode ver, para dar apenas um exemplo, na França em que, sendo tão poucas as cadeiras (talvez umas cinco ou seis) existentes no ensino oficial, avulta, com uma tradição científica já secular, uma galeria notável de sociólogos, muitos de primeira ordem e não poucos de reputação universal.

* * *

Abordemos, pois, os diversos aspectos do problema, alguns dos quais já foram analisados por muitos de vós com a lucidez e firmeza a que nos habituaram vossas maduras reflexões sobre o ponto em questão. Se descermos às raízes não de nosso atraso, — aliás perfeitamente compreensível em domínio de estudos tão recentes entre nós, pois, se o ensino da antropologia já vinha desde o último quartel do século XIX, o da sociologia não data senão de pouco mais de 25 anos, — mas das dificuldades que ainda embarçam ou retardam os progressos destes estudos, não nos será difícil encontrar uma delas, e entre as mais profundas, na concepção que ainda se tem da sociologia em muitas camadas intelectuais do país. Ou confundimos sociologia com filosofia social, socialismo ou mesmo serviço social (confusão que, na própria França, ainda se verificava nos fins do século XIX, como se pode ver em revistas da época), ou caímos no erro oposto, — o de a tratarmos como se fôsse uma ciência já constituída e, portanto, sem as cautelas que impõe uma disciplina nova, de suma importância, mas ainda em formação. Ou idéias muito vagas e anacrônicas, já completamente superadas, sobre a nossa ciência, ou uma confiança sem reservas nas suas conquistas científicas, na exatidão de seus métodos e no poder de seus instrumentos de pesquisa. Duas atitudes igualmente perigosas. Pois, como já observava Claude Lévi-Strauss, concluindo um de seus

cursos nesta Faculdade, "somos obrigados a constatar que os métodos exatos de que dispõe atualmente (falava êle em 1935) a sociologia, são ainda insuficientes para fundar, ao menos no momento, seu caráter rigorosamente científico. Mas já é fazer obra de sábio chegar a essa constatação. Tratar hoje a sociologia como se fôsse ela uma ciência já constituída, é tornar-se vítima da mesma ilusão filosófica que tão fortemente pesou sobre os começos de nossa disciplina; é substituir o cuidado do *dever ser* ao estudo científico do que *é*; é introduzir na sociologia moderna um estado de espírito análogo, na forma senão no fundo, ao de Platão ou de Aristóteles... Não é certamente duvidoso que a sociologia deva ou tenha de tornar-se uma ciência. Mas o melhor meio de lhe apressar o progresso é de medir com rigor a imensidade do caminho que lhe resta a percorrer".

Que a sociologia seja uma ciência positiva e indutiva e que, apesar de tão recente na sua forma verdadeiramente científica, tenha feito progressos extraordinários em pouco mais de um século, pelo esforço fecundo e pela colaboração inestimável de eminentes sociólogos da França, Alemanha, Inglaterra, dos Estados Unidos e de outros países, não há (ao menos para mim) sombra de dúvida. Mas, daí a considerá-la como uma ciência já suficientemente constituída para que se possa estabelecer o acôrdo sobre todo o seu aparato conceptual, de noções fundamentais, e de seu equipamento metodológico, assim como o de sua terminologia científica, vai uma grande distância que não se pode vencer senão a poder de esforços aturados e de metódicas atividades científicas de várias gerações. Todos nós que nos esforçamos algum dia por lhe compendiar, num todo orgânico ou mais ou menos sistemático, os conhecimentos científicos já acumulados, ou por inventariar, fixar e definir os seus termos correntes num vocabulário técnico e crítico, podemos constatar que o seu *corpus* teórico, já tão denso e embora constantemente enriquecido, ainda apresenta imperfeições ou falhas graves que limitam singularmente, no conjunto, o seu valor e o seu alcance, e que a terminologia científica ou, se quiserdes, a língua sociológica levanta problemas que estão

longe de serem resolvidos no estado atual da ciência. Uma das dificuldades maiores em que esbarram o ensino e as pesquisas no campo das ciências sociais e a aplicação prática dessas ciências no plano internacional, reside, como já se observou, exatamente no fato de que não existe uma terminologia consagrada e válida universalmente e bastaria para explicar como a nossa ciência ainda está longe dessas grandes sistematizações que, resultando do seu grau de amadurecimento e de precisão e da generalização dos fatos de observação e experiência, concorrem para tornarem mais fácil e segura a transmissão, pelo ensino, dos conhecimentos científicos. Embora a literatura sociológica já disponha de alguns glossários científicos, em italiano, inglês, alemão e português, nem são construídos sobre a base de colaboração e de consultas que permitam, pela história e crítica dos verbetes, encontrar nêles a solução de certos problemas terminológicos, nem são êles tão completos e precisos que suprimam ou atenuem a necessidade, senão urgência, de elaborar para a sociologia um desses dicionários críticos, multilíngües, que definam com rigor, em cada língua, termos tornados quase técnicos e as variações semânticas por que passaram. Ciência jovem, ainda por sistematizar, a sociologia sofre, pois, dessas imprecisões e insuficiências comuns a tôdas as ciências jovens, e a menor, entre essas deficiências, não é, por certo, a de um vocabulário preciso sobre o qual os especialistas tenham chegado a pôr-se mais de acôrdo.

Mas, além das dificuldades inerentes ao próprio estado atual da sociologia e que, em parte, podem ser superadas por um esforço constante de revisão e coordenação de teorias, apresentam-se outras, por assim dizer externas, ligadas à mentalidade e às tradições histórico-culturais do país. Em seu trabalho "Vicissitudes de vida científica", em que estuda "as influências recíprocas entre a mentalidade científica e a do ambiente que a cerca", pondera com razão Rocha Lima que "tanto o desenvolvimento e a irradiação do espírito científico são dependentes do grau de concentração e apoio que encontram no meio ambiente, quanto depende a capacidade dêste para avaliar e estimular o esforço científico, da qua-

lidade e irradiação do espírito cultivado nas suas instituições dedicadas à ciência". É um círculo vicioso, como observa, que não se poderá romper senão por um conjunto sistemático de esforços e medidas em que, por certo terão papel importante o espírito e as atividades de ensino, de pesquisa e produção dos especialistas. A indiferença, a incompreensão e mesmo a hostilidade do meio ambiente, que se exprimem em relação à cultura em geral e, particularmente, às ciências, pelas intromissões políticas e pelo descaso das administrações, tanto nos velhos processos burocráticos como nas próprias esferas do ensino, em que não raramente as preocupações com a carreira e as vantagens pessoais tomam o lugar às ambições puramente científicas, são tais e tamanhas, tão inveteradas e ainda tão terrivelmente bloqueadoras do verdadeiro espírito científico que o antigo diretor do Instituto Biológico declarava com amargura que, para não sofrer e não desanimar com elas, seria quase preciso ter "a insensibilidade de um faquir indiano". Aqui fala (são palavras suas) "a experiência de vinte anos de construção e defesa de uma cabeça de ponte na luta pela ciência em setor dos mais desalentadores pelo aspecto multiforme das resistências, das armas, das camuflagens e das manobras de ferreiros adversários fortemente entrincheirados". Ora, se essa mentalidade nutrida de uma tradição secular de erudição livresca, de cultura literária e retórica, tanto quanto no culto do êxito imediato; empenada na rotina burocrática e desenvolvida por uma política que se contenta com aparências e dissimula, sob ostentações demagógicas, a pobreza de seu interesse e de seus planos culturais, tem concorrido tão poderosamente para retardar o desenvolvimento das ciências matemáticas, físicas e biológicas, não é de surpreender se constitua num dos maiores obstáculos ao progresso das ciências humanas e, particularmente, da sociologia, ainda tão mal interpretada, tão incompreendida e desvirtuada nas elites dominantes, políticas, administrativas, econômicas e mesmo intelectuais que ou desdenham a sociologia ou, quando pretendem fazê-la, não são tão felizes quanto Mr. Jourdain que fazia prosa sem o saber...

É a êsse mesmo espírito que se prendem, como a tantas outras condições adversas à formação de pesquisadores e de homens de ciência, a improvisação e o diletantismo, a simulação de conhecimentos e o gosto da publicidade, a corrida desenfreada para os cargos e o culto das exterioridades brilhantes que compõem tudo o que há de mais contrário à verdadeira cultura e carreira científicas, cuja única medida se tem de buscar no alto teor da produção intelectual. O que se abre e se tem aberto, sob a pressão dessa mentalidade, são, como sabeis, os atalhos que levam à meia-ciência em todos os departamentos do saber humano. "Com mentalidades opostas (escreve Rocha Lima) a ciência e a meia-ciência falam línguas diferentes, as quais apenas superficialmente se confundem nos ouvidos não habituados a distingui-las. Com a prática, porém, aprende-se até a perceber quando, como não raro acontece, uma é astuciosamente falada com ênfase, mas com o sotaque da outra". Ora, as observações, tantas vezes formuladas, de sábios das mais diversas especialidades e a história de suas vidas, simples e penosas, levam-nos à convicção de que a ciência não é possível senão por um esforço de isolamento espiritual de quem a ela se dedica e seja capaz de viver nessa relativa solidão que permite ou favorece a concentração mental em que nascem e se desenvolvem aquela independência e liberdade de espírito indispensáveis ao jôgo e ao manejo não só das forças intelectuais, na sua plenitude, como dos métodos de investigação, em que se apoia todo e qualquer trabalho científico. Esta é uma verdade a que não é possível fugir, se não nos contentamos apenas em ensinar ciência, mas ambicionamos contribuir para os seus progressos. O trabalho científico, seja qual fôr o campo em que se realize, é zeloso e não admite ao seu lado quaisquer outras considerações "que não sejam ditadas e exclusivamente ditadas, como nos lembra Alexandre Lipschütz, pela fria lógica imanente ao desenvolvimento de seus problemas". Se, pois, as condições sociais, econômicas e políticas, assim como o tipo de organização do ensino no país, não concederem ao especialista, pelo regime de vida a que o condenam, a possibilidade de alcançarem, com a se-

gurança material esse grau de concentração de espírito e de seguirem livremente as exigências do seu trabalho científico, isto é, uma inteira liberdade de criação, adeus! ensino de alto nível; adeus! sociologia; adeus! esperanças nos progressos da ciência.

Ou muito me engano, ou a essa mesma mentalidade, a esse mesmo espírito utilitário que nos torna tão sensíveis às seduções da fortuna ou da carreira fácil, liga-se também a tendência, às vezes tão funesta, a desdenhar as especulações teóricas e a não apreciar os conhecimentos científicos senão à vista e em termos de suas aplicações imediatas. É claro que o conhecimento tende e deve tender à ação; que a rapidez da difusão da ciência atual não se explica senão por considerações práticas, e que, se a cultivamos, é sempre com as esperanças dos novos benefícios que delas resultam ou possam resultar para a solução do problemas concretos que, em cada sociedade, desafiam a argúcia e a experiência dos homens. "Saber para prever; prever para prover", na síntese lapidar de Augusto Comte que imprimiu a um pensamento antigo a forma quase popular de um adágio. E, se há época que se impregnou desse espírito, sob a pressão do próprio desenvolvimento científico, é exatamente a nossa, em que, por toda a parte, se desenvolve, com intensidades variáveis, um esforço incessante no sentido de formar gerações mais práticas e positivas, desviá-las das discussões estéreis para a ação eficaz, prepará-las para "sonhar menos e agir mais" e pô-las em condições de colaborar útilmente na obra imensa de reconstrução. "Nossos antepassados (escreve Michelet) sonharam muito e discutiram demais. Nós, nós somos trabalhadores, e eis porque o nosso sulco foi abençoado. O solo que a Idade Média nos deixou ainda cheio de sarças, produziu por nossos esforços uma tão poderosa messe que já envolve e vai cobrir o velho marco inerte que acreditou deter a charrua". Mas, se tudo isso é exato, não parece menos verdadeiro que, para poder dedicar uma vida à ciência, não é necessário que o homem de ciência se pergunte qual será a utilidade prática de suas investigações. Pois,

para lembrar apenas um entre tantos exemplos, não foi "das mais altas e mais abstratas concepções de um puro gênio teórico, Clerk Maxwell, que saiu essa aplicação tão interessante e tão cheia de futuro como é a telegrafia sem fio"? Se a criação científica surge e se aprofunda como vimos, na liberdade do isolamento e da concentração, não é menos certo que, quando o homem de ciência se recolhe, é como se a comunidade lhe delegasse uma missão, em proveito dela própria, para que se isolasse e assim pudesse desenvolver melhor todo o seu poder de criação. Ele não se isola para se alheiar dos problemas de seu meio e de seu tempo, mas a fim de se forjar a armadura necessária para enfrentá-los; isola-se para melhor os conhecer e dominar, e fazer convergir sobre eles, iluminando-os intensamente, todo o feixe de luzes que concentrou, na pesquisa e na meditação.

Mas, como se não bastassem essas e outras duras exigências, no domínio dos estudos científicos, tantas vezes embaraçados pelas condições materiais do magistério e por ocupações parasitárias que, crescendo desmedidamente em nosso meio, lhe absorvem o tempo e lhe reduzem a eficiência, ainda é preciso contar com os graves problemas que levanta o estado em que se encontra a educação secundária no país. Não é possível elevar a um alto nível o ensino superior em qualquer tipo de especialização, profissional ou intelectual, sem as sólidas fundações de uma educação secundária que vise antes de tudo à formação do espírito. Ora, como é do conhecimento de todos, a extraordinária expansão quantitativa do ensino secundário, que não se processou nem podia processar-se senão a preço da qualidade, e os problemas que suscitou e não se acham sequer em via de solução, como sejam os de instalações, de aparelhamento técnico e de escolha de professores, acarretaram um sensível rebaixamento de nível desse tipo de ensino que reside à base do superior e é condição essencial ao seu desenvolvimento. Se considerarmos as estreitas relações existentes entre a educação secundária, de um lado, e o ensino superior, de outro, e, particularmente, nessa esfera, as Faculdades de Filosofia e as de Ciências Econômicas e Administrativas, com seus res-

pectivos cursos de ciências sociais, fácil nos será compreender a extensão e a gravidade das conseqüências dêsse “rebaixamento de nível” dos ginásios e colégios sôbre todos os institutos de ensino superior e universitário. De uma parte, é às Faculdades de Filosofia que cabe, entre outras funções sumamente importantes, a da preparação cultural e pedagógica dos professôres do ensino secundário, — e realmente é êsse o meio de que dispõem, para influírem na renovação dos ginásios e colégios, — e, de outra, é das escolas secundárias que elas recebem e tem de receber os estudantes que lhes freqüentam os cursos, — e é por aí que essas escolas influem poderosamente sôbre aquelas Faculdades, fornecendo-lhes o material humano em que têm de trabalhar, para o encaminhar e prepará-lo nas diversas especializações. Mas nem é sômente a grande queda de nível do ensino secundário que concorre para acentuar as dificuldades do ensino, no plano superior, pois o que é ainda mais grave é a completa ausência de uma firme orientação nesse ou naquele sentido, nas escolas secundárias, nem é um problema, êsse, em cuja solução, dependente de uma multiplicidade de fatôres, possam interferir com eficácia as Faculdades de Filosofia senão, — e ainda assim parcialmente, — na formação de seu professorado e na medida em que se organizaram e se puseram em condições para prepará-lo.

* * *

No entanto (e creio ser por aí que precisamos começar) muito podemos fazer, lançando mão de todos os meios ao nosso alcance, no sentido de obter dos governos maior interesse na solução dos problemas relativos ao ensino secundário. Falta-lhe, como acabei de dizer-vos, “qualquer orientação nesse ou naquele sentido”, e o que é, ao meu ver, necessário é imprimir, por uma reforma radical, uma segura orientação no sentido de habituar os jovens estudantes, desde a adolescência, às concepções e aos métodos científicos. Se as ciências, em todos os domínios e na variedade de suas aplicações, tendem a ocupar um lugar cada vez mais importante

nos institutos de ensino superior; se elas residem à base de toda especialização profissional ou técnica e constituem a própria essência de uma especialização intelectual em qualquer de seus domínios; se é fato incontestável a penetração do espírito e dos métodos científicos em tôdas as esferas de conhecimentos e se os próprios estudos literários podem orientar-se e já se orientam para o princípio científico; se se ampliou o conteúdo da cultura e o conceito de cultura se transformou, pelo desenvolvimento das ciências cujo espírito penetrou a vida atual e todo o ensino, inclusive o das letras, não se concebe, em nossos dias, ensino secundário em que não predominem ou avulsem os estudos científicos, no que têm de fundamental, no seu espírito e nos seus métodos, e não se encarem êles como a base sólida em que possamos estabelecer as especializações ulteriores. Ainda que se considere que a função do ensino secundário, que é um ensino geral ou ensino de cultura, é eminentemente formativa e deve visar, sobretudo, à “educação geral do espírito”, já não é possível hoje desconhecer ou subestimar o papel que, ao lado dos estudos literários, desempenham os estudos científicos nessa formação. É por êsses estudos, exatos e precisos, “em que se adquirem o gôsto da evidência e o desprezo das falsas claridades”, como observa L. Poincaré, que se aprende a conceber as cousas com nitidez e a exprimi-las com precisão; é por êles, mais do que por quaisquer outros, que se adestram os jovens espíritos, pela observação dos fatos e reflexos sôbre êles, no exercício do raciocínio lógico e do método indutivo; é por êles que os adolescentes se habituem a “não aderir senão ao que lhes é persuadido pela razão”; é por êles enfim, que se desenvolvem o sentido da probidade, o amor do que é justo e verdadeiro e se apreende o sentido universal da ciência e, com êle, o sentimento da união e da solidariedade social e humana. É fácil, pois, compreender, em toda a sua extensão, o que, para os institutos superiores e, especialmente, para o estudo das ciências sociais, será o ensino secundário organizado na base de um “ensino submetido a todo um conjunto de regras precisas e severas que dêle façam um exercício de verdadeira ascese intelectual”.

Entre as ciências, cujo ensino seguramente orientado pode contribuir à formação do espírito e para as quais os sábios e os homens de nosso tempo pedem, com insistência, na educação da juventude, o papel que elas já tem na vida, figura certamente a sociologia, que, além das virtudes educativas, comuns a tôdas, e outras que lhe são peculiares e se prendem à sua própria natureza e à especificidade de seu objeto e de seus métodos, concorre, como nenhuma outra, para despertar, no indivíduo, a consciência da vida social, de seu papel na sociedade e dos problemas sociais. Foi o que mostrou o Prof. P. Arbousse Bastide no seu estudo sobre a sociologia no ensino secundário. Confesso, porém, que, dada a complexidade de nossa ciência e o grau insuficiente de sistematização de conhecimentos sociológicos no estado atual e em razão dos perigos de deturpação a que ainda está exposto o seu ensino entre nós, seria preferível conceder lugar preponderante, no currículo do ensino secundário às ciências físicas e experimentais, já constituídas e mais avançadas, que já atingiram um alto grau de precisão nos seus conceitos e nos seus métodos, e cujo papel na educação geral dos espíritos se exerceria mais facilmente pela compreensão das leis essenciais que governam a natureza e pela explicação dos mais simples desses fenômenos e dos princípios fundamentais de teorias mais ao alcance de adolescentes. Essa questão de se incluir, no currículo do ensino secundário, o estudo das ciências sociais, sob essa ou aquela denominação e com fins puramente sociais e educativos, já foi abordada e esclarecida, em seus diversos aspectos, pelo Prof. Florestan Fernandes, que elegeu esse assunto para objeto de sua importante comunicação. Em todo o caso, mais fácil e eficaz se tornará o ensino das ciências e, particularmente da sociologia e da antropologia nas escolas superiores, se êle se levantar um dia sobre alicerces mais firmes de uma cultura propedêutica, em que desde cedo se desenvolva, por êsses ou aquêles estudos científicos, o sentido das realidades concretas e se formem inteligências orientadas para a observação e para as verdades positivas. Enquanto esperarmos por essas reformas, de interêsse capital, do ensino secundário, é às

Faculdades que compete iniciar, para continuá-la e desenvolvê-la, essa obra de “recuperação” ou, melhor, de instauração, pela base, do espírito e dos métodos científicos, em geral, e sociológicos, em particular, quer criando cursos liminares de um a dois anos de preparação às diversas especialidades ensinadas nesses institutos universitários, quer planejando e organizando, no interior de seus currículos, cursos de introdução, de noções fundamentais das teorias sociológicas, e sujeitos a constantes revisões. A importância desses cursos de noções básicas sobre os quais, se nos dispomos a ir diretamente ao essencial, já não será difícil estabelecer-se um acôrdo ou, se quizerdes, uma zona de concordância entre especialistas, e que devem ter um caráter crítico, *descritivo* e *prescritivo*, isto é, servir para definir, precisar idéias e guiar, é tanto maior quanto mais se reconhecer que “um erro nunca é tão difícil destruir quando se fixou no espírito pela impropriedade de uma expressão” ou pela falta de rigor na formulação teórica de conceitos fundamentais.

Mas um ensino superior não é superior “porque êle trata de questões árduas e difíceis, mas porque, como observa L. Poincaré, vai ao fundo das cousas, porque se dirige à razão, porque discute, porque prova”, e, sobretudo, porque não se contenta em transmitir a “ciência feita” mas se esforça por elaborar, por “fazer” ciência, ou, em outras palavras, por concorrer, pela investigação, aos seus progressos. E aqui tocamos um ponto capital, que é o da associação do ensino e da pesquisa, examinado pelo eminente Professor Roger Bastide com admirável precisão. “Mesmo os mais incultos (lembra-nos Rocha Lima) já perceberam que foi a ciência que venceu a guerra. E essa ciência que faz vencer, não se compra *feita*: é preciso cultivá-la em próprias terras”, e o meio de cultivá-la e de fazê-la progredir, são as investigações metódicamente conduzidas, segundo técnicas laboriosamente adquiridas, renovadas e adaptadas ao objeto da pesquisa. É sempre um erro circunscrever os limites de uma ciência às verdades conquistadas quando a zona do desconhecido ou os mistérios (tomada a palavra no seu sentido filosófico) aumentam na razão direta dos conhecimentos que se

acumularam. A solução científica de problemas fará sempre nascer outros, com que se preocupam, numa cadeia ininterrupta de esforços, gerações sucessivas. A ciência cria o mistério, desperta a consciência do desconhecido; o mistério, ou o alargamento da zona do desconhecido, é função da ciência. Na realidade, a ciência e o mistério, como pondera J.-H. Rosny, “não são senão estados de uma mesma tendência: há ciência cada vez que nós resolvemos um problema; há mistério (parcial, provisório ou durável) cada vez que pomos um problema sem podermos ainda resolvê-lo. A ciência não é senão a soma de problemas resolvidos, e o mistério, o conjunto dos problemas em suspenso”. Mas o próprio fato de conceber um problema supõe uma direção científica, pois não se poderia imaginar um problema sem que houvesse ao menos tendência de solução. O castigo infligido a Prometeu por ter arrebatado o fogo do céu já não atemoriza as gerações de hoje que, por tôda a parte e em todos os domínios, não tremem “diante do pensamento de levantar uma ponta do véu que nos encobre ainda tantos mistérios”. Precisamos seguir-lhes o exemplo em nosso setor de trabalho, aplicando métodos precisos, rigorosamente científicos, no estudo e na solução ds problemas e alargando cada vez mais o campo às atividades de pesquisa.

No esforço, porém, que temos de desenvolver para integrarmos o espírito criador no ensino e transformarmos a pesquisa em uma de suas atividades normais, é necessário atentarmos para três pontos da maior importância. Antes de tudo, temos de criar e desenvolver o sentimento ou a consciência de que “o interesse de uma pesquisa não está em sua aplicação prática”, segundo já tivemos ocasião de observar. Essa, — a aplicação prática (é Charles Richet quem afirma com a sua autoridade de pesquisador) “virá sempre cedo ou tarde, à sua hora, pois milhares de pesquisadores virão abater-se sobre ela. O interesse imenso, indefinido, de uma investigação está no imprevisto que ela vai talvez trazer e, sobretudo, na extensão dos numerosos horizontes que vai descobrir”. Em segundo lugar, a atividade científica, — não

só a de laboratório, a investigação experimental, mas todo e qualquer trabalho de campo, requer, pelas técnicas modernas, a colaboração de vários e às vèzes de muitos pesquisadores. Já não é assunto pessoal, mas atividade de grupo; e, se é indispensável um chefe que a inspire, a oriente e a dirija, não é menos necessário o espírito de *equipe*, isto é, a colaboração inteligente e entusiástica de pesquisadores jovens, suficientemente adestrados, que, a poder de se aplicarem em atividades dessa ordem, acabem por se tornarem senhores dos métodos das técnicas de investigação social. Entre as condições adversas à associação do ensino e da pesquisa, entre nós, à formação de pesquisadores, hábeis e seguros, e à participação direta de jovens estudantes, encontram-se, como o sabeis, as dificuldades opostas ao regime de tempo integral, a defeituosa e arcaica organização de nosso ensino superior e a insuficiência, senão ausência total (e aqui ferimos o terceiro aspecto da questão) dos recursos necessários à preparação e ao recrutamento do elemento humano como à realização de atividades, sempre difíceis, demoradas e dispendiosas, como são as de pesquisa, em qualquer dos domínios científicos, quer no campo das ciências físicas e naturais, quer no setor, ainda tão pouco explorado, das ciências sociais. Enquanto não nos convenceremos de que não há educação barata, como não há guerra barata, não é possível erguer no país êsse “arcabouço cultural”, essa poderosa armadura científica, de tamanha importância, como assinala Rocha Lima, e de tão alto significado, nas nações modernas, que aquela que o organizou sólidamente e chegou um dia a possuí-lo, ainda que venha a ser “despojada de suas riquezas” e de suas fôrças econômicas e militares, como a Alemanha, em consequência de uma guerra, pode refazer-se da catástrofe e reerguer-se rapidamente de seus escombros.

É, por isso, entre outras razões, que não partilho as esperanças sem reservas que tantos alimentam na plena autonomia das Universidades, como um meio de resolver os nossos problemas técnicos, administrativos ou financeiros, ligados ao ensino e às pesquisas. Não é somente porque a independência absoluta tem tido às vèzes o inconveniente grave de

traduzir-se em uma resposta demasiado lenta às mudanças de condições e necessidades da própria sociedade, a cujos interesses as Universidades têm de servir, como já se observou, em relação a vários países e, segundo o depoimento de Lord Lindsay of Birker, na própria Inglaterra. Mas por uma razão, talvez mais forte, porque se prende às condições econômicas e financeiras das instituições universitárias, entre nós. Todos sabeis como as Universidades britânicas, totalmente regidas pelo seu professorado, sempre se mantiveram livres de ingerências estranhas e se mostram orgulhosas de se sentirem independentes. É nelas do mais alto nível o ensino superior e, se procuram, para atenderem a necessidades novas, aumentar a quantidade e a extensão, se esforçam por organizarem êsse crescimento numérico sem qualquer sacrifício da qualidade. No entanto, como nos conta Lord Lindsay, as exigências crescentes da ciência moderna concorreram "para que o equipamento das Universidades antigas, como as de Oxford e de Cambridge, se tenha tornado cada vez mais caro, e, ao terminar a primeira guerra mundial, se viu claramente que as Universidades já não podiam cumprir a sua missão sem a ajuda financeira do Estado". Se, pois, na Inglaterra, em que as Universidades tradicionais gozavam de plena independência e podiam bastar-se a si mesmas, mantidas pelas suas próprias fundações, já agora sentem a necessidade de ajuda exterior, como num país pobre, qual é o nosso, sem tradição universitária, e em que se verifica, em contraste com os Estados Unidos, um desinteresse quase total das classes abastadas em relação à cultura e à ciência, podemos dispensar a ajuda financeira e a própria interferência do Estado na organização geral das Universidades, quando a maior parte do povo inglês já reconhece competir ao Estado não só apoiá-las financeiramente, mas rever e, até certo ponto, determinar as linhas gerais da organização universitária do país? Mas o problema tem duas faces: se, de um lado, precisamos da ajuda financeira do Estado, sem cujos auxílios, por verbas ou subvenções, morreriam as Universidades à míngua de recursos ou acabariam por se afundarem num ensino de baixo nível; de outro lado,

Prof. Dr. Antonio Delorenco Neto
B. G. 1.103,532

dentro dos limites e das linhas gerais traçadas pelo Estado, as Universidades devem ser livres "para ensinar e investigar" e poderem, por essa forma, num regime de ampla liberdade de criação, contribuir para o progresso das ciências.

* * *

Não há, de fato, perigo maior, especialmente para o desenvolvimento das ciências sociais, do que a submissão, sem restrições, das Universidades ao Estado que, como um rôlo compressor tende a tudo uniformizar e nivelar por baixo, modelando segundo um único padrão os institutos universitários, conduzindo a essa terrível "simplificação dos tipos humanos que compensa a complicação dos organismos coletivos" e, — o que é pior ainda, — montando guarda, em nome de qualquer doutrina oficial, à porta do ensino e no campo das pesquisas. Se é sempre prejudicial à cultura procurar desviar, em proveito de determinados modos de atividade, as forças vivas de um país, e realmente funesta qualquer tentativa que se arriscasse a estancar essa fonte preciosa de riqueza moral e intelectual que reside na imensa variedade dos espíritos, compreende-se como, no campo das ciências sociais, seria nocivo uniformizar tendências que se devem desenvolver, de acôrdo com o temperamento e os gostos de cada um e em conformidade com as próprias perspectivas, tão diversas quanto sedutoras, que se abrem, pela variedade dos quadros regionais, no domínio das pesquisas sociológicas e antropológicas no país. Em vez de Faculdades, organizadas segundo modelos uniformes, e cujas secções se achassem ou viessem a achar-se no mesmo nível, como líquidos de vasos comunicantes, eu preferiria sempre Faculdades que, dotadas do mesmo espírito e servindo-se igualmente dos métodos científicos, mas achegados ao seu meio e às suas condições e problemas particulares, se diferenciasssem umas das outras, especializando-se em diferentes campos científicos e em setores diversos da mesma ciência, conforme as tendências da cultura, os estímulos e as solicitações do meio a que servem. É por essa forma que, umas em face das outras, aumentariam,

com o interesse científico que fôsem capazes de despertar, o raio de sua influência e o seu poder de atração. As Faculdades do norte, as do centro e as do sul, os núcleos de estudos e pesquisas, no campo da sociologia e da antropologia, organizando-se sob o impulso das próprias forças e em direções diferentes ou em especializações diversas, teriam de preferir (para empregar as admiráveis palavras de Alfonso Reyes) “o que também temos de preferir nós outros. Elas prefeririam encontrar aqui o convexo de seu côncavo, o complemento de sua escassez (porque somos todos diferentes em algo e tudo o sabemos entre todos); elas nos prefeririam singulares e outros, capazes de trazerem uma resposta onde elas trazem uma pergunta e aptos para propor nossas perguntas onde elas trazem as respostas. Afinidade de eletricidades contrárias, atração do diferente pelo diferente, isto é que é colaboração”.

Mas não é só a colaboração que se apoia na “atração pelo diferente”, como ainda acabamos de ver nas reuniões do nosso 1.º Congresso, senão também, com o proveito dos contactos de culturas e mentalidades diversas, a própria admiração, que aproxima os indivíduos, uns dos outros, e se alimenta por igual, do “diferente” quando êste se eleva a um plano superior. No fundo, apesar de todo o egocentrismo humano que tantas vêzes toca às raias do narcisismo, o que nós outros amamos e admiramos, é menos aquilo em que se assemelham a nós do que aquilo em que de nós se diversificam, menos os pontos de contacto do que os de diferença, que, distinguindo os indivíduos, lhes marcam a personalidade, sem, no entanto, separá-las. E, além de ser “perfeitamente compatível com a conservação do caráter próprio o aprender a admirar virtudes alheias”, é certo que só nos tornamos melhores quando admiramos. É o que pudemos ver e apreciar, edificados, nos trabalhos de nosso 1.º Congresso que foi obra de todos, e cujos benefícios provieram tanto de elementos novos e vigorosos, como do concurso de alguns dos mais altos valores, já consagrados, no domínio de nossos estudos. Já no fim de uma carreira, cujo têrmo tem sido dila-

tado pela amável imposição de amigos e companheiros de trabalho e por uma conspiração subterrânea de circunstâncias imprevistas, fazemos os nossos melhores votos para que a nossa Sociedade se constitua como uma pequena, mas firme união para a luta e a vitória, no campo de batalha pelo progresso das ciências sociais no Brasil, não só a fim de fazer progredir os estudos, o ensino e as pesquisas sociológicas e antropológicas, como também para abrir, entre nós, ampliando-o cada vez mais, o campo de suas aplicações na solução dos problemas sociais. Não ignoramos as dificuldades, resistências e oposições que nos levantam a indiferença e a incompreensão do meio e que teremos de enfrentar. Mas eu confio em todos vós, como me habituei a confiar naqueles que me deram ou me vêm dando, com o prazer e o proveito de sua convivência, uma colaboração valiosa a todos os respeito. E, “embora a saibamos longa, dura e ingrata, não devemos nem podemos desanimar na luta (à qual nos convoca Rocha Lima, com sua larga experiência no campo das ciências biológicas) entre a ciência cultivada no nível dos países à frente da civilização e as forças contrárias que a desconhecem, deformam, desvirtuam, oprimem e constantemente a hostilizam, mesmo quando em brilhantes solenidades ou em vistosas construções lhes copiam as formas exteriores e lhes rendem ruidosas, mas convencionais homenagens”. Afinal, ainda que nos possa tardar o apoio necessário que a nossa ciência espera dos governos, da sociedade e de suas instituições, ela viverá e se renovará, se encontrar em nós a seiva de que se alimenta e que é constantemente fabricada por operários fiéis a seus princípios e a êsses ideais.

COMUNICAÇÕES

As comunicações vão aqui reproduzidas como as recebeu dos autores a Comissão Organizadora e na ordem em que foram apresentadas. Excetua-se todavia uma dentre elas. Devido provavelmente a lapso de interpretação da circular, — que falava em remessa da tese e competente resumo, — o congressista Rivadávia Marques Júnior enviou apenas êste, tendo feito oralmente o desenvolvimento em plenário. Limitamo-nos aqui, por isso, a registrar os tópicos da sua comunicação, intitulada — “Análise da vida rural sob o ponto de vista da organização e condições de vida”.

Na região estudada, ao sul do Estado de São Paulo, verificou o autor:

- 1) — população rarefeita;*
- 2) — pouca divisão do trabalho;*
- 3) — grande diferença entre os meios de vida do latifundiário e do pequeno lavrador e assalariado;*
- 4) — mobilidade espacial, devida provavelmente a:
 - (a) — penúria material e pobreza de equipamento;*
 - (b) falta de preparação técnica para a exploração racional da terra;*
 - (c) — falta de integração à sociabilidade local;*
 - (d) — concorrência da mecanização incipiente;*
 - (e) — sentimento de insegurança;*
 - (f) — atração da cidade;*
 - (g) — recrutamento de mão de obra industrial.**

O autor traça em seguida o quadro da vida quotidiana, ressaltando o isolamento entre as famílias; a falta de cooperação; as relações cordiais entre as camadas. Termina salientando a falta de assistência do Estado; a deficiência das vias de comunicação; a necessidade da educação rural tornar-se não um agente de adaptação às condições existentes, mas de transformação dos meios de vida.

O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL: SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE DE DADOS SOCIOLÓGICOS

OLAVO BAPTISTA FILHO

Nos últimos 20 anos, a estatística brasileira evoluiu a passos acelerados, estendendo-se aos mais variados setores da vida social, econômica, política e administrativa do país e aprofundando-se em investigações cujos objetivos são constatar fatos, pesquisar causas e apreciar efeitos dos fenômenos de toda ordem.

Importante a notar na investigação estatística que se processa no Brasil é o aspecto de sistemática e periodicidade. O sistema estatístico brasileiro, estabelecido através da criação do IBGE e dos diplomas firmados posteriormente entre as três órbitas administrativas, a União, os Estados e os Municípios, vem sendo aperfeiçoado à medida que se consolidam as providências postas em prática pelos órgãos deliberativos, pelas repartições federais e estaduais filiadas ao sistema e pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística.

A Convenção Nacional de Estatística e os Convênios Nacionais de Estatística Municipal estabeleceram normas e firmaram princípios de ação, fundados na cooperação inter-administrativa, visando a manter a indispensável uniformidade na coleta dos dados primários. A necessária unidade de plano se tornou possível sem que houvesse por parte do sistema qualquer interferência nos princípios da autonomia dos estados e municípios, princípios em que se assenta o regime democrático da república federativa.

A orientação técnica traçada cada ano através das resoluções e pronunciamentos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística não cerceando a liberdade das administrações regionais e comunais, proporciona a imprescindível unidade para a comparabilidade dos resultados e o julgamento da extensão e intensidade dos fenômenos.

A apresentação da estatística geral brasileira está compreendida num esquema fundamental abrangente das situações física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política. Duma maneira geral podemos afirmar que a quase totalidade do referido plano está ligada aos interesses da sociologia, embora a mais íntima ligação se restrinja aos capítulos concernentes à situação demográfica, social e à situação cultural. Assim, nestas as investigações abrangem o campo da ecologia humana, da organização e desorganização sociais, do comportamento coletivo.

Os censos demográficos periódicos e os estudos procedidos pelo Laboratório de Estatística, constituem boa fonte de dados e informes sobre a composição da população, seus índices vitais, sobre a mobilidade e fixação dos grupamentos humanos, sobre a expansão das regiões de povoamento recente, distribuição dos efetivos humanos segundo as situações urbana, suburbana e rural, localização geográfica dos diferentes grupos étnicos, etc.

Os inquéritos de periodicidade anual, componentes das Campanhas Estatísticas oferecem dados imprescindíveis ao conhecimento objetivo das instituições nacionais, acerca da assistência social, do ensino, da previdência, da difusão da instrução através dos meios mais utilizados, isto é: imprensa, rádio, biblioteca, museu, cinema.

A documentação estatística hoje existente no Brasil, se ainda deficiente nalguns setores específicos, oferece num plano geral, farto repositório de dados, os quais muito contribuem para o estudo dos padrões de cultura. Os estudos sobre comunidades, sobretudo sobre as pequenas, encontram na estatística nacional, graças ao plano de coleta (âmbito municipal e distrital), valiosos elementos de orientação.

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo se tem servido, em várias oportunidades do concurso das estatísticas municipais ao orientar e desenvolver os planos de pesquisa social que tem levado a efeito desde sua fundação.

Quando os inquéritos estatísticos não podem satisfazer plenamente aos interesses do pesquisador social, pelo menos eles têm o alto mérito de orientá-lo, evitando que as suas observações preliminares sobre o campo da pesquisa se tornem inúteis, por inoperantes, à vista da ausência de orientação prévia.

Dada a possibilidade de contribuir para a exata ou pelo menos razoável localização dos fenômenos, as estatísticas gerais possuem alto mérito.

Fazendo a presente comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, outro intuito não perseguimos do que despertar o debate entre os sociólogos no sentido de provocar sugestões que muito bem poderão ser encaminhadas aos órgãos estatísticos nacionais, visando a modificações ou aperfeiçoamentos nos seus planos de trabalho.

*LES PROBLÈMES DE LA RECHERCHE
SOCIOLOGIQUE AU BRÉSIL*

ROGER BASTIDE

On a assez insisté sur les difficultés particulières que présente la recherche au Brésil, — extension du pays, lacunes bibliographiques, lacunes des anciennes statistiques, résistance des enquêtés aux enquêteurs, individualisme des savants brésiliens, — pour que nous croyons utile d'y revenir encore une fois. D'autant plus que certaines de ces difficultés se retrouvent en beaucoup d'autres pays; que certaines d'entre elles sont en train de disparaître et que le jour où une collaboration plus étroite entre les statisticiens et les sociologues permettra à ces derniers de savoir comment délimiter exactement les groupes représentatifs des divers secteurs sociaux, le Brésil n'aura plus rien à envier aux autres nations. Nous voudrions donc ici examiner seulement où amener la recherche sociologique au Brésil dans l'ensemble de la recherche mondiale. Il me semble que l'on peut définir en bloc l'état actuel de la recherche sociologique dans le monde de la façon suivante:

1^o) L'intérêt porté à tel ou tel sujet de recherche varie suivant les pays et suivant les époques, car il est toujours plus ou moins lié à un intérêt pratique. Ceci est très net, par exemple, aux États Unis, où les recherches de psychologie sociale sont passées, de 1949 à 1953, de 116 à 61; celles sur les mariages, de 77 à 46; celles de communauté, de 46 à 25; et, même, celles de sociologie industrielle de 56 à 48; tandis qu'au contraire les recherches sur l'organisation sociale montaient de 10 à 36 et celles d'anthropologie de 12 à 21.

2°) Les recherches sur le terrain deviennent de plus en plus coûteuses. Elles ne peuvent plus être laissées à la bonne volonté de tel ou tel individu. De plus en plus elles sont financées par des institutions privées ou publiques et préparées par des comités compétents. On doit distinguer de ce point de vue des pays comme les États Unis, où les recherches sont subventionnées par des organismes variés, et des pays comme la France, où les recherches sont centralisées sous le contrôle de l'État, au *Centre d'Études Sociologiques*.

3°) Le problème qui préoccupe le plus les sociologues est celui de relier la sociologie théorique et la sociologie empirique. Elles se sont développées indépendamment et il faut maintenant trouver un système de concepts apte à la fois à la systématisation de ce qui a été déjà fait, mais aussi à la découverte. Jusqu'à présent ce problème n'a pas été résolu; et même quand on a tenté, comme pour le dernier Congrès International de Sociologie, de faire une enquête mondiale sur la stratification sociale, les résultats n'ont pas été comparables, faute d'une réglementation commune des concepts.

4°) C'est en grande partie ce sentiment d'un écart entre la sociologie théorique et la recherche existant aux États Unis, qui a amené, sinon un certain discrédit de la recherche (en 1953, 641 recherches contre 779 en 1949), mais, du moins, une tendance à la microsociologie, à l'étude des petits groupes, sur lesquels on peut faire des expériences: en un mot, la substitution à la sociologie dite empirique d'une sociologie dite expérimentale.

Par rapport à ces quatre caractéristiques, quelle est la situation du Brésil?

1°) Il est évident que chaque pays a le droit et le devoir de choisir le type de recherche qui lui paraît le plus utile ou le plus fécond, étant donné ses conditions particulières. En France, par exemple, où l'industrialisation doit rattrapper le fort *handicap* de la guerre et où la lutte de classes est

aigue, les études de sociologie industrielle ou de morphologie sociale semblent dominer, tandis qu'au Brésil, pays essentiellement agricole, se multiplient les études de communauté. Néanmoins, il me faut faire ici des remarques: même s'il faut multiplier les études de communautés; même s'il est parfois utile de reviser l'étude déjà faite d'une communauté, — il n'en reste pas moins qu'au Brésil, où il y a tant à découvrir, on ne doit pas faire des études de communauté pour les études de communauté.

Je pense en particulier à la tentation de mes élèves de Faculté qui sont nommés professeurs dans l'intérieur et se disent, tout de suite — "puisque je suis ici je ferai une étude de communauté" — alors que ce qui est d'importance n'est pas d'en faire une de plus, mais de savoir si l'endroit où l'on se trouve présente des caractéristiques propres, quelque chose de spécial et d'inédit par rapport aux autres recherches déjà faites. Il ne faut faire une étude de communauté que lorsque cette étude présente quelque chose de spécial ou de nouveau par rapport aux anciennes, ou si l'on utilise un abordage nouveau de la question. De l'autre côté, n'a qu'à considérer les 25 groupes de recherches définis aux États Unis pour s'apercevoir des lacunes des recherches brésiliennes; d'où un changement nécessaire dans la politique des bourses. Les boursiers devraient aller non pas toujours dans les mêmes Universités, mais là où ils pourront apprendre des nouvelles techniques et s'orienter vers des nouveaux objets de recherche.

2°) La recherche, au Brésil, doit-elle être centralisée, ou non? La vaste extension du territoire, le danger de l'immiscion de la politique dans la recherche vont dans le sens de la décongestion; mais d'autre part cette centralisation se fait. Tandis que Rio a sa *Fundação Getúlio Vargas*; Bahia son *Associação para o Progresso das Ciências*; Recife son *Instituto Joaquim Nabuco*, — d'autres États son dans leur dépendance et certains n'ont absolument rien. Il nous semble que l'intérêt de la *Sociedade Brasileira de Sociologia* serait de travailler auprès des gouvernements respectifs pour

la création, dans chaque État, d'un Centre de Recherche, avec un budget fixe de la part de l'État et naturellement la possibilité de subvention de la part de personnes ou d'institutions privées.

3°) Il ne nous appartient pas de reprendre ici la discussion sur le rapport entre la sociologie théorique et la sociologie empirique. Le temps nous manque pour examiner ce grave problème et nous voulons rester dans le domaine des contributions pratiques, disant seulement qu'il serait peut-être intéressant que le prochain Congrès Brésilien de Sociologie mette dans son programme cette question de l'éclaircissement des concepts relatifs à la recherche.

4°) La quatrième caractéristique de la recherche sociologique d'aujourd'hui pose aussi un problème général; celui de savoir s'il peut exister une véritable expérimentation en sociologie, et si oui, quelle en est la valeur heuristique et les limites.

Nous ne pouvons l'aborder dans cette courte communication; mais du point de vue pratique, le seul où nous nous sommes placés, (celui de l'amélioration des conditions de la recherche au Brésil, où la recherche empirique a besoin d'être poussée au maximum), la sociologie dite expérimentale a une valeur pédagogique irremplaçable. Elle apprend la lenteur, la patience, la difficulté du contrôle, la nécessité d'abandonner les hypothèses de travail au lieu de les imposer aux faits, — ce qui est la grande tentation de la recherche purement empirique, — en même temps qu'elle familiarise les esprits à la méthode inductive. Elle est donc une excellente propédeutique à la recherche même sur le terrain; c'est pourquoi nous envisagerions favorablement la création de laboratoires de sociométrie et de sociologie expérimentale dans nos Facultés de Philosophie, où travailleraient les étudiants de 4me. année et de Spécialisation.

PROBLEMAS DE PLANIFICAÇÃO ATRAVÉS DO DIREITO

HENRIQUE STODIECK

É geralmente admitido — com reservas nos meios especializados em ciências sociais — que através de normas jurídicas os problemas sociais podem ser solucionados. Por outro lado, no entanto, também se admite, entre nós, que essas normas não são obedecidas, afirmando-se, mesmo, que no Brasil falta apenas uma lei que obrigue o cumprimento das demais.

O problema sociológico que daí resulta é o da dúvida quanto à existência de leis sociológicas gerais e universais, que permitam uma planificação social idêntica à técnica resultante da aplicação do determinismo e regularidades das ciências físicas.

Não tenho a intenção nem a pretensão de formular perfeita solução para esta dúvida, mas apenas uma solução provisória e para ser discutida. Pretendo, mais, acentuar a dúvida, salientando a sua justificação.

A noção do determinismo teve sua maior aplicação e, também, sofreu a mais rija adversidade nas ciências físicas. É, pois, conveniente, preliminarmente, reconhecer-se a sua situação atual nesse campo. Muitos são os autores que se dedicaram ao estudo da crise da causalidade, mas o mais citado, porque iniciador da noção sistemática do indeterminismo, é, sem dúvida, Werner Heisenberg, que recentemente voltou a tratar do assunto ("Atomforschung und Kausalgesetz" em *Universitas*, de março de 1954, páginas 225-236). Sustenta, depois de examinar o histórico da questão, que a física atômica cada vez mais se afasta do determinismo:

“Man erkennt daraus, dass die Atomphysik sich von den Vorstellungen des Determinismus immer weiter entfernt hat”. Há, sem dúvida, divergências, mesmo dentre os físicos de maior projeção. Para nós, no entanto, interessa destacar o fato da extrema incerteza em que flutua a ciência mais exata e de maior e deslumbrante aplicação técnica dos últimos tempos, que, sem se basear no determinismo, tem à sua disposição leis estatísticas de alta probabilidade. É com o conhecimento destas que a técnica atômica tem alcançado seus brilhantes e perigosos sucessos.

Teria essa situação produzido alguma influência sobre as demais ciências? Creio que, no mínimo, levou os cientistas em geral a reexaminarem o problema, cada qual no seu terreno. Nas ciências sociais isto também ocorreu. Terá a Sociologia, pergunta-se, leis gerais deterministas, ou, pelo menos, estatísticas, que permitirão esperar algum resultado na aplicação prática? Quem, no Brasil, examinou de maneira sintética e precisa essa matéria, foi Emilio Willems (*Sociologia*, volume XIV, número 2, maio de 1952, páginas 103-110, no artigo: “Nota sobre leis sociais”), que conclui pela afirmativa de regularidades intraculturais, mas desconhecimento de leis de âmbito intercultural, muito embora se manifeste com otimismo quanto à possibilidade de descobrir regularidades ou leis universais. Se as leis sociológicas não ultrapassam os limites de uma cultura, a conclusão lógica, que se impõe é de que, na melhor das hipóteses, uma técnica semelhante à engenharia somente pode ser aplicada dentro desses limites. Mas, embora não se conheça lei sociológica universal, pode-se, contudo, prever certas maneiras de reagir mais ou menos uniformes. Assim, por exemplo, em todas as partes, com tradições as mais diversas, onde se introduziu a grande indústria, acompanhada pelo capitalismo, os resultados se assemelham, com a criação do proletariado e os problemas da Questão Social.

Concordo com Ogburn e Nimbkoff, quando em *Sociology*, edição de 1940, às páginas 266 e 267, afirmam: “It is only as groups grow large, or come to be composed of individuals

with conflicting moral standards, that informal controls yield priority to those that are formal, such as laws and codes”. E mais adiante: “The increasing complexity of group life necessitates the development of formal and organized means of social control”. Cito esse compêndio apenas pela sua precisão, mas é geralmente aceito que o direito nasce da necessidade de se obrigar, pela coação organizada, aqueles costumes que, sendo considerados essenciais, se tornam frouxos pela deficiência de sanção inorganizada e difusa. Surge assim o direito da necessidade de manter costumes e assegurar valores já existentes. O problema, contudo, aqui é outro. Poderá o direito inovar, como a engenharia cria quadros e paisagens geográficos? O direito tem modificado as suas instituições dentro de certas culturas, para adaptá-las às mudanças ocorridas noutros setores. Pode o direito, pois, acertar passo, para evitar a demora cultural. Tal “inovação”, porém, é, como se vê, apenas um ajuste a outras condições novas, geralmente de ordem material. Não constitui, portanto, uma inovação no sentido próprio e radical.

Em dois países, o Japão e a Rússia, se operaram grandes e bruscas alterações — talvez as maiores dos últimos séculos — nas condições econômicas e tecnológicas, com repercussão nas demais instituições.

As mudanças sociais ocorridas na Rússia, em relação ao direito, foram bem estudadas por John N. Hazard, em seu artigo “Soviet Property Law and Social Change” (*The British Journal of Sociology*, março de 1953), bem como no seu livro *Law and Social Change in the U.S.S.R.*, que nos deixam convencidos de que as alterações introduzidas pelo direito somente vingaram porque correspondem a uma concepção diferente das coisas, a uma *Weltanschauung* nova. De fato, somente devido à ideologia dominante, é que o direito soviético consegue ser eficaz. Primeiro foi necessário criar e incutir novos valores, em parte pela educação e propaganda, e também pela introdução da grande indústria, para que, através de várias etapas, inclusive com recuos temporários, o direito atribuísse força aos novos quadros e ideais.

Quanto ao Japão, além de trabalhos mais minuciosos, é de ser citado Jules Henry, que, em "Cultural Discontinuity and the Shadow of the Past" (*Scientific Monthly*, março de 1948, páginas 248-154), salienta a alteração dos costumes e instituições em consequência somente da adoção dos métodos ocidentais da indústria. O direito, em tais casos, não opera a mudança, limitando-se a emprestar a coerção às mudanças introduzidas.

As leis jurídicas não têm objeto próprio, podendo constituir conteúdo dessas normas quaisquer matérias, como o diz com propriedade William Seagle, em *The Quest for Law*: "the law is the one art which, unfortunately, has no subject matter of its own" (Pág. X). Assim, qualquer assunto pode ser regulado pela legislação, inclusive, também, reformas tecnológicas, como a criação da usina de Volta Redonda e a TVA, por força de lei. As modificações tecnológicas, já se lembrou o caso do Japão, podem, por sua vez, provocar alterações de costumes, parcialmente previsíveis, com certa probabilidade, que, para maior eficiência, poderão usar a coerção organizada. Dêste sucinto raciocínio conclui-se que a lei jurídica poderá, em tais casos, inovar além do âmbito cultural restrito, em casos em que ela provoca a modificação material.

Concluindo e para discussão, a fim de oportuna ampliação, afirmo:

a) — a lei jurídica normalmente não inova, limitando-se, por via de regra, a emprestar a força coercitiva organizada aos costumes existentes;

b) — consegue inovar, as suas próprias instituições, sem ausência de dificuldades, para ajustá-las a mudanças ocorridas em outros setores da vida social;

c) — excepcionalmente a lei jurídica tem função teleológica mais ampla, quando ela altera aspectos materiais ou tecnológicos, que venham a produzir mudanças sociais, parcialmente previsíveis.

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA

FLORESTAN FERNANDES

A questão de se saber se a sociologia deve ou não ser ensinada no curso secundário se coloca entre os temas de maior responsabilidade, com que precisam se defrontar os sociólogos no Brasil. Os interesses profissionais alimentam a presunção de que seria uma medida praticamente importante e desejável a introdução da sociologia no currículo da escola secundária brasileira. Admite-se que as oportunidades docentes concedidas aos licenciados em ciências sociais são demasiado restritas. A ampliação do sistema de matérias do ensino secundário permitiria garantir uma absorção regular ou permanente dos licenciados nesse setor e garantiria às seções de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia uma certa equivalência com as demais seções, no que concerne à motivação material dos alunos, que procuram essas Faculdades porque pretendem dedicar-se ao exercício do magistério secundário e normal. Tais interesses são naturalmente legítimos. Nas condições brasileiras, é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sociológicas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real de mão-de-obra especializada. Contudo, a questão nem mereceria ser discutida, se somente pudesse ser encarada à luz dos interesses profissionais dos sociólogos, por mais nobres e louváveis que fossem os seus fundamentos ou os efeitos que deles poderiam advir.

Os estudos que foram feitos pelos especialistas sobre essa questão demonstram que, para os sociólogos, o ensino da sociologia no curso secundário representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e

um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna. A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Saliencia-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e contrôles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe — “do costume às ciências sociais” e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: “Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias”¹. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social.

Os Temas Focalizados no Brasil

Vários especialistas procuraram discutir esse problema no Brasil. Aqui não seria possível examinar todas as contribuições que mereceriam consideração. Por isso, selecionamos alguns trabalhos, que ilustram possibilidades intelectuais diferentes de focalização do mesmo tema. Em primeiro lugar,

1. K. MANNHEIM, *Freedom, Power, and Democratic Planning*, Oxford University Press, N. York, 1950 (Part III, *passim*; citação extraída da pág. 175).

estão as questões que permitem delimitar as funções por assim dizer universais do ensino da sociologia. Em todas as sociedades modernas, que foram afetadas pela formação ou pela expansão da economia capitalista, tais questões se colocam inevitavelmente. Os educadores foram os pioneiros na apresentação e no exame dessas questões no Brasil, pois foram eles os primeiros a chamar a atenção para as possibilidades da educação em face das alterações das condições de existência social. A idéia de preparar as gerações novas para “uma civilização em mudança” tornou-se uma receita de considerável disseminação. Contudo, coube a Emílio Willems, através de artigos e de publicações esparsos, propor problemas dessa ordem com maior espírito de exatidão científica. Ele não só contribuiu para abrir novas perspectivas, em nosso meio intelectual, para o debate da significação do ensino das ciências sociais, quanto para assinalar certas esferas em que uma intervenção racional, com apoio em conhecimentos antropológicos e sociológicos obtidos empiricamente, poderia favorecer a mudança de determinadas atitudes em um sentido desejável. No que concerne à função geral do ensino das ciências sociais em um sistema educacional que o comportasse, o ponto em que insiste é o relativo às condições de vida política nas sociedades democráticas. Elas exigem capacidade pronta de escolha e de ajustamento rápido a situações extremamente instáveis, o que torna necessário um adestramento educacional prévio para o exercício contínuo do espírito crítico com base no conhecimento histórico-sociológico do meio social ambiente². Quanto à oportunidade de influenciar deliberadamente os ajustamentos sociais, Emílio Willems se dedicou especialmente aos resultados previsíveis da manipulação de técnicas de adestramento e de educação em determinados setores, como o das populações alemãs ou teuto-brasileiras no sul do país e o das populações caboclas, tendo em vista introduzir maior uniformidade sociocultural na *sociedade brasileira* como um todo e

2. Essas idéias foram desenvolvidas em artigos publicados em *O Estado de São Paulo*.

um mínimo de integração social nas diversas aglomerações humanas regionais³.

Com referência à definição das funções universais da sociologia no sistema educacional, merecem uma referência especial alguns trabalhos agrupados no "*Symposium sobre o Ensino da Sociologia e Etnologia*"⁴, no qual está naturalmente subjacente a consideração das possibilidades educativas do professor de sociologia no Brasil. As idéias dos autores ocorrem em planos diferentes de apreciação do problema, pois uns retêm aquelas funções no seio do ensino secundário, enquanto que outros se restringem às mesmas no ensino superior. Os seguintes excertos oferecem um exemplo da uniformidade que, não obstante, foi alcançada espontaneamente na discussão da questão que nos interessa: 1) "O estudo e o ensino da sociologia decorrem, a nosso ver, dos princípios gerais afirmados acima. O seu escopo deve ser, antes de tudo, munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social; mas também, complementarmente, o de sugerir-lhes pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social"⁵; 2) "De tôdas, a preocupação comum — e êsse é o escopo do ensino da sociologia na escola secundária — é estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis e recomen-

3. Cf. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1940; *Aculturação dos Alemães no Brasil*, Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1946; *O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico*, Secr. da Agric. Ind. e Com. do Estado de S. Paulo, 1944; "Assimilação e Educação", In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Vol. IV, N.º 11, 1945, págs. 173-181.

4. Cf. *Sociologia*, Vol. XI-N.º 3, 1949.

5. ANTONIO CÂNDIDO, "Sociologia; Ensino e Estudo", in rev. cit., pág. 279.

dáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise, crise profunda e estrutural"⁶; 3) "Tendo como seu objetivo permanente, a natureza humana, a ciência do social traz uma contribuição importante às relações humanas, facilitando a compreensão e a tolerância, polindo as arestas, suavizando os conflitos entre os indivíduos, por isso mesmo que lhes abre os olhos para as suas causas. A sociologia concorre para uma racionalização do comportamento humano — na medida em que êste pode ser racionalizado"⁷; 4) "O principal objetivo da difusão da Ciência da Sociologia, como o da difusão de qualquer outra ciência, é a compreensão, por parte do homem, da natureza. Especialmente precisa êle de uma compreensão da natureza humana e da atuação dos processos sociais, de modo que possa acomodar-se com êxito a essa parte da realidade e assim conseguir ao menos certo grau de contróle sôbre ela"⁸; 5) "Em qualquer caso, no nível secundário, normal ou universitário, a base etnológica torna-se cada vez mais necessária para a compreensão do homem e desenvolvimento das ciências que dêle se ocupam"⁹. Idéias semelhantes foram defendidas pelo autor desta comunicação, mas de um modo restrito: as transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa susceptível de adestrá-los, espe-

6. L. A. COSTA PINTO, "Ensino da Sociologia nas Escolas Secundárias", in rev. cit., pág. 307.

7. J. A. RIOS, "Contribuição para uma Didática da Sociologia", in rev. cit., pág. 315.

8. DONALD PIERSON, "Difusão da Ciência Sociológica nas Escolas", in rev. cit., pág. 325.

9. O. DA COSTA EDUARDO, "O Ensino dos Conceitos Básicos da Etnologia", in rev. cit., pág. 335.

cificamente, para a escolha com fundamento racional. "De fato, é de esperar-se que a educação pelas ciências sociais crie personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no estado moderno"¹⁰.

Em segundo lugar, estão as questões relacionadas com a concepção que preside a integração da sociologia em um determinado sistema educacional, em um ou mais níveis do ensino. Neste particular, a situação brasileira é verdadeiramente caótica. Um dos artigos já citados¹¹, demonstra que a posição da sociologia no sistema educacional brasileiro oscila de maneira irregular, ao sabor de inspirações ideológicas de momento. Mantendo a discussão nos limites da situação atual, em que a sociologia só figura no currículo das escolas normais, constata-se que há um indistigável contraste entre as idéias correntes sobre as funções da sociologia como fator educativo e a concepção que alimenta e norteia legalmente a atividade docente dos professores de sociologia. Na verdade, o programa vigente restringe a influência propriamente educativa dos professores de sociologia e não situa devidamente os alunos em face dos problemas que precisarão enfrentar futuramente, como professores de escolas primárias, em diferentes tipos de comunidades, nas quais precisarão viver, desempenhando papéis sociais fora do campo pedagógico mas de alcance educativo.

Entre os trabalhos que abordaram esse problema, destacamos os de Paul Arbousse-Bastide e Antônio Cândido. O primeiro faz uma análise exaustiva e brilhante das diversas alternativas que se colocam, necessariamente, na organização de um programa de ensino da sociologia na escola secundária, as quais se refletem em todos os planos possíveis de programação da matéria, de graduação do treinamento, de fixação dos limites de idade e de critérios pedagógicos, de orientação da conduta ativa do professor em face do aluno, etc. Aborda, enfim, questões que, infelizmente, não atraem

10. F. FERNANDES, "O Significado das Ciências Sociais no Mundo Moderno", in *Filosofia, Ciências e Letras*, 13, outubro de 1951, pág. 98.

11. L. A. COSTA PINTO, art. cit., págs. 296-303.

a devida curiosidade em nosso meio e caem na esfera da filosofia da educação propriamente dita. Daí a força que ganham certas idéias, que precisam ser incluídas no repertório dos que discutem a conveniência de introduzir a sociologia no ensino secundário. O ensino secundário é *formativo* por excelência; ele não deve visar a acumulação enciclopédica de conhecimentos, mas a formação do espírito dos que os recebem. Torna-se, assim, mais importante a maneira pela qual os conhecimentos são transmitidos, que o conteúdo da transmissão. Entre o ensino de teorias em conflito ou de orientações dogmáticas na sociologia e "os estudos *verticais* de uma sociedade dada", Arbousse-Bastide preferia os segundos, por abrirem aos jovens caminhos mais frutíferos de conhecimento da realidade social¹². O trabalho de Antônio Cândido abre uma pista fecunda: seria conveniente esclarecer a que inspiração se prende o ensino da sociologia. Esta pode ser encarada de maneiras diferentes (como *ponto de vista*, como *técnica social* e como *ciência particular*) e seria de toda conveniência, para a orientação do próprio ensino da matéria, definir com clareza o nível em que a reflexão sociológica é considerada ou desenvolvida. É pena que o autor não tenha examinado as implicações de seu modo de colocar o problema, pois ele sugere um bom ângulo para se delimitar a posição da sociologia nos diferentes níveis do ensino¹³.

Em terceiro lugar, estão as questões que permitem evidenciar as funções por assim dizer específicas, que aconselhariam a inclusão da sociologia no currículo da escola secundária brasileira. As opiniões entre os sociólogos estão divididas. Tanto há os que defendem a introdução da sociologia na escola secundária (mais precisamente: nos programas oficiais do colégio), quanto os que repelem categoricamente essa solução. A justificação de ambas as espécies de deci-

12. PAUL ARBOUSSE-BASTIDE, *L'Enseignement de la Sociologie dans les Ecoles Secondaires*, conferência; exemplar datilografado em poder do autor.

13. ANTÔNIO CÂNDIDO, *of. art. cit.*

sões é feita no plano das idéias e das convicções de ordem geral; ninguém tentou fundamentar sociologicamente as razões da própria opinião. Somente Costa Pinto abordou alguns aspectos do problema, ao assinalar os motivos das flutuações da sociologia na escola secundária brasileira¹⁴. Segundo os resultados de sua análise, “a animadversão da legislação vigente ao ensino das ciências sociais é um dos seus característicos centrais”, atestando que “a difusão de noções científicas sobre a organização econômica, social, política e cultural, é menosprezada como objeto de *instrução* e quase temida como instrumento de *educação*”.

Neste ponto, somos levados a supor que seria da maior conveniência que se situasse sociologicamente o problema e se procurasse refletir sobre as possibilidades da introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro à luz de argumentos fornecidos pela própria análise sociológica. Talvez se possam apontar algumas limitações em tal orientação. Questões dessa complexidade nunca devem ser consideradas em termos estritos, de dados obtidos através de *uma* disciplina científica; além disso, o caminho para os princípios gerais, dos quais dependem a própria organização de um sistema e a posição que dentro dele devem ocupar as diversas matérias ensinadas, deve ficar o mais possível livre, pois cabe à filosofia da educação e à política educacional estabelecê-los e pô-los em prática. De qualquer modo, os dados oferecidos pela reflexão sociológica constituem, no caso, os mais legítimos pontos de partida para as decisões que precisam ser tomadas nessa esfera da política e da administração.

Diagnóstico da Situação Brasileira

Do ponto de vista prático, a questão de se saber se a sociologia deve ou não ser incluída no currículo oficial da escola secundária brasileira possui a mesma natureza que

14. L. A. COSTA PINTO, loc. cit., Trechos extraídos das págs. 296-297.

qualquer outra questão, relativa às possibilidades de introduzir-se determinada inovação dentro de um sistema dado. Quando o sociólogo se propõe uma questão desta ordem, ele começa pela análise do sistema existente de fato, no qual se pretende introduzir a inovação. Depois, passa para uma análise mais complexa, em que o sistema é considerado em relação com as condições sócio-culturais que o suportam. E, por fim, chega à análise dos efeitos presumíveis da inovação, tendo em mira o grau de integração estrutural e as condições de funcionamento do sistema, como uma unidade relativamente autônoma e como um complexo de relações dependentes no seio de unidades maiores. Embora seja impossível seguir aqui, rigorosamente, esse procedimento metódico, achamos que nos devemos inspirar nêle, na apresentação sumária de nossas reflexões e sugestões.

O ensino secundário preenche no sistema educacional brasileiro uma função educativa auxiliar e dependente. Seu objetivo consiste em preparar os educandos para a admissão nas escolas de nível superior. Por sua natureza e por seus fins, tem sido descrito como um “ensino aquisitivo”, de caráter humanístico-literário, de extensão enciclopédica e de ação propedêutica, mais prêso à *tradição acadêmica* herdada do passado, que às necessidades intelectuais impostas pelo presente¹⁵. Doutro lado, a análise sociológica pôs em evidência as contradições que se agitam em seu seio e demonstrou que elas não são ainda suficientemente profundas para produzirem a neutralização de influências nascidas da antiga mentalidade educacional e de interesses ultraconservadores¹⁶. Os efeitos de tais contradições, que estabelecem, segundo Fernando de Azevedo, um contraste vivo entre “duas épocas e duas histórias inversas” nas tendências de evolução do ensino médio no Brasil, se revelam no cerceamento das tentativas recentes de renovação pedagógica, as quais, apesar de

15. Cf. FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, 2.ª ed., Com. Ed. Nac., S. Paulo, 1944 (Parte III, caps. III-V; esp. págs. 367-368, 370, 375-376, 378-379, 394, 413-414, 429-430).

16. Idem.

seu alcance construtivo, não têm conseguido por isso atingir os seus fins e ganhar um mínimo sequer de continuidade.

A posição do ensino secundário no sistema educacional brasileiro permite defini-lo sociologicamente, portanto, como um tipo de "educação estática", que visa unicamente a conservação da ordem social¹⁷. É claro que essa posição nasce da própria função por ele desempenhada no sistema educacional geral e será mantida enquanto este não for alterado como um todo, em sua estrutura e em seus fins. Do outro lado, também parece evidente que a persistência da velha mentalidade educacional e a influência dos círculos sociais que a sustentam se explicam, sociologicamente, pelo fato das tradições e de instituições sociais como a família ou a igreja manterem ainda uma parte considerável de sua atividade educativa. As regiões do país em que isso não acontece, apesar de altamente populosas e economicamente importantes, abrangem uma área territorial relativamente pequena, em face das regiões em que a vida social está mais próxima do padrão antigo. Mas, em consequência, se estabelece uma vinculação muito forte entre a defesa da estabilidade do sistema educacional brasileiro e as concepções ou os interesses educacionais que orientam as intervenções políticas e administrativas de camadas conservadoras, socialmente poderosas e influentes. Eis o corolário dessa situação: um ensino médio sem possibilidade de tornar-se um "instrumento consciente de progresso social", isto é, incapaz de proporcionar uma "educação dinâmica"¹⁸.

Não é preciso muita sagacidade para se perceber que, mantendo-se as condições atuais, o sistema educacional brasileiro não comporta um ensino médio em que as ciências sociais possam jogar algum papel. Onde prevalece a opinião de que os ajustamentos sociais proporcionados por meios tra-

17. Sobre a noção de "educação estática", cf. CH. A. ELLWOOD, *Methods in Sociology*, Duke University Press, Durham, North Carolina, 1933, págs. 170-180.

18. Sobre a noção de "educação dinâmica", cf. CH. A. ELLWOOD, loc. cit.

dicionais são satisfatórios, o reconhecimento da necessidade da educação pelas ciências sociais tem que ser forçosamente pequeno. Dada a forma de articulação das escolas secundárias ao ensino superior, o único critério que poderia incentivar a introdução das ciências sociais no currículo do ensino de grau médio é o que se baseia nas necessidades impostas pelos estudos universitários. Esse critério, todavia, não pode produzir efeitos duradouros senão onde a complexidade da rede do ensino superior é secundada por uma certa convicção, garantida por opiniões firmemente estabelecidas, de que a aprendizagem das diversas matérias ou especializações do ensino superior oferece dificuldades comparáveis. Foi esse critério que permitiu a inclusão da sociologia no currículo do colégio, transitóriamente, e a razão apontada que favoreceu, do ponto de vista pedagógico, a sua rápida eliminação. O argumento de que certas disciplinas complicam ainda mais a vida escolar dos alunos possuía naturalmente uma eficiência muito reduzida, em se tratando de um ensino enciclopédico. Daí o restrito interesse que pode apresentar, no Brasil, a questão de se saber se é possível, mantendo-se o caráter propedêutico do ginásio e do colégio, entrosar organicamente os ensinos de grau médio e de grau superior. Os critérios fornecidos pela tradição jurídico-literária ou pela noção vulgar corrente de que os rudimentos de física, química e biologia capacitam os alunos para qualquer aprendizagem ulterior no campo das "ciências" excluem toda possibilidade de solução racional. Quando esta puder ser atingida, graças à transformação da mentalidade dominante no trato dos problemas pedagógicos, então ruirá a própria concepção de ensino secundário "aquisitivo" e "enciclopédico", deixando de existir as razões que poderiam aconselhar a introdução das ciências sociais no currículo do ensino médio, com fundamento nas exigências do ensino superior.

Isso nos leva a considerar a questão de outro ângulo. Trata-se de saber se o sistema educacional brasileiro se ajusta, estrutural e funcionalmente, às condições de existência social imperantes nos tipos de comunidades em que ele se integra. A relativa preservação da antiga mentalidade edu-

cacional e da posição tradicional do ensino de grau médio no sistema escolar sugere, desde logo, que algo se manteve quase inalterado nas relações das escolas secundárias e superiores com as necessidades sociais que satisfazem. Em outras palavras, a conservação do caráter aquisitivo, enciclopédico e propedêutico do ensino de grau médio se explica pela conservação do caráter jurídico-profissional do ensino superior. A análise sociológica demonstra que este não se alterou substancialmente, quanto à sua significação e à sua função sociais. Subsiste, sob o novo regime republicano, o velho ideal de "homem culto", que conferia aos diplomas de ensino superior uma qualificação honorífica e dava aos seus portadores a regalia de exercerem as ocupações consideradas nobilitantes¹⁹. De modo que as escolas superiores continuam a servir como canais de ascensão social ou, quando menos, como sistema de peneiramento, destinado a selecionar as personalidades aptas para a liderança política e administrativa. Em face das transformações por que vem passando a sociedade brasileira, de forma variável conforme as regiões do país, pode-se afirmar que esse é um fenômeno de demora cultural e social. Procura-se assegurar para o ensino superior uma significação e uma função que ele tende a perder com relativa celeridade, em particular nas zonas onde o desenvolvimento urbano, comercial e industrial é mais intenso. Dentro de certas condições de estabilidade, o ensino superior podia realmente conferir prestígio de fundamento honorífico, operar como meio de seleção social dentro de certas camadas economicamente privilegiadas e, mesmo, servir como instrumento de ascensão social de personalidade cuja lealdade para com a ordem social vigente podia ser conhecida e controlada. Mas, quando essas condições de estabilidade deixam de existir, como passou a acontecer nos grandes núcleos urbanos a partir da segunda década deste século (através principalmente da chamada "democratização do ensino"), é óbvio que a preservação de antigos critérios de avaliação só pode nascer de acomodações transitórias de interesses sociais ou de equí-

19. Cf. FERNANDO DE AZEVEDO, op. cit., esp. págs. 375-376.

vocos produzidos pela força das tradições. Chega-se por essa via a uma conclusão que tem qualquer coisa de paradoxal. Em nome da tradição se mantém todo um sistema educacional arcaico, que está justamente produzindo efeitos que, cedo ou tarde, acabarão de solapar a ordem social defendida pela tradição.

O único argumento que permitiria justificar sociologicamente o processo educativo desencadeado por esse sistema educacional é o que diz respeito aos fins visados. De fato, a seleção e a formação de pessoal apto para o exercício de atividades de liderança político-administrativa e para o desempenho de profissões como a de engenheiro, agrônomo, professor, médico, advogado, não é de somenos importância para um país como o Brasil. Contudo, mesmo que as tendências atuais de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro se ampliassem, de modo a incluir nele todas as possibilidades de adestramento profissional pela escola e a satisfazer quaisquer exigências de seleção racional de mão de obra especializada ou técnica, ainda se poderia dizer que tal sistema não corresponderia às necessidades gerais do meio social ambiente. As condições peculiares de formação da sociedade brasileira exigem muito mais do ensino. Este não poderá operar como "instrumento consciente de progresso social" enquanto não for organizado tendo em vista essas condições — seja para corrigir os seus efeitos negativos, seja para alterá-las em um sentido socialmente construtivo — e as funções dinâmicas da escola, em qualquer dos seus níveis, nas comunidades brasileiras rurais ou urbanas.

É neste plano que o tema da inclusão das ciências sociais no currículo do ensino médio precisa ser examinado. Existem certas necessidades gerais, inerentes à vida social nas sociedades civilizadas contemporâneas, que recomendam a introdução das ciências sociais na escola secundária. A pedagogia moderna nasceu sob a inspiração, que não foi inventada pelos sociólogos, de que é impossível *formar o homem* para viver nessas sociedades sem desenvolver adestramentos complexos dentro de uma ampla área dos conhecimentos científicos sobre os móveis psicológicos e sócio-culturais do

comportamento humano. Para os especialistas brasileiros, porém, essas razões de ordem geral possuem uma importância secundária. Elas correspondem a situações e a processos que se reproduzem na sociedade brasileira de forma mitigada ou que se localizam, dentro dela, em determinadas áreas sociais. O mesmo não se pode dizer de situações e processos inerentes à sociedade brasileira, em seu estado atual, os quais exigem, por outras razões que não aquelas, um ensino capaz de orientar dinamicamente o processo educativo. É evidente, mesmo, que a educação não poderá preencher idênticas funções construtivas senão em países econômica e socialmente subdesenvolvidos. Em suma, nós contamos com a oportunidade de utilizar certos conhecimentos científicos para a solução de problemas que estiveram, em outros países mais adiantados, nas próprias raízes materiais e morais da constituição das ciências sociais.

Não podemos discutir aqui nem as implicações dessa maneira de encarar o assunto, nem os dados empíricos em que ela repousa. Por isso, escolhemos um pequeno exemplo, que permitirá ilustrar o alcance e a solidez da afirmação. É sabido que o processo de desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e das obrigações políticas resultantes tem sido prejudicado, no Brasil, pelas condições sociais em que se processaram a desagregação do regime servil, a instauração da democracia pelo regime republicano e federativo, a formação das classes sociais e a organização dos partidos. No decorrer de 65 anos de política republicana, as camadas sociais que se achavam afastadas do exercício direto do poder não tiveram oportunidades para compreender que as ações do Governo interessam a todos os cidadãos, afetando-os diretamente em seus interesses e segurança ou indiretamente por empenharem de um modo ou de outro o próprio futuro da Nação, como uma comunidade política. Isso ocorreu principalmente porque na antiga ordem senhorial e escravocrata um amplo contingente da população não tinha acesso direto e responsável a papéis políticos socialmente autônomos e porque nenhuma instituição social (inclusive os partidos), se incumbiu dos adestramentos políticos que se tornaram

necessários para a coexistência dos "cidadãos" em uma democracia. A atenção para o fenômeno só surgiu quando se verificou que esse estado de coisas comprometia o funcionamento do regime democrático e punha em risco o futuro da Nação. As soluções que se propuseram, entretanto, mesmo por autores que possuíam conhecimento sociológico e histórico — como Alberto Tôrres e Oliveira Vianna — não situaram devidamente a importância que a escola assumia, por imposição mesma das circunstâncias histórico-sociais de formação da sociedade brasileira. Embora a escola não esteja acima do entrechoque dos interesses econômicos e das lutas políticas, é claro que ela poderia ter desempenhado um papel construtivo na formação da consciência cívica dos cidadãos, contribuindo para criar uma ética de responsabilidade e uma atitude de autonomia crítica em face do funcionamento das instituições políticas ou das injunções personalistas dos mandatários do poder.

Para esse fim, poderia concorrer todo o sistema educacional brasileiro. A formação da personalidade constitui um processo que não começa na escola e que, portanto, não encontra nela um termo certo. Da escola primária à universidade esse processo se desenrola em continuidade, sofrendo aqui e ali interrupções de sentido ou alterações dos conteúdos das experiências, mas se subordinando à forma de um crescimento orgânico. Quanto à escola secundária brasileira, não é difícil perceber-se qual seria a contribuição das ciências sociais para a formação de atitudes cívicas e para a constituição de uma consciência política definida em torno da compreensão dos direitos e dos deveres dos cidadãos. Em um país diferenciado demográfica, econômica, cultural e socialmente, um adestramento adequado, vivo e construído através de experiências concretas, sobre as condições materiais e morais de existência, constitui um meio por excelência de socialização. A questão está em não pôr os alunos diante de "entidades", de "idéias abstratas" ou do "homem em geral". O Brasil contém um número suficiente de populações para que o ensino possa progredir, gradualmente, dos dados do senso comum para as noções gerais e as constru-

ções comparativas. Uma inovação com êsse alcance contribuiria, por sua vez, para pôr um paradeiro à estranha anomalia que corrói o ensino brasileiro, especialmente do ginásio para cima. Apesar de suas pretensões humanísticas, êle não forma uma concepção cosmopolita do mundo, porque lhe faltam os elementos sólidos de cultura geral, que ela pressupõe. Apesar de ser o veículo de transmissão do patrimônio cultural não só de uma civilização, mas de um povo, não fortalece os sentimentos e as convicções que resultam da aceitação plena de uma comunidade de interesses, de idéias, de ideais de vida e de valores existenciais de caráter "nacional". Isto porque, desde o passado colonial e imperial, o ensino humanístico sempre representou uma fonte de complexos, de ressentimentos e de atitudes de insegurança dos brasileiros em face das chamadas "nações cultas". Êsse ensino elaborou e refinou "*sentimentos coloniais*", favorecendo a aceitação expontânea de critérios de vida intelectual e de avaliação étnico-cultural que educavam os brasileiros a se subordinarem aos centros culturais estrangeiros ou aos seus representantes.

Duas conseqüências decorrem dessa exposição sumária. Primeiro, a inclusão da sociologia no currículo da escola secundária brasileira é possível. Mantendo-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro: com fundamento nas exigências da diversificação do ensino superior. A criação de novas faculdades, em que o ensino de matérias como a filosofia, a história, psicologia, a economia, a antropologia, a política, a sociologia, etc., é feito regularmente, torna essa necessidade real. Mas, isso seria pouco frutífero, tendo-se em vista os fins pròpriamente formativo da educação pelas ciências sociais. Ou, alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social. Segundo,

na discussão dessa questão o sociólogos não podem se isentar do exame aberto de outros temas, que seriam evitáveis em uma consideração geral do assunto. Entre êsses temas, dois adquirem relêvo expressivo. De um lado, qualquer que seja a razão que fundamente a inclusão das ciências sociais no currículo do ensino de grau médio no Brasil, é impraticável a preservação de técnicas pedagógicas antiquadas. Em particular, conviria intervir, concomitantemente, nas condições que dão a êsse ensino um caráter "aquisitivo". De outro, a idéia de introduzir inovações no currículo da escola secundária brasileira ganha outra significação, quando examinada à luz da própria influência construtiva da educação pelas ciências sociais em um país em formação, como o Brasil. Aos argumentos apresentados, seria possível acrescentar que êsse ensino possui um interesse prático-específico, que hoje ainda não é evidente. É que êle poderá contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país.

Sugestões Práticas

A discussão desenvolvida não tem por objeto impor certas soluções ou um ponto de vista pessoal. Ao contrário, ela nasceu do desejo de procurar um debate mais profundo do assunto, aproveitando a experiência dos demais especialistas brasileiros. Por isso, seria possível reunir suas conseqüências práticas em alguns tópicos, na forma de perguntas, em que se deveria concentrar, no momento, a atenção crítica dos especialistas interessados e a busca das soluções mais adequadas. Êsses tópicos podem ser reduzidos, conceptualmente, ao seguinte:

- 1) Quais são as funções que o ensino da sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de grau médio?

- 2) A que concepção deveria se subordinar o ensino da sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? A definição clara da concepção apresenta a maior importância teórica e prática, pois dela depende a relação a ser estabelecida entre meios e fins na educação.
- 3) Porque se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro: a) por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria? b) porque é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira?
- 4) Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um "instrumento consciente de progresso social" nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?
- 5) Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas?
- 6) Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico: a) o ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de "*Elementos de Ciências Sociais*"; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal?; b) o colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na qual se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de "*Ciências Sociais*"?

DUAS EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA SOCIOLOGIA

ORACY NOGUEIRA

No curso de bacharelado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o ensino da Sociologia, como o das demais disciplinas fundamentais, está organizado numa "seqüência" de programas que incluem o de "introdução" e os de diferentes setores de especialização do respectivo campo, sendo cada programa ministrado no decorrer de um semestre letivo, em duas aulas semanais. Os programas da "seqüência" estão distribuídos, sem simultaneidade, da primeira à quarta série do bacharelado. Assim, a "seqüência" de Sociologia compreende: Introdução à Sociologia, no primeiro ano; Organização Social, no segundo; Desorganização Social, no terceiro; Comportamento Coletivo, no terceiro; Psicologia Social, no quarto; e Pesquisas Sociológicas no Brasil, igualmente no quarto ano.

Desde antes de 1948, vimos dando, no curso de bacharelado, além do programa de "Métodos de Pesquisa Social", colocado fora da "seqüência" de Sociologia, o de "Introdução" a esta disciplina. A partir de 1948, com o desdobramento do programa de "Organização e Desorganização Social", que vinha sendo dado pelo Prof. Emílio Willems, ficamos incumbidos da parte relativa à "Desorganização Social" bem como dos programas de "Comportamento Coletivo" e "Pesquisas Sociológicas no Brasil", o último introduzido em 1951.

O objetivo do presente trabalho é expor o que nos parece mais significativo da experiência que vimos colhendo, pela atividade didática, com referência aos programas de "Desorganização Social" e "Pesquisas Sociológicas no Brasil".

O PROGRAMA DE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Embora ao par das objeções que se levantam ao termo "Desorganização Social", quer para se referir a um fenômeno social específico, quer para designar um setor especializado dos estudos sociológicos, continuamos a adotá-lo, na ausência, até o momento, de expressão mais adequada ou pelo menos isenta das mesmas desvantagens. Por isto mesmo, será de grande oportunidade ouvirmos, neste Congresso, sugestões, a êste respeito. No entanto, nesta exposição, queremos dar maior importância ao conteúdo de nosso programa e, especialmente, ao espírito com que procuramos executá-lo, do que ao seu título.

Em síntese, inclui o programa de "Desorganização Social", tal como o ministramos na Escola, a conceituação do termo, nos dois sentidos já apontados, de fenômeno específico e de setor de estudos, com uma apreciação da crítica que tem sido feita quer diretamente ao seu emprêgo quer às definições que se tem proposto aos "referendos" respectivos e com a consideração de seus possíveis substitutos; o conceito de "problema social", crítica das definições que se tem proposto, dificuldades lógicas e metodológicas com que se depara o estudioso, tendência ao relativismo cultural e tentativa para contorná-lo; tentativas de classificação dos "problemas sociais", peculiaridades do ponto de vista sociológico em relação aos problemas sociais; "áreas naturais" e "áreas artificiais" e sua relação com os problemas sociais; considerações sobre problemas sociais gerais ou regionais do Brasil.

O programa aqui esboçado é ministrado, conforme foi referido, a alunos da terceira série do curso de bacharelado que, nas duas séries anteriores, já tiveram oportunidade de se familiarizar com os conceitos fundamentais, com os principais problemas de estudo, com a metodologia e as perspectivas teóricas tanto da Sociologia como de outras disciplinas do "currículo", a êles já se tendo ministrado dois

programas de Sociologia, quatro de Ciência Política, quatro de Economia, três de Psicologia, quatro de Antropologia, dois de Estatística, além de um programa de Métodos de Pesquisas Sociais, um de Ecologia Humana e outro de Geografia Humana.

Ao chegarem, pois, às aulas de Desorganização Social, já passaram os alunos, em geral, por um profundo abalo nas prenoções com que se apresentaram à Escola e se encontram em franco processo de redefinição e reorganização da própria experiência, sob o impacto dos novos conhecimentos e pontos de vista que lhes foram comunicados, o que, geralmente, não se dá sem que tenha cada qual de vencer certa resistência íntima, superar conflitos e exercer uma ação seletiva sobre o repertório de idéias pôsto ao seu alcance, em função da própria formação anterior, de suas próprias aptidões e de seus mais profundos ideais, tendências e crenças.

As ciências sociais, especialmente a Sociologia e a Antropologia, ao mesmo tempo em que terão estimulado sua capacidade de aproveitamento, organização, expressão e comunicação da experiência pelo enriquecimento de seu "universo de discurso", também hão de ter atuado sobre êles, pela noção do "relativismo cultural" e pela insistência quanto à necessidade de uma atitude objetiva, científica, em relação aos acontecimentos, situações e fenômenos sociais, num sentido aparentemente deletério pelo extremecimento de antigas atitudes, pela invalidação de pontos de vista que anteriormente se lhes afiguravam definitivos, tal como ainda se apresentam aos olhos dos não iniciados com os quais convivem; e, sobretudo, por lhes ter estimulado o espírito de investigação e de indagação, dando-lhes a tendência a trazer, sistematicamente, à tona da consciência aquilo que, normalmente, permanece à sua franja ou lhe fica totalmente exterior; a intelectualizar ou racionalizar aquilo que, antes de tudo, repousa em valores afetivos, em emoção e sentimento. Aliás, esta agitação íntima, êste estado de insatisfação ou confusão, em alguns mais generalizado que em outros, agudo ou transitório nestes, crônico ou prolongado naqueles, é tão comum

nos que se aprofundam em indagações sôbre a realidade social, que a êle já foram consagradas páginas clássicas na história da Sociologia, que rotularam de “desencanto do mundo” à atitude resultante de hesitação e ceticismo.

Chamamos, há pouco, de passagem, de *aparentemente* deletéria a influência referida, porque, sem dúvida, também temos que lhes reconhecer o lado positivo. A curiosidade humana tende a ser proporcional ao grau de insatisfação com o estado atual de opinião, de informação ou de conhecimento em relação ao setor ou objeto a que se dirija. A insatisfação com o próprio conhecimento ou com o próprio estado de opinião é a mola principal, a principal condição de motivação para o trabalho de investigação e, portanto, para o trabalho científico. Onde exista esta insatisfação, seja ela generalizada, seja relativa a qualquer objeto ou setor específico, aí se encontra aquela predisposição ao conhecimento ou à aprendizagem a que Peirce chamou certa vez de “ensinabilidade”. Em contraposição, onde exista uma opinião incondicional, definitiva, sistemática, pacífica, incontroversa, onde haja auto-suficiência intelectual, dificilmente conseguirá abrir lugar o conhecimento novo ou a idéia nova.

O estado de perplexidade intelectual — chamamo-lo assim — por que geralmente passam os estudantes de Sociologia tem esta virtude de os tornar sequiosos de novos conhecimentos e de lhes desenvolver a tendência à reflexão e o espírito crítico, fazendo-os intelectualmente mais exigentes. É, por assim dizer, uma “prova de fogo”, da qual tendem a sair mais amadurecidos, com maior independência mental e com aquela capacidade a que se referiu, há alguns anos, um dos mais eminentes sociólogos dos nossos tempos, de “ver o mundo com seus próprios olhos”.

Dissemos que assim *tendem* a sair do referido estado de perplexidade os estudantes de Sociologia. Com efeito, para evitar um possível exagêro, devemos deixar claro que não nos parece que o estudo de Sociologia possa levar a qualquer problema insuperável de personalidade ou, melhor, de ajustamento pessoal. Em geral, o máximo que pode suceder é

que o estudante procure em outros setores de estudo ou em outras atividades um corretivo para a crise que experimentou. De outro lado, porém, não se pode negar a importância desta crise íntima, seja pela angústia e pelos conflitos que implica, seja pela atenção e cuidados que impõe ao professor de Sociologia.

As considerações acima nos parecem imprescindíveis para mostrar o acêrto que julgamos ter havido no se fazer a inserção do programa de “Desorganização Social” justamente no terceiro ano do curso de bacharelado.

Há, porém, uma outra observação, igualmente resultante do contacto direto, íntimo e repetido com os nossos alunos, que nos parece igualmente significativa por convergir com a anterior no sentido de justificar a inserção do programa de “Desorganização Social” ou do estudo dos “problemas sociais” no curso de bacharelado em ciências sociais.

Os alunos que procuram o curso de bacharelado da Escola de Sociologia e Política, quando a ela se apresentam, em geral, vêm motivados pelo interesse num ou noutro “problema prático” — usemos esta expressão, suficientemente vaga para abranger tôda uma variedade de situações sôbre as quais os alunos “gostariam” de ter um contrôle mais racional e mais eficiente, seja por envolverem seu próprio ajustamento pessoal, como no caso de um filho de imigrantes que se interessa pela questão da assimilação ou de um membro de grupo minoritário que tem interesse espontâneo no problema das minorias, seja porque contrariam seus sentimentos mais altruísticos, inspirados em princípios religiosos, filosóficos ou ideológicos.

Devemos abrir parênteses, neste ponto, para declarar que não sabemos se a observação de nossos colegas que lecionam em Faculdades de Filosofia, cujos estudantes, em sua maior parte, visam o exercício de atividade no magistério secundário e normal, coincide com a nossa e gostaríamos de ouvi-los, especialmente a êste respeito, sendo possível que a determinação de se dedicar ao ensino, após o curso, trazendo ao primeiro plano os problemas educacionais mude, pelo

menos parcialmente, o quadro que vamos descrever, com relação à Escola de Sociologia e Política, onde o mesmo não se dá.

O esforço de objetividade, tanto no estudo como no ensino das ciências sociais, antes desencoraja que estimula a aceitação das propostas de solução dos "problemas práticos" de que está saturado o ambiente social em que vive o estudante. O grau de premência com que este concebe a necessidade de solução de determinado problema pode impacientá-lo ante a "fria e imperturbável objetividade" dos cientistas sociais. Talvez esteja aqui outro fator do estado de perplexidade a que já nos referimos.

Apanhando o aluno nesta fase em que seu "universo de discurso" já se encontra suficientemente influenciado pelo aprendizado das ciências sociais e, ao mesmo tempo, em que o próprio aluno se apresenta naquela condição de permeabilidade a conhecimentos e idéias novas, a que já nos referimos, o programa de "Desorganização Social" nos parece estar inserto no ponto exato em que deveria estar do longo caminho que ele vai ter de percorrer em sua carreira de pesquisador social: o ponto exato tanto por ser aquêle em que o ensino há de dar o máximo rendimento como por ser aquêle em que virá corresponder à necessidade de um completamento ou de uma reorganização da experiência por parte do educando, da máxima significação, pela redefinição de atitude que poderá determinar em relação à própria ciência social.

Quanto à orientação do ensino, com referência ao programa aqui exposto, nossa preocupação tem sido a de apresentar aos alunos um quadro teórico que nos pareça o mais adequado possível para a compreensão dos "problemas sociais", em seu conjunto, acompanhando-o de informações sobre os principais problemas sociais brasileiros e, ao mesmo tempo, dando atenção pessoal a cada aluno, para a mais plausível formulação do problema em que se encontre especialmente interessado, orientando-o no respectivo levantamento bibliográfico e no planejamento de investigação que se decida a realizar.

O PROGRAMA DE PESQUISAS SOCIOLOGICAS NO BRASIL

No Brasil, somente nas últimas décadas a Sociologia tomou pé, primeiramente no "currículum" das escolas normais e, mais recentemente, no das Escolas de Sociologia e Política e Faculdades de Filosofia. Somente a partir daí, o trabalho sociológico vem ganhando, entre nós, este aspecto de continuidade que caracteriza a produção científica, onde quer que se tenham apresentado condições que estimulem o seu desenvolvimento. No entanto, não obstante todo o progresso que a este respeito vamos fazendo, seria um contrassenso equiparar os resultados que já atingimos com os já acumulados em países onde esse desenvolvimento se iniciou mais cedo. Por isto mesmo, a sólida formação sociológica, no Brasil, ainda depende, essencialmente, da capacidade que tenha o estudante de se beneficiar com a literatura especializada estrangeira. Em qualquer programa relativamente avançado de sociologia, os livros e as revistas de procedência estrangeira, a serem recomendados, hão de predominar, forçosamente, sobre os nacionais.

Por mais sólidos e eloquentes que sejam os argumentos que conduzem a esta orientação, não devemos, contudo, deixar de ponderar os efeitos que dela poderão resultar, sob o ponto de vista do distanciamento do estudante tanto em relação às correntes intelectuais que poderíamos chamar de endógenas como em relação às que poderíamos designar de extra-acadêmicas, atuantes em nosso meio.

Em outras palavras, é possível que o estudante de Sociologia, que se vai familiarizando e tomando gosto pela literatura especializada estrangeira, aos poucos desenvolva uma resistência à leitura dos autores nacionais, baseada numa subestima destes, talvez tènicamente justificável, em muitos casos, porém, nociva, tanto do ponto de vista de sua formação científica como de sua formação humanística. Não será difícil, por exemplo, encontrar estudantes de ciências

sociais, já relativamente avançados, em sua formação, já familiarizados com uma variedade de obras estrangeiras, inclusive com muitas decididamente medíocres, e que ainda não leram "Os Sertões" ou "Casa Grande e Senzala", embora êstes e outros livros nacionais sejam reiteradamente citados e indicados à leitura pelos professôres.

Torna-se, portanto, necessária uma orientação que desperte a consciência dos alunos para o fato de que se sua formação técnica e científica depende essencialmente do contato com a literatura estrangeira, não menos verdade é que essa mesma formação ficará truncada, distorcida, inacabada, se não procurarem, igualmente, familiarizar-se com a produção intelectual do próprio país; uma orientação que lhes mostre que mesmo fora da literatura científica, inclusive na literatura de ficção, tanto se podem encontrar dados sociológicos como inspiração para a formulação de problemas sociológicos; que mesmo fora da literatura especializada se encontram hipóteses e teorias dignas de consideração; que mesmo fora da literatura sociológica específica se encontram informações e contribuições, que não se podem desprezar, à formulação e esclarecimento de problemas sociológicos; que a literatura, seja qual fôr a sua espécie, é sempre expressão de algum estado ou aspecto da cultura e da sociedade, ainda que não esteja explícita e conscientemente vinculada a algum movimento social.

É com uma viva consciência do problema exposto que ministramos nosso programa de "Pesquisas Sociológicas no Brasil", chamando a atenção dos estudantes para a importância sociológica tanto da literatura de ficção como dos ensaios e estudos das ciências afins, para, em seguida, lhes dar uma visão tão pormenorizada quanto possível da nossa literatura sociológica, pròpriamente dita, tarefa a que êles próprios são chamados a colaborar, diretamente, através da apresentação, em seminário, de resenhas de livros, escolhidos em consulta conosco.

Ao encerrar estas considerações, devemos declarar que não as apresentamos a título de contribuição científica, reco-

nhecendo plenamente, como o fazemos, seu caráter impressionístico, pois que não se baseiam em nenhum procedimento sistemático de levantamento de dados. Não quisemos, porém, deixar de trazê-las à tona, neste Congresso, seja para colhêr críticas e sugestões que, certamente nos serão dirigidas, seja para trazer uma achega à consideração de problemas referentes ao ensino e desenvolvimento das ciências sociais, no Brasil, ou, ainda, para o possível confronto com a experiência de outros congressistas. Ademais, nossa própria experiência nos indica — com a devida licença de nosso ilustre professor Fernando de Azevedo, de quem roubamos a citação de seu discurso de instalação dêste Congresso — que falar "não é apenas repetir o que já se sabia". Na verdade, o esforço no sentido de expressar o próprio pensamento, de tornar o próprio conhecimento ou experiência comunicável, transforma o que se vai comunicar, transformando, simultaneamente, o agente da comunicação. O balanço da própria experiência ou do próprio conhecimento, que antecede, necessariamente, à comunicação, como meio de torná-la exequível, faz a experiência ou o conhecimento mais consciente, ressaltando, na síntese que se impõe, os elementos essenciais, ao mesmo tempo em que esmaecem os secundários ou acidentais e ficam realçadas as lacunas ou os pontos cegos que dificultam a conexão e interpretação das impressões ou que distorcem a representação que da realidade se tenta elaborar. O esforço de comunicação tende, enfim, a transformar o conhecimento difuso, que resulta da familiaridade com um objeto ou situação, em conhecimento sistemático ou organizado.

Dada a natureza dêste trabalho e os objetivos visados, abstemo-nos de o encerrar com conclusões enumeradas.

O PAPEL DO ESTUDO SOCIOLÓGICO DA ESCOLA NA SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

ANTÔNIO CÂNDIDO

I — TRÊS ASPECTOS DA SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

Analisando o desenvolvimento dos estudos sociológicos discriminamos três linhas principais, que podem ser chamadas, conforme a tonalidade dominante, filosófico-sociológica, pedagógico-sociológica e propriamente sociológica.

1. A primeira é sobretudo uma reflexão sobre o caráter social do processo educativo, seu significado como sistema de valores sociais, sua relação com as concepções e teorias do homem. É o ponto de partida da sociologia educacional, na obra de educadores e sociólogos preocupados em fundamentar do ângulo social uma teoria geral da educação, como Durkheim e Dewey.

Esta importância conferida aos aspectos mais gerais da educação abriu rumos, mas não favoreceu o aparecimento de uma sociologia especial dos fatos educacionais, pois na medida em que se atém ao esquema geral do relacionamento entre sociedade e educação, conduz a um *ponto-de-vista*, a uma concepção nova, que mais facilmente se traduz em pedagogia ou filosofia do que em sociologia.

Fundado naturalmente neste modo de ver — que é uma etapa de desenvolvimento — Gurvitch considera a sociologia da educação como ramo da sociologia do espírito¹. Tal incorporação parece inaceitável, pois reduzi-la-ia a um tipo especial

1. GEORGES GURVITCH, *La Vocation Actuelle de la Sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1950, págs. 12-13.

de estudo dos valores e idéias educacionais, aproximando-a da sociologia do conhecimento e desencorajando as pesquisas concretas. Tôdas as vêzes que orientamos a atividade sociológica para correlações gerais entre um dado tipo de fatos e o seu condicionamento social, nós a condenamos a esgotar-se na própria formulação teórica do problema.

A explicação dada uma vez por tôdas, funciona como chave-mestra, reduzindo as situações particulares aos seus aspectos genéricos, sempre interpretados *de cima*, — por assim dizer, — mediante as correlações referidas.

Não se quer dizer com isto que êste tipo de estudo seja descabido, pois constitui, é claro, fundamento de tôda investigação relativa à função socio-cultural dos valores e idéias educacionais; mas, apenas, acentuar que não esgota o temário específico da sociologia da educação e, considerado com exclusividade dos outros, transforma-a numa filosofia sociológica dos fatos educacionais².

2. A linha pedagógico-sociológica desenvolveu-se principalmente nos Estados Unidos, onde se procurou efetuar o estudo dos aspectos sociais da educação a fim de obter bom funcionamento da escola. Intuito imediatamente pedagógico, cuja principal contribuição consiste, para o sociólogo, na análise das relações entre a escola e o meio social com que mantém contacto direto, tomando como ponto de partida princípios gerais formulados segundo a primeira linha indicada³.

2. Modernamente esta "sociologia geral" da educação recebeu a contribuição importante de Mannheim, a partir justamente da sua posição em face do conhecimento. V. dêste autor *Diagnosis of our time*, London, 1943 e *Freedom Power and Democratic Planning*, New York, 1950.

3. V. p. ex.: "A Sociologia educacional é o encaminhamento científico para uma filosofia social da educação". (JOHN A. KINNE-MAN, *Society and Education*, The Macmillan Company, New York, 1932, pág. 48). "A Sociologia nos serve para descobrir quais são os melhores tipos e níveis de educação a serem utilizados a fim de que o "maior bem para o maior número" prevaleça para homens, mulheres e crianças por intermédio da sociedade" (DAVID SNEDDEN, *Educational Sociology for Beginners*, The Macmillan Company, New York, 1934, pág. 14).

É o tópico "school-and-community", que se completa pela indicação geral das relações entre a escola e instituições sociais. Esta tendência reflete, aliás, a situação educacional reinante nos Estados Unidos, onde as escolas são alvo de interferência constante por parte de grupos interessados — famílias, congregações religiosas, associações instituídas. Há entre os dois lados uma corrente de contactos, surgindo a necessidade de assegurar o respectivo ajuste. Acrescentemos o culto pela eficiência, a fim de compreendermos que lá a sociologia foi invocada sobretudo como componente da pedagogia e da administração escolar⁴. Daí a relativa debilidade teórica dos seus produtos, a ausência de pesquisa realmente científica — explicando o fato da sociologia educacional americana ser principalmente um conjunto de manuais e compêndios, singularmente redundante quando tomados uns em relação aos outros.

Aliás, ela tem sido cultivada quase apenas por educadores, como ramo da ciência da educação. Mencionando os seus progressos, diz Peters: "Muito pouco dessas pesquisas têm sido feitas por sociólogos declarados. Parece claro que a Sociologia Educacional estaria no caminho errado se esperasse dos sociólogos certas generalizações de que necessita para aplicações educacionais. Os sociólogos educacionais devem abordar de modo direto e experimental os problemas da educação, com técnicas adrede elaboradas"⁵.

Êste trecho é significativo do divórcio entre sociólogos e educadores neste terreno; aquêles não se interessando pelo desenvolvimento de uma disciplina intermediária, cuja necessidade se fazia sentir, não contribuíram para a sua fundamentação sistemática; êstes entregues aos próprios recursos, construíram-na, não como seria desejável, mas como foi possível. Compreendemos, assim, que, na sua generalidade, ela

4. V. a preocupação de utilizar o conhecimento do meio social para elaborar um currículo adequado, em CHARLES CLINTON PETERS, *Foundations of Educational Sociology*, Revised edition, The Macmillan Company, New York, 1939, Cap. VIII.

5. PETERS, ob. cit., pág. IX.

tenha quase sempre permanecido, mais que intermediária, marginal.

3. A terceira linha é devida a sociólogos ou a educadores de orientação sociológica mais definida, que vêm na sociologia educacional um ramo da sociologia, não da ciência da educação. Beneficiada pelo desenvolvimento das duas linhas anteriores, delas herdou a tendência filosófica e a tendência prática, ou seja, a preocupação com a função social da educação e com a solução dos problemas educacionais. No entanto, afastou a especulação de uma e o imediatismo de outra, procurando definir um sistema coerente de teorias elaboradas segundo as exigências do espírito sociológico.

Ela aparece sob dois aspectos principais: como um aprofundamento sociológico das linhas (1) e (2) e como análise das situações pedagógicas.

No primeiro caso, vemos desenvolver-se o estudo dos aspectos sociais do processo educacional; sistematizar-se o das conexões entre escola e meio social, obedecendo a um senso mais apurado de sua posição na estrutura da sociedade; definir-se a contribuição da sociologia ante os problemas educacionais. É a orientação que se esboçava num pioneiro da disciplina, Smith, e que se vê amadurecer em Fernando de Azevedo, Roucek e Brown⁶.

No segundo caso, vemos uma especialização de interesse, que se concentra na análise das situações pedagógicas: os grupos de ensino, os papéis definidos em função do ensino, a sociabilidade específica decorrente do processo pedagógico. É o que se esboçava em estudos anteriores e vemos desenvolver-se nos trabalhos de Fischer, Linpinsel, sobretudo Waller⁷.

Esta terceira linha — de que falaremos adiante com mais detalhe — representa nítida superação das anteriores,

6. FERNANDO DE AZEVEDO, *Sociologia Educacional*, Comp. Edit. Nacional, S. Paulo, 1940; JOSEPH S. ROUCEK e outros, *Sociological Foundations of Education*, Thomas Crowell Company, New York, 1942; FRANCIS J. BROWN, *Educational Sociology*, Prentice Hall, New York, 1947.

7. ALOYS FISCHER, "Pädagogische Soziologie" e "Soziologische Pädagogik", in *Handwörterbuch der Soziologie*, herausgegeben von

"filosófica" e "pedagógica", sem contudo repudiar a sua herança. Com efeito, é tão vivo na sociologia educacional o problema dos valores e da função social, de um lado, e o da prática, de outro, que não se saberia como ignorá-los. O importante, porém, é que ela adquira caráter científico, de modo a poder encará-los, num segundo tempo, como sociologia aplicada; não, de imediato, como teoria educacional.

Por isso é que Brookover, assinalando a necessidade de superar a "Sociologia educacional" americana, tradicionalmente um apêndice da pedagogia, propõe o nome "sociologia da educação", para registrar os novos rumos que sugere⁸.

II — CONSEQUÊNCIAS DO EXPOSTO

Notemos que a sociologia da educação pouco existe como teoria e quase nada como pesquisa. No campo teórico avultam relativamente poucos esforços, como os de Waller e Fischer, que veremos em separado, ou o de Fernando de Azevedo; no mais a argumentação vai escorregando francamente para a Filosofia ou a Teoria da Educação. As pesquisas são em número limitado e qualidade duvidosa. E as mais das vezes escapam igualmente à sociologia, rumo às sondagens e levantamentos administrativos, de um lado, às investigações psicológicas, de outro. Assim, a sociologia da educação tem se apresentado sobretudo como *matéria* de ensino — e a maioria absoluta da produção, no gênero, compunha-se até há bem pouco, e no Brasil ainda se compõe, de compêndios, manuais e tratados. Encarando, pois, o seu destino — se é possível dizer assim — devemos abordá-la do ângulo do ensino e da pesquisa.

Alfred Vierkandt, Ferdinand Encke Verlag, Stuttgart, 1931; ELSEBETH LINPINSEL, "Erziehungslehre, Erziehungspraxis und Soziologie", *Kölnner Vierteljahrshefte für Soziologie*, vol. XII, 1934; "Pädagogische Soziologie", *Sozialforschung in unserer Zeit*, Westdeutscher Verlag, Köln und Opladen, 1951; WILLARD WALLER, *The Sociology of Teaching*, John Wiley and Sons, New York, 1932.

8. W. B. BROOKOVER, "Sociology of Education: a Definition", *American Sociological Review*, Vol. 14, n.º 3, junho de 1949, pág. 415.

No caso brasileiro, que nos interessa, existe como elemento de uma formação técnica — do professor primário e a do professor secundário de educação. Isto faz com que sejam encarados, nela, aquêles aspectos que contribuem para esclarecer o processo educacional e auxiliar a prática pedagógica. E assim, o mesmo motivo que garante a sua existência nos currículos como disciplina, compromete a sua vitalidade científica; o que assistimos é, quase sempre, no ensino e nos livros, uma regressão ao aspecto filosófico e ao aspecto pedagógico. Ao jovem diplomado em Escola Normal, e mesmo nas Faculdades de Filosofia, ela aparece como contribuição a um certo modo de encarar a educação, — em cujo proveito se perde, ou amortece, o caráter especificamente sociológico, tanto teórico quanto prático.

Entendo que para dar ao estudante uma base consistente, assim como para desenvolver a pesquisa, é necessário especificar a análise das situações de ensino como fundamento da sociologia da educação, pois a educação moderna, na medida em que se distingue dos processos gerais de socialização, se funda no ensino, centralizado pela escola. Por “situação de ensino”, entendo o sistema de relações, de papéis, de valores, determinados no ensino e pelo ensino, manifestando-se principalmente na escola, concebida não apenas como agência de instrução, mas como grupo social complexo, num dado contexto social. Numa palavra, trata-se de determinar, com o devido rigor analítico, os critérios para estudar a estrutura interna da escola e a posição da escola na estrutura da sociedade.

Dêste modo, teríamos pontos de reparos concretos para a pesquisa, determinando, no processo educacional, as situações específicas em que se envolvem os seus protagonistas. E na formação do educador, dar-lhe-íamos, não um *ponto de vista* sociológico, mas um conhecimento da realidade em que se insere pelo seu papel social, e que poderá, a partir daí, manipular conforme instrumentos bem mais precisos de análise, do que os conceitos gerais que o levam para a filosofia de um lado, condenando-o ao empirismo, de outro.

III — A ANÁLISE DA ESCOLA

Trata-se, pois, de elaborar os instrumentos para análise da vida escolar, considerada não como *todo* o processo educacional, mas como o seu eixo nas sociedades modernas. A presente comunicação sugere que ela seja efetivamente considerada como ponto de reparo no estudo e na pesquisa de Sociologia da educação.

Já vimos que o problema das suas relações com o meio imediato foi considerado, de um ângulo assaz utilitário, pelos estudos do tipo “school-and-community”; que a sua função na sociedade foi estudada pelas correntes sociológicas da sociologia educacional. Aqui, todavia, quero insistir sobre o aspecto menos estudado pelo sociólogo, que é a sua estrutura interna⁹.

Como grupo diferenciado, a escola possui vida própria, cujas leis escapam em parte à superordenação prevista pela sociedade. Ela é uma “unidade social”, determinando tipos específicos de comportamento, definindo posições e papéis, propiciando formas de associação. As suas relações com as instituições sociais, e a circunstância de receber estatuto, normas e valores da sociedade, não nos deve tornar incapazes de analisar o que nela se desenvolve como resultado da sua dinâmica própria. Os elementos que integram a vida escolar são em parte transpostos de *fora*; em parte redefinidos na passagem, para ajustar-se às condições grupais; em parte desenvolvidos internamente e devidos a estas condições. Longe de ser um reflexo da vida da comunidade, as escolas têm uma atividade criadora própria, que faz de cada uma delas um grupo diferente dos demais.

Esta situação é devida, antes de mais nada, às tensões existentes entre as gerações no processo educacional geral, e, especificamente, dentro da escola.

9. V. uma tentativa de guia sociológico para o estudo da estrutura da escola em ANTÔNIO CÂNDIDO, *A Estrutura da Escola*, Caderno n.º 5, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

Definindo a educação como a "ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social, (tendo) por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais d'ele exigidos pela sociedade política no seu conjunto e o meio especial a que se destina particularmente"¹⁰ — definindo-a d'este modo, Durkheim estabeleceu as bases de um critério seguro para se analisar sociologicamente o processo geral da educação. Mas, por outro lado, criou obstáculos ao entendimento das suas manifestações particulares.

Vista na escala da sociedade, ela se resolve efetivamente para cada geração considerada, pela integração do imaturo no sistema de normas e valores sociais impostos. E o que aparece é a "ação exercida", definindo um processo, que se diria unilateral, que plasma socialmente o indivíduo, criando o *ser social* a partir do *ser individual*, para usar simplificação pouco significativa de Durkheim. Dir-se-ia que esta explicação sociológica exprime a ilusão pedagógica, tão comum apesar das teorias em contrário, segundo a qual a educação é algo que flui do educador para o educando, envolvendo-o pela ação tutelar de princípios e valores sancionados pela experiência da coletividade.

No entanto, encarada como processo particular, que se dá entre pessoas definidas, num determinado grupo, ela se traduz em situações marcadas pela resistência do imaturo. No plano da escola, por exemplo, aparece como resultante dum sistema de tensões, em que a instrução propriamente dita é em parte condicionada pela reação do imaturo ante a "ação exercida pelas gerações adultas".

Esta luta de gerações dentro da escola nem sempre é ostensiva, mas nem porisso menos viva e, a seu modo, dramática. Do choque entre as determinações sociais, através de docentes e administrados, e as tendências da sociabilidade infantil e juvenil, resultam formas várias de competição

10. ÉMILE DURKHEIM, *Éducation et Sociologie*, 2.^a ed., Félix Alcan, Paris, 1926, pág. 49.

ou acomodação, de assimilação ou conflito. Daí as diversas formas de ajustamento do imaturo, em face do adulto, levando à definição de comportamentos e papéis, à formação de agrupamentos e níveis.

Vista, pois, sem simplificações deformantes nem racionalizações, a escola aparece, em virtude da sua dinâmica própria, como grupo complexo, internamente diferenciado, requerendo análise adequada. Apenas mediante esta, será possível uma prática pedagógica eficiente, e ela só pode ser fornecida por uma sociologia que se concentre na análise interna da escola, mediante a utilização de conceitos adequados e das técnicas correntes de pesquisa sociológica. Do contrário, desenvolverá uma análise global do processo educativo, e da escola como parcela da sociedade, que, sendo parte indispensável e integrante da sociologia da educação, corre frequentemente o risco de amarrá-la à filosofia e à pedagogia.

Esta proposição é o fundamento do presente trabalho, que se poderia considerar encerrado neste ponto. Convém, no entanto, fazer algumas considerações sobre os estudos relativos à sociologia da escola, a fim de sugerir novos rumos aos interessados.

IV — O ESTUDO DA ESCOLA COMO GRUPO SOCIAL

Tal estudo se tornou possível quando, na consideração do processo educacional e na análise institucional da escola, começaram a especificar-se conceitos que permitem discernir, na realidade global, aspectos particulares, tornando-se verdadeiros instrumentos de análise.

Sem poder, nem querer, fixar momentos precisos na história da sociologia e das teorias educacionais, lembremos duas etapas neste sentido: os artigos de Fischer para o *Vocabulário Sociológico* de Vierkandt e o livro capital de Waller, já citados.

Sob sensível influência de Simmel, e quiçá Von Wiese, Fischer ressaltou que a relação professor-aluno tem, enquanto tal, um aspecto nitidamente social, que se destaca do aspecto pedagógico e determina uma situação interativa definida pelos respectivos papéis sociais. Foi sem dúvida dos primeiros a definir sociologicamente professor e aluno como dois tipos diversos de papéis sociais, configurados segundo a sociedade, ligados a posições diversas e diversas maneiras de participar na vida social. Definiu ainda de modo excelente a sociabilidade própria do aluno como fator de organização, dando lugar à constituição de agrupamentos, corrente, movimentos.

A Waller deve-se a análise, hoje clássica na sociologia americana, da posição social do professor, que abriu novos rumos para o estudo das relações entre escola e comunidade. Deve-se-lhe, ainda, o estudo da "cultura própria da escola", onde, pela primeira vez, esta foi claramente definida como unidade diferenciada pelos seus tipos de comportamento, seus valores, seu sistema simbólico. Deve-se-lhe, finalmente, a integração, na teoria sociológica da escola, dos estudos de sociabilidade infantil, ao chamar atenção para a variedade dos tipos de agrupamento escolar.

Graças a Waller, infundiu-se na sociologia americana a noção da vida social própria à escola, que deve ter influído no sentido de pautar-lhe as exigências científicas. No entanto, não se acrescentou posteriormente grande coisa de novo à sua análise, que tem sido apropriada e repetida em larga escala. Ainda recentemente, o livro apreciável de Robbins traz uma parte relativa à vida escolar condensada de Waller¹¹. Em 1949 o citado artigo de Brookover, bastante auspicioso, anunciava o declínio da "sociologia educacional" e o advento de uma "sociologia da educação", realmente

11. FLORENCE GREENHOB ROBBINS, *Educational Sociology, A Study in Child, Youth, School and Community*. Henry Holt and Company, New York, 1935. Trata-se dos capítulos XII-XIII, "The school as a social world" e XIV, "The school's culture", págs. 281-367.

sociológica, comportando a devida atenção ao estudo da estrutura interna da escola, dentro da orientação de *The Sociology of Teaching*.

Na Alemanha, a "Sociologia Pedagógica" apresenta alguns desenvolvimentos interessantes, no estudo da autoridade e nas suas conseqüências sobre a formação de agrupamentos, ou situações interativas na escola. Depois do estudo de Linpinsel sobre o papel da análise sociológica na prática pedagógica, cite-se, da mesma autora, o recente balanço no livro comemorativo do 75.º aniversário de Von Wiese, já referido.

Nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, o movimento mais vivo e recente é devido, porém, ao desenvolvimento do interesse pela teoria e a análise dos pequenos grupos, de que a sociometria de Moreno é a expressão mais ruidosa. A indústria e a educação, ou melhor, a fábrica e a escola são campos preferenciais desta tendência, que a muitos parece a única saída para uma sociologia realmente científica, que largasse da história para dar as mãos à psicologia. Dois pesquisadores contemporâneos chegam a sugerir que tal sociologia deve fundir-se nesta para assegurar a precisão do seu trabalho e das suas conclusões¹².

Ora, o problema é, pelo contrário, desenvolver uma análise sociológica da escola que, recorrendo embora à psicologia, pelo princípio da colaboração nos terrenos de encontro, permaneça sociologia. À qual interesse menos o estudo de atitudes ou das formas de interação, que da estrutura grupal como referência de uns e outros. Além do mais, semelhante análise se entrosa necessariamente numa visão mais ampla da escola na sociedade, evitando o que há de porventura estreito na teoria e na técnica dos pequenos grupos.

Isto pôsto, não há dúvida que tais estudos abrem para a disciplina em aprêço perspectivas insuspeitadas, e que já têm sido exploradas, não apenas segundo as diretrizes socio-

12. K. S. SODHI UND R. BERGIUS, *Nationale Vorurteile*, Duncker & Humblot, Berlin, 1953, págs. 10-11.

métricas, mas, ainda, outras vias¹³. Neste passo, deve-se lembrar que a análise da vida grupal na escola não se deve restringir aos agrupamentos definidos e evidentes, como a sala de aula; mas precisa levar em conta as formas elementares de sociabilidade, o pré-organizado, que faculta compreensão mais adequada da formação dos agrupamentos não visíveis à primeira vista e de toda a dinâmica relacional do imaturo.

V — SUGESTÕES FINAIS

Não seria possível, nem desejável, reduzir a sociologia educacional a uma sociologia da escola; mas parece conveniente considerá-la como o seu eixo, no estado atual dos problemas e dos estudos. A palavra eixo exprime a verdade, ao colocar o estudo da escola entre o estudo da educação como socialização, que o precede, e da sua função social, que o sucede. Em nossa civilização, o eixo do processo educacional se encontra no seu aspecto específico, ou escolar. To-

13. Para a aplicação das técnicas sociométricas a situações pedagógicas, v. J. E. RICHARDSON, "Classification by friendship: sociometric techniques applied to the teaching of English" e J. P. HIGGINBOTHAM, "Leaderless discussions by groups of adolescents", ambos em *Studies in the Social Psychology of Adolescence*, Edited by C. M. Fleming, Rontledge Kegan Paul, London, 1951.

Para estudos de relações de adolescentes e crianças com referência a situações pedagógicas, mediante técnicas não-sociométricas, v., entre outros: CLIFFORD KIRKPATRICK AND THEODORE CAPLOW, "Courtship in a group of Minnesota Students", *Am. Journal of Sociol.*, LI, n.º 2, 1945; BERNICE L. NEUGARTEN, "Social Class and Friendship among School Children", *A. J. S.*, LI, n.º 4, 1946; ALBERT ELLIS, "Love and Family Relationships of American College Girls", *A. J. S.*, LV, n.º 6, 1950; SAMUEL HARMAN LOWRIE, "Dating theories and student responses", *Am. Sociol. Review*, 16, n.º 3, 1951; A. T. HIMMELWEIT, A. H. Halsey and A. N. Oppenheim, "The views of adolescents on some aspects of the social class structure", *The British Journal of Sociol.*, III, n.º 2, 1952; KARL MÜLLER, "Die Gruppenmoral der Schulklasse", *Kölner Zeitsch. f. Soziologie*, II, n.º 1, 1949/50; ELSBET LINPINSSEL, "Der Soziale Raum in der Pädagogik", *K. Z. f. Soz.*, III, n.º 4, 1950/51.

mando-o como ponto de referência, podemos definir concretamente os agrupamentos, papéis, relações, ligados à educação. Posta entre estudos de psicologia, de um lado, e de pedagogia, de outro, a análise sociológica da escola aparece como o terreno propriamente sociológico. Nesta comunicação foi acentuado o aspecto interno da estrutura escolar, já porque é menos abordado, já porque constitui a base necessária para compreender a posição e a função da escola na comunidade. Os recentes trabalhos realizados pela Universidade de Chicago, pelo seu Comitê de Desenvolvimento Humano, representam, neste sentido, um novo passo que não poderia ter sido dado sem uma compreensão nítida das "situações pedagógicas" encaradas sociologicamente, a partir do conhecimento da escola como grupo social complexo.¹⁴ Nela é que se vêm refletir os valores e a estrutura da sociedade na medida em que determinam o processo educativo; atrás dela é que êste se ordena e dá lugar a determinadas formas de ajuste à vida social.

Praticamente, o conhecimento sociológico da escola habilita o educador a compreender a sua função e, sobretudo, a orientar convenientemente os problemas pedagógicos. Lembremos apenas, a título de exemplo, a situação de tensão existente entre adultos e imaturos, entre educadores e educandos, na medida em que ambos manifestam modos diversos de participação na vida social, com diversos interesses. Podemos dizer que uma visão incompleta do problema dá lugar a duas atitudes pedagógicas extremas. Ou a integração do imaturo nos valores sociais é considerada como um processo unilateral, e então temos as formas tradicionais da pedagogia de coerção; ou é atribuída à sua sociabilidade um poder de organização autônoma que não deve encontrar pela

14. Cfr. AUGUST B. HOLLINGSHEAD, *Elmtown's Youth*, The impact of social classes on adolescents, John Wiley and Sons, New York, 1949. Lembremos o trabalho de WARNER, LOEB e HAYIGHURST, *Who Shall be educated*, Kegan Paul, London, 1946 — revelando espírito novo no estudo das relações entre estrutura social e escola, cuja dinâmica interna está sempre presente.

frente coerção alguma. É o caso das famosas experiências de Hamburgo em que se procurou abolir a autoridade na escola.¹⁵

Ora, a tensão não pode ser resolvida pela abolição compulsória de uma das forças: ambas integram necessariamente a escola como sistema social, e o funcionamento desta depende da ação de ambas. Se cada escola é um grupo característico, o educador só poderá agir nêle adequadamente se fôr capaz de proceder à análise desta situação e traçar as normas convenientes de ajustamento social, sem o qual periga a eficiência pedagógica.

Este simples exemplo aponta a necessidade de considerar-se a redefinição do estudo da escola na sociologia educacional como base da atividade do educador. Não menos importante é esta redefinição para a pesquisa, que encontrará nas situações pedagógicas um elemento concreto, que permita passar decididamente da era dos manuais para a da investigação da realidade.

15. V. J. R. SCHMID, *Le Maître-camarade et la pédagogie libérale*, Éditions Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, 1936.

A DINÂMICA SOCIAL E A LEI DO PROGRESSO

PINTO FERREIRA

As aventuras do cientista pelo campo da dinâmica social são perigosas e fascinantes. É um tema de admirável interesse e sugestão, rico de conteúdo e perspectiva, mas um tanto fugidio a uma análise rigorosamente positiva. Daí a dedicação de figuras esplendentes de pensadores no debate do problema, com as recentes especulações de notáveis sociólogos e filósofos da história e bem assim o insucesso de tantas teorias caprichosamente imaginadas sôbre a dialética da realidade social.

COMTE definiu a dinâmica social com "a ciência do movimento necessário e contínuo da humanidade". O seu vulto vigoroso de pensador impulsionou a sociologia no século transato, juntamente com SPENCER, para uma teoria linear da evolução social e do progresso, atraindo os espíritos de inúmeros cientistas sociais para a interpretação crítica dos referidos problemas.

A dinâmica social pode ser entendida como a teoria sistemática e científica das mudanças sociais, indagando as oscilações, ritmos, ciclos e tendências evolutivas da realidade social.

Na atualidade, diversas sínteses foram redigidas em linguagem translúcida e sugestiva em derredor do tema em aprêgo, destacando-se, entre outras, o tratado do PROF. PITIRIM A. SOROKIN intitulado *Dinâmica Social e Cultural*, afora o interessante estudo crítico de sua autoria a respeito do mesmo assunto, em colaboração à obra de GURVITCH sôbre *A Sociologia no Século XX*, e bem assim a primorosa síntese

do PROF. TEODORO GEIGER com o título "Typen und Stufenlehre der Kultur", publicada na *Enciclopédia Sociológica Alemã*.

Inumeráveis são as considerações aduzidas sobre o problema em tela, não só no que concerne aos temas gerais da dinâmica, senão também aos estudos concretos de mobilidade, circulação das aristocracias, sociologia das revoluções, ciclos históricos e sociais, de tão relevante valor para a sociologia.

O CONCEITO DE LEI EM SOCIOLOGIA E AS TEORIAS DA EVOLUÇÃO SOCIAL

O movimento geral da humanidade e das culturas diversas, que se escalonaram na história, necessita ser apreendido e interpretado mediante um aparelhamento conceitual científico, permitindo a compreensão nítida da evolução, do progresso e das mudanças sociais particulares.

Deve-se assim determinar com relativa precisão a idéia da lei em sociologia, pois não existiria uma autêntica ciência social sem a possibilidade de descoberta de leis, regulando o curso dos acontecimentos histórico-sociais.

Recentemente mesmo, desenvolveu-se o fecundo campo de análise da lógica probabilística à la REICHENBACH, com seus diversos e geniais estudos sobre a "Wahrscheinlichkeit-slogik", mostrando como "tôda aplicação de leis causais na realidade física contém o conceito de probabilidade".

Dessa noção probabilística da lei sociológica parece aproximar-se a sociologia contemporânea com PARETO, SOROKIN, MAX WEBER, aludindo êste último, que já foi reputado como o maior sociólogo alemão do século XX, às leis sociológicas como possibilidades eventuais ("soziologische Erwartungschancen") no curso dos acontecimentos.

"A existência de leis sociais", di-lo DUNKMANN, em seu *Tratado de Sociologia* — "é a "conditio sine qua non" para a existência da sociologia como ciência própria. Se

a vida não tivesse regularidades, não seria possível fazer-se sociologia. Deve haver, portanto, leis sociais como fundamento dessas regularidades. A questão é de que espécies são essas leis; são elas leis especificamente sociais ou trata-se de leis que se realizam apenas na esfera social, de maneira determinada?"

DOBRETSBERGER também discorre a contento sobre o assunto, aduzindo a seguinte consideração em seu estudo *Leis Históricas e Sociais*: "Falando de leis sociais consideramos, no sentido mais amplo, qualquer determinação inequívoca dos acontecimentos sociais, uma delimitação do que é socialmente possível dentro das possibilidades ilimitadas, por certas determinantes".

O determinismo dos fatos sociais é multifuncional, alheio a uma causalidade rígida, a que fogem também os fenômenos da microfísica, ao sentir dos seus teóricos recentes. Assim sendo, a sociologia como ciência positiva analisa as correlações funcionais dos fatos sociais, procurando induzir determinadas leis e princípios teóricos.

No campo da dinâmica social, essas leis têm principalmente uma natureza dialética: a) a evolução dos fatos sociais expressa tendências determinadas, tendências que poderão ocorrer com uma certa probabilidade, passível de mais ampla fixação de conformidade com o conhecimento dos fatores determinantes da causalidade; b) a dependência mútua dos fatos sociais elimina a hipótese de uma causalidade rígida e inflexível, em proveito da aplicação funcional da idéia da causalidade.

Por consequência, convém aceitar a idéia da existência de determinadas leis da dinâmica social, sustentando Geiger, precedentemente, "a opinião de que a realidade econômica ou a história da cultura em sua totalidade é apreensível numa pura lei evolutiva".

Os mestres da sociologia e história social têm dissentido, porém, no tocante à natureza dessas leis, cabendo discriminar de passagem a teoria linear da evolução social e, de outro lado, a concepção cíclica da evolução histórico-cultural.

A teoria linear do progresso e da evolução social foi amplamente defendida pela sociologia do século transato, especialmente por COMTE, SPENCER, e MARX. São bem conhecidas as leis dos três estados de COMTE, a concepção spenceriana da evolução social, e a doutrina marxista da socialização progressiva do mundo.

GOLDENWEISER, na obra *Early Civilizations*, assim resume a concepção spenceriana da evolução: "A teoria da evolução abrange os três seguintes princípios de desenvolvimento: a evolução é uniforme, gradual e progressiva, significando isso que: 1.º as formas sociais e instituições passam, por toda parte e sempre, pelas mesmas fases de desenvolvimento; 2.º as transformações que elas (forma: e não instituições) sofrem, são graduais e não repentinas e cataclísmicas; 3.º as mudanças implicadas por essas transformações indicam a direção de um melhoramento de menos perfeitos para mais perfeitos ajustamentos, de formas inferiores para formas superiores".

Já a teoria cíclica da evolução social teve ilustres representantes desde POLÍBIO, mas sobretudo na atualidade adquiriu um vigor e impulso extraordinários nas obras de SPENGLER *A Decadência do Ocidente (Der Untergang des Abendlandes, Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte)* e SOBOKIN em sua *Dinâmica Social e Cultural*. Trabalhos de palpitante encanto e beleza lírica de exposição, representando um grande acúmulo de dados objetivos, mas que mereceram severas críticas dos pensadores e cientistas.

De passagem, poder-se-ia dividir a teoria cíclica em sociologia e história, mostrando como elas se desdobram em doutrinas dos ciclos lineares ou espirais tendentes a um fim determinado, em teorias dos ciclos idênticos se repetindo indefinidamente, e enfim, nas concepções dos ciclos e ritmos que não são uniformes e nem conducentes a um fim determinado.

As teorias da dinâmica social afastaram-se assim, em grande parte, dos postulados dominantes da sociologia do século XIX, admitindo-se a pluralidade das linhas evolu-

tivas, que, no entanto, deverão ser reinterpretadas dentro do panorama da civilização universal.

AS TEORIAS LINEARES DA EVOLUÇÃO SOCIAL

Pensadores eminentes se têm proposto a uma indagação fecunda e proveitosa dos princípios da dinâmica social, havendo a respeito uma luminosa síntese formulada por GEIGER sobre "As Teorias dos Tipos e Fases Culturais" que é realmente um resumo *ex-professo*, elaborado por um brilhante sociólogo.

A primeira tentativa sociológica de formação da dinâmica social foi proposta por COMTE no *Curso de Filosofia Positiva*, mostrando a passagem do espírito humano do estado teológico para o estado metafísico e daí, afinal, para o estado científico.

DURKHEIM, aparentado ideologicamente com o pensamento do fundador do positivismo, parte igualmente do postulado da preeminência da vida religiosa na sociedade primitiva. Nela predomina uma solidariedade mecânica, baseada numa certa igualdade moral, social e espiritual dos indivíduos, gradativamente substituída por uma solidariedade orgânica, à medida que cresce o processo da divisão social do trabalho. Dar-se-ia assim uma crescente substituição histórica da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica, com as conseqüências automáticas daí advindas no plano econômico, religioso, social, político, e conducente a um acréscimo da liberdade individual a um direito e relações contratuais fundadas sobre o acordo livre das partes, às relações contratuais do governo e dos cidadãos, em suma, às idéias igualitárias.

LÉVY-BRUHL, em diversos trabalhos memoráveis sobre a mentalidade primitiva, salienta em sua obra *As Funções Mentais nas Sociedades Inferiores*, o seguinte: "1.º As instituições, as práticas, as crenças dos "primitivos" implicam

numa mentalidade pré-lógica e mística, orientada de maneira diversa da nossa; 2.º As representações coletivas e as ligações dessas representações, que constituem esta mentalidade, são regidas pela lei da participação e, como tais, indiferentes à lei lógica da contradição". Ele chega à conclusão, mais tarde ligeiramente retificada em seus "Carnets", que a concepção mental dos povos primitivos é essencialmente mística e pré-lógica, ao passo que na mentalidade moderna predomina o pensamento racional com mais intensidade que entre os primitivos.

Por sua vez TOENNIES considera duas formas fundamentais da sociologia pura, a saber, a comunidade (*Gemeinschaft*) e a sociedade (*Gesellschaft*), a primeira considerada como uma espécie de formação natural e a segunda como um fenômeno um tanto artificial da civilização. Tem-se mesmo pretendido mostrar uma certa identidade entre os tipos da "comunidade" e da "sociedade" com respeito às formas sociais baseadas na "solidariedade mecânica" e na "solidariedade orgânica" dos pensadores franceses. Em consonância com TOENNIES, "comunidade" e "sociedade" não constituem apenas tipos fundamentais das formas sociais, mas ainda, no que concerne à dinâmica social, duas etapas fundamentais na evolução dos processos sociais, no sentido de que as "comunidades" constituem as formas sociais primitivas e as "sociedades" as formas evolutivas posteriores, e que a evolução leva necessariamente do regime histórico da "comunidade" para o da "sociedade". Historicamente aparecem primeiro as comunidades (famílias, clãs, sipes, tribos, etc.) como suas concretizações históricas. A história significa então a marcha progressiva para a civilização das formas sociais criadas pelo homem, que tem como consequência a crescente influência do homem na sociedade.

O PROF. VIERKANDT também desenvolve idéias um tanto semelhantes, na oposição dialética entre os povos naturais (*Naturvoelker*) e os povos culturais (*Kulturvoelker*), ou seja, entre os primitivos e os civilizados, os quais se desenvolveram posteriormente no panorama da história.

MAX WEBER, em sua *Economia e Sociedade*, chega também a induzir um princípio fundamental da evolução, qual seja, a crescente racionalização da vida social e da cultura total ("die steigende Rationalisierung des sozialen Lebens und der gesamten Kultur").

FREUD, o grande mestre da psicanálise, alude a diversas etapas no desenvolvimento histórico da humanidade, em três fases sucessivas, como sejam, a animista, a religiosa e a científica.

Enfim, PARETO, em seu *Tratado de Sociologia Geral*, comparando a cultura ocidental com a sociedade antiga greco-romana, considera que teria existido na história uma progressiva influência do raciocínio lógico-experimental. Ele assim observa o fenômeno: "De outro lado, comparando-se o estado de nossas sociedades greco-romanas, parece evidente que em numerosos ramos da atividade humana, tais como as artes, as ciências e a produção econômica, os resíduos da primeira classe e as deduções da ciência lógica-experimental certamente diminuiram os resíduos da segunda classe. Na atividade política e social, o fato aparece com menos clareza. Pode ser que este efeito seja tão fraco? Porém ele não é senão uma parte da atividade humana, e caso se considere esta atividade em seu conjunto, é possível concluir com toda a segurança que os resíduos da primeira classe e as deduções da ciência lógico-experimental acresceram o domínio no qual se exerce sua influência, e que é mesmo por isso, em grande parte, que se deve a diversidade dos caracteres de nossas sociedades, comparadas com as antigas sociedades da Grécia e de Roma".

Destarte observa-se, a contento, que os grandes mestres da sociologia teórica, representada pelos seus mais ilustres cientistas, aludem à possibilidade da indução de uma lei geral reguladora da evolução do espírito humano, na crença consoladora de um mito do progresso social, na marcha para a frente da humanidade.

A TEORIA CÍCLICA DA HISTÓRIA E DA SOCIOLOGIA

Ao lado da concepção linear do progresso social, acreditando no mito do progresso, foram elaboradas diversas teorias cíclicas da evolução social. Dentre elas, as mais vulgarizadas e populares entre os filósofos da história e sociólogos são as sínteses formuladas por SPENGLER e SOROKIN, nas suas fórmulas mágicas de predição da história.

SPENGLER combate o esquema clássico da história, desdobrado em diversos períodos da antiguidade (*Altertum*), idade-média (*Mittelalter*) e idade moderna (*Neuzeit*), como um esquema sem sentido, que deixa ao lado as grandes culturas, expondo a conhecida concepção spenglereana da história. Ele abandona o sistema ptolomaico da história ("das ptolemaische System der Geschichte") em proveito da descoberta copernicana ("die kopernikanische Entdeckung im Bereiche der Historie"), estudando a morfologia comparada das culturas, em suas diferentes manifestações, e lhes assinalando um ciclo vital de nascimento, apogeu e decadência.

SOROKIN, de seu lado, discrimina três formas fundamentais de cultura integrada, como sejam, a idealística, a sensitiva e a ideacional, prevendo a sua mudança cíclica permanente, a que a história seria indiferente, não havendo um sentido fixo e linear de evolução social, mas antes a repetição indefinida das referidas culturas integradas.

São essas as doutrinas mais populares e divulgadas na sociologia teórica, que, não obstante a autoridade dos seus mestres, figuras de relêvo, tem merecido severas críticas dos especialistas, dado o seu sentido de interpretação, colorido de tonalidade metafísica.

Ao lado dessas especulações gerais existe, de mais a mais, um sem número de estudos a respeito da mudança cíclica de determinados processos sociais, em ciclos periódicos e não-periódicos. Entre os primeiros convém citar os trabalhos de G. FERRARI, O. LORENZ, K. JOEL, N. KONDRATIEFF, SPIETHOFF, MOORE, A. BARTELS, F. KUMMUR, W. SCHERER, W. PETRIE, sobre ciclos periódicos do nascimento

das escolas literárias, movimentos políticos, ciclos financeiros, revoluções políticas, sociais, econômicas, e religiosas, as grandes mudanças na civilização, e temas conexos. Entre os segundos, relativos aos ciclos não-periódicos, os estudos interessantes de BOGARDUS, TARDE, MIKHAILOWSKY, OBGURN, CHAPIN, WEBER, SCHMOLLER, K. LEONTIEFF, DANILEVSKY, G. GINI, LAPOUGE, HANSEN, P. LAVROV, e tantos outros, analisando os ciclos das invenções, o ritmo do crescimento da população, o ritmo da repartição da renda nacional, de extensão e decréscimo do intervencionismo estatal, e tantos outros problemas, pesquisados com vivo interesse pelos estudiosos.

A LEI E O MITO DO PROGRESSO SOCIAL

É evidente, porém, a existência de um progresso da humanidade. Ao longo da sua história e peregrinação no mundo, a humanidade se encaminha vagorosamente para formas mais nobres de pensar e de sentir, aperfeiçoando gradativamente as relações humanas, numa marcha permanente de libertação.

Se a humanidade continuar progredindo, ela se libertará, razoavelmente, dos limites impostos pela natureza viva para conseguir um maior domínio sobre a história, a sociedade e o ambiente físico. Resulta assim, do mais elementar bom senso, a curial observação do progresso da civilização. Novas técnicas de controle da natureza, utilização da energia atômica, combate às doenças e epidemias, organização social, proteção ao trabalho, respeito às liberdades, proteção aos oprimidos e aos deserdados da sorte, purificação do ideal religioso, nobilitação dos sentimentos, mostram a progressão constante da humanidade.

Em comparação com a sociedade primitiva, aumentou consideravelmente o poder do homem. É provável que esse poder continue aumentando, à medida do próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, que corresponde destarte ao próprio desenvolvimento da sua razão e do seu equipamento biológico e cerebral.

Existe, de outro lado, uma fé no progresso. KIMBALL YOUNG adverte que essa fé no progresso é um "mito social", próprio da nossa época, mas mesmo assim êle constitui uma parte da nossa cultura e incentivo para mais nobres realizações.

Essa fé no progresso não é, porém, um jôgo caprichoso da imaginação, divagando sôbre os sonhos e as esperanças da humanidade. Os sonhos e esperanças de um século bem poderão ser a realidade do século seguinte.

É a expansão do raciocínio lógico e positivo na esfera intelectual, da cálida simpatia e fraternidade na esfera sentimental, a dominação constante exercida pelo homem sôbre a natureza e a história, que assinalam êses progresso, resultante do próprio desenvolvimento biológico da espécie humana.

A LEI FUNDAMENTAL DA EVOLUÇÃO HUMANA

A sociologia dinâmica, indagando os ciclos e ritmos da evolução social, propõe-se também estabelecer a lei fundamental da evolução humana. A humanidade constitui um autêntico corpo social, abrangendo Estados, povos, culturas, nações, ciclos culturais, que se integram na sua totalidade, e que apresenta um sentido geral de evolução.

THURNWALD, em sua obra "Entwicklung und Fortschritt im Lichte der Voelkerforschung", observa: "Sob êses pontos de vista e com essas restrições, podemos falar de evolução das culturas. Isso porém, sômente é possível, se a comparamos a uma rêde de veios de água que se ramificam variadamente, separando-se e reunindo-se em contínua alteração. Na coerência das culturas assim representada, cada uma possui a sua vida própria. Cada cultura tem o seu decurso individual dentro da totalidade da história universal".

Na totalidade da história universal, cumpre observar a existência de uma certa evolução do espírito humano, na comparação objetiva da mentalidade e do homem primitivo e do homem civilizado.

Analisando a própria origem do homem, os estudiosos e especialistas como WEINERT, MONTANDON, DANIEL ROSA, KEITH, e tantos outros, admitem a sua proveniência de uma espécie anterior, vindo os seus ancestrais na família dos hominídeos, que se desdobra nos gêneros dos hominianos, do qual descendem os homens, e dos antropianos, de onde evoluíram os macacos, os primos-irmãos do homem.

Pretende KEITH que os gêneros hominiano e antropiano se separaram há cerca de 2.000.000 de anos da era cristã, atribuindo-se uma antiguidade de quase 1.000.000 de anos ao *Sinanthropus Pekinensis* e 475.000 ao *Pithecanthropus erectus*. Na atualidade se encontraram diversos "missing-links" entre os homens e os seus antecessores, parecendo dar ganho de causa, em limites razoáveis, à doutrina da ologênese (DANIEL ROSA, MONTANDON, COLOSI, FROSETO, STEFANI), a respeito da origem humana, assinalando um monogenismo genésico e um poligenismo geográfico.

Diversos ancestrais foram descobertos, além dos assinalados, entre os hominianos e antropianos, enquadrando o *Homo Sapiens* (a espécie humana atual) na biosfera da natureza, e se o chamando pitorescamente "o rei dos macacos". Sôbre o assunto, aliás, convém mencionar a esplêndida síntese formulada pelo professor americano Hooten, com o título *Up from the Ape*.

Com o aparecimento da família dos hominídeos, começa a aurora do pensamento, na passagem da vida instintiva e sensorial para a elaboração dos processos rudimentares da inteligência. Desenvolveram-se as espécies hominianas anteriores ao "*Homo Sapiens*", à espécie humana, que se desdobra nas grandes raças atuais dos Pigmóides, Vesaustralóides, Mongolóides, Negróides e Europóides, segundo a classificação sistemática de MONTANDON.

Destarte, para se descobrir a lei fundamental do progresso humano, se deve observar e comparar a evolução realizada pelas grandes raças progressistas atuais com as sociedades primitivas, em seguida cotejar as aquisições culturais da espécie humana com as dos demais hominianos (o homem de Neandertal, por exemplo), ou ainda a dos hominianos com

os dos antropianos (*Pithecanthropus*, *Sinanthropus*, etc.) e assim interpretar o esquema evolutivo do espírito humano desde os seus antecessores, com o desenvolvimento dos hominídeos.

Como se disse, pretendem determinados especialistas, que com a evolução com hominídeos teria começado a transição da vida sensitiva e puramente sensorial para a inteligência. Os antropianos possuem uma concepção de mundo sensorial e pragmático e se aproximam da vida mental dos antropóides. À medida da evolução se desenvolvem as atividades puramente intelectuais, brilha o sol da razão, e o raciocínio constitui a grande arma dos hominídeos em seu desenvolvimento histórico. O processo evolutivo se orienta assim no sentido de uma progressiva humanização.

R. PERRIER, no estudo "La Place de l'Homme dans la Série Animale", publicado no *Novo Tratado de Psicologia*, bem escreve que "o progresso, na série humana se afirma sobretudo no domínio da inteligência, e portanto, no aperfeiçoamento do cérebro, que é a sua contraparte anatômica. O próprio homem é o coroamento, tanto na sua estrutura como no seu psiquismo, de uma longa série de processos prosseguindo na mesma direção no curso de uma série de gerações. Nada, por assim dizer de realmente novo, foi realizado pelo homem. Seu psiquismo mesmo tem suas raízes no psiquismo animal e se poderia acompanhar passo a passo os seus progressos através de toda a série de seus ancestrais. Como o disse ELLIOT SMITH, a preeminência intelectual do homem já estava em germe no *Tupaia* e no primeiro *Tursóide* que na aurora dos tempos terciários, sob a influência da vida arborícola, começou a se guiar pela vista e não mais pelo odor".

A lei do progresso consiste, destarte, numa crescente racionalização da vida e da cultura total, e esta amplificação da capacidade intelectual humana tem uma fundamentação biológica, tem sua contrafação anatômica no desenvolvimento dos lobos frontais, do telencéfalo, tido como a sede do alto psiquismo.

Os estudos recentes de BRODMAN, C. e O. VOGT, KOSKINAS, VON ECONOMO, SHERRINGTON, PAVLOV, LAPICQUE, TOURNAY, MAGNUS, DE KLEIGN e outros, mostram essa fundamentação biológica da inteligência, dependente do aparelhamento cerebral humano.

Existe um princípio fundamental de biologia, chamada por VON ECONOMO e KOSKINAS, no estudo "Die Cytoarchitektonik der Hirnrinde der erwachse Menschen", como a lei da cerebração progressiva. Esta idéia foi assim resumida por TOURNAY, no *Novo Tratado de Psicologia*: "Estes estudos de anatomia e histologia comparados, apoiados em algumas observações tornadas possíveis pela comparação dos crâneos dos homens primitivos com a morfologia atual do cérebro, mostram uma "cerebração progressiva" (ECONOMO), a extensão das superfícies situadas entre as áreas primárias que convizinham as grandes cissuras, o aparecimento de aquisições arquitetônicas novas, ou, dito com brevidade, uma tendência ao engrandecimento contínuo do telencéfalo, substratum global das possibilidades intelectuais e das novas adaptações. De feito, enquanto todo o resto do sistema nervoso assegura de maneira, por assim dizer, tradicional, hábitos já herdados, o telencéfalo parece bem, no fundo, ser essencialmente o órgão do governo adaptado às circunstâncias segundo as aquisições da experiência individual".

Tudo indica assim que, à medida do desenvolvimento do progresso geral da cerebração progressiva nos hominídeos, cresce o domínio do raciocínio e da razão no domínio do universo. Para a conquista do universo pelo homem, disse de uma feita o famoso fisiologista inglês SHERRINGTON, o cérebro é a sua melhor arma.

Na própria comparação das chamadas sociedades primitivas com os povos culturais, no cotejo das grandes culturas, como a egípcia, a babilônica, a assíria, a grega, a romana e outras, observa-se como a mentalidade do homem se ampliou mediante o progressivo alargamento do pensamento científico.

A mentalidade do homem primitivo está saturada de um colorido religioso, e os estudiosos consideram-na uma

mentalidade mística ou animista, alheia a uma certa orientação positiva de compreensão da natureza, ao passo que a civilização ocidental se tem desenvolvido no sentido de uma progressiva influência do raciocínio lógico e de ampla utilização da técnica científica. Verdade seja que essa evolução tem tido os seus recuos momentâneos, mas de um modo geral é válida para a evolução dos hominídeos em sua totalidade.

O espírito luminoso de ENGELS, na mais esplendente resenha filosófica do marxismo, a sua *Dialectika Prirody*, confirma também o valor da liberdade e a própria possibilidade do homem de influir sobre os processos da natureza, ou no texto russo da sua obra, "preovaziutchee ovratnoe vozdeistvie tcheloveka na prirody proizvodetvo", e bem assim, posteriormente, no próprio controle das forças históricas.

Por consequência, dentro de um ponto de vista positivo, poder-se-ia enunciar a lei mais geral da dinâmica social, válida para a evolução da família dos hominídeos, como uma totalidade orgânica, num impulso que tem servido de força motriz à evolução da humanidade: os hominídeos se desenvolvem à medida de sua cerebração progressiva, no sentido constante de predomínio do raciocínio lógico-experimental.

A LEI DO PROGRESSO

Os conceitos fundamentais, que entram na idéia do progresso, a saber, os conceitos de transformação e melhoramento, implicam na ascensão do mundo para uma nova modalidade de organização social e de esplendor moral, para formas mais apuradas e nobres de beleza, verdade e bondade.

A beleza, como a bondade e a verdade, são, em limites razoáveis, resultados históricos da civilização, pois a evolução mental do homem o encaminha para o desenvolvimento da inteligência e está acompanhada de uma evolução emocional paralela para a bondade.

A vida mental e emocional dos povos históricos tem tido uma marcha ascendente, proclama a sociologia como positi-

vidade. Esse melhoramento se realiza em todas as esferas da cultura, com a humanização do próprio homem.

Na política se assinala uma tendência para a humanização do poder, ao amplo respeito das liberdades humanas, transformando-se o Estado em um instrumento de legalidade, o "Estado-de-Direito" (*Rechtstaat*), submetido ao império soberano da constituição.

Na economia observa-se o cáldo sentimento de fraternidade pelos humildes, pequenos e sofredores, própria de um regime solidarista, corrigindo os defeitos clássicos do individualismo, quando a liberdade dos poderosos esmagou a liberdade dos fracos e oprimidos, no *élan* de uma nova peça de arquitetura econômica e social.

Na religião, os méritos sublimes do cristianismo, que elevam o seu fundador acima de todos os reformadores, faz prever uma hora de azulamento universal, conciliadora de todas as discórdias, numa espiritualização progressiva do sentimento religioso.

Na ciência, acresce vigorosamente o poder de controle da sabedoria humana sobre o universo, com o aproveitamento de energias insuspeitadas, que testemunham as imensas possibilidades do controle da natureza.

No mundo internacional, desenvolve-se nos derradeiros séculos um vivo sentimento de solidariedade e paz, pois o mundo não pode viver sem paz, descanso e beleza, com as possibilidades de um governo internacional dos povos livres.

Evidentemente, essa lei do progresso é uma tendência observável em um plano amplo, na comparação da sociedade civilizada com o mundo do homem primitivo, mostrando em limites razoáveis o processo constante de nobilitação do homem, que se confunde com o próprio processo geral da civilização.

O homem, por meio dos seus heróicos esforços, tem o pressentimento enérgico do futuro, o ideal de renovação política, social, econômico e cultural, humaniza-se progressivamente pelo poder da sabedoria e da bondade, abrindo rumos extraordinários para o melhoramento da civilização.

*A INTEGRAÇÃO DA TEORIA E PESQUISA
NA SOCIOLOGIA*

MÁRIO LINS

I. A UNIVERSALIDADE DA CIÊNCIA

Como conseqüência da admissão de planos irreduzíveis dentro da fenomenalidade, há uma tendência para estabelecer-se uma divisão intransponível entre as ciências ditas da natureza e as chamadas do espírito. As primeiras (físico-naturais) teriam como suportes princípios e leis universais, enquanto que as segundas (ciências sociais) ficariam impossibilitadas de atingir esse objetivo, dada a individualização dos fenômenos com que operam.

Não há, todavia, essa irreduzibilidade que resulta, em última análise, de uma deficiência da velha lógica conceitual, a qual nos obrigava, em face de suas categorias estáticas, a abrimos clivagens na estrutura geral da ciência. Não obstante a relativa diferenciação quanto à realidade fenomenal de cada ciência, há uma estruturação insomórfica que, baseada em princípios funcionais invariantes, se superpõe a essa diferenciação, dando-nos a sua unidade geral.

Em toda ciência há uma tendência ao universal, embora ela se manifeste através de graus diferenciais, segundo a maior ou menor estabilidade das relações fenomenais com que cada uma delas opera. Nas ciências ditas naturais, havendo uma maior estabilidade quanto aos fenômenos investigados, surgem com mais evidência as condições para a formação da lei (universal), ao passo que, nas ciências sociais, a maior instabilidade das suas variáveis, torna por demais complexo o problema dessa formulação.

Dificuldade, entretanto, não quer dizer impossibilidade científica, pois, o avanço da ciência consiste justamente na superação dos obstáculos até então tidos como intransponíveis. Parece que, por não atentar devidamente sobre esses aspectos, foi o PROF. GUERREIRO RAMOS levado a concluir, em trabalho recente, que:

(a) Se bem seja o ideal dos sociólogos construir uma sociologia de tendência universal, isso constitui nos "países líderes do pensamento sociológico" um "sintoma de etnocentrismo", enquanto que nos "países culturalmente coloniais, é uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite".

(b) Há, nos "países colonizados ou descobertos", como o Brasil, uma tensão entre duas correntes de pensamento: "uma que representa o esforço de criação desses países e outra que consiste simplesmente numa glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros".

(c) Essa última corrente constitui um "vício de alienação" ou uma atitude "consular", em face do processo de imitação por ela utilizado.¹

Se é um dos objetivos da sociologia como ciência formular proposições típicas de tendência universal, não há como ver-se nesse ideal um sintoma de etnocentrismo, nem tão pouco de complexo de inferioridade. A atitude científica é incompatível com o etnocentrismo, que se caracteriza pela tendência a subjetivar-se o próprio sistema de referência, a ponto de se torná-lo um absoluto em si. O etnocentrismo particulariza a verdade, tornando-a uma pura determinação local, enquanto que a ciência procura transpor essa localização através de uma invariância funcional.

1. Cf. GUERREIRO RAMOS, *O Processo da Sociologia no Brasil* (Rio de Janeiro, 1953), pp. 7-11, 13-14, 21, 31-34.

As proposições da ciência são sempre formalizações extraídas da realidade contextual em que ela opera. A ciência ao formular a lei procura isolar certas propriedades do real; as leis visam definir idealizações típicas (casos ideais). A não conformidade, maior ou menor, entre a "realidade" e a "lei" resulta de que os invariantes funcionais são sempre tomados por um processo de abstração; a lei torna-se, assim, um limite para o qual tende o real, à proporção que as condições do fato (por si mesmas ou pelo controle experimental) se aproximam das condições ideais, pressupostas na sua formalização.² Daí resulta que: (a) as proposições científicas revestem-se sempre da forma condicional ("se... então"), por serem uma idealização típica; (b) os resultados da aplicação da lei variam segundo o preenchimento de determinadas condições, se bem que a relação por ela expressa seja formalmente constante; (c) os desvios do tipo ideal nada mais são que os diversos graus da formalização, na sua conexão com a realidade empírica.

No que se refere à sociologia temos que a sua supranacionalidade deriva-se da tendência universal das suas proposições. Essas proposições têm um caráter genérico, não obstante as variações que, dentro de limites, possam sofrer no seu conteúdo, segundo as condições contextuais se aproximem, com maior ou menor intensidade, do tipo ideal que elas pressupõem. Quando, portanto, se procura nacionalizar a sociologia, visa-se apenas o aspecto dessa conteudização, desprezando-se o aspecto mais geral (formal) através do qual a ciência é construída.

Do mesmo modo que não há uma lei de gravidade inglesa ou italiana, não há uma lei de mudança social que seja brasileira ou espanhola. É verdade que os fatores sócio-culturais brasileiros e espanhóis poderão ter diferenças específicas, mas diverso também é o coeficiente de gravidade na altitude

2. Ver ENRICO DE MICHELIS, *El Problema de las Ciencias Historicas*. (Buenos Aires: Editorial Nova, trad., 1948), pp. 10-5-11; GEORGE A. LUNDBERG, "Alleged Obstacles to Social Science", in *The Scientific Monthly*, vol. LXX (May, 1950), pp. 299-305.

andina e na região da Groenlândia, sem que isso implique que haja uma lei de gravidade andina ou groenlandesa.³ Estamos aí adiante de idealizações típicas que, não obstante a relativa diferenciação de conteúdo, se expressam sob uma invariância funcional.

Sendo a ciência uma técnica da concordância⁴, manifestada sob a forma típico-universal, as suas proposições são válidas seja qual fôr o sistema tomado como referência. As suas proposições são invariantes funcionais que, pelo seu grau de abstração, se superpõem aos vários sistemas particulares. Se, dêsse modo, a sociologia é uma ciência, terá ela de procurar os seus invariantes funcionais (universais), sem que isso constitua uma atitude etnocêntrica, uma posição de inferioridade ou um vício de alienação.

II. OS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA SOCIOLOGICA

O homem não é um elemento passivo dentro da natureza; êle ao receber os estímulos que vêm do seu ambiente externo sôbre êle reage numa interrelação funcional. O seu objetivo é dominar os fatores externos, através da compreensão dos seus efeitos e condições determinantes. Êsses fatores não se processam ao acaso, mas dentro de situações contextuais, cuja problematidade procuramos compreender. DEWEY, analisando as fases, através das quais se realiza o *pattern* dessa compreensão, mostra-nos que:

(1) Há de início uma situação cujos fatores internos se apresentam como indeterminados, causando-nos uma perplexidade ante a sua incompreensão.

3. Cf. DJACIR MENEZES, "A Lei Sociológica e as Sociologias Nacionais", in *Boletim del Instituto de Sociologia*, (Año X, Núm. 6, 1952), p. 139.

4. Cf. S. I. HAYAKAWA, "The Aims and Tasks of General Semantics", in ETC.: *A Review of General Semantics*, vol. VIII (Summer, 1951), p. 247.

(2) Dentro dessa indeterminação surge um "problema", que se levanta como um intento para melhor ordenarmos o estado obscuro da situação.

(3) Uma vez pôsto o problema, procuramos determiná-lo através de uma descrição mais completa da situação problemática e do levantamento de hipóteses para uma possível solução.

(4) Entramos, então, na fase do raciocínio a fim de, pela comparação das hipóteses levantadas, encontrarmos a mais apropriada à explicação da situação.

(5) Finalmente chegamos à hipótese adequada (conclusão), a qual nos dá a possibilidade de dominarmos a problematidade da situação.⁵

A pesquisa científica atravessa essas fases operacionais, que nos levam, em cada caso, a melhor adaptarmos a nossa estrutura teórica aos fatos experimentais. Quando numa situação problemática sentimos uma perplexidade, dá-se aí uma interrelação de dois fatores que estão ligados, de um lado, à nossa estrutura lógico-conceitual e, de outro lado, ao mundo existencial. É da desarticulação dêsses dois aspectos básicos que resulta a problematidade da situação.

CANTREL, AMES, HASTORF e ITTELSON salientam que o reajustamento dêsses aspectos (superação da problematidade) desenvolve-se dentro das seguintes fases operacionais: (1) sentimos uma inadequação conceitual, da qual decorre um problema, que procuramos solucionar; (2) tentamos analisar todos os aspectos do fenômeno que possam ter relação com o problema levantado; (3) dentre êsses vários aspectos focalizamos a atenção sôbre os mais fundamentais em relação ao problema em análise, os quais servirão de *standards* para racionalização e manipulação; (4) através de métodos apropriados, intentamos controlar essas variáveis *standards*, com

5. JOHN DEWEY, *Logic: The Theory of Inquiry* (New York: Henry Holt and Comp., 1939), pp. 104-114.

base em investigações empíricas; (5) por fim, adaptamos nossa estrutura teórica, tendo-se em vista as formulações que, com apoio nessas investigações, nos levaram a solucionar o problema.⁶

A execução dessas fases se acha relacionada com vários fatores, cujo controle se faz necessário para a obtenção da eficiência nos resultados da pesquisa. Nas ciências físico-naturais têm sido mais seguros esses resultados, desde que a maior estabilidade dos fenômenos com que elas operam, dão-nos uma melhor possibilidade de nelas trabalharmos com sistemas relativamente fechados. A construção desses sistemas é básica para a formulação das proposições científicas, as quais pressupõem sempre uma relativa invariância dos fatores com que operamos.

Esses sistemas têm uma coerência relativamente própria, que é mantida não obstante a existência de fatores externos, cuja influência não chega a destruir a sua estrutura funcional. A relativa persistência dessas relações estruturais (invariância funcional) é que nos permite formular a lei científica; se não houvesse essa estabilidade estrutural, impossível seria a organização da experiência. Nada mais teríamos que o caos resultante da impossibilidade de racionalizarmos as sensações do mundo externo.

Nas ciências sociais o seu relativo atraso em relação às demais ciências provém, em grande parte, da dificuldade em que estamos de operar com tais sistemas. Aí é tal a instabilidade das variáveis que se torna por demais difícil a persistência do equilíbrio estrutural do sistema. Para que tenhamos a determinação do sistema precisamos de, ao menos, dois fatores: (1) a definição do seu estado a um dado tempo (t^1) e (2) a relação (conexão ou implicação formal) entre a sua especificidade num tempo (t^1) e num tempo posterior

6. HADLEY CANTRIL, ADELBERT AMES JR., ALBERT H. HASTORF, and WILLIAM H. ITTELSON, "Psychology and Scientific Research: I. The Nature of Scientific Inquiry", reprinted from *Science*, vol. 110 (1949), p. 2.

(t^2). Isso pressupõe que possamos ter não, apenas, as propriedades genéricas do estado do sistema, mas também suas propriedades específicas em cada fase da investigação.

Nas ciências físicas é tal o seu avanço que podemos relacionar não só as propriedades genéricas entre dois estados de um sistema, como também suas propriedades específicas. Nas ciências sociais, em face da maior instabilidade das suas variáveis, essa determinação específica é dificultada.⁷ Daí não decorre, todavia, nem que essa instabilidade seja absoluta, nem tão pouco que impossível seja a apreensão racional dos fenômenos sociais. Que esses fenômenos, não obstante sua grande variação, apresentam uma certa estabilidade funcional é um fato objetivo, do qual depende a vida em sociedade.

Se partirmos da existência desse fato o que teremos de fazer é não ficarmos em atitude passiva diante dessas dificuldades, mas procurarmos superá-las racionalmente. Para isso necessitamos de desenvolver uma técnica operacional que, baseada em categorias relacionais, melhor nos possibilite: (a) a análise dos fatores internos dos sistemas sociais; (b) a apreensão das relações causais que lhes servem de base; (c) a determinação, predição e controle das suas variáveis.

III. A ESTRUTURAÇÃO TEÓRICO-SISTEMÁTICA

A ciência não é uma simples coleção de fatos; é uma estruturação teórico-sistemática dos dados existenciais. Esses dados são apreendidos racionalmente, através de bases operacionais, onde há uma interrelação entre o homem e o seu meio externo. A ciência surge quando, diante de situações problemáticas, procuramos determinar os fatores da situação, a fim de podermos controlá-los nos seus efeitos.

7. Cf. F. S. C. NORTHROP, *The Logic of the Sciences and the Humanities* (New York: The Macmillan Comp., 1948), pp. 243-254.

Uma situação problemática é dominada quando reajustamos operacionalmente a nossa estrutura lógico-conceitual aos dados da situação, de modo a têmos a sua compreensão racional. A ciência se apoia nesse processo construtivo, mediante o qual intentamos derivar do plano dos dados existenciais um sistema simbólico que tanto quanto possível seja isomorfo com a realidade.⁸

Em face da complexidade do mundo fenomenal necessitamos de quebrá-lo em seus vários aspectos para que possamos apreendê-lo. Esses aspectos (percepts) uma vez isolados são organizados e reintegrados através de conceitos que são abstrações do plano da realidade. O simples levantamento, todavia, dos conceitos não basta para que se estructure a ciência. É preciso que eles sejam interrelacionados num todo sistemático, de maneira a dar-nos uma coerência lógico-funcional. Observa MERTON, após acentuar a necessidade dessa interrelação, que os conceitos "constituem as definições (prescrições) do que deve ser observado; eles são as variáveis nas quais as relações empíricas são procuradas".⁹

Nem tôdas as ciências conseguiram ainda desenvolver a sua estrutura teórica, de modo a serem capazes de ter com a mesma eficiência o contróle, a determinação e a predição dos fenômenos sob seu domínio de estudo. Algumas delas estão no plano propriamente "descritivo", no qual predominam as simples classificações e as correlações; aí não chegamos ao levantamento de "universais", mas a meras "generalizações enunciativas". As que atingiram o plano "explicatório" obtiveram um maior avanço sistemático; nelas temos uma maior interconexão lógico-conceitual dos fatos existen-

8. Ver CORNELIUS BENJAMIN, *The Logical Structure of Science* (London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd., 1936), pp. 82-93 e 233-234.

9. ROBERT K. MERTON, *Social Theory and Social Structure* (Illinois: The Free Press of Glencoe, 1949), p. 87; cf. também, JOHN T. BLUE, JR., "Techniques of Symbolization", in *Sociology and Social Research*, vol. XXXIV (March-April, 1950), pp. 280-285.

ciais, o que nos permite uma mais segura formulação de relações de invariância.¹⁰

A racionalização dos fatos ou acontecimentos do mundo empírico se acha relacionada com determinadas fases da pesquisa científica, as quais, segundo EVANS e GAMBERTSFELDER, têm uma base lógica, que as caracterizam como estágios no processo da investigação: (1) partimos do reconhecimento de uma situação lógica, que surge com a consciência da necessidade de uma reflexão definida; (2) intentamos a sua descrição através da análise do problema levantado; (3) procuramos a aplicação lógica da situação, ajustando-a, mediante uma via prática, ao contexto que foi descrito analiticamente; (4) entramos, então, na explanação lógica ao investigarmos as relações causais entre os fatos, com a formulação da lei científica e (5) finalmente, passamos à interpretação onde, com base na natureza causal dos fatos investigados, visamos apreender os seus valores e sentidos na sua interrelação com o contexto sócio-cultural.¹¹

A sociologia não conseguiu ainda desenvolver sua estrutura sistemática de forma a dar-nos o mesmo grau de contróle e predição já alcançado em outras ciências. Há presentemente um forte desajustamento entre a sua estrutura teórico-sistemática e os fatos existenciais que essa estrutura tenta apreender, do qual decorre:

(1) Uma deficiência quanto à técnica do contróle e da predição dos fatores que operam nos campos situacionais.

(2) Uma desarticulação entre a "teoria", que nos deve dar os meios técnicos de contróle e a "praxis", que fica praticamente livre desse contróle.

10. Cf. PAUL MEADOWS, "Science As Experience: A Genetic and Comparative Review", in *American Sociological Review*, vol. 14 (October, 1949), pp. 597-599.

11. Ver LUTHER EVANS and WALTER S. GAMBERTSFELDER, *Logic: Theoretical and Applied* (New York: Doubleday and Co., 1937), pp. 90-101.

Relacionado com esse aspecto da sistemática sociológica está o empirismo que por muitos é aceito como base das investigações sociais. BIERSTEDT, após salientar que esse empirismo não tem confirmação histórica, nem lógica, conclui que, não obstante, ele persiste como uma “espécie de ortodoxia metodológica”, com as seguintes conseqüências: (1) uma ênfase indevida sobre o que T. H. MARSHALL chama uma “aimless assembly of facts”; (2) uma orientação inadequada à pesquisa, com exagero sobre o valor de certas espécies de investigação em detrimento de outras; (3) uma reversão ilógica quanto à função da teoria e pesquisa; (4) uma importância exagerada aos escritores de “textbooks”; (5) uma desarticulação dentro da sociologia, com reflexos na sua estrutura teórica.¹²

Um forte movimento já se esboça no sentido de superarmos esse empirismo rudimentar. Dentre as tentativas levadas ultimamente a efeito temos a do PROF. PARSONS que procura desenvolver um tipo de teoria analítica, com base empírico-sistemática. Esse sistema teórico é um “corpo de generalizações logicamente interrelacionadas (universais lógicos), sendo os fatos específicos (particulares) que lhes correspondem as proposições descritivas de fenômenos empíricos”. A construção desse sistema implica a seleção de certos fatos dentro da situação contextual, os quais irão constituir os valores das variáveis. A variável encerra, então, um “universal lógico ou combinação deles”; os seus “valores são os fatos particulares que correspondem a esse universal”. Um dos obstáculos quanto à adaptação da estrutura teórica do sistema ao mundo empírico está em que, dada, a instabilidade dos fatores com que operamos, torna-se difícil mantermos a constância dos elementos circunstanciais, de modo que a “interpretação e a predição se baseiem nas leis” do sistema.¹³

12. ROBERT BIERSTEDT, “A Critique of Empiricism in Sociology”, in *American Sociological Review*, vol. 14 (October, 1949), pp. 589-592.

13. Ver TALCOTT PARSONS, “The Role of Theory in Social Research”, in *American Sociological Review*, vol. 3 (February, 1938), pp. 13-20; *Essays in Sociological Theory: Pure and Applied* (Illinois: The Free Press, 1949), pp. 17-41.

O futuro da sociologia como ciência está relacionado com as vias através das quais sejamos capazes de superar os obstáculos encontrados para a estruturação de tais sistemas.

IV. AS POSSIBILIDADES DA INTEGRAÇÃO

Não há como ver-se uma oposição dentro da sistemática sociológica entre a teoria e a pesquisa, pois, ambas são partes complementares da construção científica. Embora haja os que tenham mais predileção para os estudos empíricos, enquanto que outros para os trabalhos de natureza teórica, é da união desses aspectos relacionados que se desenvolve o conhecimento sociológico. A oposição entre esses aspectos resulta da apreciação dos que julgam haver uma cisão entre “teoria” e “fato”, como se fossem planos irredutíveis entre si; essa irredutibilidade, porém, não existe. Um fato constitui uma “observação empiricamente verificada”; mas essa verificação para que tenha sentido precisa ser ordenada logicamente (teoria).

Salientando essa interrelação GOODE e HATT, em penetrante análise, mostram-nos que a teoria (1) orienta a ciência, ao definir as espécies de dados que deverão ser abstraídos; (2) dá um esquema conceptual para que os fenômenos possam ser sistematizados, classificados e interrelacionados; (3) ordena os fatos através de generalizações empíricas e de sistemas de generalizações; (4) possibilita-nos a predição dos fatos; (5) indica as lacunas no nosso conhecimento. Essa estruturação teórica, porém, não se desenvolve no vácuo, mas apoiada em situações contextuais, onde os fatos: (a) sugerem-nos o levantamento de teorias; (b) levam-nos à reformulação de teorias existentes; (c) impõem-nos a rejeição de teorias quando inadequadas à realidade; (d) indicam-nos novos focos e orientação para a teoria; (e) dão-nos as bases para sua clarificação e redefinição.¹⁴

14. Cf. WILLIAM J. GOODE and PAUL K. HATT, *Methods in Social Research* (New York: McGraw-Hill Book Comp., 1952), pp. 7-16;

Essa interrelação é básica ao desenvolvimento da sociologia, sobretudo tendo-se em vista que (1) temos atualmente uma massa considerável de fatos desarticulados, necessitando de estruturação teórica; (2) o nosso arcabouço teórico é por demais fraco para sistematizar êsses fatos dentro de uma coerência lógica; (3) há um certo descrédito quanto à capacidade da sociologia para dar-nos as bases da determinação e do contróle dos fatores sociais.

Para superarmos essa deficiência necessitamos de uma nova lógica conceitual que seja capaz de dar-nos um mais forte poder de apreensão. A velha lógica conceitual, na qual em parte ainda se baseia a sistemática sociológica, é inadequada para dar-nos conta da tremenda complexidade dos fatos do mundo moderno. É ela uma lógica estática que, apoiada na intransponibilidade das categorias aristotélicas, impede-nos de relacionarmos a dinamicidade dêsses fatos.

A lógica aristotélica é uma lógica substancialista, onde imperam: (1) o princípio do isolamento das substâncias, em face do qual os entes são considerados na sua independência do contexto situacional; (2) o princípio da atribuição essencial, segundo o qual pertence por essência a um objeto tudo quanto figura na sua definição; (3) o princípio da exclusão essencial, que nos leva a excluir do objeto o que não pode ser deduzido de sua definição ontológica. Daí decorre que (a) todo ser é idêntico a si mesmo, não podendo variar sob pena de perder sua identidade; (b) permanecendo o ser idêntico, não pode êle ser e não-ser ao mesmo tempo; (c) somente é cabível o ser ou o não-ser, a identidade ou a não-identidade.¹⁵

Êsses princípios pressupõem (falsamente) que a realidade seja absolutamente estática; daí ser tanto maior o seu divórcio com o mundo empírico quanto mais instável fôr

GERALD J. SCNEPP, "The Future of Sociological Theory", in *Social Theorists*, edited by Clement S. Mihanovich (Milwaukee: The Bruce Publishing Comp., 1953), pp. 369-416.

15. MANUEL GRANELL, *Lógica* (Madrid: Manuales de la Revista de Occidente, 1949), pp. 69-73.

o plano da realidade. Os avanços na física atômica vieram-nos indicar que no seio da própria física são êles inadequados, donde tornar-se preciso superá-los através de uma concepção lógica mais geral.¹⁶ Essa necessidade é, também, imperiosa dentro da sistemática sociológica, onde se impõe uma mais forte adaptação entre a sua estrutura teórica e os fatos existenciais.

As categorias da velha lógica substancialista, em face da sua estática, são impotentes para possibilitar-nos a apreensão dos contextos situacionais do mundo social altamente instáveis. Tendo elas uma base ontológica irreduzível abrem profundas linhas de clivagens dentro das situações contextuais de que resulta ficarem inarticulados na sua compreensão os fatos existenciais que estruturam êsses contextos empíricos.

Para que possamos compreender precisamos racionalizar; mas para que a racionalização seja adequada necessitamos de adaptar nossa estrutura teórica ao mundo existencial. O avanço científico está relacionado com o desenvolvimento dessa racionalização, através da qual procuramos reajustar o nosso arcabouço lógico-conceitual aos fatos que êle tenta apreender.

A ciência moderna vem-se estruturando em tórno da superação das velhas categorias aristotélicas, o que não significa tenhamos de negá-las pura e simplesmente. Essas categorias procuraram apreciar, apenas, um aspecto da realidade (o estático), tornando-o absoluto; elas praticamente desprezaram o aspecto dinâmico, através do qual o mundo se dinamiza. Reconhecemos, porém, o aspecto dinâmico não quer dizer que tenhamos de erigi-lo num absoluto em si, o que seria cair num êrro oposto ao do aristotelismo.¹⁷ Dêsse modo,

16. Cf. HANS REICHENBACH, *Philosophic Foundations of Quantum Mechanics* (Berkeley: University of California Press, 1946), pp. 139-177; OLIVER L. REISER, "Physics, Probability and Multi-Valued Logic", in *The Philosophical Review*, vol. XLIX (November, 1949), pp. 662-672.

17. Ver ALFRED KORZYBSKI, *Science and Sanity: An Introduction to Non-Aristotelian Systems and General Semantics* (Lancaster: The Institute of General Semantics, 3rd ed., 1950), pp. XIV, 292-293, 324, 573, 671-672.

as bases da superação estão em apanharmos êsses dois aspectos, de maneira a se tê-los relacionados lógico-funcionalmente.

Ao procurar uma invariância funcional de relações, ao em vez de uma invariância substancialista, visa a nova lógica científica dar-nos uma mais adequada adaptação entre a teoria e a realidade a fim de que sua relação estrutural seja isomorfa. As perspectivas para uma maior integração dentro da sistemática sociológica, no que concerne às relações entre a teoria e a pesquisa, dependerão fundamentalmente do modo pelo qual sejamos capazes de desenvolver a técnica operacional resultante dessas novas possibilidades lógico-científicas.

RITOS CABOCLOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

ANTÔNIO RUBBO MÜLLER

I

Qualquer que seja o tipo de povoamento da zona rural do Estado de São Paulo, constata-se, entre os CABOCLOS, uma forte tendência por uma articulação estrutural, tendência que pode, aliás, variar de intensidade, segundo a unidade territorial tomada como base de comparação e análise.

A densidade demográfica sendo muito irregular, — empregar-se o critério de superfície, para decompor a população em núcleos, seria alterar a sua infra-estrutura; é esta, na verdade, que integra os indivíduos, seja em camadas homogêneas, seja em conjuntos heterogêneos, mas sempre relativamente harmoniosos. Pode-se, contudo, por centro de perímetro de influência, servir-se de um elemento simbólico, de limites freqüentemente confundidos e cujo número de tributários é pôsto em evidência pelas visitas periódicas que lhes são feitas: é a pequena igreja, ou antes capela, cujo interior é, às vêzes, suficiente para abrigar apenas o modesto altar, morada do Santo Padroeiro, que oferece freqüentemente hospitalidade a outros santos, sob forma de imagens ou de estampas rica ou pobremente decoradas.

Designam-se essas capelas pelo termo geral de SANTA CRUZ, qualificadas pelo nome do santo evocado, o do lugar onde elas se ergueram ou ainda um pormenor natural, como uma paineira solitária ou um simples acidente topográfico. Uma ermida perdida à beira de uma estrada, no meio de um campo ou de um bosque semi-selvagem, pode, para o viajante ocasional, carecer de significação. Entretanto, em certas oportunidades, elas são efervescentes como um formigueiro, cheio

do murmúrio dos devotos, vindos das cercanias, aos quais se juntam outros vindos de mais longe, mas portadores da mesma fé.

Além da capela, terreiro e muitas vezes uma cerca de arame farpado, para impedir a entrada de animais, o PATRIMÔNIO compreende certas obras complementares como, a alguma distância do edifício, o calvário sôbre um pedestal e o coreto para os leilões de prendas. Cada ano, levanta-se o mastro de Santa Cruz, levando na extremidade uma bandeirola vivamente colorida; ela reproduz a imagem do Santo Padroeiro ou a cruz, às vezes ambos, cada qual sôbre uma face ou em dois mastros separados. Outros edifícios são improvisados, simples ranchos de sapé, nas capelas mais humildes, variando, nas outras, da casa de pau a pique com teto de cólmo à de tijolos e telhado. No patrimônio ou nos arredores, as procissões têm seu trajeto marcado, mas a vegetação invade logo o terreno e, nas épocas de festa, é necessário proceder a um verdadeiro desbravamento. Estas disposições lembram o recinto do caboclo onde, no pátio de terra batida, ergue-se uma cruz de madeira, ladeada pelos mastros de Santo Antônio, São João e São Pedro, ou ao menos dois entre êles. Se bem que não se possa fazer uma sistematização rígida, elas obedecem ao mesmo modêlo.

De maneira figurada, pode-se representar o patrimônio da capela como sendo uma superposição imaginária de tôdas as habitações da zona de atração. É público, pois, aberto a todos, tanto para as alegrias como para as tristezas, o que exige certos acessórios: assim, nos santuários freqüentados por numerosos fiéis, encontra-se uma "casa dos romeiros", onde, teóricamente, todos podem procurar asilo durante a temporada. Encontram-se dêsses santuários em muitos pontos do Estado de São Paulo, notadamente nas regiões de povoamento antigo, nas pequenas cidades como nas grandes e mesmo na capital. Sua fama se estende por muito longe, sendo mesmo um dêles conhecido em todo território nacional; êle foi elevado há já algum tempo à dignidade de abadia e sua Santa consagrada Padroeira do Brasil. Enquanto os

outros santuários são visitados durante um período determinado, êste o é durante o ano todo, seja por fiéis isoladamente, seja por caravanas; assim, se desenvolveu uma florescente indústria de hotéis e de artigos religiosos.

Entre as capelas de Santa Cruz e os chamados santuários, sem mencionar os pontos extremos da gama dos templos, — o indispensável oratório familiar do caboclo e o Santuário Nacional, encontram-se as paróquias rurais ou urbanas. Seus fiéis não são apenas os CAPOAVA e os CAIPIRAS que, aliás, constituem a maior parte da população, mas também os habitantes das VILAS e CIDADES, exceção feita naturalmente dos raros cidadãos que não seguem a fé predominante.

Nas localidades mais antigas, existem, quase sempre, as igrejas auxiliares da Matriz. A principal delas é a de Nossa Senhora do Rosário, onde se abriga São Benedito, enquanto não tem seu santuário particular; aliás, isso pode durar muito tempo, pois, apesar do zelo geral, vários anos podem decorrer entre a colocação da primeira pedra e a instalação do último sino.

Na maior parte dos casos, a igreja Matriz e a do Rosário são construídas frente a frente, ou antes tal fôra o desejo geral, assim como a Capela e o Calvário, a choupana do caboclo e a Cruz. Às vezes, com o tempo, por desafeição ou necessidade do urbanismo, a igreja do Rosário desaparecerá. Isso jamais acontecerá à igreja de São Benedito: nas novas cidades, pode-se bem pensar em edificar a primeira, mas não se pode esquecer da segunda.

Ver filas de casebres, caminhos feèricamente iluminados a carbureto, a querosene ou mesmo a eletricidade, com barracas nas imediações e mesmo no carrascal, pode iludir o observador inadvertido. Mais freqüentemente tudo não passa de uma cidade cogumelo, que, em ocasião de festa, vive alguns dias intensos de existência efêmera, multiplicando-se as acomodações improvisadas, para desaparecer em seguida, como que por encanto. Os grupos que não possuem instalações próprias e nem podem utilizar as alheias devem construir as suas ou vaguear. De maneira geral, êsses acampamentos

constituem-se de uma série de instalações possuídas pelos habitantes da mesma paróquia e utilizadas de tempos em tempos, às quais se juntam aquelas dos devotos e negociantes vindos dos arredores. Nota-se, a este propósito, que existe uma verdadeira classe de comerciantes de festas que vão, com sua casa sobre o dorso, ao encontro do mercado (se assim se pode chamar o conjunto dos consumidores potenciais). Nos períodos de festas, eles se servem dos sanutários como autênticas feiras, trazendo todo um sortimento de "utilidades", desde quinquilharias para as crianças até artigos preciosos, como roupas e outras mercadorias mais caras; as distrações também não faltam: desde o jogo de azar até as casas de prostituição e até ciganas ledoras de sorte.

Essas instalações podem eventualmente servir de entrepostos, com lugares fixos para reuniões e mesmo para alojamento; podem tornar-se dessa forma um centro de artesãos e de negociantes que, montando suas oficinas, lojas e botequins, para aí atraem uma clientela. Por extensão, chega-se a chamá-lo, não sem razão, simplesmente de "comércio", como na alta Araraquarense. Com o tempo, aparecem os funcionários públicos, que se estabelecem progressivamente em cartórios, prefeituras municipais, coletorias, tribunais... Aos artesãos, com suas oficinas de carpinteiro, de ferreiro, de mecânica e mesmo salão de barbeiro, se juntam pouco a pouco outros artífices que vão dedicar-se às indústrias. A antiga relação entre patrão e AGREGADO se transforma naquela entre freguês e fornecedor, trabalhador e empregado, sem perder a lembrança de sua origem rural, tal é a persistência dos hábitos e praxes, ao menos no que concerne ao aspecto ritual. Assim, é comum encontrar-se, entre os operários das fábricas ou entre os funcionários públicos, CAPELÃES, que celebram os ritos caboclos ao pé de uma cruz, nas choupanas e nas capelas, ou mesmo nas igrejas.

Se se considerar a plasticidade desses perímetros, dispostos, não com perfeição concêntrica, mas sob a forma de curvas de contorno, limitados pelas condições geográficas, será possível hierarquizar os devotos. A elite se revelará pela aptidão maior ou menor em desempenhar tarefas que

voluntariamente escolhidas quer recebidas em sucessão: assim a de FOLGAZÃO de São Gonçalo, que exige por sua vez talentos poéticos, musicais e coreográficos e a de FOLIÃO do Divino; representam também um papel importante os capelães, ainda que não saibam ler nem escrever, podem declamar um considerável repertório sagrado e profano e entoar o cântochão secularizado, cognominado simplesmente por laidinha.

II

Em suas devoções, os caboclos seguem regras, obedecem símbolos aos quais melhor que ninguém sabem dar significados: um mês nefasto, uma simpatia, um mau olhado, o raio, um dia santificado, um ruído estranho na calada da noite, a fuga espavorida de um cavalo no pasto, o espoucar de um rojão, o som dos sinos, uma cruz na estrada, a bandeira do Divino, o redemoinho, uma lenda dos tempos passados, uma história, uma superstição ou uma flor de estação.

Ainda que cada qual tenha uma predileção por tal santo milagroso, existem devoções comuns a todos. Podem-se citar aquelas de São João, de "São Bom Jesus", Nossa Senhora da Aparecida, São Sebastião, São José e Santa Cruz, sem falar de outras como São Lourenço, São Tomé e São Tomaz. Há igualmente as que não poderiam ser encontradas no calendário: por exemplo, aquelas do Divino Espírito Santo, de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário. Como as festas de todos os Padroeiros, elas são celebradas em data fixada pela tradição local; outras, como as de São Gonçalo, tão frequentes durante certos períodos do ano, são celebradas segundo a conveniência dos fiéis.

As festas de São Gonçalo e as de São João têm um caráter doméstico, desde que não sejam reverenciadas a título de padroeiro de igreja ou de capela. Em certo sentido, a festa do Divino Espírito Santo assemelha-se à de São Gonçalo: nas duas, é o Santo que se desloca para fazer visita a seus fiéis; estes lhe retribuem no dia da festa.

A festa de São Gonçalo é celebrada em cumprimento a uma promessa, feitas às vezes por uma pessoa já falecida, pois a promessa requer muitas despesas e acontece que o devoto morre antes de cumpri-la. Então sua alma penada se manifesta em sonho ou aparição, sob forma humana ou animal, a um de seus parentes, rogando o cumprimento da promessa em seu lugar. Para que a promessa seja bem cumprida, é mister que a festa seja celebrada na mais perfeita ordem, pois a menor falta de respeito da parte de um dos assistentes pode fazê-la perder o valor. A festa é anunciada por uma pessoa da família que, só ou acompanhada, sai carregando o São Gonçalo do oratório familiar, vai convidando os habitantes do bairro e recebendo ofertas de auxílios em espécie ou em mão-de-obra. A preparação do recinto onde terão lugar as cerimônias é quase sempre essencial. Organiza-se um MUTIRÃO, de muitos dias se necessário, durante os quais um grupo de pessoas auxilia o FESTEIRO; os homens realizam os trabalhos mais pesados e as mulheres se ocupam da cozinha e da limpeza. Deve-se algumas vezes aplainar o terreno, prolongar o teto por meio de tendas, construir barracas para os diversos usos, capinar e decorar com arcos de bambu o caminho que vai dos altares aos DEPÓSITOS. Enfeitam-se igualmente com pequenas bandeiras de papel e outros motivos o terreiro e as dependências da casa. Para as construções de improvisado, o festeiro pode sempre contar com a ajuda e material emprestado, não somente de vizinhos, mas também de conhecidos mais distantes e de conhecidos de seus conhecidos. À véspera da festa, preparam-se os depósitos e confeccionam-se os andores sobre os quais se transportarão as imagens dos santos. Recorre-se a especialistas, principalmente mulheres, que fornecem ao mesmo tempo o material apropriado ou tomam emprestado de seus conhecidos. Para guarnecer os altares, muitas imagens tanto de São Gonçalo como de São Benedito ou de outros santos saem de seus oratórios, trazidos pelos seus proprietários. Segundo o número de altares, que varia de um a três, empreita-se um número maior ou menor de folgazões e de capelães, da mesma paróquia ou de bairros vizinhos;

êles vêm assim a título de "auxílio" e sem constrangimento, contanto que não hajam antes assumido compromissos em outros lugares. Cada equipe de São Gonçalo requer um capelão, um folgazão e um ajudante (os dois últimos tocam viola), um soprano e um contralto, todos do sexo masculino, e os dançadores que tudo acompanham com palmas e batendo os pés, quase sempre descalços, no chão duro. Para não sobrecarregar os folgazões durante toda a noite e também porque nem sempre são capazes de puxar as rezas e ladainhas, necessita-se de capelães. Na disposição de cada turno (VOLTA), há uma separação de sexos: todos aos pares; os homens antes e as mulheres depois.

Tôda festa de São Gonçalo compreende dois elementos fundamentais: as procissões ao cair da noite, e as voltas, diante do altar, em número de seis. As procissões abrem o rito. Para cada altar, forma-se uma procissão, que se divide em dois préstitos: um que se origina em cada depósito e outro em cada altar, no próprio recinto. Cada depósito também é preparado antecipadamente, embora mais rústico, em uma encruzilhada nas proximidades, em um cruzeiro ou cruz de estrada ou ainda pode ser utilizado um oratório numa das casas vizinhas. Aí chegando, o préstito encarregado de o servir acende as velas no depósito e em suas próprias mãos, colocando São Gonçalo violeiro sobre o altar; todos se ajoelham, os capelães entoam um cântico, soltam-se rojões. A essa eclosão, dir-se-ia que todos, contritos, são tomados de frêmitos causados ao mesmo tempo pelo pavor do sobrenatural e pelo regozijo geral. Em seguida entroniza-se o Santo no andor, que é dado a carregar de preferência às pessoas que tenham feito promessa, entre as quais inúmeras mulheres grávidas. Ao sinal dado pelos rojões, o préstito que vem do altar com a imagem de São Benedito e às vezes também a de Nossa Senhora da Aparecida, põe-se em movimento. Logo que os dois cortejos se encontram, o de São Benedito faz meia volta e coloca-se à frente do conjunto. Chegando ao Santuário, as imagens são retiradas dos andores e colocadas no trono do altar, São Gonçalo ao centro, em lugar de honra; todos os presentes devem ajoelhar-se para

uma reza, finda a qual termina esta primeira parte. Depois de um curto intervalo começa a primeira de cinco voltas, à frente de cada altar. Nas pausas entre as voltas, servem-se café e pão. À sexta e última volta, a qual se chama CARURU ou CAJURU, é a mais longa e ocorre já em plena aurora. Quando há mais de um altar, os dançadores, a um momento dado, são conduzidos ao patio, formando um grande círculo e os folgazões, revezadamente, vão improvisando em quadrinhas uma verdadeira crônica dos acontecimentos da noite, repassadas de devoção e bom humor, encerrada com os agradecimentos de costume aos anfitriões.

* * *

As festas chamadas juninas: Santo Antônio, São João e São Pedro, são sobretudo celebradas pelas pessoas que trazem o nome desses santos. A época da festa de São João é anunciada pela flor silvestre, côr de fogo, que brota nos campos e cujo cipó trepa pelos pés de milho e nos arbustos; ela é vista desde o mês de maio, ao mesmo tempo em que aparecem os primeiros fogos de artifício, com tôdas espécies de foguetes de estouros variados, cujo uso vai aumentando para culminar no dia de São Pedro. Alguém que passeie no campo na véspera de Santo Antônio, ficará surpreendido pelo número de fogueiras acesas perto das habitações e, no dia seguinte, pela quantidade de mastros erguidos diante das casas, em homenagem ao santo. A mesma coisa se repetirá na véspera e no dia de São João e de São Pedro. De tôdas essas festas, o rito da de São João é o mais complexo. O govêrno tem impedido ultimamente o lançamento dos tradicionais balões, que eram vistos em outros tempos em grande quantidade no céu noturno durante estas festas. Agora não há mais que alguns, soltos clandestinamente. As bandeiras dos mastros são estampadas em branco e preto ou em côres; em numerosos casos, as três bandeiras são reunidas em triângulo sobre um único mastro; outras vezes não há mais que duas imagens, uma em cada face do quadro. A maior parte dos mastros, entretanto, já não têm bandeira, conservando-se

a copa da árvore, indicada então como pinheirinho, e não poderão ser identificadas pelo observador inexperiente. Quando o festeiro pode comprar uma bandeira, constrói-se um altar num dos cômodos da casa para colocá-la e bem assim a imagem de São João Batista, que servirá para a procissão da meia-noite. Há sempre convidados e amigos dos convidados, em número naturalmente muito varável. Quando há capelães, os convidados se aproximam para a reza que vai da desentronização da bandeira até a ereção do mastro. Para isso prepara-se, ainda enquanto é dia, uma cova no fundo da qual colocam-se ovos e sementes dos diversos cereais, que são cultivados. O próprio mastro é lavrado com antecedência, segundo a ornamentação que se lhe destinar. Sua extremidade superior é decorada principalmente com o cipó de São João (*Pyrostégia ignea*), bem florido, algumas espigas de milho (três mais freqüentemente), da última colheita, ramos de laranjeira com frutos, ramos de cafeeiro com frutos, ramos de algodoeiro com capulhos ou pencas de banana; outras flores e outros frutos podem ser igualmente representados, segundo o que se cultiva na região. Mesmo se o mastro é uma árvore comum, cortada à última hora no capão de mato, será decorado ao menos com espigas de milho. Quando é levantado, todos os assistentes procuram lançar a seu pé três punhados de terra, ajudando depois a comprimi-la batendo três vezes com o soquete.

A procissão conduz a imagem do santo ao córrego mais próximo onde é lavado. Crê-se que aquêles que vêem a própria sombra refletida na água na hora da procissão viverão no ano seguinte. Por isso os mais tímidos não ousam olhar para a água. Durante a noite, há algumas diversões como o CATERETÊ ou CATIRA, dançados quase exclusivamente por homens e outras danças como o caruru da madrugada, e o FANDANGO, êste particularmente no litoral sul do Estado.

* * *

Em alguns lugares, a festa do Divino Espírito Santo tem sido celebrada sem interrupção durante décadas a fio, enquanto que em outras partes ela permanece na penumbra durante muitos lustros, por razões imperiosas, estranhas muitas vezes à vontade de seus fiéis. Com efeito, elas aí parecem inteiramente esquecidas, — e bruscamente ressurgem com todo o cerimonial ou ao menos o essencial. Esta festa é quase sempre celebrada na grande estação seca, em data variável e independentemente do calendário católico. No espaço, sua extensão é determinada pelo espaço que pode percorrer a FOLIA DO DIVINO, sem invadir necessariamente os limites das comunidades vizinhas; no tempo, ela é anual, inciando-se pela transmissão do Divino, que se retira do IMPÉRIO, isto é, do altar na casa do festeiro anterior, ao novo festeiro, cuja companheira já houvera preparado outro império para entronizá-lo, após a procissão de encerramento. Entre esse dia e o da nova saída da folia, poderia parecer que o festeiro ficara inativo. Em realidade, as múltiplas ocupações que lhe são inerentes não lhe dão sossego. No início da estação seca, dá-se a partida, com cerimonial de complexidade variável, com uma ou mais folias, que seguem um itinerário basicamente tradicional, delimitado por etapas. No litoral sul do Estado, onde a maior parte da população tem propriedades ribeirinhas, essas folias se transportam em grandes pirogas; no planalto, quando os rios são navegáveis, vão em canoas de um pôrto a outro, desembarcando para realizar suas incursões terra a dentro. Nas outras regiões, vão a cavalo ou a pé, acompanhadas neste caso de uns vários animais de carga, para transportar a bagagem. Segundo a topografia dos lugares que devem ser percorridos, há também muitas vezes um cargueiro encarregado de zelar pelos animais. Em princípio, a Folia do Divino se compõe de um alferes da bandeira; um folgazão e um ajudante, ambos tocando viola; um contralto e um soprano, um tocando uma espécie de tambor surdo e o outro um triângulo de metal. A bandeira do Divino é um estandarte com a Pomba, representando o Espírito Santo, sobre uma esfera armilar colocada no tópo do mastro e uma flâmula com a pintura da imagem. O Alferes da Bandeira

é, de certa forma o preposto do Festeiro; este pode, aliás, comparecer em algumas etapas para aí passar a noite com a Folia. A chegada dos foliões a um lugar, põe os devotos em polvorosa. Além das homenagens ao Divino, pode haver toda uma noite de festa, entretendo-se com os folguedos hóspedes e anfitriões. Em cada pouso se processa o arrolamento dos donativos oferecidos pelos devotos do bairro, o que é a tarefa do alferes da bandeira. Não é raro que esses donativos sejam já feitos em pagamento de promessas anteriores: são as prendas do Divino.

Muitas vezes o estandarte vai escoteiro, conduzido por um portador que se dirige a cada pessoa encontrada, a qual tem de parar, quando menos para render suas homenagens ao Divino. Quando a bandeira se apresenta com a folia, o folgazão tem que fazer uma trova a cada prenda ou esmola em dinheiro (neste caso sendo freqüentemente de apenas um tostão). Em vez de fixar-se nos pontos onde a população se reúne, a bandeira pode ir de casa em casa. Nos aros da esfera armilar, fitas em cores e tamanhos variados são atadas como ex-votos, que, tremulando ao vento, lhe conferem uma pompa especial.

A festa propriamente dita tem lugar na paróquia de origem e começa por uma novena de preparação espiritual, “novena” que muitas vezes abrange apenas três dias. Durante esse tempo, a folia tem seu quartel general na casa do festeiro, onde se encontra o império do Divino, assim como os principais colaboradores, entre os quais aqueles que se encarregam da cozinha. Durante a novena, há duas procissões cotidianas: uma ao amanhecer e outra ao crepúsculo; ambas são designadas pelo mesmo termo, — “alvorada”. Durante as alvoradas, o festeiro segue à frente da folia, carregando o estandarte e seguido por outras bandeiras semelhantes, conduzidas por devotos que vão saindo de suas casas à medida que o cortejo percorre o seu trajeto, que é sempre o mesmo. No quintal da casa do festeiro e em terreno baldio na vizinhança, constroem-se chiqueiros, galinheiros e outros anexos para guardar as prendas, armando-se fogões impro-

visados include em forma de TUCURUVA: três pedras ou cupinzeiros aparados, de forma a servirem de pontos de apoio para os caldeirões, forninhos, tachos e caçarolas para o feijão, arroz, a carne cozida, chamada de "assado", e os coadores de café. A casa serve de armazém para os condimentos e as provisões. Tanto os utensílios como os serviços são fornecidos pelas pessoas piedosas que desejam, assim, render homenagens ao Divino. À medida em que vão chegando os comboios com as prendas ou tropeiros com cabeças de gado, — ao divisá-los os fogueteiros os saúdam de longe com seus rojões. Além das alvoradas, cada festa conta com um certo número de procissões complementares, tanto em honra ao Divino como a outros Santos, entre os quais o padroeiro.

* * *

Em agosto, celebra-se a festa do São Bom Jesus, — o dia da transfiguração de Cristo, que também é chamada a festa do Agosto. Ela se distingue das festas de São Gonçalo, de São João e do Divino, por um perímetro mais amplo; seus devotos existem em muitas regiões, tendo cada uma seu próprio santuário. Há no litoral sul do Estado um santuário conhecido pelo nome de Bom Jesus de Iguape, cuja influência se estende pela costa desde Santos até o Estado de Santa Catarina, assim como, pelo interior, serra acima. Sobre o planalto, contam-se três: Tremembé, no vale do Paraíba; Perdões, nos contrafortes da serra da Mantiqueira, ao sul do Estado de Minas Gerais; e Pirapora, à margem esquerda do rio Tietê, na volta que faz para contornar a serra do Japi. Na região de Ribeirão Preto, há um santuário dedicado ao São Bom Jesus da Lapa e noutras regiões de povoamento mais recente há santuários em formação. O movimento dos devotos das festas de agosto começa ao menos duas semanas antes do dia 6; as caravanas dos fiéis afluem da periferia em direção ao santuário, coalhando de embarcações o litoral e os rios, enchendo de cavaleiros e de andarilhos as estradas que sulcam o planalto e de passageiros os trens, ônibus e caminhões que, aliás, vêm gradualmente substituindo os pri-

mitivos meios de locomoção. Há trinta ou quarenta anos, as comunicações eram mais precárias, viajava-se em carros de boi, levando-se os víveres necessários e barracas para os acampamentos.

Neste mesmo mês de agosto têm lugar outros ritos, como aquêles da CARPIÇÃO e da Boa Morte. O dia da carpição é a primeira segunda-feira de agosto; esta cerimônia é muito observada no vale do Paraíba e nas cabeceiras do rio Tietê, onde existem numerosos santuários, dos quais um é dos mais freqüentados. Esta cerimônia, que parece ter sua origem na carpição da praça pública, consiste em transportar pequenas quantidades de terra de um lugar para outro, colocadas num lenço ou num pedaço de pano, sobre a parte afetada pela doença. Faz-se a promessa, segundo a gravidade de seu estado, de dar um número de viagens, que pode ser de três a mais de uma centena. A distância percorrida entre o local da extração até o do despejo é de apenas algumas dezenas de metros. Fazem-se promessas do mesmo gênero para a cura e preservação de animais: cães, cabras, burros, cavalos, bois e outros. Para os animais de sela, a promessa é preventiva, pois crê-se que o dorso permanecerá firme, sem ceder ao peso dos anos. A festa culmina sempre com a procissão do dia 15. A da Boa Morte, tal como é celebrada em certa localidade, consiste numa vigília em homenagem à Nossa Senhora da Boa Morte, comemorada a 15 de agosto. Ela começa à tarde, depois da bênção dada pelo vigário da paróquia. Imediatamente após, a igreja se enche de capelães da localidade e dos bairros que se revezam, de ladainha em ladainha, até a hora da primeira missa do dia seguinte, rezada pelo vigário e à qual assistem não somente os capelães mas toda a população rural que pasou a noite na igreja; a iniciativa do velório parte da Irmandade da Boa Morte, que congrega os capelães, e que se encarrega de fornecer pão e café durante toda a noite aos fiéis reunidos.

A festa de Nossa Senhora Aparecida, cujo santuário do mesmo nome se ergue no vale do Paraíba, é celebrada a oito de setembro, embora a data original tenha sido outra. Festas como essa têm lugar simultaneamente em outros santuários

de menor importância, sob a mesma ou outras invocações, como Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora das Brotas. Na capela de Nossa Senhora das Brotas, situada na zona rural de um município, quando a grande estação seca se prolonga, ou, ao contrário, a estação das águas se retarda, transporta-se a imagem à igreja matriz em procissão acompanhando a pé, num percurso de aproximadamente doze quilômetros de distância. Ao fim do inverno, numerosas são as procissões para pedir chuva no interior do Estado. Nossa Senhora das Brotas é o fac-símile de Nossa Senhora Aparecida; há, aliás, muitas outras em todo o Estado, seja com igreja própria, seja apenas com altar em outras igrejas. A devoção à Nossa Senhora Aparecida é muito viva e difundida. A imagem original, que é guardada na abadia, é de cor preta, assim como todas as outras imagens sob a mesma invocação e para as quais a madeira parece ser o material preferido.

O Natal é celebrado com uma pompa toda especial pela Igreja; a missa do galo, à meia-noite, goza de uma afluência numerosa, tanto urbana como rural. Em duas localidades diferentes, Iguape, no litoral, e Atibaia, no planalto, celebra-se a festa de São Benedito na mesma ocasião. Em Iguape, esta festa cai no dia 26 de dezembro, enquanto que em Atibaia nesse dia celebra-se a festa de Nossa Senhora do Rosário; a de São Benedito é celebrada a 27 e a festa dos Reis Magos a 6 de janeiro, encerrando o ciclo do Natal. Nossa Senhora do Rosário e São Benedito são homenageados durante todo o ano, em diferentes localidades, sem que aí haja uma tendência marcada para agrupar suas festas em uma data ou período bem definidos.

Protetor da fome, da peste e da morte repentina, São Sebastião é solenemente comemorado em quase todas as paróquias a 20 de janeiro. O que caracteriza esta festa é o leilão de prendas, dando uma renda sempre superior aos gastos, o que, aos olhos do povo, faz de São Sebastião um santo rico. O leilão é feito durante o dia e por secções: uma para o gado, uma para as aves e pequenos animais e outra para as prendas diversas. Nos municípios de Jundiaí e Campinas, onde há muitas plantações de árvores frutíferas, principal-

mente uvas e figos, estas frutas constituem a maior parte das prendas. Nas zonas pastoris, como o foi Araras, a festa de São Sebastião tem uma significação especial.

A 19 de março, comemora-se São José e na noite de 2 para 3 de maio se reverencia a Santa Cruz. Uma e outra destas festas se revestem de uma solenidade particular em certas localidades. No sul do Estado de Minas Gerais, a noite de 2 para 3 de maio é ruidosamente celebrada com rojões, que podem ser usados sem alvará e sem se temer qualquer intervenção da polícia. No Estado de São Paulo existe uma aldeia, — Carapicuíba, onde a festa apresenta um sabor próprio. Esta localidade é formada por uma praça retangular, com uma capela antiga num dos lados e casas de pau a pique. Na época da festa, coloca-se diante de cada casa uma cruz cuidadosamente enfeitada. Para os ritos há também uma equipe de folgazões, com mestre e ajudante, violeiros, formando-se com eles e assistentes uma grande roda de casais, que tomam parte na dança e também entram nas trovas. Acendem-se fogueiras, havendo danças em frente a cada cruz, mesmo que esteja fora da praça, três noites antes da festa propriamente dita. Várias danças antigas aí subsistem.

Para as festas que se celebram nas capelas de Santa Cruz, organiza-se cada ano o quadro dos festeiros, composto de um capitão do mastro e uma alferes da bandeira. Todos os meses realiza-se uma pequena festa chamada DOMINGA, por ser aos domingos, para a qual se nomeia igualmente um capitão do mastro e uma alferes da bandeira; nessas domingos, há rezas feitas pelos capelães com a participação de um público restrito, após as quais se processa um pequeno leilão, cujo produto é revertido ao festeiro principal. Quando, no dia da festa, a assistência é mais numerosa, os festeiros têm o hábito de fornecer café e pão uma ou várias vezes durante a manhã e a tarde. É voz corrente que as festas de capela de Santa Cruz são freqüentemente marcadas pelas desavenças, tanto assim que enquanto os capelães aderem prazerosamente às festas de São Gonçalo, relutam em tomar parte nas de Santa Cruz.

Com as festas de Santa Cruz, do dia 2 ao dia 3 de maio, fecha-se praticamente o ciclo aberto com as festas juninas do ano precedente. Terminada a colheita dos principais produtos agrícolas, começam as festas do Divino e as festas de São Gonçalo, que vão até a próxima estação das chuvas.

* * *

Em tôdas essas festas, a dança representa um papel importante. Ela pode fazer parte dos ritos, como no caso da festa de São Gonçalo ou ser simplesmente um divertimento. Os violeiros são sempre figuras de primeiro plano, quer se trate de danças rituais ou não. Existem igualmente outros tipos de danças, cujas figuras principais têm outras características, como o jongo, o caiapó, o moçambique, a congada e a marujada. No jongo, os instrumentos principais são os tambores de troncos ôcos, cobertos de pele de animal; no caiapó, usam-se tambores e trombetas de chifres de boi; nas outras danças, há uma combinação de instrumentos de corda e percussão. Está fora da cogitação dêste trabalho fazer um estudo pormenorizado de tôdas essas danças, mas convém notar certos aspectos interessantes. Com exceção do jongo, organizado principalmente pelos caboclos negros, tôdas as danças, supra-citadas se caracterizam pela formação de grupos permanentes, com casos freqüentes de sucessão; quase sempre se encontram, no mesmo grupo, pais, filhos, parentes e compadres, com um chefe à testa. O chefe é, em geral, chamado "rei" e tem o hábito de ostentar uma coroa sôbre a cabeça. Em uma localidade, há mesmo um rei dos reis. Êsses reis também são conhecidos pelo título de "rei de congô". O moçambique, a congada, a marujada e inclusive a cavalhada, se parecem, pois têm tôdas por base um auto sôbre o mesmo tema: a luta entre mouros e cristãos. A peça tem o nome de EMBAIXADA e pode igualmente ser representada por caboclos montados, caso em que o grupo recebe o nome de cavalhada. Essa peça, tal como é representada no litoral sul, corresponde bem ao seu nome: MARUJADA, pois é adaptada à vida do marinheiro, comportando mesmo um autêntico desembarque, desde que seja possível.

O concurso dessas "companhias" ou "batalhões" é especialmente apropriado nas festas de São Benedito ou de Nossa Senhora do Rosário e, em menor escala, nas do Divino; entretanto, os festeiros podem delas se utilizar nas festas públicas, inclusive, nas festas de Santa Cruz. Entre outros grupos que podem ainda abrilhantar as festas encontra-se o Bumba meu Boi e a Folia de Reis.

III

A presença de um grande número de capelas e de igrejas na paisagem do Estado de São Paulo é uma prova da intensa devoção do caboclo; ela se manifesta durante o ano todo, sob forma de festas e peregrinações ou romarias. O móvel de seu comportamento é uma série complexa de crenças, umas vindas dos mitos profanos e tão incoerentes, à primeira vista, que se torna necessário um trabalho de interpretação. Limitar-se-á então o presente ensaio a indicar algumas linhas a seguir para sistematizar as idéias contidas nessas crenças e cerimônias, formulando-se algumas hipóteses para a elaboração de uma primeira teoria experimental.

Sem dúvida, pode-se tomar, como primeiro exemplo, a festa de São João. Tudo ou quase tudo que a compõe tem explicação, começando pela flor de São João, que é o símbolo da estação. As espigas de milho pendentes do mastro são posteriormente retiradas de debulhadas; seus grãos são misturados às sementes; crê-se que as espigas de milho do mastro têm grande poder germinativo, o qual se comunica às outras, por simples contacto: evidentemente, será impossível colocar no mastro tôdas as espigas destinadas à semeadura. As sementes de laranja são recolhidas e lançadas sôbre os pomares, para garantir uma boa colheita. Os ovos colocados na cova devem favorecer uma boa postura. Os tições e as cinzas das fogueiras são igualmente conservadas. Os primeiros servirão para acender as queimadas, que assim não oferecerão o risco de se alastrar sôbre a palhada do vizinho ou pelos pastos secos. Com as cinzas se aspergirão as roças em

três de seus cantos, para causar a saída dos animais nocivos pelo canto livre. Os tições e a cinza têm ainda outras virtudes, como a de evitar as tempestades ou suas conseqüências. Na noite de São João, há pessoas que atravessam o braseiro descalças, pois acredita-se que não produzem queimaduras. Crê-se também que somente aqueles que virem sua própria sombra refletida na água viverão ainda outro ano. Todos desejam ajudar a erguer o mastro, senão real ao menos simbolicamente, porque "é bom". Parece então fora de dúvida que a noite de São João é uma fonte de poder sagrado, comunicado às coisas e às pessoas pelo mastro, pelo fogo e pela água em que é banhada a imagem do santo. É uma noite que simboliza a transição letárgica das coisas vitais, cuja continuidade requer precauções.

O culto a São Bom Jesus é celebrado na época do alqueive, durante os dois meses menos úmidos. O alqueive se divide em duas fases: a derrubada e a queimada; em certos casos, revolve-se a terra, mas é raro o destocamento. Em agosto ocorre o período mais agudo da seca, embora às vezes chova e é igualmente uma época de ventos incertos. As pessoas dizem que esse é o mês de cachorro louco e dos lobisomens; evitam trabalhar na primeira segunda-feira desse mês, dia aliás destinado à cerimônia da carpição e não fazem queimadas no dia dez do mesmo mês, que é o dia de São Lourenço. Em resumo, é um mês nefasto e durante o qual celebram-se apenas alguns casamentos. O período de fim de julho ao fim de agosto, com seus tabus, é aquele que permite maior lazer, tornando-se propício às peregrinações aos diversos Santuários.

Nos santuários, os peregrinos visitam incessantemente a igreja, dia e noite, e a casa dos milagres, onde vão deixando os ex-votos, os quais por sua vez servem de evidência aos incrédulos. A sala dos milagres parece-se com um museu, tal o número de objetos nela depositados: fac-símiles de membros e órgãos, desenhos, pinturas e fotografias, mortallas, madeixas e muitas vezes um relato do caso ou das circunstâncias nas quais se deu o milagre. Numerosas velas ardem em pagamento de promessa. Há também grande nú-

mero de confissões e comunhões. Nas procissões, vêem-se pessoas cobertas com mortalha, particularmente no séquito de Nossa Senhora das Dores. Cada santuário tem sua lenda, que conta como surgiu a imagem que se venera (quase todas miraculosamente encontradas). As imagens de São Bom Jesus o representam com uma coroa de espinhos na cabeça, as mãos atadas, o corpo com muitas chagas e, geralmente, com uma cana verde presa nas mãos. Crê-se que seus olhos vêem e que seus cabelos e unhas crescem. Como foi dito acima, os santuários são muito freqüentados e se encontram ao seu redor numerosas barracas de mercadores e de jogos de azar. Atualmente os jogos de azar, como o buzo, são proibidos, mas há sempre os "barateiros" que, a despeito da polícia, promovem as apostas clandestinamente. O buzo se joga com 4 bolas e um receptáculo afunilado parecido com um pilão caboclo; duas pessoas somente disputam cada partida e não há mais que duas alternativas: sorte e azar; quem teve azar perde e sai do jogo, deixando as bolas a outro contendor, sem haver interrupção. A única despesa é a percentagem do barateiro; o buzo é considerado pelo caboclo como o jogo mais honesto, ainda que seja proibido. As brigas são raras; apesar disso, as autoridades tomam todas as medidas preventivas, apreendendo muitas vezes as armas para devolvê-las mais tarde. Explica-se o zelo da polícia: existem muitas vezes os aproveitadores que, conhecendo a inclinação do caboclo pelo jogo, os exploram sem compaixão.

As cerimônias na igreja são muito freqüentadas, assim como as procissões, sobretudo a do último dia, em que comparam os festeiros. Os festeiros são chamados "reis" e, como símbolo de sua hierarquia, trazem quase sempre uma coroa em uma salva de prata, durante a procissão. Os novos reis são em geral coroados na igreja pelo padre, logo depois de sua nomeação. Os festeiros são personalidades geralmente muito influentes na região. Num desses santuários, que é verdadeiramente o mais velho, há freqüentemente um verdadeiro atropêlo, devido à competição dos devotos para carregar o andor, cada um não conseguindo mais que alguns passos, o que torna a procissão interminável; os padres que

são novos no local não compreendem nada e nem parece desejarem compreender, tentando sempre interpor-se, aumentando a confusão. Aliás, são raros os padres que conseguem realizar uma festa sem causar descontentamentos. Um caso típico considerado como usurpação é o recolhimento pelo vigário das esmolas que são depositadas em diferentes cofres; elas deveriam ser administradas pelos membros das respectivas irmandades, para a manutenção do Santuário. Pensa-se que os padres deveriam considerar-se suficientemente pagos com os honorários que recebem pelos seus serviços profissionais, sem interferirem em atribuições próprias aos leigos. Tal ponto de vista parece corroborar a noção de que a festa de agosto compete precipuamente aos devotos.

Se, na festa de São João, é a natureza que entra em repouso, na festa de agosto é a própria comunidade, que aproveita os seus lazeres para se ressarcir. Pelos tabus, procura-se manter o estado de graça; aqueles que o perderam poderão recuperá-lo, cumprindo promessas ou se confessando. Alguns procuram consegui-lo mesmo expeditamente, pelo jôgo: todos, de uma ou de outra maneira, querem colocar-se em estado de comunhão. A procissão de encerramento se desenvolve em meio a um grande estado de euforia social, donde a alegria geral, com grande foguetório. Assim, todos se tratam com grande respeito, esquecendo momentaneamente suas dissensões. E, "festa acabada, pé na estrada", diz o adágio popular.

De volta à casa, os caboclos se empenham nas queimadas, completando o alqueive para a sementeira dos fins de agosto e princípios de setembro. É então que se vai apurar se os augúrios foram propícios, pois as sementes não germinarão a não ser que chova. As raras precipitações de agosto tornar-se-ão mais frequentes, na realidade, somente após a segunda semana de setembro, mas a aflição é tal que se apela à Nossa Senhora das Brotas ou não importa à qual invocação de Nossa Senhora da Aparecida. Precisamente, o limite máximo da seca é o dia 8 de setembro, dia de nossa Senhora da Aparecida. Em agosto ocorre o verânico, com dias quentes e secos, prejudiciais à vegetação e, temendo o seu prolonga-

mento excessivo, é quando os caboclos recorrem ao deslocamento de imagem de seu santuário a outra igreja, em procissão. Vinda, afinal, a chuva, o caboclo se considera recompensado pelas suas preces.

Quando, em fins de dezembro e princípios de janeiro, entra decididamente o verão, nada mais preocupa seriamente o caboclo, que se pode entregar livremente ao ciclo do Natal, que tem grande brilho especialmente onde se comemora ao mesmo tempo Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Ainda que haja algum aguaceiro, esta parte da estação é geralmente mais seca e é crença comum que nunca chove em dia de São Benedito. Convém notar, entretanto, que estas duas festas parecem depender menos do calendário que da estrutura social, o que será abordado mais adiante.

A aflição impera novamente ao fim dessa pequena estação seca, intercalada no período das chuvas, quando são feitos os preparativos para a festa de São Sebastião, que tem lugar a 20 de janeiro. A partir desse momento, as precipitações são mais constantes e mais volumosas, seus excessos causando enchentes e inundações. É então que parecem periclitarem os animais, ao menos a julgar pelas prendas oferecidas para os leilões. O período é igualmente crítico para os figos e uvas, como demonstram as vendas nos leilões de São Sebastião, onde essas frutas são produzidas. Esse santo é, para o rurícola, o "protetor da peste, da fome e da morte repentina". Convém mencionar que, em 1946, grandes foram os danos causados pelas inundações; foram especialmente consideráveis na região do litoral sul do Estado de São Paulo, banhada pelo rio Ribeira e seus afluentes. Não somente as águas invadiram os povoados, mas mudaram de curso, prejudicando as estradas e restringindo as pastagens. Em muitos casos, os animais tinham de ser concentrados nas partes altas e, quando não morriam afogados, muitos pereciam de inanição. Entretanto, há, em tais casos, uma compensação: é que a água, lavando os focos de insetos, livra assim a região das vagas anuais de epidemia, notadamente a malária.

Em algumas partes, designa-se este período como o das "enchentes de São José". A calma se fará sentir quando o

regime das águas diminuir, a partir de meados de março, ou mesmo um pouco antes, na segunda semana desse mês. É nessa época que se efetua a colheita do arroz, alimento principal e cotidiano. A colheita dependerá da drenagem natural das terras cultivadas e da chuva caída na época da formação das espigas ou cachos. É interessante relembrar que as colheitas jamais correspondem à expectativa do agricultor: inevitavelmente há sempre um deficit imaginário. É preciso assim acorrer a tempo, para não se perder ainda mais... Por isso, se, de um lado, se lamenta a "enchente de São José", quando é excessiva ou inoportuna, de outro propicia-se o mesmo santo para obter chuva para o cacheamento do arroz.

Ao fim de abril e início de maio, as colheitas estão concluídas para muitos produtos e prestes a terminar para outros como o milho. É então que se dão graças à Santa Cruz. É um momento cruciante: apura-se se a colheita garantirá a existência do caboclo e de sua família. Uma vez solto o gado na "tiguera" e o milho recolhido nos paióis, ele poderá preparar-se para cumprir suas obrigações para com São Gonçalo e cooperar para a festa do Divino Espírito Santo, tôdas indiretamente ligadas ao calendário.

* * *

Com essas explicações, pode-se agora discutir a aparência disparatada dessas "festas", tão importantes para o caboclo. Porque, por exemplo, submete-se ele a dois períodos de abstinência, quando sua religião oficial exige apenas um? Porque leva ele tanto a sério a organização de cerimônias rituais que lhe não são impostas, mas, ao contrário, são até combatidas? É que, tendo herdado um calendário inventado e adaptado ao hemisfério norte, o caboclo, sem o desobedecer, foi levado a nele introduzir modificações que conviessem melhor ao ritmo de sua própria ecologia. Ele o conseguiu, dando aos santos do calendário litúrgico uma modificação correlativa às datas e às épocas de real valor ritual. Para ilustrar esta hipótese, basta considerar a defasagem natural do calendário solar nos dois hemisférios. São dignas de nota as seguintes ana-

logias: (1) que o período de abstinência voluntária e de santificação do caboclo ocorre cinco semanas após o solstício de inverno, como a quaresma que, no hemisfério norte, é celebrada em período correspondente após o solstício de inverno; e (2) que a devoção à Santa Cruz, quando se pratica o culto às almas representadas pelas cruzes e cruzeiros cuidadosamente adormecidos, tem lugar cinco semanas após o equinócio do outono, como no hemisfério norte em período correspondente após o equinócio do outono ocorre o culto aos mortos.

IV

Foi sugerido acima o modo pelo qual o caboclo, a fim de sincronizar as necessidades de sua vida material e espiritual, acomodou-se a um calendário exótico, recebido por transplantação cultural, conseguindo respeitar o próprio. Convém agora verificar como ele tirou partido desses ritos para coordenar sua estrutura social e lhe dar expressão objetiva, perceptível aos seus sentidos.

Em princípio, não há festa sem procissões e raras são aquelas sem leilão de prendas. A importância das procissões é função do número de fiéis, o que depende da densidade demográfica da esfera de influência do santuário. O cortejo é formado por duas filas. À frente, abre o cortejo o guião: um homem com uma cruz, ladeado por dois auxiliares, adultos ou crianças, cada qual com uma vela acesa; atrás desses auxiliares começam as filas, inicialmente com o grupo de meninos, depois o de meninas, o das donzelas, o das mulheres e finalmente o dos homens. Atrás da cruz, à altura do grupo dos meninos, vem o andor de São Benedito, o santo negro, sempre à frente dos demais andores; à altura do grupo dos homens, o andor do Padroeiro ou do santo homenageado, seguindo-se o padre e coroinhas. Somente no dia de sua festa é que São Benedito aparece em último lugar. Habitualmente, entre o andor de São Benedito e o do Santo do dia, desfilam outros andores de santos particularmente venerados pelo caboclo ou localmente. Quando São Benedito

tem igreja própria, forma-se um cortejo para levá-lo até à igreja de onde deve sair a procissão projetada; onde há congadas, moçambiques, marujada ou caiapós, estes grupos se juntam à procissão e lhe conferem um brilho todo especial.

Todos tomam parte na procissão, salvo raras exceções. Quando o número de fiéis é muito elevado, uma parte somente participa do desfile, a outra integrando o "acompanhamento", em forma de multidão. Se há banda de música, esta se coloca entre o pátio e o acompanhamento. O pátio, cobrindo o padre com o ostensório, é sustentado por certos membros da Irmandade do Santíssimo e somente faz parte das procissões nas sedes de paróquia, por via de regra. As filas e o acompanhamento aumentam segundo o volume da população; além de um certo limite, entretanto só aumenta o acompanhamento, devido à extensão relativa do "trajeto", no qual se plantam os espectadores, nas calçadas ou nas janelas e balcões, muito apropriadas aliás para êses fim, existentes nas casas e sobrados antigos. Se se compararem as procissões dos diversos lugares, pequenos e grandes, constata-se uma tendência a se aproximarem de um paradigma comum. Assim, São Benedito deve estar sempre à frente em tôdas as procissões. Nos núcleos onde há uma irmandade de São Benedito, cujos membros são quase freqüentemente pretos como o Santo, êstes abrem o cortejo, vestindo suas opas soltas ao vento. Quando há uma congada, onde se misturam negros e "brancos", ela coloca à frente da irmandade, prolongando a procissão inversamente ao acompanhamento. Quando há uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ela se coloca atrás da de São Benedito. Dela podem fazer parte indistintamente brancos e pretos. O ideal seria que todos saíssem na procissão, qualquer que fôsse o número de devotos, como acontece nas localidades pequenas; mas a exigüidade do itinerário o impede muitas vêzes. Nessas condições, recorre-se ao emprêgo de uma "amostra" apenas de cada grupo, aliás inconscientemente, de maneira que a procissão representa uma classificação relativamente completa dos membros de uma comunidade. Essa classificação é feita à base de princípios, entre os quais, a idade, o sexo, o estado civil,

a côr e a posição social. Cada andor ou estandarte pode ter seu cortejo próprio e quase sempre duas filas de anjinhos, desde bebês até crianças que ainda não vão ao catecismo, e os festeiros, com seus séquitos, caminham entre o último andor e o pátio. Em comunidades maiores ou onde a distinção de côr é mais acentuada, poderá haver duas Irmandades de Filhas de Maria e duas Congregações Marianas, uma para os brancos e outra para os pretos.

Afirma-se, com base em numerosos exemplos, que chove se São Benedito não sair à frente da procissão. O tema favorito é o aparecimento instantâneo de uma tempestade, que dispersa a procissão. Essa debandada geral gera a confusão e o caos. É que êles consideram a ordem social e a ordem natural inseparáveis e tôda mudança em uma repercute na outra, sob o efeito de uma sanção sobrenatural. Entretanto, são os próprios negros e caboclos que insistem em manter essa tradição; o que indica claramente sua conformidade à ordem social herdada de seus ancestrais. De tudo isso, pode-se deduzir que a função social da procissão consiste em colocar em evidência, de maneira constante, totalmente ou por amostragem, a morfologia social do caboclo. A repetição dessas amostras é importante, pois, ainda que não haja mudanças radicais na morfologia social, há sempre pequenas alterações devidas à idade, ao estado civil ou à posição social, assim como à vida ou morte, à imigração ou emigração: a procissão dá ciência de tudo isso. Essas alterações afetam os sentimentos do caboclo e, quando tenha ultrapassado a idade adulta, não é raro ouvi-lo lastimar-se, terminada a festa, ao ver diminuir os representantes de sua geração: "Não há mais festas como aquelas de meus tempos"; e dá um suspiro!

Entre as festas que têm uma grande função integradora, notam-se particularmente as do Divino. Faz-se necessário ter presente ao espírito, entretanto, seu paradigma, antes de qualquer afirmativa, pois ela pode revestir-se de aspectos diferentes, segundo a localidade. O traço mais interessante dessa festa é a integração dos indivíduos separados do corpo social, como os velhos dos asilos, ou os presos da cadeia pública. Em certa localidade, foi dado ver-se a folia do Divi-

no dirigir-se em grande pompa, nos dias de festa, acompanhada de pessoas que, carregando, como se fôsem andores, grandes bandejas de comida, rumo à cadeia e depois ao asilo: a julgar-se pela quantidade de comida, devia haver um grande número de detentos: na realidade, não havia mais que dois, ambos dementes e que se ocultavam sob cobertores ou demonstrando-se envergonhados. Tratava-se, pois de um ato simbólico. Em outra localidade, a primeira manhã depois da festa era dedicada a uma procissão ao cemitério; aí era celebrada missa campal, chamada missa das almas, finda a qual os fiéis se dirigiam ao túmulo de seus parentes e amigos. Esse desfecho demonstra incontestavelmente uma integração tão ampla quanto possível das almas da comunidade: aquelas que estão de passagem neste mundo e aquelas que já partiram para o outro.

Os leilões, em quase tôdas festas, além de sua função financeira bem nítida, transformando as prendas em dinheiro, têm igualmente uma função social muito importante. Com efeito, o que se observa normalmente nos hábitos do caboclo é um interêsse quase infantil pela pechincha. É certo que, fora dos negócios, êle é extremamente generoso. Contudo, é nos leilões que sua generosidade atinge o climax. Ainda que o leiloeiro anuncie, certas vêzes com grande maestria, as prendas de algum valor comercial, a maior parte delas não vale grande coisa, para não dizer que não valem nada, a não ser pelo divertimento que causam aos assistentes; por exemplo: quando duas pessoas entram em porfia, com os lances progressivamente maiores, até o momento em que uma delas abandona a luta. Além das consequências banais, como a solução de uma teimosia entre dois rivais que se desafiam, freqüentemente, aliás, com muito senso de humor; a reafirmação das relações entre os dois compadres que trocam presentes; o prestígio, a importância que certos arrematadores ganham às expensas de somas apreciáveis; — além de tôdas as distrações ocasionais, os leilões provocam o altruísmo latente, em prejuízo do egoísmo cotidiano, reavivando assim as forças positivas que contribuem para o restabelecimento da euforia social.

GLOSSÁRIO

CABOCLO — Termo comum, servindo para indicar, de um lado, os indivíduos ou grupos, tendo um *modus vivendi* inteiramente rústico e, de outro lado, suas qualidades. Etnologicamente, êsses indivíduos ou grupos resultam da mistura de estoques autóctones, europeus e africanos; os tipos opostos do branco e do negro e, mais raramente, do nativo, aí subsistem, mas com uma intensidade menor e variável. São encontrados no litoral e no interior, assim como nos aglomerados urbanos; êles constituem uma parte considerável da população.

CAPOAVA — Caboclos internados nas matas.

AGREGADO — Agricultor sem patrimônio próprio, subordinado a um proprietário, fazendeiro ou sitiante.

CAPELÃO — Caboclo que celebra ritos.

FOLGAZÃO — Caboclo, mestre violeiro, possuindo certo talento poético e especializado nas cantigas e na coreografia, assim como ritos, próprios ao cerimonial das festas de São Gonçalo. Em geral os folgazões são capelães, mas o inverso é mais raro, pois muitos capelães não conseguem tocar viola.

FOLIA DO DIVINO — Equipe organizada para solicitar prendas e executar os ritos próprios ao cerimonial das festas do Divino Espírito Santo. Em princípio, ela se compõe de um ALFERES DA BANDEIRA; MESTRE e AJUDANTE, cantadores, os dois tocando viola; um tocando um tambor e o outro um triângulo de metal. A Bandeira do Divino é um estandarte tendo na ponta da vara uma esfera armilar e sobre esta uma pomba, uma flâmula com uma pomba pintada, e fitas de côres e tamanhos diferentes, que são ex-votos colocados aí por devotos que obtiveram graças. Os membros da folia são designados por FOLIÕES.

MUTIRÃO — Trabalho em comum, de numerosas pessoas, executado espontaneamente em favor de alguém. Também se diz MUCHIRÃO.

FESTEIRO — Pessoa que se encarrega de organizar uma festa, espontaneamente, por sorteio ou indicação.

DEPÓSITO — Altar preparado com antecedência em encruzilhada, cruzelro, cruz de estrada ou oratório familiar, para as festas de São Gonçalo.

DOMINGA — Festa menor realizada aos domingos no interregno das festas maiores.

NOTA — As observações que serviram de base a este ensaio foram iniciadas em Atibaia, em dezembro de 1937, na companhia de Mário de Andrade e do Maestro Martin Braunviesser, na inauguração do Rosário Hotel e a convite do então Prefeito Municipal Sr. João Baptista Conti. Foram interrompidos em meados de 1939 até meados de 1940, por motivo de viagem à Inglaterra. Em 1946, foi feita a primeira redação, por sugestão do Prof. Pierre Monbeig, que levou o trabalho para publicação no Jornal dos Americanistas, que não chegou a ser feita. Em 1948, serviu para uma comunicação ao Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em reunião sob a presidência do Prof. Robert Lowie, em Bruselas. Apresentado agora ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, passados oito anos após sua elaboração, poucas alterações foram feitas, porém nenhuma sobre as idéias apresentadas ou sobre as hipóteses propostas. Ao contrário, os fatos até agora parecem confirmar as asserções nele contidas. A descoberta da Marujada de Iguape foi obra do acaso, quando acompanhava minha mulher, Nice Leocoo Müller, em pesquisas no vale do Ribeira, em 1945, pois há dezenove anos ela não se realizava e por isso era desconhecida dos nossos folcloristas, que a iam estudar no norte do país. Em 1949, estando de volta a Oxford, foi possível observar, no "May Day", o Moçambique, dançado por três grupos: Gown, Town e Country. — Beca, Cidade e Campo, — assim como por grupos espanhóis, em Londres, em junho do mesmo ano, lá conhecido por "Morris Dance" (Dança Moura), acontecimento esse que, para um difusionista brasileiro, teria sido um momento de grande emoção, pois há vinte anos atrás pouco se sabia aqui a respeito da origem e difusão das variações das congadas.

AS CULTURAS INDÍGENAS E A CIVILIZAÇÃO

EGON SCHADEN

Os quatro séculos e meio decorridos desde os primeiros contactos entre os aborígenes do Brasil e os representantes do mundo ocidental foram suficientes para levar ao desaparecimento a maioria das tribos indígenas que no espaço de alguns milênios se haviam estabelecido ou formado aqui. A desintegração e destruição de suas culturas não se realizou, porém, de maneira uniforme nas várias regiões do país. O quadro que se apresenta ao observador se distingue, ao contrário, por grande variedade de aspectos, devida em parte à conjugação de determinados fatores históricos e geográficos, mas condicionada sobretudo pelo cunho peculiar de cada uma das configurações culturais ameríndias.

E não se dirá, é claro, que as tribos se extinguíram sem deixar vestígio na constituição étnica e na cultura do País. Em certas regiões, especialmente no vale amazônico, foi considerável a sua contribuição para o substrato biológico do povo brasileiro; a mestiçagem, aliás, se vem processando em larga escala desde o século dezesseis, e é notório o papel do "mameluco", filho do colono português com a mulher índia, na vida e na história do Brasil primitivo. E de algum modo o índio também sobrevive na herança cultural transmitida ao desbravador da terra. Vivendo há tanto tempo em íntima ligação com as condições naturais do país, estava adaptado ao meio, possuindo formas de exploração e cultivo do solo incomparavelmente mais eficientes do que os elementos da experiência cultural vinda do Velho Mundo através dos portugueses. Não tardaram estes a compreender que o ambiente geográfico, sobretudo a flora e a fauna, exigiam técnicas e atividades bem diversas das que haviam conhecido na Penín-

sula Ibérica. De bom grado aceitaram a lição do indígena, que lhes garantia vitória mais fácil sobre uma natureza rude e, não raro, hostil. Algumas plantas da lavoura aborígene, como o milho, a mandioca, a batata doce, o fumo e o amendoim, desde logo se incorporaram ao acervo cultural dos colonos, que, em suas lides econômicas, também adotaram a "coivara", técnica primitiva de preparação das roças. E a contribuição do silvícola para o mundo mental do povo brasileiro talvez seja maior do que muita gente supõe: na língua e na magia, nas crenças e nos mitos, na psicologia e na concepção do mundo a sua presença é inconfundível. Mas até hoje pouco se fez no sentido de estudar um pouco mais a fundo essas sobrevivências. E enquanto não se realize a investigação, especialmente quanto aos aspectos não formalizados de nossas culturas rurais, é provável que se continue a dar como traço característico da formação étnica da nação brasileira a insignificância da "herança indígena" em comparação com a dos outros contingentes.

Se é certo que a História do Brasil-Colônia, no que respeita às relações entre o elemento indígena e o de origem européia, nem sempre é a mais edificante, seria, por outro lado, injusto não reconhecer os esforços isolados, desde os primórdios da exploração, por levar os aborígenes ao seio da sociedade colonial e enquadrá-los na organização pré-estatal criada pelos lusos e seus descendentes. E nem sempre careciam de base idealista as tentativas feitas nesse sentido, mesmo fora do âmbito da obra missionária cristã. A coroa portuguesa e os seus representantes em geral não deixaram de ter noção viva da necessidade, que parecia impor-se, de "civilizar" o índio, se bem que as medidas postas em prática fôssem em geral não só inadequadas, mas em parte, até contraproducentes.

Nos fins do século XVIII e princípios do seguinte, quando estava próximo o término da hegemonia portuguesa, se fazia sentir cada vez mais a preocupação por se encontrarem métodos racionais para prevenir a extinção dos grupos indígenas e auxiliá-los em sua integração na sociedade mais ampla. Não estranhemos carecerem as medidas de toda e qualquer base

científica e fundarem-se, pois não podia deixar de ser, na consideração de certos interesses da sociedade dominante, encarados, quando muito, através do prisma de doutrinas religiosas ou de ideologias.

Assim, AZEREDO COUTINHO, em obra publicada no ano de 1794, apresenta um plano para levar à civilização os índios brasileiros, em especial os que habitavam à beira mar ou junto dos grandes rios. ANTÔNIO CÂNDIDO chamou a minha atenção para o fato de se tratar de trabalho orientado por princípios da filosofia rousseauiana¹. Ao criticar os meios até então empregados, mostra AZEREDO COUTINHO o desatino dos que reduziam as aldeias indígenas em vilas, impondo-lhes forma de governo inteiramente alheia à experiência tribal e, ainda, exigindo dos próprios índios o exercício das funções inerentes ao novo sistema. Acentua também o inconveniente que há em se impor a uma população indígena um diretor, que ou explora os índios em benefício de seus próprios interesses, ou então, no caso de ser pessoa instruída e culta, começa logo a ensinar aos índios as ciências e as artes dos povos civilizados, sem que possa fazê-los compreender a utilidade de tais conhecimentos. Em vez de tudo isso, propõe AZEREDO COUTINHO, cumpre levar o índio pelo caminho de seus interesses dominantes; e como, segundo êle, a paixão principal do aborígene é a pesca, nela deverá encontrar a sua atividade, aprendendo técnicas aperfeiçoadas, que lhe darão rendimento maior. Conhecerá o sal e outras comodidades do mundo civilizado, e tratará de adquiri-las. Compreenderá o valor da aritmética, da leitura e da escrita; terá necessidade de vestir-se; submeter-se-á a regras de governo,

1. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias* Oferecido ao Sereníssimo Príncipe do Brasil Nosso Senhor e publicado de Ordem da Academia Real das Ciências pelo seu sócio JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO. Lisboa na Oficina da mesma Academia 1794. Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura de Livros. IV + 153 págs. — O capítulo IV contém o trabalho a que nos referimos; intitula-se: "As pescarias são o meio mais próprio para civilizar os índios do Brasil, principalmente os que habitam junto às margens dos grandes rios, ou do mar".

conhecerá a vantagem de sacrificar parte da "liberdade absoluta" para gozar de maior "liberdade relativa". De pescadores passarão os índios a marinheiros, podendo mesmo chamar a si o comércio marítimo da Colônia. Por outro lado, o amanhã da terra ficaria a cargo dos pretos, que não se impacientam como os índios com a longa espera que a lavoura exige.

Não era de todo utópica a solução, proposta há 160 anos pelo grande pedagogo; se as suas sugestões não puderam ser aproveitadas, é porque na época não se dispunha de recursos sequer para tentar a sua execução. A idéia central, porém, a necessidade de se atender, na aculturação dirigida, aos pressupostos reais, ou seja, às possibilidades e limitações decorrentes das características da própria cultura de origem, é de validade indiscutível, também do ponto de vista da antropologia moderna. E se em época posterior a AZEREDO COUTINHO falhou a maioria dos esforços no sentido de se dar solução adequada e justa ao problema indígena, a culpa cabe em parte a ter-se menosprezado este princípio fundamental.

Padrões novos se integram mais facilmente em uma configuração cultural quando, a par de sua utilidade e da compatibilidade com os já existentes, revelem analogias de forma ou de função com estes. Além disso, a crise aculturativa tende a provocar exacerbação da valorização etnocêntrica, o que faz com que em torno dos elementos parcialmente aceitos e sentidos como "estranhos" se formem as atitudes de ambivalência mais características. Nos casos de forte ambivalência relativa a valores nucleares, a vitória sobre a crise aculturativa costuma dar-se pela rejeição afetiva da cultura de origem, o que de ordinário redundava em graves conflitos de personalidade. Quanto mais violento o choque de valores, mais profundos estes conflitos, que na existência do grupo se traduzem na desorganização social, que em geral acompanha o processo da aculturação. É o que se depreende, por exemplo, dos poucos estudos, todos eles fragmentários, até hoje realizados sobre as nossas culturas ameríndias em transição da existência tribal para uma forma de vida mais ou menos civilizada.

Para não ser mais nefasta do que benéfica, deve a interferência no processo aculturativo prevenir o desenvolvimento desnecessário de forças disruptivas no seio do grupo, sobretudo enquanto se considere desejável a manutenção da antiga organização comunitária.

Ensina a observação das tribos brasileiras em situação de marginalidade que não basta um elemento cultural ser "útil" ao índio para revelar-se ao mesmo tempo benéfico. A este respeito é corriqueiro o fato, assinalado por vários etnólogos,² de que a "preguiça" atribuída aos índios semicivilizados, principalmente aos homens, surge como consequência, por assim dizer natural, da aceitação de uns tantos utensílios de origem industrial, importados pelos representantes do mundo civilizado. Vieram esses utensílios ocupar o lugar de outros tantos até aí fabricados pelos próprios índios, às vezes à custa de longo e penoso esforço; a sua introdução se faz sentir imediatamente na divisão tradicional do trabalho. Enquanto os homens, por exemplo, já não gastam os seus dias na feitura de arco e flecha, porque possuem a espingarda pica-pau, e enquanto com o machado de ferro realizam em uma semana o trabalho da derrubada que outrora faziam em um mês, as mulheres, dedicando-se às tarefas tradicionais, continuam ocupadas de sol a sol. Tal estado de coisas leva em pouco tempo a profundas repercussões na existência grupal, que se manifestam em forma de desorganização ou ruptura de equilíbrio. Por muito tempo cometeu-se o erro de acreditar que basta distribuir regularmente machados e foices a uma tribo indígena para promover maior intensificação das atividades da lavoura e acreditava-se que o incremento da produção agrícola, que não se conseguia, seria o caminho mais seguro para civilizar os índios. Nos últimos anos, aliás, o Serviço de Proteção aos Índios adotou política mais sadia a esse respeito, procurando aproveitar, na medida do possível, os resultados da investigação antropológica, ou mandando realizá-la, onde estivesse por fazer-se. Quanto a essa investi-

2. Por exemplo: HERBERT BALDUS, *Ensaios de etnologia brasileira*, São Paulo, 1937, pág. 102.

gação, que em algumas instituições brasileiras vem sofrendo notável incremento, temos por certo que ela não tardará a colocar em bases inteiramente novas os conhecimentos sobre o índio e a proporcionar perspectivas mais seguras aos que cogitem da aplicação da Antropologia ao campo das relações entre o aborígene e o mundo civilizado.

Mas também o estudo histórico dos contactos entre os aborígenes sul-americanos e os representantes do mundo civilizado pode lançar muita luz sobre o problema. Por força da concisão a que me tenho de cingir, quero lembrar apenas um exemplo, sem dúvida dos mais elucidativos, de experiência empírica nesse tipo de relações interétnicas: o das missões jesuíticas. É assunto que tem suscitado muita paixão, mas que ainda não encontrou quem o analisasse com isenção de ânimo, com espírito sereno, crítico e objetivo, no tocante aos ensinamentos antropológicos que possa trazer à compreensão da mudança cultural provocada. Por enquanto, possuímos apenas um artigo de ALFRED MÉTRAUX, que tem o mérito de, pelo menos, realçar alguns aspectos da questão.³ Parece que um dos principais motivos da vitória dos jesuítas em suas missões, do êxito em firmarem a sua hegemonia política e espiritual sobre numerosas tribos de fala Guaraní, foi o terem sentido a conveniência de porem a serviço da catequese e da organização que iam criando uma série de elementos tradicionais das culturas aborígenes, promovendo a substituição, na medida do possível, sobre a base de padrões e valores já reconhecidos e aceitos pelos índios. Em outros termos: souberam atender à existência de imperativos culturais derivados — segundo a terminologia de MALINOWSKI —, de necessidades criadas pela cultura e de satisfação não menos imperiosa do que a das necessidades elementares decorrentes da própria existência biológica do homem. E, através do empirismo da atividade missionária, trataram de corresponder àqueles imperativos em seu duplo sentido: primeiro, pela apresentação de soluções mais eficientes (especialmente uten-

3. ALFRED MÉTRAUX, "Le caractère de la conquête jesuitique", *Acta Americana*, vol. I, México, 1943; págs. 69-82.

sílios de ferro e a técnica de fabricá-los, posta em prática nas próprias missões) para problemas de adaptação cada vez mais satisfatória ao ambiente, novas soluções jungidas à introdução de novas finalidades; segundo, pelo cuidado de não arrastarem os silvícolas a uma situação de desencanto e penúria cultural — "deprivation", na terminologia norte-americana —, através da destruição violenta da ordem tradicional e de, ao contrário, deixarem funcionar como dantes, sob a sua própria égide, a umas tantas instituições que vinham da existência tribal. O maior florescimento das missões jesuíticas deu-se nas populações Guaraní, em parte pelo fato de estas reconhecerem, em sua cultura original, um governo essencialmente teocrático; com relativa facilidade os índios transferiam para as suas relações com os padres as atitudes que tradicionalmente costumavam ter diante dos médicos-feiticeiros. Para tanto, bastava que o jesuíta, por sua vez, vencesse a concorrência do *ñanderú* ou médico-feiticeiro e viesse a corresponder melhor do que este à imagem ideal de chefe carismático.

No mesmo ano em que se publicou o citado artigo de MÉTRAUX, a antropóloga norte-americana RUTH BENEDICT dedicou um ensaio de poucas páginas ao estudo dos diferentes padrões de reação das culturas ameríndias em face da conquista européia.⁴ Embora abordando o problema da aculturação indígena por um prisma inteiramente diverso, e apresentando-o em sentido panorâmico, a autora chega a conclusões similares às daquele autor. É verdade que formula a questão em termos de sobrevivência das populações aborígenes, e talvez seja esta a posição em que se devam colocar primeiro os que hoje se preocupam com assuntos de antropologia aplicada. A tese que sustenta é a de que os índios puderam sobreviver e ajustar-se às condições criadas pelo conquistador europeu naquelas áreas em que as tribos já traziam de época anterior invenções políticas, como o tributo e a corvéia, graças às quais tiveram relativa facilidade

4. RUTH BENEDICT, "Two patterns of Indian acculturation", *American Anthropologist*, vol. XLV, 1943; págs. 207-212.

de aceitarem o jugo espanhol. Deu-se isto nas regiões em que se haviam formado grandes impérios, especialmente no México e no Peru. Onde, porém, os colonizadores entraram em contacto com tribos livres, foi difícil ou impossível a estas sujeitarem-se a senhores que nada mais queriam senão explorar-lhes a capacidade de trabalho.

Voltando, porém, ao exemplo dos Guaraní e aos perigos inerentes à formação de forças disruptivas e disnômicas promotoras de desorganização social e de desintegração cultural muito rápidas, convém lembrar a situação de crise em que entraram as populações dessa tribo tempos após a expulsão dos Padres da Companhia. A crise intensificou-se em certo sentido, quando as autoridades seculares, as da América Espanhola como as da Portuguêsa, vieram interessar-se por esses índios, julgando-se no direito e na obrigação de submetê-los ao exercício de seu poder. Em lugar de aplicarem de alguma forma o princípio da administração indireta, pela qual se exerce a hegemonia através dos padrões e instituições em vigor no próprio grupo tribal, insistiram, entre outras coisas, em que o govêrno das comunidades ficasse entregue a chefes seculares, aos capitães de aldeia, instituição que em certas culturas se integra talvez com relativa facilidade, ao passo que em outras — entre elas a Guaraní — pode gerar conflitos de conseqüências por vêzes bastante graves. — É interessante observar a dificuldade que têm ainda os Guaraní atuais em integrar satisfatoriamente em sua estrutura social a instituição do capitão de aldeia ao lado do *ñanderú* ou chefe religioso, dificuldade que persiste, apesar de haver hoje, na vida de quase tôdas as aldeias, uma série de funções importantes que lhe cabe desempenhar. Tal fato, que não é possível analisar neste breve trabalho, constitui uma das manifestações mais facilmente observáveis da crise sócio-cultural que marca a existência dos Guaraní contemporâneos.

Certo é que os Guaraní, pertencendo a uma família de tribos que no Brasil pré-cabralino se distinguiram por uma "dinâmica racial" (no sentido de VON EICKSTEDT) superior à da maioria das populações indígenas do território sul-ame-

ricano, como se verifica por um rápido exame do mapa etnográfico, reagem na maioria dos casos de maneira pouco favorável ao contacto com culturas européias. Entre as exceções está o exemplo das missões jesuíticas, onde os silvícolas encontraram, nos padrões apresentados pelos catequistas, congruências bastante grande com o primitivo "ethos" tribal para conseguirem reinterpretar suas tradições em termos do Cristianismo ou os ensinamentos cristãos em termos da cultura dos antepassados. O essencial talvez fôsse, no caso, a base teocrática da organização social, que os inácianos habilmente souberam aproveitar. O êxito alcançado não seria o de qualquer catequese religiosa, nem tão pouco o do missionamento de qualquer tribo indígena. O segredo está provavelmente na equação jesuítico-guaraní. Não se há de colocar, por isso, o problema ingênuamente em termos de catequese religiosa ou leiga — como ainda se costuma fazer. Em 1910, isto é, 143 anos após a dissolução das reduções paraguaias, foi retomada a tarefa da cristianização dos Guaraní daquelas mesmas florestas, desta vez a cargo de outra Ordem missioneira, cujo trabalho se orientava por outro método e princípios diversos, e que possui missões prósperas em tôdas as partes do mundo. Tal foi, porém, a resistência passiva oposta aos novos evangelizadores pelos descendentes dos antigos discípulos das missões jesuíticas, que após uns quinze ou vinte anos de sacrifício, os padres, desiludidos, desistiram da empresa. O fato mostra que o êxito ou o resultado menos satisfatório dêste ou daquele sistema de intervenção na vida de um grupo estranho, com o intuito, louvável ou não, de se provocarem certas mudanças culturais dependerão da possibilidade de tais sistemas se afinarem de alguma forma com imperativos culturais pré-existentes e de provocarem, por assim dizer, a mudança de dentro para fora e não de fora para dentro. É preciso levar o cavalo para dentro de Tróia, ou seja, em linguagem antropológica, apresentar padrões e valores novos de forma tal, em ritmo tal e em condições tais que o grupo os receba e os integre em sua cultura sem que os abalos desta sejam desorientadores, sem que se force em demasia a capacidade para a mudança, condicionada sempre

por experiências anteriores da própria história do grupo, motivo, aliás, pelo qual todo processo aculturativo, longe de ser uniforme, redundando em contínuo reajustamento a situações sempre novas. Este é a meu ver o ponto crucial a ser levado em conta em qualquer tentativa de se criar, digamos, uma teoria de antropologia aplicada no domínio da aculturação dirigida. Quer se trate desta ou daquela tribo indígena, dêste ou daquele grupo de imigrantes europeus ou asiáticos, desta ou daquela comunidade de caçaras ou de caboclos, sempre há uma certa capacidade de suportar um ritmo de mudança, sempre há um *optimum* decorrente do próprio grau de estabilidade e integração da cultura de origem, sempre há, enfim, esferas culturais, variáveis de uma tribo para outra, em que a substituição se torna mais fácil, pela semelhança entre o novo e o velho. Cada cultura parece ter sua vulnerabilidade específica; antes que se ditem medidas práticas, haverá conveniência em conhecer essas fraquezas para não se tornar a intervenção tão dramática que ponha em perigo a própria existência do grupo a ela submetido.

A escolha do exemplo das missões jesuíticas — feita *sine ira et studio* — se justifica por indicar, melhor talvez do que outro qualquer, perspectivas promissoras que o recurso à análise histórica dos contactos interétnicos oferece no tocante à compreensão dos fenómenos aculturativos, tanto na esfera teórica como no tocante ao planeamento de técnicas de intervenção. Não se trata de saber se o sistema jesuítico foi bom ou se foi mau; o que interessa é descobrir por que é que em determinados casos foi eficiente ou, por outra, quais os princípios que regem a mudança cultural a que, num plano empírico, vieram corresponder os métodos empregados.

A limitação do tempo não permite considerar outros exemplos históricos, igualmente instrutivos, como o da amizade entre franceses e Tupí em confronto com as relações luso-tupí nos primeiros séculos, a comparação entre os diferentes tipos de catequese e as suas conseqüências na vida dos aborígenes, os problemas e resultados da protecção oficial do indígena do ponto de vista da multiplicidade de situações

interétnicas e o seu dinamismo peculiar, e assim por diante. Trata-se de processos que se pode acompanhar por vários decênios ou até séculos, razão pela qual o seu estudo encerra inegáveis possibilidades. Uma vez que no terreno da antropologia cultural a experimentação não é viável, salvo em casos excepcionais, e uma vez que a observação sistemática atual revela, quando muito, uma fase, um momento, um aspecto sincrónico da aculturação, a reconstituição histórica da intervenção empírica se impõe como instrumento de trabalho que não é lícito menosprezar. Da mesma forma, os planos de origem especulativa, como os de AZEREDO COUTINHO, JOSÉ BONIFÁCIO e outros, devidamente situados em seu contexto histórico, merecem ser aproveitados neste sentido.

O passado ajudará, assim, a compreender o presente e, ao que se espera, a planificar o futuro no sentido de se criarem condições que garantam o funcionamento de padrões novos, necessários à sobrevivência — menos das culturas tribais, do que de seus portadores. O avanço da civilização ocidental ou de formas culturais dela derivadas torna cada vez mais difícil o isolamento dos índios bem como a posse de terras bastante extensas para viverem segundo o regime de vida tradicional. A não ser em poucos casos, serão, por conseguinte, baldados os esforços de se conservarem por longo tempo as culturas tribais, pois, como já se disse com acerto, seria irrisório querer transformar pessoas humanas em objectos de museu. Talvez se deva mesmo provocar a aculturação desta ou daquela tribo e retardar o processo nestoutra, mas é provável que se deva sempre marcar determinado ritmo às mudanças culturais e imprimir-lhes um certo rumo. Se a desorganização se afigura inevitável, a intervenção, em que pese o paradoxo, deverá dispor de meios para organizá-la. Se nas situações de contacto entre as tribos indígenas e as populações rurais do Brasil há inúmeros elementos gerais, há também em cada caso uma série de dificuldades específicas em consonância com o respectivo "ethos" tribal; as medidas postas em prática para superá-las serão por sua vez específicas. Como denominador comum de todos os problemas de culturação de grupos indígenas parece impor-se, no plano

da ação política, a exigência de neles se criar a "mentalidade econômica" indispensável à vida no mundo civilizado e de se modificarem paulatinamente os padrões de comportamento e o próprio ideal de cultura no sentido de não serem incompatíveis com essa mentalidade.⁵

5. Em trabalho anterior, "O índio brasileiro no passado e no presente", entregue em abril de 1952 ao Editorial Domus do Brasil Ltda. para figurar na monografia *Brasil*, que devia ser publicada em Milão, já defendi a posição aqui assumida: "Apesar de tudo o que se procura fazer em prol do índio brasileiro, as perspectivas do futuro não são de todo promissoras. O problema é fundamental: o da sobrevivência. Um meio de garanti-la seria manter as tribos isoladas de qualquer contacto com a civilização, a fim de preservá-las das conseqüências fatais do convívio com o branco invasor. Mas é utopia, infelizmente. Enquanto possível, é claro, há de conservar-se e defender-se o isolamento total, mas, de outro lado, basta um pouco de realismo para se compreender que não existe poder no mundo capaz de reter o avanço da civilização até os lugares mais recônditos da floresta e de assim prevenir a destruição das primitivas condições de vida. Seria tolice negar esse fato. Por mais que nos entristeça, as culturas tribais vão desaparecer e não há como salvá-las. Não obstante, os seus portadores, os índios como elemento humano, é que devem merecer a nossa apreensão e os nossos cuidados especiais. Cumpre dar-lhes amparo eficiente e integral, para não desaparecerem juntamente com as formas-de-vida que herdaram de seus antepassados, auxiliá-los a vencer a crise aculturativa na perigosa fase de marginalidade e levar-lhes os meios para construírem uma vida nova e não ficarem ao abandono em um mundo estranho que por nossa causa se vêem obrigados a aceitar."

O VOTO OPERÁRIO EM SÃO PAULO

AZIZ SIMÃO

Apresentamos nesta comunicação os elementos básicos e resultados principais de parte de um trabalho, em conclusão, sobre o voto operário e a consciência de classe na capital de São Paulo. Embora destacados de um todo, procuramos organizá-los de modo que constituam uma unidade em si mesmos.

Abordamos aqui 3 aspectos do voto operário: o eleitorado, a votação e o votante. Tendo em vista nossa tentativa de apreender o "típico", tomamos, das estatísticas obtidas e do inquérito realizado, o que nos pareceu mais significativo.

O ELEITORADO OPERÁRIO

Depois do pleito de 1934, as urnas eleitorais não mais se abriram até 1945, quando foi restaurado no país o sistema democrático de organização do governo. E, então, ocorreu às urnas um contingente eleitoral jamais visto e nem mesmo imaginado. Em 1933, o número de eleitores inscritos no Estado de São Paulo, era de 299.074. De 1945 a 1948, inscreveram-se para o exercício do voto 1.565.248 eleitores. Este extraordinário aumento foi ocasionado pelo crescimento demográfico, diminuição da taxa de analfabetos e leis que, já em 1933, tinham estendido o direito do voto a todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, e garantido seu exercício pela instituição do sufrágio secreto, e, em 1945, estabelecida a forma "ex-officio" de alistamento eleitoral e a obrigatoriedade de comparecimento às urnas.

E ainda, principalmente, pela decisão de influir na organização dos governos, tomada por grande e crescente número de pessoas.

No Estado de São Paulo, o município da Capital constituiu a área de maior densidade da população eleitoral e do eleitorado operário, como indicam os seguintes números:

	Pop. 1950 ¹	Eleit. 1948 ²	% Eleit. s/ pop.	Eleit. op.	% Eleit. op. s/ Eleit.
Estado	9.134.423	1.565.248	14,61%	390.007	24,92%
Capital	2.193.096	571.507	26,00%	209.302	36,62%
Interior	6.936.237	993.741	14,32%	180.705	18,18%

Considerando a distribuição espacial dos eleitores de São Paulo, seu número decresce, de modo geral, do centro para a periferia do município, embora os distritos do centro da cidade apresentem menores contingentes eleitorais do que alguns outros situados fora daquela área. De modo pormenorizado, observa-se a existência de distritos que constituem centros a partir dos quais decresce a quantidade de eleitores. Assim, enquanto os distritos de maior eleitorado, na área central da cidade, possuíam de 13 a 23 mil inscritos, os distritos de grande densidade de população eleitoral, na área tipicamente industrial, possuíam de 20 a 25 mil eleitores, caindo aqueles números para 2 a 3 mil, nos distritos adjacentes. Estes contingentes distritais não se referem à população eleitoral residente em cada um dos distritos, mas às pessoas que aí se inscreveram no registro eleitoral. Não sendo obrigatório aquela inscrição no distrito de residência, há um número não conhecido de eleitores registrados em distritos em que trabalham ou dos quais se mudaram. O exemplo mais ilustrativo deste caso está no distrito da Sé, situado

1. Censo de 1950. *Boletim do IBGE*, 1953.

2. Cf. *Boletim Eleitoral*, N.º 42 do Tribunal Regional Eleitoral, de 17 de fevereiro de 1947. Incluímos na rubrica operários, as seguintes categorias: industriários, ferroviários, transportes, operários e marítimos.

no centro da cidade, área predominante comercial, onde era de 9.500 habitantes a população recenseada em 1950, e de 13.956 os eleitores inscritos até 1948.

Em todos os distritos eleitorais, há operários inscritos, variando, porém, de uma para outra área da cidade seu número absoluto e relativo nos diversos eleitorados distritais. Na área constituída por 12 distritos do centro e sul da cidade³, onde não predominam as atividades industriais, havia 197.425 eleitores, dos quais 38.932, eram operários, representando 19,72% daquele total e 18,51% do total de eleitores operários do município. Ali as taxas distritais de eleitores operários oscilaram entre 20 e 40%, ao lado das maiores taxas de eleitores de outras categorias em todo o município.

Em 32 distritos que ocupam o restante da zona urbana e suburbana, contavam-se 374.082 eleitores, havendo entre eles 170.370 operários, que atingiam a 49,03% daquele total e 81,49% dos eleitores operários da capital. Neste grupo, a taxa mínima de operários nos diversos eleitorados distritais foi de 44,17% e a máxima de 81,97%. O quadro abaixo indica as taxas mínimas e máximas dos eleitores de diferentes profissões,⁴ em cada uma das áreas.

	Empre- gados	Domés- ticas	Prof. Liberais	Empre- gadores
Área eleit. c/ -40% eleit. op.	24,00-48,50	12,87-24,42	7,79-16,82	4,35-8,89
Área eleit. c/ +40% eleit. op.	4,00-25,88	4,09-23,77	0,00-7,08	0,53-10,86

3. Distritos: Sé, Sta. Ifigênia, Bela Vista, Liberdade, Aclimação, Vila Mariana, Consolação, Sta. Cecília, Perdizes, Jardim Paulista, Cerqueira Cezar e Jardim América.

4. Sob a rubrica *empregados* incluímos: comerciários, bancários, servidores públicos, militares e enfermeiros.

Sob a rubrica *Profissões Liberais* os que exercem profissões desta natureza e estudantes.

Sob a rubrica *empregadores*: industriais, comerciantes e agricultores.

Os distritos eleitorais com taxas de operários inscritos superiores a 40% podem ser agrupados em zonas segundo situem-se ou não no perímetro urbano e, neste, dentro ou fora da área mais antiga e, até agora, a mais industrial do município. Serão elas aqui denominadas Zonas eleitorais predominantemente operárias.

A primeira zona eleitoral operária toma o sítio urbano de noroeste a sudeste, contornando a já citada área central. São 19 distritos⁵ que constituem uma zona cujos centros eleitorais de maior densidade marginam o Y ferroviário, que, subindo do Ipiranga na direção sudeste-noroeste até o Braz, aí se bifurca seguindo para este-nordeste até a Penha e para noroeste até a Lapa. Esta zona contava com 329.186 eleitores dos quais 143.122 operários, representando 43,48% daquele total e 68,49% dos eleitores operários da Capital. Em seus distritos a taxa mínima de eleitores operários encontrada é de 44,17% e a máxima 74,71%.

A segunda zona eleitoral operária localiza-se numa área afastada das ferrovias, ao sul do sítio urbano, na qual são recentes as atividades industriais. Constitui-se de 4 distritos⁶, com 23.271 eleitores havendo entre eles 15.679 operários, que atingem a 67,44% daquele total e apenas 7,48% dos eleitores operários do município. Aí, a taxa distrital mínima de eleitores operários era de 44,46% e a máxima de 68,57%.

A terceira zona eleitoral operária constitui-se de 6 distritos⁷ suburbanos que marginam as estradas de ferro, a nordeste, noroeste e oeste da cidade e onde são relativamente reduzidas as atividades industriais. Nêles o número de eleitores inscritos era de 13.857 e destes o de operários de 9.022,

5. Distritos: Ipiranga, Vila Prudente, Cambuci, Mooca, Alto da Mooca, Braz, Belém, Tatuapé, Penha, Pari, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, N. Senhora do Ó, Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Vila Matilde e Vila Maria.

6. Distritos: Santo Amaro, Indianópolis, Ibirapuera e Saúde.

7. Distritos: Itaquera, Guaianazes, Baquirivú, Pirituba, Perus e Osasco.

ou seja 65,10% dos eleitores da zona e 4,31% do eleitorado operário do município. Suas taxas distritais de eleitores operários, mínima e máxima, eram de 57,02% e 81,97%.

A quarta e última zona eleitoral operária inclui 3 distritos⁸ suburbanos, afastados das ferrovias, a sudeste e sul da cidade onde são quase nulas as atividades industriais. Nesta zona o número de eleitores era de 6.768 dos quais 2.547 eram operários, representando 37,63% daquele total e apenas 1,21% dos eleitores operários da Capital, oscilando suas taxas distritais de eleitores operários entre 50,92% e 68,37%.

Em resumo, a área de maior densidade da população eleitoral operária do Estado tem sido o município da Capital e, neste, a zona urbana noroeste-sudeste, cujos centros são os velhos bairros penetrados e desenvolvidos pela indústria desde os fins do século passado.

O VOTO OPERÁRIO

Na história do proletariado de São Paulo, o ano de 1945 marca a entrada em massa dos operários na disputa eleitoral e o peso de seus votos na decisão dos pleitos. No movimento operário iniciado na última década do século XIX, orientado por anarquistas e socialistas,⁹ apenas estes, que constituíam minoria, assumiam atitude positiva com referência às eleições, no que foram depois de 1923 seguidos pelos comunistas. Não possuímos, para o período anterior a 1945, dados estatísticos que nos indiquem como

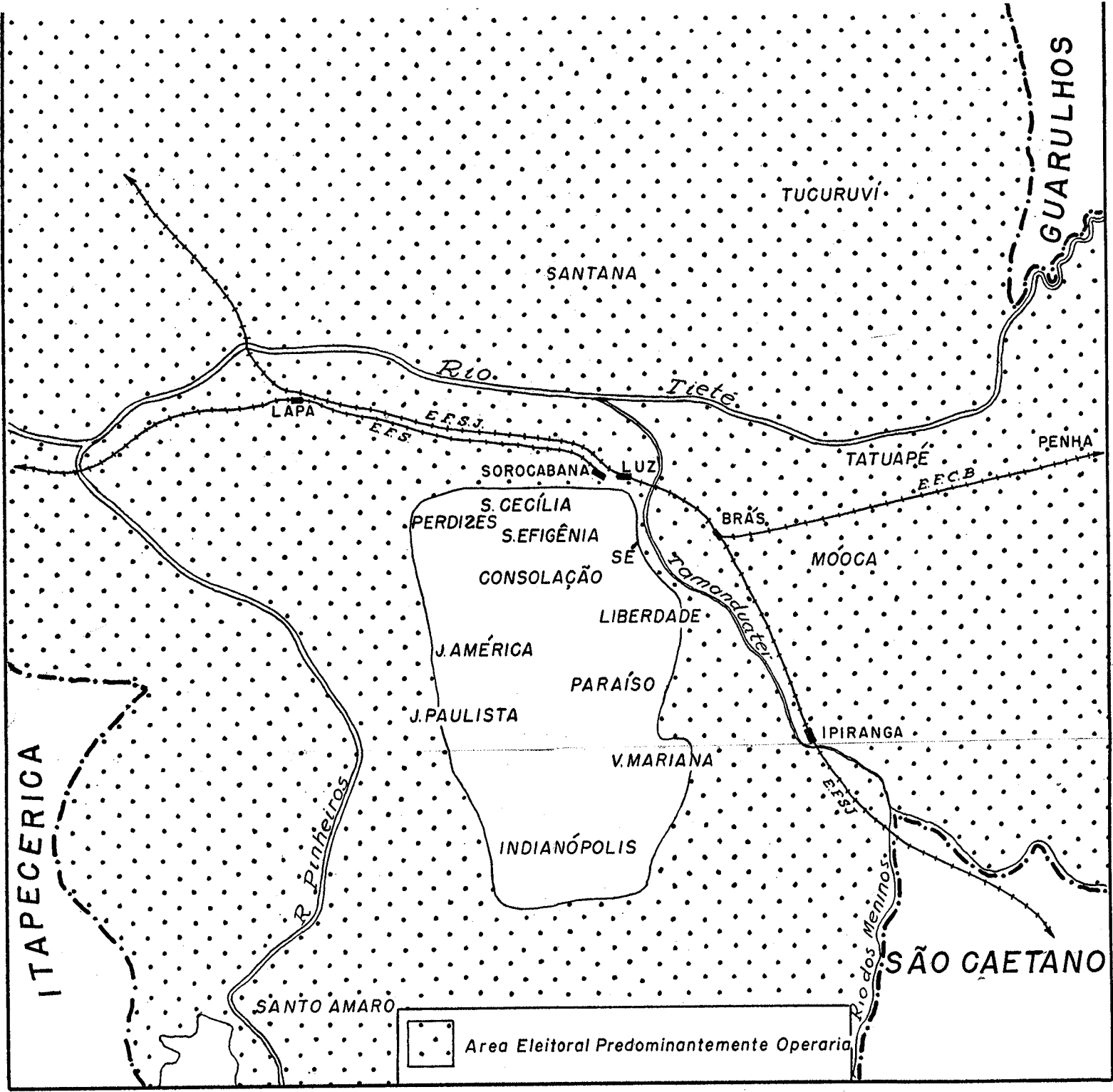
8. Distritos: Butantã, Capela do Socorro e Parelheiros.

9. Esses socialistas não são os que se reuniram, depois de 1930, no Partido Socialista, que foi fechado, como as demais organizações políticas, em 1937. Um pequeno grupo remanescente do Partido Socialista dos anos de 1930 passou a integrar o atual Partido Socialista Brasileiro, em que se transformou a Esquerda Democrática, fundada em 1946.

teriam votado os eleitores operários. Sabemos que, em 1933, dos 255.706 votos apurados no Estado na eleição para a Assembléa Nacional Constituinte, 35.852 foram dados ao Partido Socialista Brasileiro, então ligado ao Interventor Federal no Estado, e que não foi computada a votação recebida pela legenda comunista "União Operária Camponesa". Contudo, informações orais e notas da imprensa proletária indicaram-nos que os operários inscritos eleitores não votavam, em sua grande maioria, naqueles partidos e que, em 1933, foi pequena a votação operária dada ao Partido Socialista e à legenda comunista. Com relação ao período eleitoral iniciado em 1945, já possuímos estatística capaz de nos dar informações sobre a orientação do voto operário. Os dados de que nos utilizamos referem-se aos resultados da apuração das legendas partidárias para à Assembléa do Estado, 1947¹⁰. Justificamos sua escolha por serem os mais completos dos que nos foram acessíveis sobre as eleições de que participaram todos os partidos, e referentes à data relativamente próxima daquela em que se elaborou a estatística eleitoral aqui utilizada. Embora não se possa afirmar que a composição profissional dos eleitores inscritos até dezembro de 1948, tenha sido a mesma da dos votantes de 1947, julgamos aceitável tratar aquela como amostra significativa desta.

Os dados obtidos sugerem ter havido uma correlação entre a composição profissional do eleitorado e a votação recebida pelo Partido Comunista do Brasil e Partido Trabalhista Brasileiro, apesar da diferença entre o eleitorado inscrito e o votante, e de não terem todos os operários votado naquelas legendas, que, por outro lado, devem ter recebido votos de eleitores de outras categorias profissionais. Indicamos as votações obtidas pelas diversas legendas nas diferentes zonas já demarcadas:

10. *Boletim Eleitoral* N.º 11, de 16 de outubro de 1947 — Eleições de 19 de janeiro. Resultados da apuração das legendas partidárias — Assembléa Legislativa.



ITAPEERICA

GUARULHOS

TUCURUVÍ

SANTANA

Rio Tietê

LAPA

E.F.S.J.
E.F.S.

SOROCABANA

LUZ

TATUAPÉ

PENHA

E.F.C.B.

S. GECÍLIA
PERDIZES
S. EFIGÊNIA

BRÁS

MOOCA

CONSOLAÇÃO

LIBERDADE

Rio Tamanduateí

J. AMÉRICA

PARAÍSO

J. PAULISTA

V. MARIANA

IPIRANGA

INDIANÓPOLIS

R. Pinheiros

Rio dos Meninos

SÃO CAETANO

SANTO AMARO

Area Eleitoral Predominantemente Operária

VOTAÇÃO RECEBIDA PELAS LEGENDAS NAS
DIFERENTES ÁREAS

	PCB	%	PTB	%	Outros ¹¹	%	Total
Área c/ -40% eleit. oper.	20.502	15,56%	27.102	19,25%	93.126	66,19%	140.170
Área c/ +40% eleit. oper.							
1.ª zona ..	67.614	32,59%	51.641	24,80%	88.185	42,61%	207.440
2.ª zona ..	2.777	18,32%	5.542	36,57%	6.835	45,11%	15.154
3.ª zona ..	3.061	32,50%	3.225	34,27%	3.129	33,23%	9.410
4.ª zona ..	814	18,28%	1.395	31,23%	2.438	50,54%	4.464

O coeficiente de regressão¹² entre as percentagens de eleitores operários e as percentagens de votos recebidos por ambas as legendas, de todos os distritos da Capital, calculado pelo método dos mínimos quadrados, é igual a 0,70, o que confirma a hipótese da correlação.

Os dados já são mais expressivos quanto à correspondência entre as percentagens de eleitores inscritos como industriários e a votação recebida pelo PTB e PCB. O que ficou dito anteriormente quanto aos eleitores operários aplica-se, obviamente, aos eleitores industriários. Nem todos os inscritos desta categoria profissional votaram apenas em um ou outro dos citados partidos; nem qualquer deles recebeu apenas os votos industriários. O coeficiente de regressão calculado em 0,86 expressa uma preferência dos eleitores industriários pelos 2 partidos. Tomando cada um destes partidos,

11. Sob a rubrica *Outros* indicamos os seguintes partidos, na ordem da votação recebida na maioria dos distritos: Partido Social Progressista, União Democrática Nacional, Partido Social Democrático, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão, Esquerda Democrática (legenda socialista) e Partido de Representação Popular. A votação da Esquerda Democrática oscilou entre 2,36% e 4,88%, na primeira área e entre 0% a 3,81 nos distritos da segunda área.

12. Agradecemos ao Prof. NACIB LIMA FERES, (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP) os cálculos dos coeficientes de regressão, constantes deste trabalho.

o coeficiente de regressão é de 0,25 para o PTB e de 0,61 para o PCB, o que revela, de um modo geral, a preferência dos eleitores industriários por este último. No quadro abaixo apresentamos os coeficientes de regressão entre as taxas de eleitores industriários e as votações recebidas pelos referidos partidos, conjunta e isoladamente, em cada uma das áreas:

	PTB- PCB	PTB	PCB
Área c/ -40% eleit. oper.	1,08	0,61	0,43
Área c/ +40% eleit. oper.	0,40	0,03	0,31

Os números, pois, sugerem que na primeira área o PTB atraiu maior número de votos industriários, enquanto que na segunda, a grande maioria se dirigiu para o PCB. Considerando aquela votação nas zonas da última área, os coeficientes de regressão indicam a forte predominância do PCB na zona mais industrial e pequena maioria do PTB nas restantes:

	PCB	PTB
1.ª zona	0,64	0,21
2.ª zona	0,38	0,41
3.ª e 4.ª zonas	0,35	0,46

Embora não tenhamos dados completos sobre a eleição de 1945, a situação não foi diversa naquele momento, conforme revelam 131.609¹³ votos recebidos pelas diferentes legendas em todos os distritos da Capital.

Em resumo, os dados estatísticos permitem-nos sugerir duas hipóteses:

- 1 — O voto operário orientou-se predominantemente para o PCB e PTB.
- 2 — O voto industriário tendeu mais acentuadamente para o PCB do que para o PTB.

13. Número obtido pela soma dos resultados das urnas distritais publicados pelo *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 7 de dezembro de 1945, n.º 268 e seg.

Será ainda preciso verificar se aquelas correlações numéricas constituem realmente uma expressão dos fatos ocorridos. Com este fim expomos os resultados do inquérito que esteve ao nosso alcance.

O VOTANTE OPERÁRIO

A técnica utilizada neste inquérito foi-nos imposta por nossas condições de trabalho e na natureza do fato pesquisado. A aplicação de questionários apresentou-se-nos impraticável não só pela falta de recursos para inquirir o grande número de indivíduos que exigiria a elaboração de amostras significativas, como também pela resistência a certas perguntas em condições de contactos categóricos, principalmente depois de decretada a ilegalidade do Partido Comunista. A observação participante, um grande número de informações fortuitas, entrevistas informais e uma dezena de outras formas, publicações e propagandas eleitorais, constituem a fonte dos dados que até agora obtivemos. As entrevistas formais foram feitas com velhos e novos militantes do movimento operário, do círculo de nossas relações, alguns dos quais também nos tem auxiliado colhendo informações com terceiros. Do material assim obtido, pudemos inferir os seguintes elementos concernentes a atitudes, comportamentos e situações típicas que interessam ao assunto desta comunicação.

1 — O proletariado de São Paulo tem revelado dois tipos de comportamento eleitoral: o que se baseia no julgamento a respeito de um candidato ou partido e o que resulta de relações *simpáticas* com terceiros ou de circunstâncias ocorrentes no momento da votação. O primeiro é peculiar aos seguidores de um partido ou chefe e o segundo aos indiferentes à ação partidária, pessoas dos candidatos ou preenchimento dos cargos. Tem sido geralmente observados casos de duplicidade de comportamento em um mesmo indivíduo, que se comporta diferentemente conforme sejam os candidatos ou cargos em eleição. Entre os seguidores de um par-

tido ou chefe, destacam-se os agentes da conquista do voto, que, além da propaganda e distribuição de cédulas praticam a chamada *cabala*, combinação e troca de cédulas.

2 — No eleitorado operário observaram-se diferentes atitudes com referência às eleições para o Executivo e o Legislativo. Às primeiras tem sido dada grande importância e os eleitores manifestaram maior decisão na escolha dos candidatos, reduzindo-se então a área do segundo tipo de comportamento eleitoral. Os pleitos para o Legislativo têm assumido pouca importância, sendo geralmente julgados como atos suplementares — quando não dispensáveis — para a constituição do Governo. Em tais casos, verificou-se o alargamento da área da segunda citada conduta eleitoral, tendo havido mesmo *simpatizantes* de um partido ou chefe que votaram em outras legendas para o Legislativo. Os resultados que pudemos obter sobre as eleições de 1945 mostram a discrepância entre a votação recebida pelo chefe e demais candidatos de cada um dos partidos considerados. Em um mesmo número de urnas, o chefe do PTB obteve 56.717 votos e o do PCB, 55.196, no pleito para o Senado; enquanto as listas para a Câmara receberam, respectivamente, 41.475 e 42.571 votos, parte dos quais dados àqueles chefes também candidatos a deputado. A amplitude do fato levou o PTB, em 1950, a explicar e recomendar aos eleitores de seu chefe a necessidade de votar, não só nêle, mas na *chapa completa*.

3 — Nas eleições para os Executivos federal e estadual, em 1945 e 1947, o eleitorado operário votou nos candidatos indicados pelos chefes do PTB e do PCB; em 1950, no primeiro dêles e seus aliados. Nas eleições para o Legislativo, em 1945, a flutuação do voto não ultrapassou a área daqueles partidos, cujos chefes foram candidatos a ambas as Câmaras do Congresso Federal. Este balizamento da votação ainda se manteve em 1947, apesar dos votos obtidos nas zonas operárias pelo Partido Social Progressista, cujo chefe teve o apoio do PCB no pleito para o Executivo Estadual.

4 — Segundo a proveniência, a categoria profissional e motivos do ato político, nossos dados nos permitem indicar

os seguintes tipos modais de operários que, naquele momento, votaram no PTB e PCB:

a) O eleitorado operário do PCB, ou de seu chefe e de quem por êste indicado, constituiu-se de pessoas nascidas na Capital ou aqui fixadas até os primeiros anos da última guerra, residindo sua maioria nos velhos bairros industriais. Neste grupo destacamos — especialmente com respeito à militância partidária — os indivíduos do sexo masculino, entre 18 e 40 anos aproximadamente, ocupados em serviços qualificados. As motivações mais significativas de seus atos políticos encontravam-se na insatisfação com as condições de vida, no julgamento de que a Legislação Trabalhista é precária apesar dos benefícios trazidos e na aspiração a uma reforma da organização econômica e social, unidos à atribuição de qualidades carismáticas ao chefe do partido.

b) O eleitorado operário do PTB ou de seu chefe e de quem por êste indicado, constituiu-se de pessoas que se distinguiam pela proveniência e ocupação, devidamente considerada a mobilidade na estrutura profissional. Entre os indivíduos nascidos na Capital ou aqui fixados até os primeiros anos da guerra, destacaram-se os de sexos masculino geralmente maiores de 40 anos e os de sexo feminino, de diferentes idades, uns e outros empregados em serviços de diversas categorias profissionais e, em sua maioria, residentes nos velhos bairros industriais.

O segundo grupo de eleitores foi fornecido pela população adventícia participante do grande êxodo de trabalhadores orientado de outros municípios do país para o de São Paulo. O afluxo de indivíduos de outros lugares, principalmente das zonas rurais teve seu período de máxima intensidade de 1940 a 1946, quando se verificou o maior incre-

mento da industrialização da Capital do Estado e, portanto, da procura de mão-de-obra. O saldo imigratório na população paulistana, estimado para 1940-1947, foi de 683.160 indivíduos¹⁴. Conforme nosso inquérito, apenas parte dos trabalhadores adventícios ingressou na indústria fabril, tendo sido geralmente aproveitada em serviços que exigem pequeno ou nenhum grau de qualificação profissional. Outra parte empregou-se principalmente nos transportes, indústria da construção civil e pequenos ofícios¹⁵.

Os operários adventícios, como os demais, encontram-se por todo o município. Contudo, a maioria localizou-se nos espaços ainda vazios dos velhos bairros e principalmente em sua área periférica e zonas suburbanas. Os eleitores desta população foram votantes do PTB ou de seu chefe, nas referidas eleições. Para eles, principalmente para os provenientes das zonas rurais, a possibilidade de viver na Capital do Estado e as disposições legais sobre o trabalho e a assistência social apresentaram-se como dádivas inesperadas e recebidas de uma só vez, graças ao governo do chefe do PTB. As motivações mais significativas da conduta de ambos os grupos do eleitorado *petebista* achavam-se no reconhecimento dos benefícios trazidos pela Legislação Trabalhista, no desejo de garanti-los e ampliá-los e na satisfação proporcionada por certas melhorias de vida individualmente alcançadas, unidos à atribuição de qualidades paterno-carismáticas ao seu chefe.

As diferentes modalidades de afastamento daquelas duas condutas típicas, em circunstâncias várias, liga-se a votação obtida por outros partidos em termos de relações pessoais¹⁶.

14. Cf. VICENTE UNZER DE ALMEIDA e OTÁVIO TEIXEIRA MENDES SOBRINHO, *Migração Rural-Urbana*, São Paulo, 1951. Também o *Censo demográfico de São Paulo*, 1950, IBGE, 1953, p. VI: dos 8.440.768 brasileiros natos presentes no Estado, 12,80% nasceram fora dele; destes, 47,46%, em Minas Gerais, e 17,56% na Bahia.

15. Estas informações são confirmadas pelo inquérito de VICENTE UNZER DE ALMEIDA e OTÁVIO T. MENDES SOB., realizado em 1948, cf. op. cit. 1951.

16. Excluído o ínfimo número de militantes socialistas e anarquistas não vinculados a líderes, paternalística ou carismáticamente.

Então, o caso mais expressivo foi o do PSP que, apoiado pelo chefe comunista, teve oportunidade de iniciar a conquista de uma área eleitoral operária.

5 — Aos elementos apresentados tendo em vista uma tipologia dos votantes em um momento dado, juntamos outros concernentes às variações ocorridas no processo de mudança da situação política.

Quando no gozo dos direitos estabelecidos pela legislação vigente, o PCB manteve sede nos bairros e grupos organizados nos locais de trabalho, particularmente nas fábricas. Seus partidários tiveram assim a possibilidade de agir de modo direto, imediato e amplo na direção do voto operário. Contudo, aquelas possibilidades tiveram seus limites na resistência do *petebista* típico, mormente quando se tratava de votar em seu chefe ou em quem este indicasse para cargos executivos. O PTB, sem idêntica organização, não influenciou no comportamento dos seguidores do PCB, que se comportaram como agentes e não objetos no ato de conquista do voto.

O PCB, na ilegalidade, perdeu a posição de um dos grandes orientadores da votação operária, e particularmente industriária, a qual foi monopolizada, em 1950, pela coligação PTB-PSP.

A quebra definitiva do balizamento do voto existente até 1947 verificou-se em 1953, na eleição para o Executivo municipal. Então, nenhum dos candidatos teve a indicação especial do chefe do PTB cujo diretório estadual apoiou o apresentado pelo PSP. O PCB deu apoio a um candidato registrado sob outra legenda, tendo algumas possibilidades e meios de agir a seu favor. Os candidatos a prefeito e vice-prefeito, registrados pelo Partido Democrata Cristão e Partido Socialista, apoiados por uma fracção do PTB, obtiveram a maioria dos votos operários, como foi geralmente observado e se revela nos seguintes resultados eleitorais: dos 422.732 votos apurados, estes receberam 67,45%; os candidatos da primeira coligação citada, 28,14%; e os da segunda, 4,41%. Sem entrar na questão do condicionamento da nova conduta, julgamos ter havido naquele fato eleitoral a emergência de

sentimentos de natureza carismática com relação à pessoa do candidato eleito para a Prefeitura.

6 — Em conclusão: segundo nossos dados verificaram-se a orientação predominante da votação operária, em um dado momento pelos partidos Comunista e Trabalhista e a posterior ruptura deste balizamento; a interferência de elementos culturais — urbanos e rurais — na conduta dos votantes e sua variação no processo de mudança das situações dadas. Neste, tem se observado a persistência de certos elementos da ação política, como as vinculações de natureza paternalística ou carismática, as diferentes atitudes com referência ao Executivo e Legislativo e a flutuação do voto por indiferença em relação ao preenchimento de certos cargos ou pessoa dos candidatos.

O que ficou exposto permite-nos as seguintes sugestões para a sociologia política, em estudos desta natureza:

a) Considerar aquêles aspectos persistentes na variabilidade do comportamento político e procurar sua significação nas peculiaridades sócio-históricas de formação do atual *continuum* rural-urbano;

b) Ter em mente a duplicidade rural e urbana de estrutura a fim de determinar os fatores a ela ligados, que influem na conduta política do proletariado, de modo geral, e se conjugam com os fatores de ordem partidária para definir o comportamento neste plano.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA SOCIOLOGIA POLÍTICA NO BRASIL

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

O estudo da Sociologia Política entre nós quase não se desenvolveu e permanece incipiente. Quem tem se dedicado com afinco à análise detalhada do fenômeno político é o PROF. ORLANDO M. CARVALHO, de Minas Gerais;¹ mas são poucos e raros trabalhos como os seus, de verdadeira pesquisa política, assim como os trabalhos de conjunto e síntese; apenas uma ou outra obra busca explicar a influência da política em setores particulares de nossa vida social, ou vice-versa, como por exemplo o estudo do PROF. FERNANDO DE AZEVEDO, "Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil".²

Em 1949, a Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, então sob a direção do PROF. CHARLES MORAZIÉ, iniciou um estudo das eleições efetuadas no Brasil a partir de 1945. O programa da pesquisa incluía a feitura de gráficos sobre o alistamento eleitoral e a votação; estudos sobre os diferentes partidos, sua composição, histórico, caracteres principais; es-

1. ORLANDO M. CARVALHO, "Práticas eleitorais no interior de Minas" in *Sociologia*, v. XI, n.º 2, 1949; "A força dos partidos e a estrutura ocupacional das chefias políticas de Minas", in *Revista da Faculdade de Direito*, Univ. de Minas Gerais, outubro de 1953, Ano IV. É pena que o A. não tenha traduzido em gráficos os dados que apresenta neste último estudo, para facilitar-lhes a leitura e a compreensão.

2 — FERNANDO DE AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1948.

tudo das alianças partidárias; quadro do desenvolvimento econômico, social e político do país desde 1930; estudo da propaganda; descrição das lutas políticas nos municípios, etc. Todo este rico acervo de documentação sobre o presente devia permitir se esboçasse a fisionomia atual da política entre nós.

Todavia, um obstáculo dificultava os trabalhos dos estudantes de S. Paulo: a falta quase total de qualquer espécie de estudo sociológico do nosso passado político, que pudesse fornecer um pano de fundo para os trabalhos efetuados sobre o presente, dando a visão da continuidade ou das transformações havidas na política; sem esse pano de fundo, o fenômeno político perde todo o relêvo e uma parte de seu significado.

É que os fatos políticos entre nós sempre foram encarados e estudados de acordo com o ponto de vista liberal, que os considera antes de tudo resultantes da infiltração de diferentes ideologias políticas no país, como se estas fossem os únicos motores das atividades dos homens em tal setor. Ora, esse modo de encarar as coisas é particularmente pouco fecundo no Brasil, onde nunca existiram ideologias próprias e onde ninguém se preocupou de investigar quais são as idéias políticas realmente brasileiras. Não temos ainda uma história dos fatos políticos feita do ponto de vista sociológico, em que eles sejam encarados como produtos da vida em grupo, uma vez que não são fatos isolados dos outros fatos sociais; participando do desenvolvimento e das vicissitudes destes, somente poderão ser compreendidos dentro do todo, sofrendo sua influência e influenciando-o. Os estudos de política entre nós são histórias das idéias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial; coladas como etiquetas a diversos acontecimentos históricos, sugeriram aos estudiosos problemas que são quebra-cabeças para quem procura esclarecê-los de acordo com tais ideologias, mas que se simplificam se estudados sem uma idéia preconcebida, observando-se apenas o que se passou na realidade.

CAIO PRADO JR. tentara uma interpretação sociológica do nosso passado político, com sua "Evolução política do Brasil"³; mas fugira ao primeiro preceito sociológico que é observar antes de interpretar: fora ao campo munido da interpretação prévia através da luta de classes e tentara impô-lo aos fatos brasileiros, quando só agora o Brasil desperta para essa luta.

Para que haja luta de classes é preciso que haja consciência de classes, solidariedade de classes. Essa consciência não existia antigamente entre nós; os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas; a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familiar com parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral. Para o sitiante compadre do Coronel Fulano, estar o Coronel Fulano de cima na política era estar o sitiante amparado e em situação privilegiada; seus interesses se entrelaçavam por esse lado com os do Coronel Fulano, embora ambos pertencessem a camadas sociais diferentes.

Este tipo de solidariedade tinha acompanhado muito naturalmente o modo pelo qual se processara a ocupação do solo, as grandes propriedades nas mãos de alguns senhores. O recém-chegado numa zona era condenado a se acolher à sombra do mandão local e ligá-lo fortemente a si se quisesse ter um apoio (de onde a importância da instituição do compadrio). A escravidão, reforçando o poder do proprietário rural, deu mais ênfase a estas relações. E tudo isto junto formou o nódulo duro e resistente do mandonismo local no Brasil, que fazia os homens se definirem em termos de posse em relação uns aos outros: "— Quem é você?" "— Sou gente do Coronel Fulano".

Duas eram as razões que levavam os grandes proprietários do interior a tomarem partido diante de problemas

3. CAIO PRADO JR., *Evolução política do Brasil*, Empr. Gráfica Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1933.

políticos: em primeiro lugar, seus interesses particulares; em segundo lugar, suas ligações de família e suas amizades, essa espécie de solidariedade tribal que ligava entre si largas cópias de grupinhos pelo interior brasileiro. Desde que a questão não tocava em suas posses, no que era ou no que esperava que fôsse seu, o grande proprietário rural votava de acôrdo com as idéias de sua família ou de acôrdo com as idéias do compadre letrado da Côrte que entendia melhor das coisas da política; em caso contrário, adeus solidariedade! Quanto aos outros, parentes, proprietários, menores, sitiantes, agregados, que gravitavam na órbita do grande proprietário, sempre se definiam da maneira pela qual tinha se definido êste, acatando a decisão do chefe da família e do padrinho da tribo.

A política se desenvolveu tendo por núcleo o município. Durante a colônia, as dificuldades que encontrou Portugal em dominar e povoar um país do tamanho do Brasil, fizeram com que se fomentasse o poder e a independência dos senhores rurais, que dominavam êsses pequenos centros; o que havia de importante então eram as lutas dos proprietários rurais entre si para terem o poder, ou as lutas dos mesmos proprietários contra as interferências da Metrópole.

A importância do poder municipal se manteve durante o Império; no município, se o mandão local se desgostava com a Côrte, a autoridade do govêrno "tornava-se pouco mais do que nominal: em vão promulgava os seus éditos, não eram obdecidos".⁴ O parlamentarismo mascarou tal processo, dando lugar às controvérsias sôbre se Pedro II fôra ou não um autocrata, se quem governava era êle ou era o gabinete, se o gabinete fazia ou não fazia as eleições. Quem governava realmente eram as maiorias que se compunham e decompunham segundo os chefes locais estavam ou não de acôrdo com as medidas propostas pelo govêrno, e só quando nenhuma ameaça existia no horizonte contra os interesses dos proprietários rurais é que a "máquina eleitoral" do partido no poder

4. JOÃO ARMITAGE, *Historia do Brazil*, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1837.

dava resultado positivo. Daí a importância das eleições municipais que, notam depoimentos da época, eram o campo onde os políticos experimentavam suas forças; das composições, acordos, adesões e defecções observadas no âmbito municipal dependeriam a côr e a composição das Câmaras Municipal, Provincial e Geral, e finalmente do gabinete.⁵

Durante a Primeira República, as lutas municipais continuaram de primordial importância para a política brasileira. E a independência que continuavam a manter os municípios diante do poder central — fôsse estadual ou federal — é demonstrada, entre outras provas, pelo célebre pacto que entre si estabeleceram chefes políticos do interior do Ceará, entre os quais o Padre Cícero, para evitar a queda dos oligarcas então dominantes. Uma das cláusulas do tratado estatua que "havendo em qualquer dos municípios, reações ou mesmo tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido com o fim de depô-lo ou de desprestigiá-lo, nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá, nem consentirá que os seus amigos intervenham ajudando direta ou indiretamente os autores da reação", mas que só poderão intervir "para manter o chefe e nunca para o depor".⁶ Todo o documento é escrito como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais que o firmaram; e não existia mesmo, pois que nenhuma medida estadual ou federal interceptou o pacto...

O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com êste poder de fato — poder municipal nas mãos dos proprietários rurais — que, podemos dizer "grosso modo", se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República.

5. A. A. DE SOUZA CARVALHO, *O Brasil em 1870*, B. L. Garnier Livr. Ed., Rio de Janeiro, 1870.

6. GUSTAVO BARROSO, *Almas de Lama e Aço*, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, s/d., pg. 24-31.

Os políticos de tipo realista, os que souberam ver que a verdadeira força política estava concentrada nas mãos dos proprietários rurais, os Bernardo de Vasconcellos, os Pinheiro Machado, dominaram sua época e estiveram sempre "de cima"; é que eles não se deixavam levar por rótulos ideológicos enganosos ou por partidos sem existência real e procuravam se entender diretamente com os coronéis rurais, perscrutando onde estavam as maiorias formadas pelo seu descontentamento ou satisfação. Oposto a este tipo, existiam os políticos idealistas que pretendiam impor reformas, desencadear movimentos de moralização social ou eleitoral em nome de princípios abstratos, que acreditavam que as leis fazem um país.

Durante as lutas pela abolição, fornecem-nos os ardentes abolicionistas um bom exemplo deste idealismo, os sóbrios republicanos do realismo. Abolição a todo o transe reclamavam os primeiros, levados por ideais humanitários abstratos, sem inquirir quais as conseqüências para a vida do país em geral e do escravo em particular. Enquanto os segundos, que se apresentavam como os defensores de todas as liberdades mas estavam conscientes do meio em que agiam, não se definiam abertamente diante do problema com o fim de conquistar as simpatias de gregos e troianos. No entanto, vê-se que mesmo este segundo tipo não tinha uma visão larga do fato político, não procurava enxergar além do imediatismo de suas preocupações, mas tomava contacto apenas com o setor coberto pelos seus interesses.

A Independência trouxe aos proprietários rurais a necessidade de enviar representantes seus às Câmaras; obrigados a escolher entre o município e a capital, conservaram em suas mãos o município, que era onde assentava o seu poder, e mandaram para as Câmaras provincial e geral delegados seus, escolhidos entre os membros da família que tinham algum saber e podiam dignamente representá-la. Formou-se então durante o Império e a Primeira República uma camada de "profissionais" da política, quase todos de profissão liberal, desligados pela educação e pela necessidade de viver nas capitais do ambiente rural que representavam. A certeza de

serem reeleitos, desde que votassem de acordo com os chefes do interior, desinteressava-os das lutas políticas municipais, que ficavam para os coronéis, e fixava-os nas cidades, — fenômeno do absentismo tão falado entre nós. Podia ser que tudo corresse bem e eles se portassem sempre como lídimos representantes de seus mandantes, percebendo ou não que eram simples mandatários; mas podia ser também que de repente a realidade em bruto, a realidade sem interpretação, a realidade rude do interior os expulsasse das Câmaras.

Durante o Império, o caso do gabinete Dantas é um bom exemplo de como os proprietários rurais formavam as maiorias e afastavam da política os representantes que os desgostavam. Dantas, liberal, apresentou à Assembléa Geral, cuja maioria era também liberal, um projeto relacionado com a emancipação dos escravos; imediatamente "destacaram-se da maioria liberal vários deputados que, unidos à opposição conservadora, moveram implacável guerra ao ministério", isto é, entraram em choque Assembléa e gabinete. Dantas não teve dúvidas, dissolveu a Assembléa e convocou novas eleições, para as quais pôs em movimento sua "máquina eleitoral"; por toda a parte, nos municípios, reinaram a violência e a fraude com o fito de dar votação majoritária ao gabinete, mas apesar de todos os esforços a vitória contrário foi esmagadora: todos os deputados abolicionistas que tinham apoiado o projeto não foram reeleitos e vieram ocupar lugar na Câmara "os mais graduados paladinos" da escravidão, fôsem eles conservadores e liberais. Mas os proprietários rurais só sossegaram realmente quando o Imperador apelou para Cote-gipe a fim de que formasse o gabinete; grande chefe escravocrata conservador, era a garantia de que a abolição não viria tão cedo. Assim impunham os proprietários rurais a sua vontade.⁷

No entanto, o próprio político avisado que sabia reconhecer os sintomas de nova maioria estava peiado porque sua visão tinha os limites dos seus interesses e dos de sua

7. AFFONSO CELSO, *Oito anos de Parlamento*, Laemmert et Cie, Rio de Janeiro, 1901, pg. 65-66.

grei; não percebia muitas vezes a decadência daqueles de que era representante e a ascensão de outros. A força econômica tem sido no Brasil o esteio da política — o fato de terem sido tão importantes os proprietários rurais o atesta; esta força se desloca no espaço e no tempo, seguindo a ascensão de diferentes produtos e de diferentes zonas. Podemos distinguir no país períodos de homogeneidade política, quando a zona mais próspera é quem governa direta ou indiretamente; e períodos de desajustamento e crise, quando há mudanças de eixo econômico.

Há dois períodos nítidos de homogeneidade política em nossa história independente: o da Maioridade, até mais ou menos 1870 ou 1875, dominado pela prosperidade cafeeira do Vale do Paraíba; e o da Primeira República, de 1900 até mais ou menos 1922, pela riqueza de Minas e sobretudo do café do Oeste paulista. Todo o início do séc. XIX até mais ou menos a Maioridade é período de crise, de desajustamento e conseqüentes tentativas de harmonização; processava-se então a decadência do açúcar no nordeste e iniciava-se a ascensão do café no Vale do Paraíba; os políticos do nordeste perdiam para os políticos fluminenses mas não completamente, porque a decadência não foi total e porque muitos fidalgos da cana vieram abrir fazendas de café nas imediações da Côrte. O outro período de crise tem mais ou menos início com o empobrecimento e a ruína do Vale do Paraíba e com a melhoria dos matutos paulistas, que se tinham pôsto a plantar café na opulenta terra roxa, abandonando suas tropas de burros; a ela está associada a propaganda e o triunfo da República.

Nos períodos de homogeneidade política, os representantes da zona rica e próspera tinham a impressão de que representavam os interesses da nação como um todo; mas perdiam pé quando uma zona nova subia que reclamava medidas diferentes das que pretendiam para sua própria zona, medidas diferentes que julgavam inócuas ou arriscadas porque os interesses da sua não as queriam. A zona rica vencendo levava seus políticos ao poder; as outras aderiam de bom ou mau

grado ao vencedor e sofriam logo o contágio do seu pensamento, de que as medidas necessárias e reclamadas por êle eram as requeridas pelo progresso do país como um todo.

Esta falta de sentimento das diferenças do país, uma vez que muito diversas são as zonas, culturas, recursos e desenvolvimento, foi sempre um fato na política brasileira e prendeu-se não somente à riqueza e poderio de determinada região, como ao tamanho do país e à falta de comunicações que impedia que os habitantes de um lugar tomassem sentido dos problemas dos habitantes de outro.

Outros fatores contribuíram para reforçar a falta de visão: a homogeneidade social e política do país. Homogeneidade social porque, de norte a sul, a mesma estrutura estava presente com o tipo de família patriarcal apoiada na grande propriedade e na escravatura; as mudanças de eixo econômico estavam presas apenas à decadência da terra ou à impossibilidade do produtor competir com outros no mercado estrangeiro; e se o eixo político acompanhava a mudança do eixo econômico, a estrutura social não se alterava. Homogeneidade política, porque por toda a parte era a Câmara Municipal que congregava os "homens bons" para o governo local e a defesa de seus interesses.

O aparecimento de órgãos centrais de governo — Assembléias provinciais e Assembléia geral — não aumentou a visão porque eram eleitos para elas apenas os representantes dos proprietários rurais dominantes na zona e, nas outras zonas, seus simpatizantes. Uma queixa formulada geralmente durante a Primeira República era a de que mesmo nos municípios mais afastados dos Estados mais longínquos, só eram eleitos para as Câmaras dos Vereadores os simpatizantes da política paulista e mineira.

A constante entrada de estrangeiros também não trazia nenhuma modificação porque sua ingerência na política não era vista com bons olhos; precisavam lutar para conseguir o direito de cidadania e, uma vez conquistado êsse direito, a própria luta tinha agido como elemento aculturador, inte-

grando-os no modo de pensar do país. Quando falamos em estrangeiros, não queremos acusar nossa gente de atitudes xenófobas; queremos chamar a atenção para o fato de que a defesa dos antigos contra os novos, os antigos defendendo privilégios, direitos e postos de mando, existiu e marcou sempre nossa política.

Este fenômeno se apresentou sob modalidades diversas. Durante o período colonial, exprimiu-se no desgosto dos velhos colonos contra os recém-chegados, de que a fundação de Sto. André da Borba do Campo, para contentar os melindres de João Ramalho, é exemplo. Mais tarde, quando já existiam brasileiros de nascimento, deu lugar ao nativismo que desabrochou em nacionalismo no momento da Independência. Dentro dos municípios, inscreveu-se na lei imperial que impunha que o eleitor, além de satisfazer outras exigências, devia residir no lugar há mais de dois anos. Finalmente, anteriormente à Revolução de 1930, opôs uma barreira ao ingresso na arena política dos descendentes de imigrantes que subiram na escala social.

O fenômeno tem, pois, dois aspectos: um, é a defesa dos habitantes mais antigos contra os recém-chegados no país, brasileiros contra portugueses, brasileiros contra imigrantes, e forma o fundo do nacionalismo; o outro é o da defesa dos que já estão instalados na política contra gente que nela procura entrar, fenômeno interno que ora se apresenta como rivalidades regionais, ora como luta entre grupos.

Este segundo aspecto, muito importante, não teve ainda sério estudo entre nós. Lembremos um exemplo pitoresco: o Barão de Itapemirim, chefe político de prestígio, riquíssimo proprietário rural, não conseguiu nunca vencer uma eleição no município onde tinha o grosso de sua fortuna; todo o poder político local estava nas mãos dos irmãos Bittencourt, família antiga ali, que não permitiam que aquêle homem novo na zona viesse usurpar posto de mando municipal que por direito de ancianidade lhes pertencia; a rede da solidariedade familiar prendia todos os eleitores do Itapemirim à família Bittencourt e o Barão, que tinha muita influência na política

provincial do Espírito Santo, nunca teve uma vitória no seu município.⁸

Foram essas as direções principais que, num exame forçosamente ligeiro da história e do desenvolvimento social brasileiro, observamos vir à tona. A importância da solidariedade familiar e o papel desempenhado em nossa política pelas lutas municipais estão a indicar a necessidade de começarem as pesquisas a partir do município, acabando com o mito de que um grupinho de figurões, na Côrte ou na Capital Federal, comandava as pugnas partidárias, puxando de longe os cordõesinhos que moviam os coronéis do interior. Estudo que demanda tempo. Mas o quadro, embora ligeiramente esboçado,⁹ já fornecia uma base de comparação para a pesquisa feita na atualidade.

Tentara o PROF. CHARLES MORAZÉ, a partir do material recolhido e elaborado pelos alunos, um diagnóstico da política brasileira de hoje¹⁰, reservando a apresentação desse material para uma futura publicação em Boletim da Faculdade de Filosofia. Projetando contra o estudo do passado o quadro das eleições e do desenvolvimento social presente, verificar-se-ia a continuidade ou a transformação do fenômeno político atual.

Depois de 1889, o rápido desenvolvimento das cidades brasileiras acompanha um crescimento demográfico acentuado que começara no passado com a chegada de levas de imigrantes; desenvolvimento que é uma novidade na atmosfera brasileira predominantemente rural. A cidade de S. Paulo segue até 1930 o progresso demográfico do seu Estado; depois o ultrapassa de maneira espetacular, erguendo-se numa linha quase vertical. No Estado de Minas Gerais, o crescimento da população do Estado todo comparado com o da capital

8. AFONSO D'E. TAUNAY, *História do Café*, Ed. do Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1939.

9. MARIA ISaura PEREIRA DE QUEIROZ, *O mandonismo local na vida política brasileira, da Colônia à Primeira República*.

10. CHARLES MORAZÉ, *Les trois âges du Brésil*, Libr. Armand Colin, Paris, 1954.

mostra como êste foi relativamente pequeno em relação àquele. Na Bahia, Salvador tem desde o início certa importância em comparação com a população do Estado, que as capitais dos outros dois não possuíam; e o desenvolvimento da capital baiana acompanha, passo a passo quase a curva demográfica do Estado, índice da relativa continuidade de uma urbanização já existente. Outros gráficos — do movimento bancário, do crescimento das superfícies cultivadas, — corroboram o aspecto agrícola do Estado de Minas Gerais, a fisionomia urbanizada de S. Paulo.

Paralelo ao desenvolvimento urbano posterior a 1930, processava-se o equipamento industrial e técnico do país, principalmente no Estado de S. Paulo, denotado por exemplo no gráfico do movimento da aviação: enorme em S. Paulo, é relativamente fraco na Bahia e muito fraco em Minas. A falta de desenvolvimento técnico e industrial dá a êstes dois Estados um caráter conservador, em oposição ao progressista de S. Paulo.

Associando a êstes aspectos o político, teremos o seguinte quadro: S. Paulo, urbanização e industrialização rápidas a partir de 1930, predomínio do P. S. D. sobre os outros partidos nas eleições de 1945 e 1947 e, em 1950, do P. S. P. Em Minas, desenvolvimento urbano pequeno, industrial menor ainda, Estado de estrutura rural conservadora; embora o P. S. D. tenha tido a maior votação, nota-se que é o único Estado brasileiro em que o P. R. conservou importância. Finalmente, Bahia, onde a urbanização já existia e crescia de maneira constante, onde a industrialização era pequena, Estado, pois, de estrutura urbana conservadora, nêle a U. D. N. teve a vitória. Nos Estados de tipo conservador, os partidos como o P. T. B., P. S. P. e P. C. B. têm pouca representatividade, o que já não se dá num Estado como S. Paulo, em que figuram como partidos importantes.

U. D. N. e P. R. são partidos "tradicionais". O P. R. é o velho Partido Republicano anterior a 1930, que fôra o órgão do coronelismo rural; é, pois, um partido conservador rural. A U. D. N. tem tradição urbana; em S. Paulo, por

exemplo, seu antecessor é o Partido Democrático que antes de 1930 congregava as forças de uma burguesia nascente; é um partido conservador urbano. O P. S. D. se mostra — em S. Paulo principalmente — como o partido das grandes fortunas industriais. P. C. B., P. T. B., P. S. P. são os partidos das massas.

Temos então em S. Paulo, com os fenômenos da urbanização e da industrialização, o aparecimento de partidos novos. Na Bahia, Estado conservador urbano, vence a U. D. N. Em Minas, Estado conservador rural, o velho P. R. conserva prestígio.

A defesa de posições e privilégios pelos antigos ocupantes dos postos políticos atuou em 1945, por ocasião da reestruturação política, impedindo a expressão, dentro dos partidos "tradicionais", de novas camadas da população que, não vendo razão para que as posições-chave continuassem nas mãos dos velhos políticos, formaram partidos novos. Os novos que assim reclamavam ingerência nos negócios políticos eram formados por gente que a industrialização enriquecera; por uma burguesia média, que aparecera entre os antigos senhores rurais e a massa; e por esta mesma massa que, na sua parte alfabetizada, se mostrava desligada dos velhos chefes políticos.

É o P. S. D. a expressão da nova camada de gente rica; não criou esse partido nenhuma forma nova de participação política, exprimiu-se através do tipo coronelista: assim como o coronel rural ia votar rodeado de parentes, afilhados e agregados cuja sorte estava presa à sua, assim o grande industrial tem à sua roda uma côrte de dependentes que o apoiam; não os operários, mas todos os interesses que múltiplos negócios fazem dêle depender. O P. S. D. é de tal modo um partido à antiga maneira coronelista, que admitiu a adesão de grande parte do coronelismo rural — daí sua vitória em Minas Gerais, em detrimento do P. R. Adesão que não é novidade nos anais brasileiros; da mesma forma a vitória da República, que era a vitória dos fazendeiros do café do Oeste paulista, trouxe para o Partido Republicano a adesão de coronéis das mais diversas zonas do Brasil.

No entanto, o fenômeno realmente novo na política brasileira é tomarem atualmente colono e operário consciência de que os interesses dos patrões não são os mesmos que os seus; na zona urbana, a industrialização promove este modo de pensar; na zona rural, é o loteamento das grandes fazendas, o aparecimento da pequena propriedade policultora que o propiciam.

Mas operário e colono não despertaram ainda para o fato de que fazem parte de uma classe. As possibilidades de ascensão social e de evasão da camada em que se nasceu dificultam o aparecimento dessa consciência e favorecem o individualismo. Operários e colonos assumem atitudes de luta, que se revelam pela recusa em votar nos candidatos dos patrões, mas reúnem-se, por outro lado, a legítimos representantes do capitalismo, desde que acreditem que estes estão empenhados em defendê-lo — daí as chances de partidos do tipo P. T. B. e P. S. P., assim como a formação de um outro tipo de coronelismo urbano, fundado na demagogia, ao lado do coronelismo urbano fundado nos interesses industriais.

É esse o fenômeno novo da nossa política: o desaparecimento da solidariedade familiar, apagada pelo reconhecimento das diferenças de interesse das diversas camadas da população, nas quais não surgiu ainda todavia uma solidariedade de classes.

Esta nova independência nas atitudes políticas veio a lume primeiramente no país todo com a reeleição de Getúlio Vargas; em seguida, nas últimas eleições de Pernambuco e de S. Paulo, com a vitória, nas capitais, de candidatos de partidos eleitoralmente inexpressivos: a massa manifestava assim sua falta de confiança nos candidatos das camadas altas, mas também sua falta de solidariedade interna. O mito do "pai dos pobres" não atuou em benefício dos candidatos do P. T. B. nas duas últimas eleições referidas, apesar da votação maciça que em 1950 obtivera o atual chefe do governo, mostrando que a desconfiança crescera, atingindo os próprios dirigentes desse partido. Por outro lado, os partidos a que pertenciam os dois candidatos vitoriosos continuaram eleitoralmente inexpressivos como dantes, evidenciando

que uma massa inorganizada em busca de definição política é que lhes dera a palma.

Todos estes partidos são "nacionais", em oposição ao regionalismo e à atomização que havia antes de 1930 sob a capa de um P. R. único. No entanto, é no âmbito municipal que existe a fidelidade ao partido (sem que isto queira dizer que os políticos não mudem de um para outro): aí as lutas são violentas, as animosidades dividem os habitantes segundo linhas intransponíveis. Mas a segregação rigorosa vai enfraquecendo à medida que se passa para o plano estadual, depois para o federal, tornando possíveis os acordos mais incríveis, as associações mais impensáveis entre cédulas de candidatos de diferentes partidos dentro do mesmo envelope de voto. É nas lutas municipais, pois, que existem de fato diferenças partidárias, é ali que os partidos tem realidade e não nos outros planos da vida política.

Tôdas estas alianças, acordos, combinações e pactos entre diferentes partidos num determinado plano, quando noutros planos se mostram adversários ferrenhos, contribuem para reforçar a impressão de que a política brasileira é eminentemente absurda e caótica. É nos períodos de crise e de ajustamento que esta opinião se reforça; no passado, as diferenças econômicas que então vinham a lume contribuíram para desnortear os políticos, mas o ajustamento era mais fácil porque a estrutura social se conservava homogênea. Atualmente, à mudança do eixo econômico da agricultura para a indústria, em vias de se processar, juntou-se uma complicação da estrutura social, que hoje apresenta gradações em muito maior quantidade do que as conhecidas até agora, aumentando a impressão de desordem.

A desordem e o caos existem de fato. Num país em que a vida se processou sempre segundo ritmos diferentes, em que tempos históricos diferentes coexistem, em que formas diferentes de ocupação de solo e diferenças geográficas determinam grandes diferenças de produção, dando como resultado tipos sociais diversos, introduziu-se com a industrialização uma componente nova que rompeu o equilíbrio em que se mantinham os elementos referidos. Há uma busca de novas

soluções mas os políticos continuam a não ter plena consciência de que, dada a variedade de situações, as mesmas soluções não servem para todos: os interesses locais ou os interesses privados continuam desempenhando o papel de funestos antolhos.

Quisemos mostrar, com esta rápida análise, que existe uma linha de continuidade interna de nossa política; ela se evidencia, por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos; assim os fenômenos que vão aparecendo adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que existe.

Dizer então que nossa política é irracional não tem sentido; ela tem sua racionalidade interna que é preciso descobrir e que é forçosamente diferente da dos fenômenos políticos de outros países.

Mas a descoberta desta continuidade só pode ser feita através da introdução do ponto de vista sociológico nos estudos políticos brasileiros. Então se conseguirá desvendar, sob a falsa aparência de um desenvolvimento irracional, as constantes do nosso comportamento político que vem se manifestando através da história e que unem entre si as populações dos diferentes Estados; e se alcançará conhecer as diversidades que esse comportamento apresenta devido às diferenças que existem no próprio país, formado de zonas geográfica, econômica e socialmente diferentes. O ponto de partida desses estudos deve ser o plano em que o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo — o plano municipal.

EXPOSIÇÕES

CONCEITUAÇÃO DAS ÁREAS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES

Procurarei simplesmente colocar o problema — sem pretender propor-lhe solução — apenas para orientar o debate que, certamente, será mais interessante do que a contribuição pessoal. Isso porque um problema tão geral, qual seja o da conceituação das áreas sociais do Distrito Federal, é um trabalho de *equipe*, que deve ser realizado por especialistas de vários campos das ciências sociais. Não há, de minha parte, nenhuma pretensão em oferecer resultados definitivos, nem mesmo um fundo de quadro para os futuros trabalhos.

No Distrito Federal encontramos diferenciadas certas áreas. A existência dessas áreas — áreas naturais, áreas sociais, áreas de interação humana mais intensa ou menos intensa, áreas de concentração de certos traços de cultura, área de segregação de certos tipos de população — deixa perplexos, no Distrito Federal, administradores e sociólogos. Aliás, mais os administradores do que os sociólogos, que ainda não foram chamados a debater o problema; e a perplexidade daqueles provém da existência de vários sistemas de classificação dos dados relativos à população carioca e às suas instituições.

As autoridades municipais e federais lutam para determinar as esferas de sua competência. Muitas vezes, a Prefeitura do Distrito Federal não sabe como classificar algum logradouro ou atividade específica para fins fiscais, por exemplo. Recorre ao I. B. G. E. Esse, por sua vez, luta com uma série de divisões convencionais que incidem quase sempre nos mesmos defeitos de falta de objetividade, de realismo social. Em razão dessa dificuldade de levantamentos

estatísticos por parte do I. B. G. E., que o está realizando penosamente, através do seu serviço local de coletas, o trabalho de coordenação dos vários sistemas de divisão da área total do Distrito Federal, para fins administrativos, é extremamente complexo. A complexidade do problema pode ser expressa em poucas palavras.

Há 10 sistemas de classificação adotados pelas repartições municipais e federais: o distrito fiscal, a circunscrição fiscal, a zona eleitoral, o distrito de obras, o distrito policial, o registro de imóveis, o distrito rodoviário, o distrito de distribuição de águas, o registro civil e o registro escolar. Estabelecer a correspondência entre uma e outra dessas divisões convencionais do Distrito Federal é, por conseguinte, problema dos mais difíceis. Saber se uma ocorrência policial deve ser registrada nesse ou naquele distrito, ou se deve ser anotado nesse ou naquele ofício do registro de imóveis o loteamento de um terreno que participa de áreas regidas por ofícios diferentes, não representa tarefa fácil para o administrador. Colher dados estatísticos primários e depois distribuí-los, por um sistema que possa ser utilizado em referências cruzadas por todos os demais sistemas em vigor, é a preocupação daquele serviço de coleta da diretoria de levantamentos estatísticos do I. B. G. E.

Há no Distrito Federal cerca de 12 mil logradouros públicos. A simples classificação de um logradouro exige pelo menos 10 fichas diferentes, correspondentes a outras tantas divisões convencionais. Juntem-se a essas as fichas de referências cruzadas, referências a decretos, leis, posturas municipais, etc., e ter-se-á nada mais do que 130 mil fichas de anotações sobre os logradouros públicos. Para dar um exemplo concreto, a Avenida Suburbana e a Avenida Automóvel Club, que atravessam diversos distritos de circunscrições convencionais, exigem para a justa localização de um prédio 23 fichas a primeira e 12 a segunda. O que isso representa de trabalho, de tempo perdido e de dinheiro também perdido pela administração pública, já por si justificaria o trabalho do sociólogo, do antropólogo, do cientista social, que se pusesse a colaborar com os administradores municipais e fede-

rais, para encontrar um sistema de referências, já não se diga um paradigma de classificação das áreas, e um sistema de ação dominante no Distrito Federal.

Não obstante, os sociólogos ainda não foram chamados. A administração prefere a rotina. Que tem isso a ver com a sociologia? Tem muito. Se essa sociologia não fôr um mero floreio verbal, campo livre de discussões doutrinárias mais ou menos bizantinas, mas se, ao contrário, se ativer à realidade e procurar colocá-la a serviço dos homens, inserindo-se no contexto de que fazem parte, para torná-los agentes modificadores e não meros joguêtes de forças, de atividades que não podem controlar, a sua participação nos negócios da administração torna-se cada dia mais necessária.

Explica-se assim que as próprias repartições estatísticas se ressintam do concurso dos sociólogos e do cientista social. Na coleta de dados sobre o Distrito Federal, durante o recenseamento de 1950, surgiu o problema da divisão dos quadros urbanos, suburbanos e rurais e da distribuição parcial desses setores. A solução encontrada pelo C. N. E. foi a de aceitar a divisão convencional do Rio de Janeiro em circunscrições, tendo a população sido distribuída pelas circunscrições adotadas pela Prefeitura. Ora, estas existem apenas para fins de recolhimento de imposto e estão sob a fiscalização de funcionários, de delegados fiscais da Prefeitura do Distrito Federal. Cada uma delas compõe-se por vêzes de fragmentos de diversas áreas naturais, culturais e sociais, e outras vêzes está contida dentro de uma só dessas áreas. Nenhuma correspondência há pois entre essa divisão puramente convencional e a realidade social, tal como se apresenta dentro do quadro das áreas e dos sistemas de interação humana, que cabe ao cientista social descobrir e analisar.

Entretanto, qualquer referência que tenhamos de fazer hoje à população e às atividades dos habitantes do Distrito Federal deve ter em conta esse quadro mais ou menos fictício que são as circunscrições fiscais do Rio de Janeiro. Aliás, a própria Prefeitura já a abandonou. Vigora hoje o sistema dos chamados "distritos fiscais", que são 16, incluindo os

das ilhas há pouco desmembradas do 1.º Distrito do centro da cidade. Quer dizer: hoje a Prefeitura foi obrigada a adotar uma nova divisão, também convencional, e os administradores estão às voltas com a correspondência entre as antigas 35 circunscricões e os novos 16 distritos fiscais, em que o Rio de Janeiro está convencionalmente dividido. Trata-se, então, de procurar encontrar um critério básico de classificação dessas áreas do Distrito Federal. Esse critério parece-me que não deva ser escolhido apenas pelo especialista de um ramo das Ciências Sociais, porque a escolha do critério depende da conjugação de esforços de pelo menos três classes de especialistas. Os antropólogos sociais, os sociólogos propriamente ditos e os ecologistas, porquanto essa escolha deve ser feita tendo em conta as tendências que vêm dos diferentes campos das Ciências Sociais.

Os critérios, que devem nortear a divisão do Distrito Federal sobre bases mais sólidas que não as meramente administrativas, são, a meu ver, três:

1) o critério de área, que vem dos antropólogos sociais, sobre a distribuição de traços e a sua localização espacial; localização tanto geográfica, como da parte social;

2) o critério funcional, que vem da análise funcional da população urbana, na qual encontramos maior contribuição dos sociólogos; finalmente,

3) o critério dos ecologistas, sobretudo do ecologista humano.

Nesse ponto somos obrigados a apelar para a conjugação de vários especialistas, e enquanto não se fizer essa conjugação, será prematuro qualquer sistema de referência mais condizente à realidade social. Aqui, nos limitamos a indicar critérios que podem decidir e inspirar essa divisão, não apenas ecológica, mas também social, isto é, pelo tipo de atividade que os habitantes dessas diferentes áreas exercem.

Os critérios propostos são os seguintes: 1) — a dominância de uma atividade ou uma especialização funcional sobre as demais: 2) — a intensidade com que o fenômeno determinado — densidade de população, instrução, crimina-

lidade, côr, etc. — se apresenta na sua expressão. Essa intensidade pode ser avaliada em graus, sendo apreciada mais nitidamente em ordem decrescente, da máxima à média e à mínima; 3) — a funcionalidade manifesta ou latente da atividade específica no conceito social geral; 4) — a conjuntura dos fatores considerados num dado período da história social e natural da área; 5) — a interdependência desses fatores dentro da área, que será a medida de coerência interna da mesma área, e a sua integração no conjunto das demais áreas do Distrito Federal; 6) — a participação efetiva dos habitantes da área na vida da comunidade maior, o Rio de Janeiro, e a grande sociedade. Esses critérios, que não pretendem ser definitivos, apenas servem para o estabelecimento desses sistemas de referência a que temos de chegar.

Na conjugação desses critérios, encontrei, por exemplo, 11 áreas principais no Distrito Federal, repartidas de modo desigual, dentro do sistema convencional de zona urbana, suburbana e rural. Denominei-as, por um sistema também convencional, de áreas urbanas, suburbanas e rurais, e as distingui por um prefixo, U1, U2, U3, U4, U5, U6, para as urbanas; S7, S8, S9, S10, para as suburbanas e R11 para a área rural. A seguir, em cada uma das zonas, usando os critérios adotados, procurei ver a dominância da atividade. Por exemplo: se a área era residencial, comercial, industrial ou mista, como é o caso das áreas de pescadores nas lagoas da zona rural do Distrito Federal, nas lagoas do Camucim e da Tijuca, conjugando pesca e atividades agrícolas propriamente ditas. Deve notar-se que as áreas não são contínuas como era de esperar. Nós encontramos dentro desse espaço social descontinuidades flagrantes, que aliás já eram registradas no censo de 1950. Cada uma dessas áreas apresenta dominância de um tipo de atividade ou de especialização funcional sobre as demais, dentro da qual nós encontramos também uma intensidade diferente do fenômeno determinado. Por exemplo, a densidade de população, a maior ou menor incidência da criminalidade, o grau de instrução dos habitantes, etc. Além disso, procurei também ver essa funcionalidade

da área dentro dos demais sistemas, do conjunto geral das áreas que compõem o Rio de Janeiro.

Iríamos muito longe se fôssemos discutir cada um desses critérios. Tomarei, por exemplo, o último: o da participação efetiva dos habitantes da área na vida da comunidade maior, o Rio de Janeiro; na grande cidade, em geral. Essa participação oferece como contraste o grau de insularidade ou de isolamento dos habitantes, e dá de certo modo a medida do seu alheamento das atividades e interesses da metrópole. É encontrada tal insularidade em certos estratos da nossa estrutura social, em certas áreas mais afastadas do centro urbano. Populações faveladas de alguns morros suburbanos, núcleos esparsos, chamados de "sertão carioca", mantêm-se ainda à margem das atividades dominantes da metrópole, participando apenas em escala muito limitada dos interesses gerais. É certo que a urbanização e a industrialização da área total do Distrito Federal caminham a olhos vistos, e o fenômeno pode ser observado macroscopicamente. O deslocamento da fronteira urbana, entretanto, abrangendo espaços cada vez maiores, tornando hoje cidade o que ontem era subúrbio, latifúndio, obscurece a delimitação precisa entre as áreas urbanas propriamente ditas e as suburbanas. Onde começa realmente o subúrbio carioca? No Meyer? em Madureira? em Bom Sucesso? na Penha? Bairros que ontem eram subúrbios, hoje se consideram cidade, isto é, urbanos 100%. Com efeito, dispõem de comodidades que empiricamente caracterizam as áreas mais urbanizadas. Ótimos cinemas, condução abundante para outros pontos da metrópole, densidade de população considerável — e aqui chamo a atenção para os resultados da estatística; tantos que, infelizmente, não os poderei mostrar. Em todo o caso, a título de exemplo, vejamos a população de algumas dessas áreas. O Meyer possui 100 mil habitantes. Madureira, pelo censo demográfico, possuía, em 1950, 157.793 habitantes, população superior à de Copacabana, que figurava nos dados definitivos do censo com 129.249 habitantes. A Penha tinha 140.628 habitantes, população equivalente à de Curitiba que, segundo o censo de

1950, tinha 141.349 habitantes, e superior à de Manaus, com 110.678 habitantes, pelo censo de 1950.

Há 20 anos, o Meyer era a capital do subúrbio. Hoje seus habitantes julgam-se pertencer à cidade e consideram subúrbio a Madureira. De sua parte, os habitantes de Madureira não fazem questão de serem suburbanos ou não; apenas insistem em que Madureira tem comércio próprio e que não necessitam ir à cidade, ao centro urbano, para adquirir tudo quanto querem.

Em torno do centro urbano do Rio de Janeiro, a *cidade* como a chamam os cariocas, formou-se uma franja social e cultural de passagem para o subúrbio, como dêste para a zona rural. A franja é o resultante de forças ecológicas e demográficas em mudança e em operação dentro das áreas metropolitanas. Envolvem por isso os subúrbios, cidades satélites e outros territórios localizados fora do âmbito urbano propriamente dito, onde se concentram as instituições, as relações humanas, os grupos e as estruturas de caráter não rural.

No Rio de Janeiro, como em várias metrópoles norte-americanas, faz-se notar a presença de tal franja. Por isso é difícil conceituar o que seja subúrbio e o que é centro urbano. Esse avança sempre e aquele se retrai. Ou por outra: invade continuamente as áreas anteriormente consideradas rurais. Os loteamentos recentes dos terrenos urbanos e de subúrbios tradicionais da Central e da Leopoldina atestam essa expansão da metrópole, urbanizando e industrializando áreas cada vez mais vastas. O sertão carioca descrito por Magalhães Correia, há anos atrás, desaparece dia a dia. Contudo ainda há gente nesse sertão carioca que não conhece a Avenida Rio Branco, nunca foi ao cinema, jamais calçou sapato ou usou escôva de dente. Gente que vive estagnada no tempo e noutra época da nossa história social.

A inanidade desses sertanejos cariocas é por muitas vezes complexa. São homens e mulheres doutra época e de outra civilização, não-urbana e pré-industrial. Até que ponto essas subculturas são capazes de persistir dentro da estrutura

social metropolitana, é problema que cumpre investigar. Está realmente a requerer uma pesquisa sociológica a presença, nessas vizinhanças, de quase-comunidades de pescadores das lagoas da Tijuca e do Camucim, que vão vender peixe nos subúrbios, em lombo de burro, em cangalhas, ou jacás; os chamados *lombeiros de peixe*. E os fabricantes de carvão vegetal, que abastecem de lenha a população rural e suburbana carioca ainda não beneficiada pelo gás e eletricidade. E, ainda, fabricantes de jacás e cangalhas feitas de taquara e cipó que ainda encontram procura no mercado sertanejo do Distrito Federal. De esteireiras, isto é, mulheres fabricantes de esteiras feitas a mão, de tabôa colhida nos brejos de lagoas locais; de oleiros; tamanqueiros; aguadeiros; capinzeiros; vendedores ambulantes que estão em vias de desaparecer diante da metrópole, com a industrialização crescente de pequenas indústrias locais e, de outro lado, pela invasão de suas áreas por outros tipos de habitantes, como o *pau-de-arara* do Recife, ou os rurícolas dos Estados vizinhos, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo. É preciso notar que as estatísticas registraram a predominância, nessa população rural do Distrito Federal, de indivíduos vindos destes estados vizinhos, e não dos nordestinos, como à primeira vista podia parecer.

Em outras palavras, o caboclo carioca está desaparecendo. As suas indústrias típicas rurais estão sendo tragadas pela manufatura. Os officios profissionais de friteiros, quitandeiros, substituídos pelos assalariados, operários anônimos de algumas fábricas distantes. E seus meios de transporte tradicionais, — o lombo de burro, o cavalo, a carroça de burro e o carro de boi, — batidos pelo caminhão e o automóvel. A cultura local de feijão rural e artesanal torna-se subcultura que tende a incluir-se em um todo muito mais complexo: a metrópole que tenta crescer. Nesse processo de crescimento é que surge a franja, zona de transição, faixa de passagem, onde se tocam os extremos de duas civilizações e onde coexistem processos, técnicas, e o sistema de valores que orientam a conduta e regem os destinos de tantos habitantes da cidade.

No Rio de Janeiro atual, há duas orlas de franjas culturais, que parecem separar as áreas mais caracteristicamente urbanas das suburbanas e rurais. Uma delas se interpõe entre o centro e o subúrbio: é a primeira franja intersticial ou intra-urbana. A segunda, a que separa o subúrbio da zona rural, também intersticial, ou, se me permitem, usando um termo que os estudiosos da ecologia regional estão empregando, *rurbana*, quer dizer: parte rural e parte urbana. Em ambas se verifica a ocorrência de fenômenos de desorganização das instituições: família, religião, autoridade, etc., bem como a estabilidade maior dos moradores com freqüentes mudanças de ocupação e moradia, especialmente quando são homens isolados que emigram sem família de outras áreas do Distrito Federal. À volta da metrópole do grande Rio de Janeiro, gravitam diversos núcleos satélites que são as cidades fluminenses e seus respectivos municípios, servidos pelas estradas de ferro e pelas rodovias mais concorridas: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Confrontando esses núcleos com outros situados já no território do Distrito Federal, — Vigário Geral, Miriti, Pavuna e Anchieta, que reúnem hoje uma população semelhante à daqueles núcleos fluminenses, — vemos, entre uns e outros, constituir-se a zona da fronteira urbana, da faixa intersticial, que por uma série de graduações passa por aqueles núcleos urbanos fluminenses, as suas áreas rurais, e, dessas, às áreas rurais confinantes do Distrito Federal, até penetrar nos subúrbios cariocas propriamente ditos.

A população desta parte intersticial é bastante móvel, havendo freqüentes mudanças de residência do lado carioca para o fluminense, e vice-versa. A facilidade dos meios rápidos de transporte veio intensificar essa mobilidade. Muitos preferem mudar para o território fluminense e lá morar, embora trabalhem no centro urbano do Distrito Federal. O trem elétrico, o ônibus interestadual e o lotação rápido vieram acelerar esse processo de redistribuição da população.

Utilizei grande quantidade de estatísticas da Central do Brasil, da Leopoldina e das publicações oficiais da Prefeitura

do Rio de Janeiro sobre tráfego urbano e tráfego entre as zonas rurais e as zonas urbanas propriamente ditas. Verificam-se, de 1937 a 1952, alguns fenômenos curiosos na intensificação do tráfego entre essa faixa marginal e essa faixa *rurbana* e o centro urbano propriamente dito do Distrito Federal. O que se passa atualmente é um fenômeno curioso de deslocamento dessa população: após ter enchido os morros e invadido as áreas mais pobres e desfavorecidas do vale, ela está refluindo ao longo da Avenida Brasil e da Avenida das Bandeiras, da variante Rio-Petrópolis e da Rodovia Presidente Dutra para esses núcleos esparsos situados na periferia do Distrito Federal, sem contudo deixar de manter a relação mais íntima possível, contacto permanente e mobilidade constante entre a faixa propriamente dita e a área de maior concentração das instituições e da população do Rio. Não é por certo fácil de se processar funcionalmente o ajustamento dessa população instável, pela diversidade de suas ocupações e do tipo de seus habitantes, muitos deles deslocados de outras áreas rurais do país, ou gente das favelas demolidas; desajustados dos quadros urbanos, que não podem integrar-se plenamente pela cor, profissão, religião. Opera-se, em consequência, disfuncionalmente, resvalando para as linhas de menor resistência. Assim se explica o alto índice de criminalidade nessa zona de fronteira *rurbana*, verdadeiro *far-west* carioca, que abrange, hoje, Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e outras vizinhanças. Raro o dia em que os jornais não publicam atos de violência contra pessoa humana ou propriedade, cometidos dentro da faixa de insegurança coletiva que, sendo geográfica e administrativamente fluminense, é, porém, ecológica e socialmente carioca.

Tão fraca é a consciência da participação no contexto político e econômico do Estado do Rio de Janeiro, que a polícia local de Caxias costuma vir buscar os seus criminosos e contraventores dentro do próprio território de jurisdição carioca, sem pedir licença às autoridades competentes. Outras vezes, a detenção de algum foragido faz-se por simples officio do delegado fluminense ao seu colega carioca, desprezando-se a formalidade da precatória. Há dias, no fôro

carioca, o promotor de certa vara criminal interpelou o chefe de polícia fluminense para saber se esta tinha carta branca para operar no território carioca. Essa inobservância das normas judiciárias mais elementares denuncia um fato sociológico da maior importância: a dependência de toda essa faixa *rurbana* em relação aos núcleos urbanos do Distrito Federal. Tamanho é o poder da atração destes, que deles dependem hoje núcleos autônomos, funcional e economicamente, como em parte Niterói, São Gonçalo e Petrópolis, situados a 60 km. da fronteira geográfica do Distrito.

É sabido que grande parte da população residente em Niterói, capital de um Estado importante, que já liderou a política nacional, e algumas dezenas de milhares de moradores de São Gonçalo, um dos municípios de maior renda do país, trabalham hoje nas repartições públicas e nas fábricas do Rio de Janeiro. Entram às 5, 6 horas da manhã e só regressam aos seus lares entre as 19, 20 e 21 horas, para jantar e dormir. Passam, portanto, a maior parte do dia na capital federal e a ela pertencem ecológica e socialmente. É claro que o tipo de relações dominantes entre o núcleo urbano carioca e aqueles núcleos fluminenses é diferente das de Petrópolis, São Gonçalo ou Niterói.

As estatísticas a que me referi acima mostram que o número de passageiros transportados por estrada de ferro no Distrito Federal cresceu extraordinariamente de 1938 a 1952. Mostram, também, que certas linhas foram preferidas a outras. Por exemplo: as chamadas *linhas de centro*, da Central do Brasil, que foi eletrificada, tiveram acréscimo extraordinário no número de passageiros transportados, enquanto as chamadas *linhas auxiliares* e a linha da Leopoldina, que permanecem com o velho sistema de locomotivas a vapor, não apresentaram acréscimo considerável; não acompanharam o crescimento da população. E, ao mesmo tempo, a quantidade de passageiros transportados em ônibus e automóveis cresceu espantosamente nos últimos anos. De qualquer modo, esse fenômeno de redistribuição da população do Distrito Federal, e de sua participação ou não na vida do centro urbano

do Rio de Janeiro, está-se fazendo através desses meios de transporte cada vez mais rápidos. É preciso estabelecer um sistema para computar o tempo percorrido entre o local de moradia e o centro urbano, para verificar-se quais as zonas que, pela facilidade de transporte ou pela rapidez de comunicação, dependem hoje do Distrito Federal, embora situados fora das fronteiras geográficas do Rio; enquanto outras áreas na zona rural de Jacarepaguá, Santa Cruz, Campo Grande não têm nenhuma participação na vida urbana da cidade e se mantêm insuladas, conservando aquêles traços de cultura primitiva, numa época industrial que ainda não as atingiu.

No Rio de Janeiro não se pode prescindir do estudo histórico para a caracterização dessas áreas. Não se compreende essa distribuição atual sem o conhecimento dos processos que foram expelindo certos tipos de habitantes de umas áreas para as outras, segregando, recalçando, sedimentando camadas ou estratos sociais. Em algumas áreas mais antigas, nota-se com mais nitidez essa presença e necessidade do histórico. São Cristóvão, que já passou de área residencial aristocrática a residencial pobre, e dessa a industrial, é hoje a área mista onde se encontram os vestígios de todas essas dominâncias passadas. Comparado a Copacabana, São Cristóvão é extremamente complexo, enquanto Copacabana é sociologicamente simples, em virtude de sua pouca profundidade histórica. Além disso, é preciso coordenar o estudo propriamente ecológico com o estudo da análise funcional dos vários sistemas de atividade dessa população. A associação do fenômeno ecológico ao cultural pode ser verificada particularmente quando se estuda a segregação das camadas mais desfavorecidas, econômica e socialmente, da população carioca, recalçadas para os lugares do espaço geográfico e social ainda não disputados pelos que pertencem aos estratos mais elevados na escala social. Coincidem nesse ponto as distribuições ecológicas com as distribuições de caráter estrutural. Há uma sociedade do tipo multi-classe, como a brasileira urbana, que corresponde à poli-sedimentação de sua estrutura no processo de crescimento social e também ecológico.

IMPrensa E CRIMINALIDADE

RUY DA COSTA ANTUNES

Desejo declarar que o objetivo da nossa palestra, melhor do que propor sugestões, é situar problemas. Feita essa ressalva, começarei por dizer que a importância da imprensa — aqui entendida principalmente como jornalismo — enquanto fator causal ou concausal da criminalidade, vem sendo acentuada desde o século passado. Com efeito, na "Revue des Deux Mondes", n.º 1.898, acentuava-se que a imprensa sensacionalista, que dedica a maior parte de sua matéria e página à descrição de crimes e suicídios e de todas as formas, por assim dizer, anormais de conduta, desempenha papel mais pernicioso que a má educação das escolas primárias; muito mais pernicioso que o próprio ambiente familiar desorganizado. Por isso mesmo, reclamavam-se naquela época medidas legislativas severas, drásticas mesmo, contra essa forma de imprensa, contra essa modalidade de noticiário jornalístico. Em 1908, um autor, referindo-se à imprensa sensacionalista, acentuava que ela é um agente positivo do vício e do crime, pois o nível da moralidade, bem como da vida mental de uma comunidade, depende dos jornais que circulam.

O povo é profundamente influenciado pelo que atrai constantemente a sua atenção. Bom exemplo disso é o fato de um artigo de comércio poder ser vendido em grande quantidade se fôr persistente e amplamente anunciado. Do mesmo modo, o jornal sensacionalista, pela publicidade dada ao vício e à vulgaridade, acentuando pormenores que podem sugerir a aprovação e mesmo o aplauso, torna-se uma das forças promotoras da imoralidade. Entretanto, contrapondo-se a essa posição que tende a ver na imprensa um fator causal

ou concausal da criminalidade, existem aquêles que afirmam não ser tão grande, nem tão profunda, nem tão ponderável essa influência. Ela se restringiria a determinados setores da população altamente influenciáveis: os fracos de vontade, por exemplo.

Nos nossos dias, apesar do grande número de estudos feitos sobre o assunto, não se pode dizer que a questão tenha sido resolvida. Nos Estados Unidos os especialistas em criminologia, ou sociologia criminal, vêm-se inclinados a crer que é efetivamente alta a influência da imprensa sensacionalista na elevação dos índices de criminalidade. Autores de nomeada, depois de transcrever numerosas opiniões de cientistas, de técnicos da polícia e de magistrados, concluem que ela atua pelo menos em dois sentidos. De um lado, sobre as pessoas altamente influenciáveis, induzindo-as à imitação dos padrões de criminalidade que descreve. De outro lado, influenciando pessoas não sugestionáveis, de modo a tornar generalizada a indiferença para com as leis penais. A imprensa exerceria, pois, um efeito desmoralizante. Pesquisador de categoria assim resumia recentemente a forma pela qual os jornais atuariam como força propulsora da criminalidade: 1.º — promovem o crime pela constante publicidade que lhe dão, pela qualificação dos chefes criminosos e o método jocoso que adotam para apresentar notícias de crimes, comprometendo a dignidade do procedimento dos tribunais, e, sobretudo, pelo fornecimento antecipado de informações ao público, inclusive aos criminosos; 2.º — produzem pânico público em relação ao crime, o que torna difícil a investigação; 3.º — interferem nos direitos dos indivíduos inocentes; 4.º — tornam-se agentes de corrupção pelo emprêgo de crianças, em condições moralmente danosas, e de homens armados nas chamadas guerras de circulação. A essas acusações, junta a de que os jornais contribuem para difundir a criminalidade ensinando a técnica do crime; definindo preconceitos raciais; despertando baixos instintos; desacreditando a eficácia das medidas utilizadas na repressão e, ainda mais, preconizando o emprêgo de métodos há muito superados pela ciência.

Ora os jornais acusam certas medidas tomadas para prevenir a delinqüência de extremamente suaves; ora êsses mesmos jornais acusam a polícia e os encarregados da prevenção de utilizarem métodos bárbaros, tudo de conformidade com o partido político ou a posição social de quem utilize êste ou aquêle método de prevenção. Numerosos outros aspectos da influência jornalística na etiologia criminal têm sido postos em relêvo por outros estudiosos. Basta lembrar que a imprensa, com suas abundantes notícias sobre a prostituição e casos de abôrto, contribui poderosamente para essas duas formas de delinqüência. No que tange ao discutidíssimo tema do suicídio, é grande a sua quota de participação: a descrição minuciosa do suicídio, ilustrada com a fotografia do local, a transcrição romanceada das cartas deixadas, perpetuando-se na memória do público, constituiria verdadeira clínica de suicídios. O paranaense Napoleão Teixeira, em tese consagrada ao suicídio, acentua a eficiência sugestiva das notícias, dia a dia mais extensas, paralelamente à difusão cada vez maior dos jornais, pelo especial interêsse que, pelo suicídio, evidenciam indivíduos a êle predispostos.

Temos, finalmente, o caso da criminalidade infantil e das histórias em quadrinhos. Os argumentos utilizados para explicar o papel causal ou auxiliar da imprensa na gênese da criminalidade juvenil ou infantil, são os mesmos utilizados para explicar a influência da imprensa na criminalidade adulta; aqui, todavia, potenciados, pois o menor é naturalmente muito mais sugestionável que o adulto. Tôdas as discussões em tôrno da matéria, porém, apresentam mais o caráter de debate filosófico ou literário, pois não existem dados estatísticos, ou quaisquer outros que comprovem experimentalmente quanto se vem afirmando. E o trabalho de alguns pesquisadores, neste sentido, vem encontrando dificuldades de vulto.

Elas dizem respeito, em primeiro lugar, à fixação precisa do raio de influência de um determinado jornal. Numa região onde seja sensível o predomínio dos analfabetos, como determinar em que medida o noticiário do crime contribuiu

para a elevação do índice de criminalidade, quando tantos outros fatores se apresentam concomitantemente disputando a primazia causal? Tomemos como hipótese o caso de Pernambuco: para uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes, a tiragem de seu jornal de maior circulação não atinge a vinte mil exemplares diários, sendo de notar que boa parte desses exemplares destina-se, ainda, aos estados vizinhos — Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Seria de se cogitar, então, não da influência da leitura desses jornais, mas do reconto das histórias de crimes por eles divulgadas. Aí, porém, teríamos que levar em conta o apreciável contingente pessoal introduzido pelos narradores. O interesse revelado na difusão de tais histórias, ou o maior ou menor colorido emprestado à sua transmissão verbal, identificaria certamente um fator distinto da pura sugestão jornalística.

O método dos inquéritos nas prisões daria maior segurança à pesquisa, pois se é verdade que certos criminosos dizem que a leitura de sua preferência é a literatura policial ou a página de fatos diversos da imprensa, não podemos deixar de lado a circunstância de pessoas altamente cultas, como foi o caso de Ruy Barbosa, entregarem-se à leitura de livros policiais nas horas de lazer. Mais ainda: milhões e milhões de pessoas em todo o mundo confessam-se francamente amantes desse tipo de literatura, sem que por isso venham a infringir qualquer disposição do Código Penal e incorrer nas penas da lei. Mas ainda que o delinqüente asseverasse ter ajido por influência de leituras, estaríamos frente à seguinte interrogação: interessa ao pesquisador uma motivação aparente ou superficial da conduta? E teríamos ainda, a dúvida de se tratar de um caso individual, melhor enquadrado no campo da antropologia criminal do que no da sociologia criminal.

Um dos argumentos a favor da tese da influência da imprensa é a coincidência verificada, por exemplo, entre o noticiário sensacional de um delito de estupro e a sucessiva ocorrência de novos crimes da mesma ordem. Mas ainda aí, a nosso ver, continuamos no terreno da especulação, da

pura suposição. A uma afirmativa desse teor pode-se objetar, talvez até vantajosamente, que a brutalidade sexual sempre existiu, independentemente do sensacionalismo jornalístico. Que numerosos casos da mesma natureza deixam de ser comunicados às autoridades, pelo receio da vítima de se ver transformada em objeto de curiosidade, sem maiores resultados. E em favor do sensacionalismo jornalístico, poder-se-ia dizer que, após a revelação escandalosa de certos atentados, cresce o número de pessoas dispostas a acusar os seus ofensores, já que as autoridades policiais, agora pressionadas pela imprensa, mostram-se iam mais diligentes no esclarecimento do referido crime.

Por outro lado, o sensacionalismo jornalístico não se faz por acaso. Os periódicos que erigem o crime em motivo de suas páginas justificam-se, apontando o inequívoco interesse público por essa matéria. Se o público não adquirisse sôfregamente as edições consagradas aos crimes de arrepiar os cabelos, às histórias em torno de homicídios brutais, de assaltos os mais audaciosos, etc., é fora de dúvida que os diretores de jornal, industriais que são, profundamente interessados no lucro, certamente chegariam a dedicar as suas *manchettes* escandalosas a fatos bem diversos; talvez, mesmo, ao noticiário de um novo processo de obtenção de rosas azuis...

De tudo concluímos que terá de ser rejeitada qualquer tentativa unilateral, pelos simples caminhos legislativos, de eliminar a possível influência da imprensa na gênese da criminalidade. No que nos colocamos em plano oposto aos estudiosos da França e Itália. Na França e Itália, efetivamente, mercê de disposições de lei promulgadas em 1946 e 1948, foram proibidas taxativamente, nas publicações destinadas à infância e à adolescência, tôdas e quaisquer histórias de crime, ou que conduzissem ao indiferentismo, ao ceticismo em relação a certos valores reputados básicos numa determinada etapa escolar. Nem por isso, entretanto, a nosso ver, estará a juventude imune dos riscos da literatura policial. Realmente, o jovem, que se interessa pela literatura policial, deixará de adquirir as publicações dedicadas à sua

idade para comprar as dos adultos. Ante esse argumento, alguns estudiosos têm pretendido que essa proibição legal deva estender-se não apenas aos escritos destinados aos jovens, mas a toda a literatura policial e publicações sensacionalistas. Aqui o problema é ainda muito delicado, pois a lei que buscasse estabelecer semelhante proibição teria de ser formulada em termos perigosamente amplos para a liberdade de crítica, — para a democracia, afinal de contas. A verdade é que tanto é crime o homicídio e o estupro, quanto a violação da constituição pelos governantes. De modo que a proibição da alusão sensacionalista ao crime deveria ser necessariamente formulada de modo tão vago que permitiria em certas épocas, às autoridades atrabiliárias, processar e punir todo e qualquer jornal que se referisse escandalosamente ou sensacionalisticamente ao crime do governo, ao crime do agente do poder público...

Um outro problema que se coloca, ainda nesse plano, é como definir juridicamente o sensacionalismo. Por um critério de quantidade ou um de qualidade? No primeiro caso a proibição legal deveria mencionar o número de palavras máximas que pudessem ser utilizadas na redação de uma notícia; o tamanho dos caracteres tipográficos; a página onde a notícia devesse ser impressa, — o que o mais elementar bom senso repele imediatamente. No segundo caso, se a pretendesse fazer restrições de ordem qualitativa à matéria, qual o critério a ser adotado? Seria possível estabelecer um critério valorativo em relação à apreciação de determinado fato criminoso? Evidentemente, não. É sabido que não há duas ações humanas iguais; portanto, não há tão pouco dois juízos humanos idênticos sobre determinado fato ou acontecimento. Logo, toda e qualquer tentativa nesse sentido resultaria improficua. Improficua é perigosa. O número de delitos evitados por esse meio é imprevisível até o momento. De modo algum compensaria a segura, previsível e demonstrável ameaça para a liberdade de pensamento, consubstanciada no estatuto penal que proibisse, ou mesmo restringisse, as notícias de crime pelo jornal. Ficamos, assim, na estaca zero

em torno da questão. Talvez a melhor solução, ou uma das soluções, fôsse insistir, através das escolas de jornalismo, junto dos que se pretendem dedicar ao duro ofício da imprensa, nos possíveis males causados pela imprensa sensacionalista. O papel de tais escolas é, nesse particular, dos mais relevantes. E seria talvez o único modo de atenuar as possíveis influências da imprensa na prática de determinados delitos.

*ESTUDO DE UMA COMUNIDADE RURAL
NA ZONA CACAUEIRA*

WILSON ROSA DA SILVA

Os nossos estudos referem-se à zona cacauera da Bahia. A área dessa zona é de 27.403 quilômetros quadrados, ou seja, uma vigésima parte da área do Estado. Escolhemos uma comunidade localizada nessa zona, para servir de amostra para nossos estudos. A base econômica da zona é o cacau, que vem sendo explorado desde os meados do século passado, quando foram feitas as primeiras plantações, ao longo dos rios, que por sua vez, mais tarde, se tornaram os meios naturais de transporte do cacau daquelas fazendas para o porto de Ilhéus.

A luta pelo desbravamento das matas e a conquista dessas terras foi uma luta de titãs, em que homens e mulheres anônimos, vindos de toda parte, se internavam pelas florestas a dentro, vivendo vida de bicho, na esperança de se tornarem ricos em pouco tempo. A obra de JORGE AMADO focaliza com grande acuidade o problema da zona cacauera.

Derribadas as matas, surgiam as plantações de cacaueros; em torno dessas plantações, em torno de um grupo de plantações, surgiram núcleos de povoamento. Esses núcleos de povoamento eram habitados por pequenos comerciantes; por circunstâncias especiais, eles se desenvolveram, transformaram-se em distritos e mais tarde chegaram a cidades.

Esse seria o processo, por assim dizer, da criação de uma cidade na zona cacauera. Pequenos núcleos junto às áreas de plantações, servindo de entreposto comercial para o fornecimento dos pequenos posseiros: os contratistas, como nós os chamamos no Norte. Houve portanto, na zona cacauera,

o "rush" característico das zonas novas. Para ela convergiram homens de todo o Estado e de Sergipe, que tem sido o Estado que maior contribuição demográfica tem dado ao da Bahia. O recenseamento de 1950 mostra que há 24.418 homens sergipanos e 19.946 mulheres sergipanas. A idade daqueles varia entre 20 e 40 anos.

Mais tarde, com a criação dessas plantações, surgiu a luta do homem contra o homem pela posse da terra. Ela teve por assim dizer dois aspectos: o do crime, quando o grande fazendeiro, querendo apossar-se de outras fazendas, usava do crime, às escâncaras; e outro, sutil, revestido de formas legais, muito conhecido pelo nome de "caxixe". Chamo a atenção para êsse aspecto, porque talvez no resto do Brasil seja desconhecido ou não tenha a tonalidade social, por assim dizer, que apresenta na zona cacauzeira. É simples: o grande fazendeiro tem fazenda próxima a uma pequena roça, que precisa adquirir para ampliar o seu domínio. Suponhamos que o pequeno proprietário tenha amor à terra e não queira vender a roça, feita com auxílio da mulher. Que faz o grande fazendeiro? Falsifica um contrato de compra e venda. Dirige-se ao tabelião e lhe diz que "fulano de tal" — um amigo que se diz proprietário da terra cobiçada — quer vender a fazenda. Arranja também as duas ou três testemunhas exigidas pela lei e passa a escritura falsa. De posse dela, apresenta-se ao pequeno proprietário e reclama os pretensos direitos sobre a terra que ambiciona. O pobre homem recorre à justiça, (sabemos o que esta pode fazer), e acaba perdendo a propriedade.

Êsses foram os dois aspectos pelos quais se processou o desenvolvimento da grande propriedade na zona cacauzeira. Outra coisa interessante é ver como essa economia se desenvolveu do dia para a noite, pois a cultura cacauzeira é relativamente nova. No entanto, a Bahia hoje é a segunda produtora de cacau no mundo: exportamos, em 1953, 1.758.000 sacas pelo porto de Ilhéus, principal escoadouro dessa riqueza.

A zona cacauzeira apresenta população mais densa que a do resto do Estado, com média superior à do próprio país: 21,56 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a do

Estado é apenas de 8,58. Como se vê, é zona intensamente povoada. A área explorada do Estado, em média, é de 23,78%, ao passo que na zona cacauzeira chega a 66,00%.

Outro aspecto que desejo focalizar é o seguinte: a zona cacauzeira é considerada, ao menos no Estado da Bahia, como zona rica; mas essa riqueza é fictícia, devido ao estado de subnutrição que nela reina. Êsse fato é aliás registrado pelo próprio JOSUÉ DE CASTRO em sua *Geografia da Fome*; e é realmente importante mencioná-lo, porque na zona cacauzeira vivem cerca de meio milhão de brasileiros neste estado de subnutrição.

Vou dar um exemplo: dos 48,29% da área territorial nela explorada, metade é ocupada pela cultura do cacau, produto que não é usado na dieta dos habitantes. É totalmente exportado para o exterior, consumindo o Brasil apenas 10%. Como a grande parte da área cultivada é ocupada pela referida cultura, temos uma idéia do índice de nutrição dessas populações. Por outro lado, 16% da área — quer dizer, desses quase 50% — são dedicados às pastagens; não de gado bovino, que poderia proporcionar leite e carne fresca; mas de gado mular; e 4% são dedicados à cultura da mandioca, para a farinha; quer dizer, não se cultivam vegetais, nem cereais. Como resultado temos a subnutrição. Ainda há a anotar o seguinte: a cultura da mandioca é feita temporariamente, para sombreamento, enquanto a árvorezinha está crescendo (o cacau produz em 4 anos). Quando está mais ou menos grande, destrói-se a cultura de mandioca e não se planta mais. E há outro aspecto interessante: o verdadeiro fazendeiro de cacau é um indivíduo jactancioso; acha abaixo de sua dignidade cultivar outra coisa que não o cacau. Notei certa feita, quando êste estava a baixo preço e a farinha subiu a um preço astronômico para a zona, que alguns fazendeiros substituíram os cacauzeiros por plantações de mandioca. Mas quando houve ascensão de preço, destruíram-nas por completo.

Após estas generalidades, intencionalmente apresentadas, tracemos agora um retrato do homem para depois entrarmos no estudo propriamente dito da comunidade.

Os primeiros desbravadores das matas do sul do Estado da Bahia foram aventureiros, provenientes de camadas baixas de suas terras de origem, e em geral homens ignorantes, sem um certo "standard" social. Derrubavam as matas, faziam suas plantações, e em poucos anos se tornavam fazendeiros de cacau. Um processo muito simples, como se vê. Esses homens, ou eram os homens por assim dizer brancos, que derrubavam as matas, internavam-se por elas a dentro, para o plantio do cacau; ou eram os comerciantes desses pequenos centros de povoação, que com sua bodega, fornecendo gêneros alimentícios aos pequenos roceiros ou contratistas, iam enriquecendo. Este processo de enriquecimento era simples: o contratista tornava-se devedor; o comerciante pedia-lhe para assinar um documento (os contratistas em sua grande maioria não saber ler, mas sabem assinar o nome); de posse da nota promissória, que preenchia a seu talante, o pequeno comerciante movia ação executiva de cobrança. A penhora caía sobre o bem imóvel e a fazenda lhe vinha às mãos. Esse processo, outra forma de caxixe, persiste até hoje.

Quando o fazendeiro, ou o pequeno comerciante, já se equilibra financeiramente, procura um centro maior, um distrito; mas não se sente bem nêle. A educação dos filhos, a comodidade da vida, etc., leva-o a procurar a cidade, Ilhéus ou Itabuna. Dali vai para a capital do Estado, Salvador, e nos últimos anos tem fugido para a capital do país, onde há grande número de fazendeiros de cacau, que raramente vão às suas fazendas. Deixam lá administradores, que por sua vez enriquecem à sua custa com transações comerciais, porque nessas fazendas há as chamadas *despesas*, que fornecem gêneros aos trabalhadores. Os administradores compram-nos a um preço "X" para fornecer aos trabalhadores, e o dinheiro que o fazendeiro paga para as despesas da fazenda vai sendo amealhado: em breve também êle se torna fazendeiro.

O que pretendo analisar é o seguinte: a ausência do fazendeiro e de sua família das fazendas ou do pequeno núcleo de população é de grande prejuízo para o desenvolvimento econômico e social do meio rural. Realmente, ela

não permite o aparecimento daquela sociabilidade que vamos encontrar, por exemplo, no engenho, onde foi tão bem estudada por GILBERTO FREYRE. A relação entre o empregado e o fazendeiro, que nunca se vêem, é mecânica, de prestação de serviços. Lembro em contraste o quadro da Casa Grande, na zona açucareira, com seus ritos, capelas, festas religiosas, onde todos se congregam, desenvolvendo-se as diversas formas de sociabilidade. Na fazenda de cacau não há isso, pela ausência do proprietário. Por outro lado, a ausência do pequeno fazendeiro (quando começa a progredir) dos pequenos distritos, corta a marcha evolutiva desses centros, já que não se forma uma pequena burguesia. Esta, (na zona cacauera nota-se isso muito bem), cônica de seus direitos, luta por seus interesses individuais. Quando deixa os distritos, vai lutar na cidade; daí a razão por que estas progridem.

As estatísticas mostram, no censo de 1950, na zona cacauera, um aspecto interessante: a maior população é a rural; a dos pequenos centros que vão ser distritos, e também a destes, é pequena. Depois, ela se agiganta nas cidades. Logicamente, seríamos levados a crer numa espécie de ascensão do pequeno fazendeiro, que passasse para o núcleo de povoamento, do povoamento para o distrito, do distrito para a cidade. Mas esse progresso não se dá assim. Em geral êles saltam o pequeno distrito. Há distritos que vingam. Por quê? Porque há permanência dos pequenos burgueses, representados aí pelos pequenos fazendeiros e pequenos comerciantes.

Uma vez dadas essas noções gerais sobre a zona e sobre o homem, vamos tecer algumas considerações em torno de uma comunidade, que escolhemos. Comunidade não é bem a expressão, pois é um termo genérico do ponto de vista sociológico; mas uma pequena amostra de comunidade da zona cacauera, a que demos, como nome fictício, o nome científico do cacau: "Teobroma".

O presente estudo servirá de amostra de toda a comunidade. As conclusões terão validade científica depois de comparadas às condições encontradas em outras localidades.

Em primeiro lugar, precisamos conceituar melhor o rural e o urbano, o que é difícil, a meu ver. MACIVER, por exemplo, apresenta, para diferenciar o *quantum* urbano do *quantum* rural, diversos critérios. Entre os critérios apresentados em seu livro "Society", temos os seguintes:

- 1.º) o semi-isolamento da família no campo;
- 2.º) o impacto de um predominante modo de ocupação;
- 3.º) variedade, ao invés de especialização do trabalho;
- 4.º) simplicidade e frugalidade no "*modus vivendi*".

Esse pequeno centro tem uma população de 900 habitantes, quer dizer, pequeníssima, e está na zona rural. No entanto não há semi-isolamento da família; pelo contrário, as famílias vivem juntas. Por outro lado, não há impacto predominante de ocupação: cada habitante tem uma ocupação; um é barbeiro, outro é negociante, outro é um fazendeiro que se improvisa negociante, outro alfaiate; na população toda não há por assim dizer aquela unicidade que caracteriza o meio rural.

Essa variação de profissões supõe a especialização do trabalho. E não há simplicidade e frugalidade de *modus vivendi*, porque nessas pequenas localidades as pessoas assistem a um programa de rádio, em uma espécie de estúdio, onde é irradiado, e organizam programa de calouros e partidas de futebol com outras localidades. Estas atividades não são tipicamente rurais, mas seria errado chamá-las urbanas. Por isso é mais interessante a observação de DAVIS, com quem estamos de acordo: não há realmente distinção nítida entre rural e urbano. Há uma espécie de gradação, conclui DAVIS, que não chega, em se tratando de ruralidade, a uma ruralidade absoluta.

Passemos a um pequeno histórico de comunidade. TEOBROMA surgiu nos princípios do ano de 1932, tendo um

início interessante, como aliás as diversas localidades na zona cacauzeira. Um simples trabalhador rural, nos dias de sábado, matava dois ou três bois, atraindo os habitantes das fazendas circunvizinhas, que vinham então comprar carne fresca. Outros três ou quatro trabalhadores, nesta ocasião, abriam quiosques, que na Bahia são uma espécie de botequim, onde se vende pão, café, etc. De tal forma, em torno dessa pequena feira surgiu uma rua central e depois outras: a rua 1, a rua 2, a rua 3, a rua 4, a rua 5. Estabeleceu-se aí um centro de atração das populações vizinhas. Começou a surgir o comércio, com dois ou três grandes estabelecimentos; sobre a rua central formou-se a rua comercial.

O lugarejo surgiu dentro de uma fazenda, permitindo o fazendeiro que fossem construídas casas. Aos poucos, a população foi-se estratificando, de acordo com o preço do lote de terra numa dada rua. Por exemplo: os grandes do local, os habitantes da rua 1, o grupo A, já tinham casas boas, de forma que aí o aforamento era mais caro, cobrando-se a Cr\$ 1,50 por palmo de terreno, ao passo que as outras ruas, habitadas por pessoas mais pobres, tinham aforamento mais barato. E o interessante é que, em 1939, quando o lugarejo já estava em pleno progresso, sentiu a influência da guerra, através da baixa de preço do cacau na Bolsa de Nova York.

À medida que a localidade se desenvolvia, as pequenas propriedades circundantes transformavam-se, como acontece na região, em grande e médias propriedades, que têm trazido prejuízos ao desenvolvimento dos pequenos centros na zona cacauzeira, com todos os males da monocultura, inclusive o já mencionado absentismo dos fazendeiros.

Desejo agora referir-me ao método de pesquisa, uma das coisas mais difíceis que há realmente, para nós que nos estamos iniciando. A coleta de dados para um estudo monográfico (ao menos essa é a nossa opinião e a dos sociólogos americanos), deve ser feita pessoalmente, por meio de entrevistas, a fim de que o pesquisador entre em contacto com o informante, e ao mesmo tempo conviva no ambiente social que está estudando.

Na nossa localidade tivemos o cuidado de fazer um levantamento da ocupação dos habitantes das ruas 1, 2, 3, 4 e 5. Notamos que as pessoas de certo poder econômico moravam na rua 1, formando o que chamamos de grupo A, constituído de funcionários públicos, fazendeiros — melhor dizendo, pequenos fazendeiros — e comerciantes. O segundo grupo, B, é constituído de artífices — pedreiros, alfaiates e outros artesãos que poderiam ser chamados de operários. O terceiro grupo, C, é constituído de trabalhadores rurais. O grupo C habita apenas uma rua.

Notamos que o funcionário municipal tem maior prestígio social do que o próprio fazendeiro. Por quê? Porque o fazendeiro, embora tenha maior poderio econômico, é em muitos casos proveniente do mesmo meio social. Já o funcionário, pelo fato de vir de um meio social adiantado, é mais reputado; a sua opinião é recebida com maior acato que a do fazendeiro, que por sua vez, tem uma espécie de sentimento de inferioridade em relação a êle. Isso não acontece só com o funcionário; até certo ponto, existe a mesma atitude para com o soldado de polícia, destacado de uma cidade maior para servir na pequena localidade.

Quanto à estratificação, teríamos: um 1.º grupo, A, formado de: funcionários públicos, pequenos fazendeiros, pequenos comerciantes; um 2.º grupo, B, constituído pelos artífices — barbeiros, alfaiates, “chauffeurs” e ajudantes de caminhão (os motoristas e ajudantes de caminhão, por terem constante contacto com outras cidades, têm maior projeção na localidade); e o 3.º grupo, dos habitantes da rua C, trabalhadores rurais, como já disse.

Visitando a localidade, vê-se a diferença desses grupos na própria habitação. As das pessoas do grupo A, são casas de platibandas, pintadas, com uma divisão interna mais interessante: sala de estar, sala de visitas, alcova, além de cortinas, quadros, etc. As casas dos membros do segundo grupo são mais pobres, mas ainda têm certo gosto. Já na rua C, habitada por trabalhadores rurais, vêem-se casas de taipa, cobertas de palha, sem nenhuma divisão interna. Não há

mesas, não há nada. É um primitivismo absoluto na casa e na própria alimentação, constante de feijão, carne seca e café.

Em uma pesquisa que fiz certa vez, constatei que nenhuma das famílias residentes na rua C comia manteiga, leite, ou ovos. Já no grupo dos artífices, (B) nota-se melhoria na alimentação, que no grupo A é mais ou menos razoável.

Tive também o cuidado de estudar o desenvolvimento da personalidade da criança, tendo em vista o seu “status” e o de seus pais, valendo-me para tanto, dos estudos de JEAN PIAGET. Esse estudo foi feito mediante a análise de desenhos feitos pelas crianças. A criança do grupo B faz uma casa mais ou menos; a do grupo A, com algum requinte.

Notei, durante minha permanência nessa cidade, que uma escola moderna, com cinema, “play-ground” e métodos modernos de ensino, contribuiria imenso para a socialização dos habitantes da região, podendo igual trabalho ser feito pela Igreja. Seria também interessante criar o Conselho de Comunidade, reunião dos homens para discutir problemas locais e procurar resolvê-los, verdadeira escola de aprendizagem democrática.

Visto isso, chegamos às conclusões gerais:

1.º) Na zona cacauceira, há o sério problema da absorção da pequena propriedade pela grande propriedade.

2.º) A monocultura, como decorrência da grande propriedade, é responsável pelo estado de subnutrição e atraso das populações rurais e urbanas.

3.º) A ausência da pequena burguesia nos pequenos centros de povoação é uma das causas eficientes para o atraso, tanto econômico como social, dessas povoações. Na zona cacauceira, o último município emancipado foi o de Itabuna, no ano de 1914. De então para cá, não temos tido emancipação de município.

4.º) A escola rural, como centro de atividade social, seria um centro de socialização das populações, o mesmo podendo ser dito da Igreja.

5.º) É necessária a criação do Conselho de Comunidade, pelas razões acima expostas.

Setenta por cento da riqueza econômica do Estado da Bahia estão nas mãos dos fazendeiros de cacau. Pergunto-me agora se essa riqueza assim concentrada não é uma das causas do atraso industrial da Bahia, augurando que tal questão possa servir para um estudo futuro.

A ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

THOMÁS POMPEU ACCIOLY BORGES

Quiseram os caprichos do destino que, após 17 anos de formado em engenharia civil, enveredasse eu, por volta de 1946, pelos campos das pesquisas econômico-sociais, abandonando quase por completo a antiga profissão. A experiência pareceu-me fascinante, e lamento o tempo perdido com outras leituras e cogitações.

Talvez por minha condição de engenheiro, sempre ocupado com os alicerces sobre os quais se assentam as obras e construções, senti-me atraído pela análise da estrutura econômica de nosso país. O problema da terra, êsse fator de produção tão olvidado na articulação de programas de investimento entre nós, mas de grande importância sobretudo nos países subdesenvolvidos, apaixonou-me, e a êle dedico boa parte de meus estudos.

Logo constatei que no complexo infinitamente emaranhado da nossa vida econômico-social, o problema da estruturação agrária representa um dos setores mais impenetráveis e misteriosos. Enquanto a rede estatística consegue abranger as mil e uma voltas do intrincado circuito econômico, propiciando dados minuciosos sobre suas diferentes fases, tôdas as estatísticas começam a falhar no tocante à economia agrária.

Por outro lado, escassas são as obras que abordam a matéria do ponto de vista objetivo. Via de regra, apenas se atém a descrições meramente qualitativas de impressionismo sociológico sobre o sistema do colonato, da formação de núcleos nas fazendas, e latifúndios estéreis. Raramente se

enquadram no âmbito da sociologia econômica, e, o que é pior, nem sempre correspondem totalmente à realidade, pois que configuram situações já superadas no processo evolutivo do Brasil. Só uma ou outra vez deparamos com tais obras realmente interessantes do tipo da que nos proporcionou, em 1948, um brilhante sociólogo sobre a estrutura da sociedade rural brasileira. Com maestria ele dá vida aos números censitários e introduz hipóteses para suprir as lacunas da crítica, as quais dão origem à sua pirâmide social.

A princípio pensei falar da estrutura agrária do país como um todo. Interessado, porém, em surpreender os contornos mais recentes do quadro agrário brasileiro, abandonei a idéia pela impossibilidade material de orientar minha análise pelo censo agrícola de 1950. Como sabeis, os aspectos fundamentais desse censo ainda não se acham apurados em escala nacional. Só são disponíveis para meia dúzia de unidades federativas, entre as quais São Paulo. Por sua importância e pela circunstância de aqui se realizar este Congresso, decidi proceder à análise de sua estrutura agrária. Devo admitir, contudo, não caber nos limites estreitos de uma palestra como esta o estudo da estrutura agrária do Estado de São Paulo em toda a sua complexidade e vastidão. Limitar-me-ei a um dos seus aspectos, aquele que a meu critério melhor se ajusta às preferências dos sociólogos.

Começamos pela distribuição e concentração da propriedade rural. Quatro dificuldades sérias se nos antepõem. Primeiro, os diferentes recenseamentos agrícolas realizados no Brasil não trataram de apurar o número de propriedades, e sim de estabelecimentos agrícolas, conceitos esses que se confundem, visto como dentro da mesma propriedade pode haver um, dois e mais estabelecimentos agrícolas. Assim, determinado pedaço de terra explorado por um parceiro ou arrendatário é computado como estabelecimento agrícola, desde que aquela exploração tenha autonomia administrativa e financeira. Segundo, os censos agrícolas não adotaram conceito uniforme de estabelecimento agrícola. No de 1920, por exemplo, não se considera como tal os sítios, chácaras e viveiros, cuja produção se destinava ao consumo doméstico,

bem como as propriedades rurais com produção anual inferior a Cr\$ 500,00, o que já não sucede no censo de 1940. Terceiro, embora conste das cadernetas censitárias o nome dos proprietários da terra, a dificuldade de tabulação fez com que não se apurasse seu número. Sabe-se quantos estabelecimentos agrícolas existem, mas não quantos proprietários. Quarto, não coincidem as distribuições por classe de área adotada na apuração dos diferentes recenseamentos gerais do país, e do censo promovido em São Paulo pela Secretaria da Agricultura. Tendo bem presente essa circunstância, procuramos acompanhar como evoluiu a propriedade rural em São Paulo, à luz dos dados censitários de 1934, 40, 50, 51, para poder tirar as conclusões cabíveis.

O primeiro recenseamento agrícola do país, em 1920, veio mostrar o quão concentrada já se achava a propriedade rural no Estado de São Paulo. Dos mil estabelecimentos agrícolas existentes, apenas 2,5% do seu número total ocupava uma área equivalente a quase 50% da área total. A predominância do café no quadro rural paulista, que detinha então 52% da área cultivada do Estado, certamente contribuiu para disseminar a grande propriedade. Ora, a média era de 172 hectares, e a razão de concentração atingia o valor de 0,75%.

Vou abrir um parêntese para aqueles que não estão acostumados com esses índices estatísticos, que foram idealizados por um estatístico italiano para medir o fenômeno de concentração de um caráter. É um índice que se faz variar de 0 a 1, tendo-se como nula a concentração quando há uma distribuição uniforme do fenômeno. É o caso de equidistribuição. É concentração máxima igual a um, quando todo o caráter se acha concentrado no mesmo valor. Seria o caso, por exemplo, de um só proprietário que possuísse a totalidade das propriedades.

Quatorze anos após, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo realizou o seu primeiro censo de propriedades baseado no seu registro para efeito de pagamento de imposto territorial. A julgar pelos resultados obtidos, a área total ocupada, que não chegava a 14 milhões de hec-

tares em 1920, subira a 21 milhões em 34. Entretanto, mesmo com as ressalvas anteriormente expostas, o intenso esforço de desbravamento de terras devolutas no período intercensitário, o número de estabelecimentos foi três vezes maior que em 1920. Fato explicável em grande parte pela extrema elasticidade do conceito de estabelecimento agrícola em 1934, relativamente a 1920. Esse aumento do número de propriedades de 1920 a 34 e 40 tem sido aproveitado por aqueles que negam haver uma tendência à concentração da propriedade. Eles se esquecem de que o conceito de estabelecimento agrícola não foi o mesmo em 1920, 34, 40. Portanto não são censos estritamente comparáveis.

Outra razão da concentração, é que ela se encontra em nível mais elevado do que no censo anterior. Basta dizer, que 2% dos proprietários controlavam 50% da área total. O recenseamento geral do país em 1940, em que também prevaleceu um conceito muito amplo de estabelecimento agrícola, encontrou um número de uma área superior aos consignados pelo censo paulista em 1934. Não seria lícito deduzir daí que a grande propriedade perdera terreno, pois como já foi dito, os censos não são estritamente comparáveis. A razão da concentração, embora maior do que em 1920, situava-se em nível inferior ao de 1934. Perto de 2% dos estabelecimentos ainda ocupavam 44% da área total. Havia 207 deles com área superior a 5 mil hectares, contra 191 em 1920. Noutro extremo da pirâmide fundiária, as pequenas propriedades, as de área inferior a 50 hectares, conquanto representassem 78% do número total, detinham menos de 18% da área conjunta dos estabelecimentos.

O segundo censo paulista, de 1948, acusou aumento considerável na concentração da propriedade rural: 0,88. E até da área média, 85 hectares, contra 74 em 1940. As propriedades com mais de 2.000 hectares, que eram apenas 560 em 1940 e 809 em 1920, somavam o incrível número de 3.112 em 1948. Tão grande é a diferença, que chegamos a julgar um equívoco na apuração deste último censo. Infelizmente, a precariedade dos dados relativos à marcha da apuração agrícola e aos fatores dinâmicos que comandam a evolução

da propriedade rural, entre nós, dificulta qualquer tentativa de interpretação do fenômeno de concentração. No caso especial de São Paulo, e para o período de 1940 a 48, é bem possível que o avanço da lavoura canavieira, cuja produção triplicou nos 8 anos considerados, haja concorrido sobremaneira para a formação deste tipo de propriedade, isto é, de mais de 2.000 hectares.

O censo agrícola do Estado de São Paulo, em 1950, veio revelar fatos curiosos e até chocantes. Assim, por exemplo, apesar da área total dos estabelecimentos haver aumentado de 3% relativamente a 1940, o seu número diminuiu de 12%. As propriedades de mais de 1.000 hectares, que eram em número de 2.222 em 1940, passaram a 2.558. Em troca, as de menos de 100 hectares, que somavam em números redondos 223 mil em 1940, caíram a 190 mil em 1950, denotando recuo das pequenas propriedades. Dizemos aparentemente, porque o conceito mais restrito de estabelecimento agrícola prevalecente em 1950, de um lado, e a sensível queda de número de arrendamentos provocado pelo "rush" do café nos anos de 1950, de outro, contribuíram de certo para diminuir consideravelmente o número de pequenos estabelecimentos recenseados. Cumpre notar, porém, que se isso pode justificar até certo ponto o fenômeno nas classes de áreas reduzidas, não explica o avanço das grandes propriedades que as cifras refletem, revelador de uma concentração crescente em São Paulo.

Finalmente, o censo de 1951, realizado sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura de São Paulo, manifesta a falta de comparabilidade entre os diversos censos. Assim, não é admissível que, um ano após, o total de propriedades haja crescido de 3,8 milhões de hectares. Nem tampouco que tenha surgido mais de 34 estabelecimentos com área superior a 10.000 hectares. A simples diversidade de concentração de estabelecimentos agrícolas, que afeta apenas classes de área reduzida, não chega a explicar tão desconcertantes discrepâncias. Dada a idoneidade das duas entidades públicas, Serviço Nacional de Recenseamento e Secretaria da Agricul-

tura de São Paulo, é quase impossível afirmar-se quem claudicou. Por ora, temos de contentar-nos em levantar a questão na esperança de que os futuros recenseamentos agrícolas mais aprimorados, por certo, venham elucidar pontos capitais para uma compreensão da concentração de propriedade rural no Estado de São Paulo, líder da Federação.

Tentemos agora fazer a síntese dessa estrutura que acabamos de analisar embora de forma imperfeita. Dos 9 milhões de habitantes, disseminados pelo grande Estado, quase 50% residem no campo. Dêsses, cerca de um e meio milhão formam a população ativa na lavoura e pecuária, representando cerca de 50% do total. Para um e meio milhão de pessoas, que se ocupam de atividades rurais, existem 222 mil propriedades. Admitindo que cada proprietário tenha uma única propriedade, não raro ter mais de uma, como no caso de um major que possui 49 propriedades no município de Quatá, segue-se que são proprietários 15% dos que lavram a terra, ou 5% dos moradores dos campos. Cerca de um milhão e trezentas mil pessoas vêem-se na contingência de trabalhar em terra alheia, nas condições de vida as mais precárias e sem garantias de qualquer natureza. A área cultivada do Estado, mais ou menos 5 milhões de hectares, da qual somente o algodão e o café representam 60%, não passa de 26% da área total das propriedades agrícolas, significando que a maior parte delas permanece inexplorada, constituindo autênticos latifúndios. Vistos assim de relance os efetivos humanos que compõem o aglomerado rural, indaguemos como se estruturam eles em classes sociais; isto é, os grandes grupos ou camadas de indivíduos que ocupam a mesma posição na organização social da produção, para nos valermos da definição de COSTA PINTO.

Acredito, baseado nos inquéritos e nos estudos de meu conhecimento, que no Estado de São Paulo possuem características próprias as seguintes camadas sociais, em escala ascendente na pirâmide social: 1.º assalariados agrícolas; 2.º arrendatários de terra; 3.º sitiantes; 4.º fazendeiros; 5.º grandes fazendeiros; 6.º latifundiários. Os assalariados agrícolas compreendem, a meu ver, essa subdivisão: camaradas, peões,

colonos, empreiteiros. Os arrendatários de terra poderiam ser classificados em parceiros e rendeiros. Os sitiantes, de acôrdo com a extensão da área, em pequeno sitiante, médio e grande. Fazendeiros, os proprietários de terra cuja área varie entre 50 e 200 hectares, e grandes fazendeiros, os cujas terras medem entre 250 e 500 hectares. Finalmente, os latifundiários, os que possuem mais de 500 hectares.

Procuremos definir os subgrupos integrantes do grupo de assalariados rurais. O camarada é um semiproletário do campo. Recebe sua remuneração em dinheiro, não dedica atividade alguma no sentido da produção própria. Trabalha sob o regime do salário por tempo de serviço, hora, dia, mês ou ano, por tarefa. Possui certa estabilidade no local onde trabalha e na maioria dos casos vive com sua família. Mora em casa da propriedade agrícola nas colônias, ou em casa próxima à sede da fazenda. Acha-se submetido ao regime do sino e é utilizado para os mais diversos serviços. Embora contratado individualmente, suas obrigações tornam-se extensivas à mulher e aos filhos. Aqui se avalia em 300 mil no Estado todo, ocorrendo as maiores concentrações nas usinas de açúcar.

O agregado é o assalariado agrícola da mais baixa condição. Mora na propriedade e recebe salário anual ínfimo. Presta todo e qualquer serviço que o fazendeiro determinar, estendendo-se sua obrigação à sua família mediante o pagamento esporádico de uma gratificação qualquer, chamada vulgarmente de tuta-e-meia. O agregado não passa de verdadeiro servo da gleba. Tende a desaparecer, transformando-se em camarada, parceiro ou rendeiro.

O peão assemelha-se ao camarada, mas não tem a estabilidade dêste. É instável por excelência, vivendo de mala às costas. Quatro são os tipos de peão: volante, que trabalha no serviço da lavoura; boiadeiro, vinculado às fazendas de criação; capataz, quando dirige a pionada, e arigó, que é ocupado em serviços de terraplanagem. O peão em geral é recrutado na massa de imigrantes oriundos das regiões mais pobres do país.

O colono, embora por nós classificado em assalariado rural, é na realidade um produto misto feudal-capitalista, característico das fazendas de café. Seu contrato de trabalho, que tem duração de um ano, em geral estende-se a 14, 15 meses, quando há atraso na colheita, facultando-lhe receber em intervalos iguais ou superiores a 60 dias, parte de sua remuneração em dinheiro. Outra parte lhe é paga ao fim do prazo contratual, por tarefa realizada, completando-se seu rendimento, com direito a plantar em terra do patrão, de extensão exígua, ou nos vãos dos cafèzais, não raro em regime de meia ou terça, ou na base do arrendamento em dinheiro. Além do trabalho e da colheita do café, o colono é obrigado a prestar com sua família outros serviços, na maior parte gratuitos, como limpar pastos, conservar estradas e esgotos, combater a broca do cafèzal, apagar incêndios, etc. Está sujeito ao regime do sino, da multa e do vale. E são inúmeras as proibições que ferem os direitos de propriedade, de locação, reunião e organização. E freqüentes infrações da parte dos fazendeiros das leis trabalhistas, códigos e regulamentos, que apenas têm vigência no papel. O colono por suas condições peculiares de trabalho aspira mais do que qualquer outro, o assalariado agrícola, camarada ou peão, possuir um pedaço de terra própria.

O empreiteiro trabalha por contrato na base de execução de determinada tarefa. Conquanto seja assalariado agrícola, acha-se próximo do arrendatário de terra, pois em troca do serviço prestado não só recebe dinheiro como tem o direito de desfrutar a terra durante o prazo contratual, geralmente de 4 a 6 anos, embora com a obrigação de vender a produção ao fazendeiro. Além disso, assalaria a mão-de-obra, havendo caso em que tem até 40 camaradas a seu serviço. A utilização do empreiteiro é a forma que prevalece nas fazendas paulistas para a formação das lavouras de café e cana, principalmente nas zonas novas do sertão.

Passemos em revista agora os arrendatários da terra. O arrendatário é tipicamente um camponês médio, sem terra e logo abaixo do pequeno proprietário. Sua atividade em São Paulo exerce-se sobretudo nas culturas de algodão, arroz,

milho, feijão, amendoim e outras. Não possui, como o camarada, a homogeneidade dessa última categoria e sofre mais que qualquer outra diretamente a ação dos fatores feudais da nossa economia. Freqüentemente, tem a seu serviço camaradas assalariados, nas épocas de maior atividade agrícola. O prazo de contrato de arrendamento raramente excede a um ano. O arrendamento ou é pago em espécies ou em dinheiro. No primeiro caso, o pagamento é feito com parte da produção colhida ou com quantidade fixa. No segundo, em dinheiro, antes ou no final da colheita, ou, então, parte em dinheiro e parte em plantio de capim. O arrendatário freqüentemente também é sitiante, ou colono, ou camarada, ou até pequeno comerciante. Tal qual ocorre com o empreiteiro, o arrendatário é muitas vezes mero intermediário, subarrendando a terra total ou parcialmente.

Na classe a seguir, o sitiante, cabe distinguir os pequenos sítiantes, que trabalham exclusivamente com sua família, e os médios ou grandes sítiantes, que mantêm esporádica ou freqüentemente camaradas, colonos a seu serviço. O pequeno sitiante possui às vezes tão pouca terra, que para suplementar o orçamento doméstico se converte em assalariado em outra propriedade ou indústria vizinha.

Finalmente, no alto da pirâmide estão os fazendeiros e latifundiários já definidos anteriormente.

Resta agora examinar em que medida o recenseamento de 1950 permite avaliar os efetivos, já não dizemos das diferentes camadas aqui referidas, mas pelo menos dos grandes grupos. Em outras palavras, devemos verificar se é possível justapor uma pirâmide censitária na qual as definições dos diferentes níveis de posição no quadro agrário sempre coincidam, chegando mesmo a colidir com os conceitos estritamente sociológicos. Os resultados daquele censo informam que a 1.º de julho de 1950 havia 1 milhão e 449 mil pessoas de mais de 10 anos ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura, das quais 25% eram menores de 19 anos. Essa população ativa assim se dividia: empregadores, 60 mil; empregados, 698 mil; autônomos, 279 mil; membros da família, 412 mil. De acôrdo com a caracterização esbo-

cada acima, os empregadores constituiriam, na pirâmide social, os grandes sitiantes, os fazendeiros e os latifundiários, isto é, os que além de empregar mão-de-obra assalariada auferem renda da terra. Ao lado deles estariam os empresários capitalistas de estabelecimentos agrícolas que nessa atividade obtêm lucro e não renda. Confrontando o seu número, 59.642, com a distribuição de estabelecimentos agrários por classes e áreas, verificamos que aquêle total é um pouco superior ao número de estabelecimentos com área superior a 50 hectares. Daí somos levados a concluir que sómente a minoria dos grandes sitiantes, 2 mil aproximadamente, podem ser tidos como empregadores. Essa poderosa classe que numéricamente não excede a 4% da população ativa ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura, monopoliza virtualmente a terra paulista, pôsto que possui 85% da área total das propriedades rurais. Segue-se em importância o grupo dos que trabalham por conta própria na definição censitária, isto é, os autônomos. Compreende o grupo dos sitiantes, parceiros e rendeiros, isto é, duas classes com características distintas. Se admitirmos que estabelecimentos agrários com área superior a 50 hectares são operados por seus próprios donos, temos de concluir que a classe dos autônomos abrange 174 mil sitiantes, 115 mil parceiros e rendeiros.

Vale verificar que essa é uma aproximação da realidade. Englobando os membros de suas famílias em número de 412 mil, como vimos, teremos um total de 619 mil que representa 48% da população ativa total na agricultura.

A classe imediata, e ligeiramente superior em número dos autônomos, é a dos assalariados agrícolas, que congrega a enorme legião de camaradas, peões e colonos, cuja importância relativa no conjunto cresceu de 603 mil em 1940 a 698 mil em 1950. Tudo indica que, no Estado de São Paulo, a decomposição do campesinato vem-se processando em certa escala pela penetração gradativa de formas capitalistas de exploração da agricultura. Nessa primeira fase ainda não atingimos o estágio em que a própria mão-de-obra assalariada começa a reduzir o seu número, à medida que se desenvolve

a mecanização, eletrificação, assim como a racionalização dos processos de produção.

É indubitável a existência de um conflito de interesses entre o fazendeiro latifundiário que monopoliza a terra e as demais classes. Tanto mais agudo é êsse conflito quanto mais baixa essas últimas na pirâmide social. A razão dêsse antagonismo reside sem dúvida na má distribuição da renda agrícola. Segundo estimativas recentes do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, o produto bruto da agricultura paulista montava a 33 bilhões, 607 milhões de cruzeiros, cêrca de 1/3 do total da renda nacional. Como vimos, em 1950, havia um milhão e meio de homens e mulheres, adultos e jovens trabalhando na agricultura e pecuária. Sua renda média será portanto de Cr\$ 23.000,00 por ano aproximadamente. Trata-se todavia da renda média e não corresponde à maioria daquele agrupamento a qual é sensivelmente menor como provaremos a seguir. Segundo o censo de 1950, havia em São Paulo 22 mil estabelecimentos rurais, se admitirmos, à falta de critério mais preciso, que vigorem hoje as mesmas bases percentuais do censo agrícola de 1940. Incompreensivelmente o censo de 1950 deixou de apurar o valor da produção agrícola. Veremos que 78% do total de proprietários, ou seja, 196 mil sitiantes, auferem apenas 38% da renda agrícola. Se ainda no terreno das hipóteses menos arbitrarias imaginarmos que aos empregadores, isto é, aos fazendeiros e latifundiários, tocam 35% da renda obtida das atividades privadas não agrícolas, de acôrdo com o estudo da Fundação Getúlio Vargas, concluiremos que dos 34 bilhões de cruzeiros da renda agrícola, lhes caberão 11,8 bilhões de cruzeiros. Por conseguinte, os 196 mil sitiantes desfrutarão 38% dêsse total, ou seja, 4 e meio bilhões de cruzeiros o que lhes proporciona exígua renda anual de Cr\$ 23.000,00, quase Cr\$ 2.000,00 por mês. Quanto aos fazendeiros latifundiários, sua renda média pelo mesmo critério atingirá 128 mil cruzeiros. Os restantes 22 bilhões de cruzeiros da renda agrícola tocarão ao milhão e 300 mil não proprietários que trabalham no campo, o que dá uma média anual de Cr\$ 17.000,00. Cumpre advertir que tais médias

cada acima, os empregadores constituiriam, na pirâmide social, os grandes sitiantes, os fazendeiros e os latifundiários, isto é, os que além de empregar mão-de-obra assalariada auferem renda da terra. Ao lado deles estariam os empresários capitalistas de estabelecimentos agrícolas que nessa atividade obtêm lucro e não renda. Confrontando o seu número, 59.642, com a distribuição de estabelecimentos agrários por classes e áreas, verificamos que aquêle total é um pouco superior ao número de estabelecimentos com área superior a 50 hectares. Daí somos levados a concluir que sómente a minoria dos grandes sitiantes, 2 mil aproximadamente, podem ser tidos como empregadores. Essa poderosa classe que numéricamente não excede a 4% da população ativa ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura, monopoliza virtualmente a terra paulista, pôsto que possui 85% da área total das propriedades rurais. Segue-se em importância o grupo dos que trabalham por conta própria na definição censitária, isto é, os autônomos. Compreende o grupo dos sitiantes, parceiros e rendeiros, isto é, duas classes com características distintas. Se admitirmos que estabelecimentos agrários com área superior a 50 hectares são operados por seus próprios donos, temos de concluir que a classe dos autônomos abrange 174 mil sitiantes, 115 mil parceiros e rendeiros.

Vale verificar que essa é uma aproximação da realidade. Englobando os membros de suas famílias em número de 412 mil, como vimos, teremos um total de 619 mil que representa 48% da população ativa total na agricultura.

A classe imediata, e ligeiramente superior em número dos autônomos, é a dos assalariados agrícolas, que congrega a enorme legião de camaradas, peões e colonos, cuja importância relativa no conjunto cresceu de 603 mil em 1940 a 698 mil em 1950. Tudo indica que, no Estado de São Paulo, a decomposição do campesinato vem-se processando em certa escala pela penetração gradativa de formas capitalistas de exploração da agricultura. Nessa primeira fase ainda não atingimos o estágio em que a própria mão-de-obra assalariada começa a reduzir o seu número, à medida que se desenvolve

a mecanização, eletrificação, assim como a racionalização dos processos de produção.

É indubitável a existência de um conflito de interesses entre o fazendeiro latifundiário que monopoliza a terra e as demais classes. Tanto mais agudo é esse conflito quanto mais baixa essas últimas na pirâmide social. A razão desse antagonismo reside sem dúvida na má distribuição da renda agrícola. Segundo estimativas recentes do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, o produto bruto da agricultura paulista montava a 33 bilhões, 607 milhões de cruzeiros, cêrca de 1/3 do total da renda nacional. Como vimos, em 1950, havia um milhão e meio de homens e mulheres, adultos e jovens trabalhando na agricultura e pecuária. Sua renda média será portanto de Cr\$ 23.000,00 por ano aproximadamente. Trata-se todavia da renda média e não corresponde à maioria daquele agrupamento a qual é sensivelmente menor como provaremos a seguir. Segundo o censo de 1950, havia em São Paulo 22 mil estabelecimentos rurais, se admitirmos, à falta de critério mais preciso, que vigorem hoje as mesmas bases percentuais do censo agrícola de 1940. Incompreensivelmente o censo de 1950 deixou de apurar o valor da produção agrícola. Veremos que 78% do total de proprietários, ou seja, 196 mil sitiantes, auferem apenas 38% da renda agrícola. Se ainda no terreno das hipóteses menos arbitrárias imaginarmos que aos empregadores, isto é, aos fazendeiros e latifundiários, tocam 35% da renda obtida das atividades privadas não agrícolas, de acôrdo com o estudo da Fundação Getúlio Vargas, concluiremos que dos 34 bilhões de cruzeiros da renda agrícola, lhes caberão 11,8 bilhões de cruzeiros. Por conseguinte, os 196 mil sitiantes desfrutarão 38% desse total, ou seja, 4 e meio bilhões de cruzeiros o que lhes proporciona exígua renda anual de Cr\$ 23.000,00, quase Cr\$ 2.000,00 por mês. Quanto aos fazendeiros latifundiários, sua renda média pelo mesmo critério atingirá 128 mil cruzeiros. Os restantes 22 bilhões de cruzeiros da renda agrícola tocarão ao milhão e 300 mil não proprietários que trabalham no campo, o que dá uma média anual de Cr\$ 17.000,00. Cumpre advertir que tais médias

trazem por vés vezes contrastes chocantes, cuja interpretação se torna difícil, sem o adequado parcelamento dos totais pelos diferentes subgrupos, que no estado atual, com o nosso aparelhamento estatístico é de todo inviável.

Senhores congressistas, tratei de ser o mais objetivo e frio na análise da estrutura dêste grande Estado que comemora seu IV Centenário. Os números são por demais eloqüentes para que se necessite vesti-los de adjetivos. Meu grande apêlo é que êste 1.º Congresso Brasileiro de Sociologia aprove uma resolução, recomendando a necessidade da reforma agrária, capaz de modificar profundamente essa estrutura, por mim analisada de forma tão imperfeita, que age como poderoso freio retardando o movimento das forças produtivas de São Paulo. Aos sociólogos, me parece, compete liderar a corrente dos que examinam com inteligência e amor, os meios de levar a felicidade a milhões de seres ainda ausentes, para vergonha nossa, da comunidade econômica, social e cultura do nosso país.

*ESFORÇOS DE TEORIZAÇÃO DA REALIDADE
BRASILEIRA, POLÍTICAMENTE ORIENTADOS,
DE 1870 A NOSSOS DIAS*

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

O trabalho que vou expor é parte de um estudo que venho realizando desde o princípio dêste ano. É um estudo com o qual pretendo encontrar uma teoria da realidade brasileira, que abranja os seus aspectos econômico e social, político e cultural. Êsse trabalho corresponde à tomada de consciência de uma das tarefas que me parecem fundamentais à Sociologia no Brasil, qual seja, a de formular uma interpretação do Brasil, da realidade nacional, de tal modo que ela nos possibilite tomar pé nessa realidade, e partir daí para uma intervenção no processo de desenvolvimento econômico-social do país.

Ainda há poucos dias, quando se debatia a exposição do professor FLORESTAN FERNANDES, na qual êle tratava a maneira como deve ser ensinada a sociologia e qual o conteúdo do ensino da sociologia no Brasil, colocou-se o problema da "conservação" e da "revolução" brasileiras. E o professor LOURIVAL GOMES MACHADO perguntara dramaticamente qual o sentido que essa transformação deveria ter. Esta é a pergunta fundamental que tenho de responder, porque o ensino da sociologia não pode ser uma coisa inócua. A sociologia tem de fornecer ao discente conceitos operativos com os quais êle possa operar na realidade em que vive imediatamente. Mas é preciso que saibamos qual o sentido que deve ser dado a nossa transformação no Brasil. Êste sentido não pode ser impôsto, tem de ser induzido da própria tendência histórica do nosso desenvolvimento. De modo que temos que estudar,

de achar objetivamente este sentido do desenvolvimento do Brasil.

A mim me parece que uma teoria sociológica da realidade brasileira seria aquela que formulasse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Seria aquela que ultrapassasse a condição partidária e fosse formulada exatamente no plano da ciência sociológica. Acho que é possível dar uma definição concreta do interesse nacional em todos os planos da vida brasileira: econômico, político, social e cultural. A palestra de hoje é referente apenas a um aspecto do plano político e tem o seguinte nome: "Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias".

Considero esse texto que vou ler, um texto provisório, apenas uma sistematização das hipóteses de trabalho que já formulei, na base da pesquisa que venho fazendo há meio ano. É nessa qualidade de texto provisório que o submeto à crítica dos colegas.

* * *

Nos métodos de ação social e política de nossas elites, desde a Independência até os tempos da República, Oliveira Viana fez notar a incidência do que chamou de "idealismo utópico". Essas elites, na crítica de Oliveira Viana, teriam acreditado na eficácia imanente de teorias e instituições européias e norte-americanas, e as transplantaram para o nosso país, certas de seus efeitos benéficos. Segundo o sociólogo fluminense, os que assim fizeram, teriam agido sem bom senso ou com ingenuidade, e portanto poderiam ter tido outro comportamento se não se tivessem deixado empolgar pelo prestígio daquelas teorias e instituições.

A obra de OLIVEIRA VIANA, na parte que diz respeito à crítica de nossas elites, é certamente o máximo de objetividade que até agora os estudos sociológicos atingiram entre nós nesse domínio. De fato, a ação de nossas elites deixa perceber que elas pretenderam, em apreciável escala, dominar os fatos da vida nacional através da exemplaridade das idéias e das instituições. Teriam elas a convicção de que os cidadãos sob o impacto dos exemplos seriam induzidos a

alterar a sua psicologia. Parece, entretanto, que OLIVEIRA VIANA viu aqui meia verdade, não viu a verdade toda, isso porque aquela conduta inquinada de idealista utópica foi muitas vezes menos decorrência de uma imitação voluntária, do que um expediente pragmático a serviço de interesses e reivindicação de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional.

Carecendo esta sociedade, a nossa sociedade, de pautas institucionais suficientemente dotadas de conteúdo consuetudinário, os grupos e facções eram forçados a apelar para as fórmulas feitas, as quais, na verdade, instrumentalizavam segundo seus propósitos. Assim é provável que as práticas idealístico-utópicas nem sempre tenham contrariado o processo de crescimento vegetativo do país. O tema do idealismo utópico, tal como o colocou OLIVEIRA VIANA, está a pedir hoje uma revisão. Tudo leva a crer que os SALES TÓRRES HOMEM, os TAVARES BASTOS, os RUI BARBOSA, os utópicos típicos na insinuação de OLIVEIRA VIANA, tenham uma psicologia muito diferente dos utópicos clássicos, ROBERT OWEN e FOURRIER, por exemplo. Pelo menos, quanto à atitude em face dos modelos institucionais, uns e outros se distinguem. Os primeiros por mais generosos que tenham sido suas intenções, viram nas teorias e instituições instrumentos de melhoria da organização social, sem ultrapassar, porém, os interesses das classes que representavam. Os últimos iam mais além, pretendendo a supressão dos males sociais, o milênio terrestre.

No Brasil, as práticas idealístico-utópicas estiveram quase sempre aliadas às tendências positivas da evolução da sociedade. É o que me parece evidente, nas várias tentativas de teorização da realidade nacional, orientadas no sentido de possibilitar sua melhor conformação ou de dominar o processo de crescimento da sociedade nacional.

São essas as tentativas que procurei estudar, sem contudo pretender fazê-lo de maneira exaustiva. Minha preocupação é focalizar esses esforços e, registrando o seu significado nos momentos em que surgiram, ganhar maior compreensão do desenvolvimento da sociedade brasileira.

A presente comunicação constará dos seguintes capítulos: 1.º — os republicanos de 1870; 2.º — o movimento positivista; 3.º — SÍLVIO ROMERO e a sociologia da sociedade republicana; 4.º — os ideólogos da ordem e progresso; 5.º — a revolução da classe média; 6.º — conclusão.

OS REPUBLICANOS DE 1870

Em vários momentos críticos de nossa história, registraram-se êsses esforços de teorização. Um dos primeiros é o manifesto de 1870, do Partido Republicano. Trata-se de um documento cuja plena inteligência só é possível a partir das condições concretas da vida naquela época. Em 1870, já eram bastante nítidas certas contradições entre as instituições vigentes e as novas forças produtivas que buscavam seu curso normal numa forma de organização não escravocrata. Uma considerável massa de cidadãos livres, mal ajustados num sistema em que quase só havia lugar para os senhores de escravos, carecia de posição e função na sociedade. Para se ter uma idéia da posição política do elemento livre, compare-se a população do país de 1850 a 1872. Naquele ano, em 1850, para um total de 9 milhões e 20 mil habitantes, havia 2 milhões e 500 mil escravos e 5 milhões e 500 mil pessoas livres. Em 1872, 22 anos depois, para um total de 10 milhões de brasileiros havia 1 milhão de escravos e 8 milhões e 600 mil pessoas eram livres, além de outros.

Este fator demográfico agia no sentido da ruptura do sistema agrário escravocrata e portanto servia de estímulo à industrialização do país, a qual de resto estava francamente em processo e, desde 1844, com a tarifa ALVES BRANCO, mostrara o seu sentido antiagrário. Tais contradições se refletiam nos quadros políticos e demandavam a alteração do esquema das instituições em cujo funcionamento se assegurava o predomínio dos fazendeiros. Os latifundiários garantiam o primado de seus interesses através do Senado vitalício, do Conselho de Estado, da centralização político-administrativa,

do poder moderador e sua prerrogativa de responsabilidade e de dissolução da Câmara.

O manifesto de 1870 representa uma sistematização dos pontos de estrangulamento que devem ser desfeitos, a fim de que sejam liberadas as novas tendências objetivas da sociedade imperial. É a teoria política da realidade nacional naquele momento. Dizia o manifesto: “o privilégio em tôdas as suas relações com a sociedade, tal é, em síntese, a fórmula geral e política de nosso país, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, tôdas as distinções arbitrarias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos. A esse desequilíbrio, diz o manifesto, a esse desequilíbrio das forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, sua desorganização administrativa, e as perturbações econômicas que ameaçam dividir o futuro, depois de haverem arruinado o presente”. “A sociedade brasileira, continua o manifesto, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje apesar disso em face de problemas de sua organização política como se agora surgisse do caos nacional.” O documento passa depois a incidir em um por um dos aspectos do regime imperial, assinalados anteriormente. Refere-se ao vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e ineficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto. Proclama que não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país uma Câmara de Deputados, demissível à vontade do soberano, e um Senado vitalício à escolha do soberano, e ainda que o regime federativo, baseado na independência recíproca das províncias é o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Efetivamente esta teorização da realidade nacional de 1870 não pode ser dita científica. É uma interpretação politicamente orientada segundo o ponto de vista daquele setor da classe média que na sociedade imperial começa a ter acesso na esfera de decisão política, o setor dos profissionais liberais. Dos 56 assinantes do manifesto, só um se declara

fazendeiro; 14 se declaram advogados, 5 engenheiros, 9 médicos, 4 jornalistas, 7 negociantes, 2 professores, 3 empregados públicos, 1 capitalista e os 10 restantes não declararam atividade. Note-se como o manifesto quase silencia sobre o aspecto econômico da sociedade brasileira. Não interessava aclarar a questão por aí. Naquele momento, o máximo de consciência possível que se poderia pedir dos quadros liberais da classe média era o da necessidade do reajustamento político-administrativo, de modo a que pudesse adquirir posição e função na sociedade, um apreciável excedente de cidadãos livres. A classe latifundiária ainda tinha funções positivas a completar e a indústria nacional apenas se iniciava. Não parece uma observação dotada de absoluta propriedade a de que os republicanos de 1870 tenham sido idealistas utópicos. Essa observação decorre talvez de uma consideração do aspecto puramente verbal do seu comportamento, sugerido obviamente por idéias e instituições de países de grande prestígio na época. Todavia, o comportamento efetivo desses políticos nada tinha de utópico, era pragmático, sendo a parafernália vocabular que usaram mera camuflagem de concretos interesses e propósitos.

O MOVIMENTO POSITIVISTA

Foram, entretanto, os positivistas os que pela primeira vez colocaram com toda a clareza o problema da formulação de uma teoria da sociedade brasileira, como fundamento da ação política e social. O primeiro estudo positivista sobre problemas sociais já manifesta o interesse dos adeptos de COMTE pelos problemas nacionais. Tratava-se de "A escravidão no Brasil", de autoria de FRANCISCO JOSÉ BRANDÃO, editado em Bruxelas, em 1865.

A sociedade positivista, fundada em 1878, tornou-se um centro ponderável de difusão de idéias. Por sua vez, os positivistas também atuaram através do Partido Republicano. Diversos foram os adeptos brasileiros de COMTE que procuraram formular uma concepção unitária do país. Um deles,

ANIBAL FALCÃO, publicou, em 1873, um opúsculo intitulado "Fórmula da Civilização Brasileira", a qual consistiria "no prolongamento americano da civilização ibérica a cada país, que assimilará até a reunificação total, os índios e os negros importados ou seus descendentes". Mas, dentre os adeptos da igreja comtista, é a TEIXEIRA MENDES que se deve um esforço mais sério de formulação de uma teoria do Brasil. Sua teoria está exposta no opúsculo "A Pátria Brasileira", escrito em 1881. Aí TEIXEIRA MENDES reporta-se ao "empirismo" da geração da Independência, aos BONIFÁCIOS, etc., e à inexistência nesse momento de uma teoria positiva de governo. Segundo ele, o erro de Bonifácio consistiu em não ter assegurado "a supressão da hereditariedade monárquica, tornando a sucessão dependente da escolha do ditador, sancionada pelo voto nacional". Esse erro poderia ter sido reparado, se a "falta de uma teoria científica não constituísse um obstáculo permanente insuperável a qualquer visão clara das necessidades políticas".

A concepção positivista do Brasil caracteriza-se pelo seu caráter normativo, fruto de um conceito normal da sociedade. Os seus adeptos preocupam-se de preferência em sublinhar o que concretamente lhes parece discrepante em função dos seus padrões. Na teoria positivista do Brasil há que distinguir dois aspectos: as teses gerais e o programa. Os positivistas adotaram literalmente o sistema COMTISTA, e nestas condições a eles se aplicam todas as restrições que se fazem hoje ao positivismo. É claro, hoje, que o sistema de COMTE reflete as condições peculiares do momento e da sociedade em que ele viveu, implicando ainda numa teoria da história que atribui à sociedade européia a categoria da referência básica do desenvolvimento, e também num conceito abstrato de sociedade, pois a tanto corresponde o pensamento sociológico que não percebe que não existe a Sociedade, mas sim sociedades, cada uma das quais com suas tendências particulares de desenvolvimento.

Abstraindo tais leis particulares e o condicionamento histórico e social da pedagogia humana, os nossos positivistas admitiam a possibilidade da transformação da sociedade, atra-

vés do mero esclarecimento mental dos homens. Nesse sentido, dizia TEIXEIRA MENDES que "o espírito positivo, cuja superioridade se tem evidenciado em todos os domínios inferiores da atividade humana, deve introduzir-se hoje nas artes superiores que sistematizam a modificação da sociedade e do homem, a política e a moral. O filósofo — referindo-se a COMTE — já assimilou, já inventou, demonstrou, construindo a sociologia e a moral. Resta convencer os homens pela propaganda que trará a regeneração mental e moral, primeiro e como consequência última, a reforma prática das sociedades humanas".

Indiscutivelmente, enquanto doutrinários, os nossos positivistas eram utópicos. Em muitos aspectos, seu programa apresentava valor prático, do ponto de vista da classe social a que na sua maioria pertenciam. Tais eram, por exemplo, medidas como a supressão da hereditariedade monárquica, a supressão da religião de estado, a promulgação de instituições civis que assegurassem a liberdade de pensamento, a abolição da escravatura. Enquanto a teoria positivista se tornou o suporte ideológico dessas reivindicações, deu expressão a genínas tendências da sociedade nacional e contribuiu para a superação das contradições nela vigentes. Mas nem o próprio êxito dos positivistas, nos primeiros anos do regime republicano, possibilitou a realização do que havia de extravagante em seu programa. Cêrca de dois meses depois da proclamação da República, os positivistas apresentam ao povo o que chamam de bases de uma constituição política, ditatorial, federativa, para a República Brasileira em que se preconizava a atribuição do governo federal a um ditador em consonância com as seguintes regras: "o ditador atual continuará a ser aquêle que os acontecimentos fizeram espontaneamente surgir enquanto não renunciar livremente do posto em que se acha. Se o mesmo ditador já tiver completado 56 anos, deverá após a aprovação destas bases, indicar o seu sucessor a fim de ser a escolha sancionada em caso de renúncia ou morte, pelas capitais dos estados brasileiros".

Entretanto, apesar da influência dos prosélitos da doutrina e de seus simpatizantes, a proposta ficou no papel.

SÍLVIO ROMERO E A SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE REPUBLICANA

Não só pela crítica, não só pela ação de presença que teve em sua época, como crítico e político, SÍLVIO ROMERO tem um lugar nesta seqüência, mesmo porque depois de TEIXEIRA MENDES, foi êle quem a seguir procurou sempre estribar a sua atuação numa teoria da sociedade brasileira.

Em 1886, dizia SÍLVIO ROMERO: "a teoria da história de um povo, parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sôbre êles para esclarecer o sêgrêdo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro". E prosseguindo nesta ordem de indicações, escolheu estas palavras válidas até ainda em nossos dias. "Todo e qualquer problema histórico há de ter no Brasil duas faces principais. Uma geral e outra particular. Uma influenciada pelo momento europeu, e outro pelo meio nacional. Uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo, e outra que deve verificar o que pode ser aplicado em nosso país, descobrindo, assim, a lei fundamental do desenvolvimento da sociedade brasileira, que na minha opinião é a lei da duplicidade."

O crítico sergipano nunca chegou a formular uma teoria configurada do Brasil, tendo deixado esparsos em várias obras os elementos fragmentários desta. Tentou, é verdade, o empreendimento e elaborou o plano do mesmo, do qual se podem encontrar as linhas gerais em seu opúsculo "O Brasil Social". Não é assim fácil tarefa expor as suas idéias, até porque às vêzes elas são contraditórias. Em outros estudos, que pretendo prosseguir, estou preparando uma sociologia do comunismo e do fascismo no Brasil, e pretendo tratar dos trabalhos sociológicos sôbre o Brasil, da autoria de SÍLVIO ROMERO. Para guardar seqüência nesta comunicação, tratarei apenas dos trabalhos do crítico realizados com o objetivo de fundamentar uma ação política.

Impressionado com os acontecimentos políticos ocorridos nos primeiros anos da República, especialmente com a atuação de Floriano Peixoto, SÍLVIO ROMERO viu no presidencialismo da Constituição de 91 a fonte de nossos males, e em 8 cartas ao conselheiro Rui Barbosa, reunidas na obra depois intitulada "Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil", fez a defesa das instituições parlamentares, discutindo o assunto em tese através das exposições das vantagens do parlamentarismo e dos defeitos do presidencialismo. É um panfleto que terá realizado na época uma função positiva pelo seu valor como protestação contra a hipertrofia dos poderes presidenciais.

Em trabalho posterior, SÍLVIO ROMERO já fornece documento de grande importância para a interpretação da vida política nos primeiros anos da República. Refiro-me à introdução do livro "Evolucionismo e Positivismo no Brasil", editado em 1894. Aí o crítico procura a lei sociológica que vai presidindo a gênese e a formação das principais correntes de opinião, com o objetivo de contribuir "para a orientação dos espíritos". Essa é provavelmente a primeira meditação sociológica sobre os partidos políticos na República. SÍLVIO ROMERO, numa grande intuição sociológica, tira todo partido da crise política a que assiste e de que participa e tem plena consciência da rentabilidade científica desta atitude experimental. E diz ele: "No Brasil representa-se agora um destes dramas raros que nem a todas as gerações é dado presenciar. O esboroar de um trono, a queda de instituições quase quatro vezes seculares, pois que essa é a verdadeira data do governo régio no Brasil; o levantar de novas organizações, de novas doutrinas com seus moldes e suas necessidades novas, tudo isto constitui para os sociólogos e amadores do estudo da psicologia popular, o momento verdadeiramente excepcional".

O nosso autor discerne naquela fase da evolução constitucional do país, os seguintes partidos: o Monárquico Restaurador, que ele chama de neocaramuru, o Socialista, o Jacobismo, o Militar e o Positivista. De cada um traça a gênese e dá uma cabal interpretação sociológica. Atinge porém o máximo de lucidez ao tratar do Partido Socialista; enca-

minhando a sua interpretação pergunta-se: corresponde a criação de um partido proletário no Brasil à necessidade de aspirações iniludíveis, senão de todo o povo, ao menos de uma grande classe da sociedade? Possuímos já nós, aqui, as condições todas, as condições indispensáveis à existência de um proletariado político propondo lutas e projetos de reivindicações? Infelizmente não, é a sua resposta. Conclui pela artificialidade do movimento e explica: "econômicamente somos uma nação embrionária, cuja mais importante indústria é uma lavoura rudimentar, extensiva, servida ontem por dois milhões de escravos e hoje por trabalhadores nacionais e algumas dezenas de milhares de colonos de procedência européia, cem vezes mais felizes na mãe pátria. Que socialismo sério deve sair daí nesses duzentos anos? O capitalismo nacional é exíguo, quase mesquinho. A rigor, todo o país é uma vasta feitoria, uma verdadeira colônia explorada pelo capital europeu, sob a forma do comércio e empresas. A população em geral, feita pequena exceção a alguns fazendeiros, senhores de engenho, negociantes e alguns capitalistas, mais ou menos desempenhados, é em sua maioria pobre. São os pobres da inércia, não são os proletários no sentido socialista, porque não são operários rurais ou fabris. Se pois há o pauperismo, é da nação inteira." Sem dúvida, uma resposta de grande categoria sociológica para a época.

SÍLVIO ROMERO realmente aqui nos dá uma das chaves para a compreensão dos movimentos políticos de fases e movimentos que até hoje têm refletido os percalços e vicissitudes de uma classe média em busca do enquadramento social. Aquêlê partido era estruturalmente impossível numa estrutura em que à burguesia latifundiária e mercantil só se opunha, com algum de seus interesses, uma incipiente classe média, aquêlê contingente de pessoas diplomadas, vestidas de casacas, como dizia SÍLVIO ROMERO, o mundo dos médicos sem clínica, dos advogados sem clientela, dos padres sem paróquia, dos engenheiros sem empresas e sem obras, dos professores sem discípulos, dos escritores, dos jornalistas, dos literatos sem leitores, dos artistas sem público, dos magistrados sem juizados, dos funcionários públicos mal remunerados,

isto é, observa ROMERO, a classe mais pobre que existe no país, é justamente a que corresponde à burguesia da Europa; é espetacular.

Além disso, ROMERO vê o desenvolvimento dialético do operariado no Brasil, pois a tanto o leva sua convicção de que a sociedade “evolui normalmente, segue um ritmo de desenvolvimento determinado pela lei da causação, que outra coisa não é mais do que a constância e sistemática infalível de uma determinada cadeia de antecedentes e consequentes”. Em consequência, apesar de constatar um estado onde tôdas as classes jazem amorfas e indistintas, onde a opinião pública não tem disciplina e orientação segura e racional, afirma que nosso operariado, o que êle chama de quarto estado, chegará a crescer em força, há de emancipar-se e florescer como poderoso fator e fará bem em organizar-se.

Ainda no domínio da vida política do Brasil, SILVIO ROMERO exprimiu uma contradição que nos nossos dias se torna uma das dificuldades fundamentais a ser vencida, no ajustamento da organização partidária às necessidades de desenvolvimento do país. Neste sentido observava SILVIO ROMERO, no seu estudo das oligarquias e a sua classificação de 1908, que não temos sistema de doutrinas. E até os grandes homens se submetem aos padrões e aos chefes de clãs. Êle chegou a fazer a tipologia das oligarquias no Brasil, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Então perguntava ROMEROS “Com quem está o sr. Pena, com o bloco e com o Pinheiro Machado ou com o João Pinheiro ou Carlos Peixoto? Com quem está o sr. Rui Barbosa, com Nilo Peçanha ou com Backer, com Severino Vieira ou com José Marcelino”, pondo o dedo numa das contradições fundamentais da estrutura partidária brasileira, já naquela época, qual fôsse o fato de essa estrutura partidária organizar-se em termos não ideológicos, mas sim de clientela. E fundamenta suas afirmações, demorando-se na discriminação dos vários tipos de oligarquia que êle chama de formas bastardas de organização político-social, que predominavam nos estados da União, desde o Aciolismo ao norte, ao Castilhismo positivo de no sul.

OS IDEÓLOGOS DA ORDEM E PROGRESSO

SILVIO ROMERO faleceu em 1914, ano decisivo para nossa evolução econômica e social. Estimuladas por uma conjuntura internacional favorável — declínio da importação e da concorrência estrangeira, resultante da forte queda do câmbio — acentuam-se as tendências centrípetas da economia nacional, que já vinham se esboçando desde 1880 a 1890, e que se exprimiam através da expansão do mercado e da indústria do país.

Até 1889, havia somente 626 estabelecimentos industriais no Brasil. Nos 25 anos posteriores foram instalados mais 6 mil novos estabelecimentos industriais. No período de 1915 a 1919, surgiram 5.940 empresas industriais novas. O valor da produção industrial atingiu, em 1920, a 3 milhões de contos, enquanto em 1914 era de 1 milhão e 350 mil contos. Disto resultava um apreciável aumento dos contingentes de trabalhadores industriais, que em 1907 eram 150.841, e passaram a 275.512 em 1920, quando se realizou o segundo censo industrial.

Antepunham-se, porém, a essas tendências, graves dificuldades que urgia liquidar. Uma delas consistia no controle de ramos importantes de nosso comércio interno e externo por estrangeiros. Na capital do país e nas mais importantes cidades do litoral, o fato era particularmente ostensivo, tendo o português excluído o brasileiro das atividades comerciais. Diz-se existir na Junta Comercial do Rio, contratos de casas comerciais em que os seus sócios se obrigavam a não empregar jamais brasileiros. Favorecia êsse predomínio a grande imprensa do Rio, na época praticamente nas mãos da colônia portuguesa. Essa situação, aliás, vinha sendo denunciada desde longa data. Em 1865, Sales Tórres Homem, em seu panfleto “O Libelo do Povo”, deplorava que o comércio pertencesse ao aluvião de portugueses que “enchem e desnacionalizam as capitais de nossas províncias marítimas e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vêm ainda minuar a nossa civilização”.

E Paul Adam, no seu livro editado em 1916, "Le visage du Brésil", escrevia: "em pleno século XX, trinta ou quarenta mil negociantes portugueses, protegidos por uma legislação por certo em demasia liberal, respeitadora do indivíduo e de seus atos, inflingem a 25 milhões de brasileiros estas dificuldades e sofrimentos. Uma política inteiramente favorável ao comerciante, à sua liberdade absoluta, aos seus planos de exploração". O marco famoso da literatura contra o português no Brasil é ainda o livro de Antônio Tórres, "As razões da Inconfidência".

Foram esas circunstâncias que presidiram, a partir do final da década de 1910 a 20, alguns expressivos esforços de teorização dos problemas brasileiros. A mola desses esforços é Álvaro Bomilcar da Cunha, que aliás ainda vive, hoje, com 80 anos de idade.

Em 1919, Bomilcar associado a Jackson de Figueiredo, Miguel Austregesilo, J. de Almeida Magalhães, José Cândido de Andrade Murici, Alberto Deodat e outros, funda no Rio a "Propaganda Nativista"; sociedade de caráter eminentemente político, em cujo programa se inscrevem entre outros os seguintes propósitos: "trabalhar pela emancipação intelectual, financeira e econômica do Brasil, libertando-o da opressão estrangeira em que se encontra. Nacionalização absoluta da imprensa e do comércio. Despertar no espírito do povo brasileiro o sentimento e as idéias de solidariedade entre as nações americanas, combatendo conseqüentemente a influência da moderna civilização européia, cujas questões sociais são diferentes das que se impõem ao critério do nosso continente. Defender o projeto legislativo que estabelece a obrigatoriedade para as casas comerciais estrangeiras de terem pelo menos 2/3 de empregados brasileiros natos. Trabalhar para que seja vedado ao estrangeiro o exercício de cargos eletivos e empregos públicos, mesmo quando se trate de indivíduos naturalizados. Propugnar pela medida legislativa que limita ao estrangeiro a capacidade aquisitiva de bens imóveis. Provocar a reivindicação dos direitos do proletariado de acordo com a orientação nacionalista, a adoção do princípio de

igualdade de raças, a organização do Teatro Nacional Brasileiro".

Por iniciativa desse mesmo grupo, funda-se a "Ação Social Nacionalista", reconhecida de utilidade pública por um decreto de 1920, cujo programa insiste na nacionalização do comércio, nacionalização da imprensa política, nacionalização da navegação costeira e da pesca, regulamentação do trabalho, aproximação do Brasil com as repúblicas americanas, em especial subcontinentais, por uma ação política de concórdia, de respeito e de reciprocidade de interesses. Para se aquilatar da repercussão desta entidade, basta referir que recebera o apoio do Partido Republicano. Em 1921, federaram-se ao seu diretório 50 associações. A ação nacionalista tinha como presidente de honra Epiácio Pessoa, como presidente efetivo, o Conde Afonso Celso e 4 vice-presidentes: Justo Fernão, Camilo Prates, Frederico Vilar e Álvaro Bomilcar.

O chamado movimento modernista, cujos primeiros sinais se registram nos anos de 1919 a 1920, e que tomou corpo em 22, será no plano literário o reflexo dos fatores reais que explicam a propaganda nativista e a ação social nacionalista. Mas, infelizmente, temos que deixar de lado esse aspecto. O que importa é assinalar que aquelas iniciativas tiveram seu fundamento teórico em estudos publicados nos periódicos "Brasília" e "Gilblas"; em três livros: "A Política do Brasil" ou "Nacionalismo Radical" de Álvaro Bomilcar, constituído de estudos escritos em sua maioria por volta de 1917, mas editado em 1920; "Nacionalismo Econômico" de Nicolau José Debanet e do "Nacionalismo da Hora Presente", de Jackson de Figueiredo. Essas obras procuram justificar os pontos dos programas anteriormente referidos, exprimindo, em larga margem, mais por intuição do que mediante pura intelectualização, tendências reais da sociedade brasileira naquele momento. Elas são a consciência mesmo de tais tendências, antes que portadoras de uma interpretação academicamente organizada. A nuance intuitiva destas obras é por exemplo ilustrada em palavras como estas de Álvaro Bomilcar: "A crítica social se funda nos fatos e nos senti-

mentos; ou ainda, a sociologia se faz mais pela intuição psicológica do que pelo relativismo efêmero dos acontecimentos”.

Nicolau Debanet, que foi cônsul do Brasil no Egito vários anos, focaliza a situação geral de nosso comércio nos mercados mundiais, e em particular no Oriente. Dizia então: “não existe um comércio nacional brasileiro, não existe comércio brasileiro de exportação, não existe comércio brasileiro de importação, não existe comércio brasileiro interior. Todo o comércio feito no Brasil é feito por estrangeiros, todos os lucros do comércio são granjeados pelos estrangeiros. O Brasil se depauperou por falta de um comércio nacional de exportação, pois não auferiu os lucros de venda de seus produtos, que só poderiam alimentar sua vida. O Brasil se depauperou por falta de um comércio brasileiro interior, por perder em cada momento, em cada operação comercial, embora realizada por brasileiros na zona mais remota do país, a maior parte de seu dinheiro, o qual, ganho por estrangeiro, é remetido para o estrangeiro”.

Jackson de Figueiredo, advertindo de que jamais poderia causar espanto a quem conhecer as condições da nossa vida social, principalmente no Rio, que o seu nacionalismo vise antes do mais esclarecer aos portugueses qual deve ser o seu papel, assim resume o seu pensamento: “o verdadeiro nacionalismo brasileiro é aquele que, amando a contribuição do trabalho de qualquer estrangeiro em nossa Pátria, quer que esse estrangeiro jamais esqueça que o povo brasileiro é o único que aqui pode ter situação privilegiada, jamais esqueça que aqui é tão estrangeiro o quanto nós somos em sua Pátria e sobretudo por especialíssimas razões históricas, impõe aos portugueses aqui domiciliados, que também jamais esqueçam que são estrangeiros tanto quanto o francês, o alemão e o japonês.”

Este grupo mantém-se atuante durante vários anos. Em 1925, é a sua diretriz que preside a fundação, no Rio, da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, com o objetivo de realizar estudos que permitam orientar os interesses econômicos, políticos e sociais do Brasil,

dela participando Arthur Bernardes, seu presidente de honra, Afonso Pena Jr., Francisco Campos, Mário Brant, Epitácio Pessoa, Afonso Celso, Lacerda de Almeida, Nicolau Debanet, Álvaro Bomilcar e outros. Ao mesmo tempo em que, de 1919 a 1925, se registram esses esforços de estruturação de idéias destinadas a criar uma consciência sociológica dos interesses nacionais, verificam-se várias ocorrências que dão uma ilustração dramática do desajustamento da organização político-partidária às condições reais do país.

Estes anos correspondem a dois períodos governamentais, o de Epitácio Pessoa e de Arthur Bernardes, marcados por uma apreciável inquietação social e até por convulsões de porte. Na cúpula das apremiações partidárias iniciava-se, no ano de 1921, a chamada “Reação Republicana”, sob o pretexto de oposição à candidatura de Arthur Bernardes. No governo deste, as correntes oposicionistas de todo o país se coligam com o nome de “Aliança Libertadora”. Diferentes e às vezes contraditórios, esses movimentos parecem indicar um estado de tensão entre forças mal contidas no arcabouço institucional do país. Funda-se o Partido Comunista, em 1922, ano em que se amotinam a Escola Militar e o Forte de Copacabana, erupções trabalhadas pelos mesmos fatores que promovem a revolução de Julho de 1924 em São Paulo, de larga aceitação pública apesar de dominada.

É nesse ambiente propício, por sua natureza, à meditação sociológica, que um grupo de escritores da geração nascida com a República, decide-se a proceder a um inquérito com o propósito de deixar no “tempo e no espaço” o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira. Dêsse inquérito resultou a obra coletiva chamada “À margem da história da República”, editada em 1924. Eram eles: Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tácito Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso.

Animados por um vago desejo de compreender o Brasil, mas sem objetivos concretos, o que não acontecia com os

grupos que os precederam, esses escritores refletem de modo mais ou menos ingênuo as tendências centrípetas de autodeterminação atuantes na sociedade brasileira daquela época. Eles exprimem, com categorias conceituais inadequadas, uma percepção ingênua dos fatos, o que não poderia deixar de acontecer, a maioria deles carecendo do que Freyer chama a participação volitiva no acontecer social. Transpõe assim as questões para o plano da pura especulação. Na conclusão do livro diz-se: “Em nenhum momento talvez da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil como atualmente. A nenhuma geração mais do que a nossa terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito”. E de fato, apesar das diferentes orientações que revelam, quase todos parecem adotar uma concepção psicológica do processo histórico-social, a qual admite a possibilidade da transformação da sociedade pelo mero esclarecimento mental, intelectual, moral e muitas vezes uma certa crença na salvação pelas elites. Faltando-lhes a percepção da contingência histórico-social da psicologia individual e coletiva, pretendiam a pacificação dos espíritos através dos atos de inteligência e de fé. O documento insiste neste ponto quando fala coletivamente; afirmam que procuram reagir pelo progresso dentro da ordem. A sua ideologia é uma ideologia do medo, do temor da revolução. Afirmam que procuram reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que o caminho para andar mais ligeiro é aquele que evita os destinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas. Essas limitações existenciais, entretanto, não lhes impedem de diagnosticar com acerto muitos dos nossos males. Sobretudo três deles são felizes nesse ponto: Carneiro Leão, Gilberto Amado, Oliveira Viana, apesar de suas deficiências. Aliás, os intelectuais, que compõem nesta obra, vivem o momento literário modernista, cujo estado de espírito, como lembrou alguém, pode ser definido por esta sentença de um participante do mesmo: “nós não sabemos precisamente o que queremos, mas sabemos o que não queremos”.

A REVOLUÇÃO DA CLASSE MÉDIA

Não seria impossível realmente naqueles anos atingir-se a uma concepção configurada da sociedade brasileira. Para tanto, faltavam condições objetivas. O país encontrava-se ainda dominado pelas oligarquias ligadas aos interesses do latifúndio e da burguesia mercantilista, embora já se delineasse nitidamente uma burguesia industrial, uma classe média e um proletariado. Essas últimas classes, entretanto, existem por assim dizer vegetativamente. Não eram ainda classes para si, isto é, com a plena consciência do seu papel e de seus interesses como classes; uma certa plasticidade da estrutura político-partidária dominante permitia que, através de compromisso e concessões recíprocas, as classes mais atuantes — a latifúndio-mercantilista, a industrial e a média — encontrassem, de qualquer modo, o seu “modus vivendi”. É aliás a classe que durante o período do Partido Republicano exprime a direção dominante, o vetor do desenvolvimento econômico-social do país.

Até 1930, nenhum movimento político de importância ultrapassa a perspectiva da classe média. Luís Carlos Prestes, quando participou da revolução de 1924, não era comunista, e durante os anos que passou foragido no interior do Brasil, comandando sua famosa coluna, expressivos contingentes de nossa pequena burguesia viam nele o “Cavaleiro da Esperança”, o símbolo da contestação da classe média em luta contra a exploração oligárquica. É significativo que até Plínio Salgado se tenha referido com simpatia à coluna Prestes em seu romance “O Cavaleiro de Itararé”, publicado em 1933. Na década de 20 a 30, a vanguarda de nossos movimentos políticos é assumida por elementos da classe média e principalmente por uma ala revolucionária das forças armadas, cuja presença facilmente se identifica nos acontecimentos revolucionários de 22, 24, 30 e no chamado tenentismo.

A popularidade da revolução de 30 e a relativa facilidade com que se venceram as forças governamentais estão

a mostrar a pequena contradição entre os interesses das várias classes daquela época que, confundidas como povo, se opuseram à oligarquia dominante.

A partir de 1930, acentuam-se as tendências econômicas e sociais mal enquadradas no sistema dominante. E elas se traduzem na expansão do mercado interno e no incremento da produção de bens de capital. A crise mundial de 29, provocando a queda de nossas exportações e portanto das nossas importações, repercute favoravelmente em nossa economia pelo crescimento tanto da produção industrial como da primária. De 1929 a 1937, a produção industrial cresce de 50% e a primária de mais ou menos 40%.

No mês seguinte ao da vitória da revolução, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, em fevereiro de 1931, instituiu-se o Departamento Nacional do Trabalho, regulando-se, em março desse mesmo ano, a sindicalização das classes patronais e operárias. Uma lei de 5 de janeiro de 1907 permitia a organização de sindicatos de operários, mas só a partir de 1931 é que se inicia, entre nós, a estruturação das classes em sindicatos. A compreensão e o domínio das forças desse contexto econômico-social ultrapassavam as idéias e as coordenadas teóricas por que se tinha pautado a ação política até 1930. Os revolucionários, logo após a tomada do poder, inquiridos a que vinham, revelaram a sua perplexidade e despreparo teórico, invocando um espírito revolucionário que não sabiam definir. Um observador inteligente escreveu: "a confusão tomou conta do país, ninguém se explicava diante do país estonteado; à medida que os líderes revolucionários falavam, a confusão aumentava. As entrevistas vazias de sentido da realidade sucediam-se umas às outras, atropelando seus próprios autores — o jôgo das palavras emaranhava os homens". Pelo que se lia nos jornais, ficava-se sabendo que o referido espírito revolucionário era honesto e não fazia política. E no entanto a revolução de 30 promoveu uma mudança de sinal positivo na vida político-partidária do país, ao menos pelos seguintes fatos: a — abriu lugar, nos quadros dirigentes, para consideráveis

contingentes da classe média; b — iniciou a instituição das forças econômicas através da sindicalização; c — iniciou o processo de liquidação da hegemonia de alguns poucos estados em detrimento dos demais; d — firmou o princípio da intervenção do Estado na vida econômica, embora sob a forma de um dirigismo desconexo e às vezes caótico.

O período de 1930 a 1937 é assinalado por um extraordinário esforço de teorização política da realidade nacional, no qual se podem perceber as seguintes direções: o aparecimento de um grande número de livros sobre o Brasil, a realidade brasileira e o destino político do Brasil. A análise desses livros, que não posso fazer aqui, revela três direções: uma direção acadêmico-normativa, na qual incluo aqueles que se caracterizam pela adoção de uma concepção psicológica do processo social, aqueles que acreditam possível a salvação da sociedade pela tutela dos mais esclarecidos, ou pela mudança do caráter do povo mediante a educação; uma direção indutiva, na qual incluo aqueles que, desprovidos de instrumentos metodológicos de rigor científico, conseguiram apesar disso captar alguns aspectos essenciais dos acontecimentos: Martins de Almeida, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa e outros; uma direção pragmático-partidária, na qual incluo as obras e documentos que expõem as diretrizes do integralismo brasileiro, fundado em 1932, e do Partido Comunista do Brasil, orientado desde 1935 por Luís Carlos Prestes.

Seria necessário examinar posteriormente as diferentes mudanças dessas direções. Infelizmente não posso fazê-lo, dado o pouco tempo de que disponho. As seguintes observações podem ser feitas, entretanto, sobre essas direções: a — elas refletem a necessidade de transformação dos métodos e processos políticos por força do relativamente alto grau de diferenciação das classes sociais do país. No período de 1930 a 1937, colocam-se os dados do problema político brasileiro, até hoje sem solução: o problema da liquidação da política de clientela pela estruturação ideológica dos interesses de classes; b — de nenhum dos esforços acima mencionados re-

sultou a formulação de uma ideologia orgânica da realidade nacional, que refletisse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, se não considerarmos as contribuições fragmentárias, às vezes de importância.

Os fatores fundamentais que constituem a infra-estrutura dos movimentos e dos esforços de teorização política de 1930 a 1937 — a diferenciação das classes pela expansão industrial e a reorientação da economia brasileira, procurando um amplo mercado interno e portanto anticolonial — tornam-se cada vez mais ponderáveis nos dias que se seguem a 1937, valendo destacar o papel positivo neste processo da II Grande Guerra e da correlata crise do imperialismo.

A atual crise de nossa organização político-partidária decorre do fato de que essa não ultrapassou aquelas direções pressentidas entre 30 e 37, continuando portanto impertinente aos fatores objetivos que configuram a realidade brasileira. A superação dessa crise será obtida na medida em que as forças políticas se orientarem no sentido da tendência dominante do processo de desenvolvimento do país.

Em conclusão, podemos concluir da análise que fizemos: 1.º — cada uma das tentativas de teorização política feita no Brasil a partir de 1870 tem refletido o grau de consciência possível no momento em que aparecem os fatores configurativos da realidade nacional. Tudo leva a crer que o idealismo utópico que se pretende ver nessas tentativas seja mais aparente do que efetivo; 2.º — os republicanos de 1870 e os positivistas, situacionalmente impedidos de ver com nitidez as contradições econômicas da época em que atuaram, exprimem em termos preponderantemente políticos as aspirações de um estrato superior da classe média; 3.º — esse estrato superior da classe média — quando sua atuação é vista concomitantemente ao processo de expansão industrial do país — exprime no plano político e de modo crescente as tendências dominantes de desenvolvimento da sociedade nacional; 4.º — o golpe de 1889, Sílvio Romero, no período republicano; a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910; os

movimentos revolucionários de 22, 24, a coluna Prestes, 30 são marcos de revolução da classe média contra a burguesia latifundiária e mercantilista; 5.º — de nenhum dos esforços de teorização política registrados no Brasil resultou a formulação de uma ideologia orgânica da realidade brasileira, apta a tornar-se o suporte de uma ação política verdadeiramente nacional.

*O ESTUDO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
EM MINAS GERAIS*

PEDRO PARAFITA DE BESSA

O trabalho que apresentarei a seguir é o resumo das experiências dos professores de Ciências Sociais mineiros presentes ao Congresso. Ele já perdeu grande parte de seu interesse, em virtude da anterior discussão do assunto, quando da apresentação das comunicações dos professores Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Antônio Cândido.

O ensino das disciplinas englobadas sob o título geral de Ciências Sociais fez-se em Minas Gerais, primeiramente, em escola de nível secundário, nos colégios universitários vulgarmente conhecidos em Minas como "cursos pré". Em Minas, esses cursos funcionaram sempre anexos às Faculdades de nível superior, não tendo sido possível comprovar o seu funcionamento em qualquer outra escola.

Das Ciências Sociais, a única a ser ensinada em Minas Gerais, na década de 30, no ensino secundário, foi a Sociologia. Introduzida no currículo dos cursos do colégio universitário por imposição de lei, improvisaram-se os professores para preencher as cadeiras assim criadas. Esse fato parece mostrar que a Sociologia, como as Ciências Sociais de modo geral, não eram concebidas pelo pessoal docente de uma maneira clara, e não se apresentava como matéria com dignidade científica. Mas, se de uma parte o professorado secundário era recrutado em pessoal não habilitado, de outra, as Faculdades, em cujos cursos anexos se ensinava a Sociologia, eram mais rigorosas na seleção de seu corpo docente. A improvisação nesse terreno foi, em certa época, um imperativo das circunstâncias, já que não havia em Minas nenhuma escola superior na qual a Sociologia pudesse ser aprendida.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais, hoje Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Minas Gerais, foi a primeira escola de nível superior que incluiu em seu currículo o ensino das Ciências Sociais. Fundada apenas em 1941, o seu primeiro curso de Ciências Sociais teve quatro alunos. Apesar do interesse despertado pelo curso ser mínimo, havia a esperança de que as perspectivas profissionais que oferecia no magistério acabariam por atrair mais alunos para a Faculdade. Todavia, a reforma do ensino de 1941 fez que o curso perdesse seus atrativos, chegando mesmo, depois de formadas duas reduzidas turmas, a não ter alunos.

O curso de Ciências Sociais, além de não ser sentido como uma necessidade pelo meio ambiente e de não oferecer perspectivas profissionais, nenhuma resposta dava, em virtude da orientação que lhe era impressa, às questões que poderiam ter determinado a sua escolha pelos jovens que nele se matriculavam. Não preenchendo nenhuma função, quer no sistema educacional, quer nos quadros da sociedade global, desapareceu, felizmente por pouco tempo.

Em 1946, com a formação do Instituto de Educação, a Sociologia foi introduzida no ensino secundário e normal. Praticamente, esta é a única cadeira de Sociologia Educacional do ensino normal do Estado. Nas escolas normais localizadas no interior, a cadeira em que se ministra Sociologia compreende o ensino da Educação, História da Educação e Sociologia Educacional. Vê-se assim que o meio ambiente não sente necessidade da Sociologia no curso normal. A Sociologia serve para complementar a formação filosófica do educador e nada mais.

Em 1953, foram introduzidos os cursos de Sociologia Política, apesar da legislação federal que os instituiu ser de 1946 (Decreto-lei n.º 9.786). De 1946 a 1953, a direção da Escola de Ciências Econômicas considerou a possibilidade de criar esses cursos. As condições materiais da Escola favoreciam essa idéia e do ponto de vista financeiro o empreendimento era possível. Todavia, o curso não respondia a nenhuma

necessidade do ambiente, embora representasse uma necessidade teórica.

A instalação do curso e a necessidade de o tornar estável e permanente conduziram a direção da Faculdade de Ciências Econômicas a uma solução de compromisso, que exporemos a seguir. O rápido histórico dos cursos e escolas de Ciências Sociais em Minas Gerais parece-me permitir que se conclua: 1 — essas disciplinas foram ali introduzidas por imposição legal, baseada em necessidades de outras regiões do país, e no momento atual parecem encontrar ambiente para que seu estudo se desenvolva; 2 — a modificação do modo de apresentar a matéria parece não ser estranha a esse início de aceitação das matérias, isto é, a modificação do método de exposição da matéria tornou o curso mais interessante. No momento, são várias as instituições que ensinam Ciências Sociais em Minas Gerais.

O curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais começou suas atividades em 1947, com um único aluno, e vem funcionando regularmente a partir dessa época. A organização da Faculdade de Filosofia obedece aos preceitos da legislação de 1939, estando o curso dividido em curso de bacharelado e curso de licenciatura, com três e um ano respectivamente. O currículo básico do curso de Ciências Sociais ressent-se de uma falta grave, qual seja a ausência da Psicologia Social, matéria essa não lecionada nos cursos de Pedagogia, Filosofia e Didática. Em nenhum desses cursos, porém, a organização dos currículos permite o desenvolvimento capaz de formar especialistas em Sociologia.

Na Faculdade de Ciências Econômicas, a situação parece mais promissora. O curso de Sociologia e Política vem tendo grande aceitação, principalmente porque a escola permite que os alunos o façam ao mesmo tempo que o de Administração Pública. Essa é a solução de compromisso a que nos referimos acima. Com essa providência, ampliam-se as possibilidades profissionais dos alunos, sem prejuízo para a eficiência e didática do curso. Existem outras escolas, onde se ensina Sociologia, mas com caráter complementar.

Os planos e perspectivas são os seguintes: a Faculdade de Ciências Econômicas é, das escolas onde o ensino das Ciências Sociais constitui preocupação dominante, a que elaborou uma política para o desenvolvimento do ensino e das investigações. A Faculdade de Ciências Econômicas pretende manter os seus cursos mais diretamente ligados às Ciências Sociais — o de Sociologia e Política e o de Administração Pública — em sua estrutura curricular geral, para a formação de bacharéis habilitados ao exercício da profissão ligada a esses cursos. Para a melhoria de seu ensino, pretende criar cursos de especialização, de extensão universitária e de aperfeiçoamento, nos quais as matérias e os assuntos receberão tratamento mais aprofundado, quer de parte dos professores regulares da casa, quer de parte de professores de outras escolas, especialistas na matéria. Pretende também, com a mesma finalidade didática, convidar professores de outros estabelecimentos de ensino superior, para ministrar cursos de pequena duração, sobre aspectos específicos de determinadas ciências.

Para a investigação e as pesquisas sociais, pretende a Faculdade de Ciências Econômicas criar um Instituto de Pesquisas, com uma organização independente e administrativamente autônoma, embora ligado à direção da Faculdade. Os professores e alunos dos vários cursos da escola poderão utilizar as instalações do Instituto, realizar aí trabalhos didáticos ou pesquisas próprias, ou acompanhar as investigações realizadas sob a responsabilidade do Instituto, fazendo estágio ou utilizando-se do material recolhido em trabalhos já completados.

Na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais não existem planos especiais para desenvolver as atividades do curso de Ciências Sociais. A limitação do pessoal docente e a sobrecarga do trabalho didático não têm permitido que se desenvolva um plano de pesquisas.

Desejamos agora tratar da situação de ensino de uma das matérias, a Sociologia. Na Faculdade de Filosofia, temos a organização curricular do padrão federal. Na Faculdade

de Ciências Econômicas, a Sociologia é ensinada no Curso de Sociologia e Política e de Administração Pública. Segundo a organização inicial, a Sociologia seria lecionada para o primeiro ano do curso de Administração Pública e para o segundo ano do de Sociologia e Política, isto é, cada um dos cursos teria apenas um ano de Sociologia.

Elaborado o programa da cadeira para o primeiro ano do curso de Administração Pública, que começou a funcionar em 1953, verificou-se a impossibilidade de esgotá-lo em um ano, pelas seguintes razões: extensão da matéria, regime escolar de si já reduzido e ainda sujeito a inúmeras interrupções por feriados, dias santos e outras causas. A fim de melhorar a situação do ensino da Sociologia, meu colega Oswaldo Gusmão propôs que a Sociologia fôsse ensinada nos primeiro e segundo anos do curso de Sociologia e Política. Infelizmente, ainda no presente ano letivo de 1954, a Sociologia continua a ser lecionada em apenas um ano, com a diferença de que foi transferida do primeiro para o segundo ano do curso de Administração Pública. Segundo o plano do professor Gusmão, a Sociologia seria ensinada nos primeiro e segundo anos de Sociologia e Política e na primeira série de Administração Pública, sendo os primeiros anos comuns. Nesse primeiro ano seriam ministradas as noções básicas de introdução à Sociologia, incluindo-se nelas a metodologia e o estudo dos fenômenos mais gerais objeto da disciplina.

Na segunda série do curso de Sociologia e Política, completar-se-ia o desenvolvimento do programa da cadeira, que seria então reelaborado, para ajustá-lo às novas condições didáticas. Considerando a já referida possibilidade de frequência concomitante dos dois cursos, poucos seriam os alunos de Administração Pública que não teriam dois anos de Sociologia.

O professor de Sociologia no curso de Sociologia e Política procura equilibrar as pesquisas de campo com a formação teórica básica indispensável. O objetivo do curso é de formação, uma vez que é curso de bacharelado, e sua natureza é essencialmente teórica. Contudo, o professor da cadeira considera indispensável desenvolver nos alunos o interesse

pela pesquisa e pela investigação, dando-lhes a oportunidade de realizar trabalhos dessa natureza, sob sua orientação, ou de técnicos especializados. Tanto é didaticamente vicioso o desenvolvimento excessivo dos trabalhos de pesquisa, com prejuízo dos ensinamentos teóricos, quanto é deficiente o ensino exclusivamente doutrinário, com o afastamento dos alunos da realidade em que se aplicam êsses conhecimentos. Esforçando-se a Escola por formar especialistas, procura ao mesmo tempo oferecer a professores e alunos melhores condições de trabalho, dentro do campo específico de suas preocupações de formação. Sendo raros os que buscam o curso com preocupação exclusivamente científica, a direção da escola tem-se preocupado com a regulamentação das atividades dos portadores de diplomas desses cursos.

Quanto à Antropologia, ela é ensinada na Faculdade de Filosofia, nos cursos de Geografia e História (3 anos) e Ciências Sociais (1 ano), e na Faculdade de Ciências Econômicas no curso de Sociologia e Política (1 ano). Razões de vária ordem têm impedido que o ensino da Antropologia, apesar de feito há cerca de 10 anos, produza resultados animadores e positivos.

DEBATES

Dia 22 de junho de 1954

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente — *João Mendonça*

Relatores — *Olavo Baptista Filho, Roger Bastide
e Rivadavia Marques Jr.*

Presidente — “Convido o Prof. Olavo Baptista Filho a ler sua comunicação sobre “O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos”.

Olavo Baptista Filho — À guisa de introdução, diz que o sistema nacional baseia-se na cooperação das três órbitas administrativas: a União, os Estados e os Municípios. Essa cooperação procura dar aos levantamentos estatísticos a unidade necessária para que seja possível a comparação dos dados. No que diz respeito à apresentação dos resultados, o esquema fundamental existente divide-se em duas partes: uma procura caracterizar a situação social e o bem-estar físico-social (caracterização físico-demográfica), e a outra procura caracterizar o bem-estar econômico-social (caracterização sociográfica). Nesses dois grupos são apreciadas todas as questões referentes à situação da vida urbana, de assistência, de beneficência, de cooperação social. Num outro grupo, o da situação cultural, temos dois grupos: o da vida intelectual e o da vida moral. No da vida intelectual são agrupados todos os dados referentes ao ensino, à difusão da cultura através de bibliotecas, museus, etc. No da vida moral, são agrupados os aspectos positivos e negativos dessa vida. Finalmente, num outro grupo, o da situação administrativo-política, temos a apreciação e divulgação dos dados estatísticos referentes à administração pública, à segurança pública, à justiça, etc.

(Segue-se a comunicação, para a qual, veja-se a pág. 77).

DEBATES

Costa Pinto — Após ressaltar a necessidade de defender-se a Estatística Nacional das dúvidas e suspeitas levantadas pelos leigos com relação à validade dos dados apresentados, o Prof. COSTA PINTO coloca alguns problemas que, a seu ver, são sugeridos pelo sistema estatístico nacional.

O primeiro problema é o da versatilidade. Observa, inicialmente, que os pesquisadores geralmente não encontram tabelas, quadros e resultados estatísticos que coincidam com suas necessidades de pesquisa, e na verdade seria exigir demais, que os estatísticos previssem tôdas as suas necessidades. Na escala geográfica, por exemplo, encontramos apenas referência, nos municípios, a dados muito gerais. Para o Prof. COSTA PINTO êsse fato assume especial importância, pois no Brasil não se pode estudar nenhum problema sem descer à escala municipal e mesmo distrital. Como os pesquisadores nem sempre podem suprir as lacunas do sistema estatístico pela pesquisa direta, seria conveniente que a apresentação dos resultados por base geográfica fôsse feita de maneira mais versátil e elástica.

O segundo problema que o Prof. COSTA PINTO coloca é o da discriminação da população por categorias profissionais. Atualmente, a profissão e o ramo de atividade vêm confundidos nos resultados estatísticos, quando se sabe que as mais variadas categorias profissionais apresentam diversos ramos de atividade nos quais o escalonamento e a estratificação vertical variam de tal forma que se torna praticamente inócua a utilização dos dados disponíveis.

Concluindo, o Prof. COSTA PINTO, acentua que por tais motivos foi que insistiu pela inclusão, no temário do Congresso, do tópico relativo ao sistema estatístico nacional. Depois de reconhecer as grandes dificuldades que se apresentam para a coleta de dados no Brasil, e ressaltar a obra gigantesca de Giorgio Mortara, sugere a realização de simpósios nacionais ou estaduais, para que estatísticos e sociólogos discutam a melhor maneira de serem apresentados os resultados das investigações estatísticas.

Lucila Herrmann — A prof.^a LUCILA HERRMANN, referindo-se às observações do Prof. Costa Pinto, diz que a Estatística não pode fornecer todos os dados exigidos por cada pesquisador, cabendo a êles completar, pela investigação pessoal, aquilo que lhe foi fornecido.

Analisa, a seguir, o problema da comparação de estatísticas, assinalando que em muitos casos essa comparação torna-se impossível, em virtude da divisão administrativa dos Estados mudar com freqüência a base territorial à qual se referiam certos dados. Assim, por exemplo, será difícil estudar com precisão a evolução de um determinado fenômeno num município de São Paulo, pelo fato de, com o correr dos anos, êsse município ser dividido em dois ou mais, e as estatísticas referentes ao município primitivo não permitirem que se estude o fenômeno desejado tal como se apresentava no novo município, quando era distrito do primitivo. A Prof.^a LUCILA HERRMANN, a seguir, baseada em exemplo, afirma que se faz necessária uma ação do I.B.G.E. e da S.B.S. para evitar que os atuais municípios continuem sendo divididos de maneira não racional.

Aborda, a seguir, o problema do preparo dos estatísticos municipais, acentuando a necessidade de um preparo intensivo dêsses técnicos, e solicita, do relator, esclarecimentos sobre as pesquisas realizadas pelo I.B.G.E. sobre o "turn-over".

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS procura relacionar as dificuldades encontradas pelo sistema estatístico nacional com as condições inerentes à atual fase de desenvolvimento econômico-social do país, que não permitem maior rigor no levantamento. Cita o exemplo das estatísticas de natalidade, feitas com base no registro civil, quando se sabe que grandes contingentes da população brasileira, por ignorarem as exigências da lei, não registram os seus filhos. Outro exemplo é o da estatística sobre a renda nacional, imperfeita pelo fato de grande parte da produção agrícola ser consumida *in loco* e, não entrando no comércio, não permitir registros estatísticos.

Julga que as estatísticas não podem ser comparadas, em primeiro lugar porque o seu grau de exatidão varia de país para país; em segundo lugar, porque no caso, por exemplo, das estatísticas "per capita", perde-se de vista a composição etárea da população, sem o que não se podem comparar efetivamente os dados.

Olavo Baptista Filho — Respondendo às intervenções acima, o Prof. OLAVO BAPTISTA FILHO concorda com o Prof. Costa Pinto, quando diz que as estatísticas devem atingir também o distrito, salientando que essa é a tendência atualmente seguida pelo I.B.G.E. No que se refere à discriminação por categorias profissionais, reputa a tarefa árdua, em virtude do pesquisado não saber, muitas vezes, em que categoria profissional se enquadra.

Concorda com a Prof.^a Lucila Herrmann, quando resalta os inconvenientes das sucessivas alterações da base territorial para a pesquisa, e reclama critérios mais racionais para a divisão dos municípios. Declara que o I.B.G.E. já tomou consciência do problema e se esforça para que todas as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios façam respeitar um certo lapso para a criação de novos municípios. Com relação ao preparo dos estatísticos municipais, o Prof. OLAVO BAPTISTA FILHO esclarece que eles são selecionados por rigorosos concursos de títulos e provas.

Endossa, concluindo, as observações e a interpretação do Prof. Guerreiro Ramos sobre a precariedade dos dados estatísticos brasileiros e a impossibilidade de compararem-se sistemas de diferentes países.

Presidente — "Tem a palavra o Prof. Roger Bastide, para fazer sua comunicação sobre "O problema das pesquisas sociológicas no Brasil"."

(ver a comunicação à pág. 81)

DEBATES

Euclides Mesquita — O Prof. EUCLIDES MESQUITA analisa o problema da centralização das pesquisas, acen-

tuando a necessidade do trabalho em grupo. Teme, todavia, que a centralização possa permitir uma intervenção política do Estado, desvirtuando o caráter científico da pesquisa.

Sugere que em cada Estado da federação seja organizado um centro de pesquisas sociológicas, encarregado de orientá-las, mas sem delimitar o seu campo. Esses centros de pesquisa funcionariam sob a direção da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Oswaldo H. Gusmão — O Prof. OSWALDO GUSMÃO faz uma pequena comunicação paralela sobre a tentativa feita pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais para conseguir a integração da teoria e da pesquisa no campo das Ciências Sociais. Verificada a insuficiência da formação teórica dos futuros bacharéis em Ciências Sociais, pretende a referida Faculdade criar o Instituto de Ciências Sociais, que se destinará exclusivamente ao preparo de pesquisadores. Esse Instituto não terá função didática, possibilitando, no entanto, que os alunos de Ciências Sociais realizem estágios e participem de pesquisas.

Concluindo, duvida que, dado os seus recursos, possa a Sociedade Brasileira de Sociologia desempenhar o papel sugerido pelo Prof. Euclides Mesquita.

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS opõe restrições às idéias expendidas pelo Prof. Roger Bastide, achando ser perigoso criar-se no Brasil a mística da pesquisa antes da Sociologia brasileira ter cumprido uma tarefa fundamental, qual seja a de dar aos que nela trabalham uma consciência orgânica da sociedade brasileira. A aprovação da sugestão do Prof. Euclides Mesquita poderia dar azo ao "romantismo da pesquisa pela pesquisa". A concentração dos trabalhos de pesquisa em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná reflete, a seu ver, uma lei do desenvolvimento da sociedade, pois é nesses centros, onde o desenvolvimento industrial já alcançou um certo nível, que as pressões e as vicissitudes permitem o trabalho do sociólogo.

Lucila Herrmann — A Prof.^a LUCILA HERRMANN reconhece a necessidade de serem centralizados os esforços dos vários pesquisadores individuais, mas pergunta em torno de que instituições devem êles ser centralizados. Rejeita a hipótese de Institutos subvencionados pelo Governo e por entidades particulares, em virtude do risco das pesquisas poderem ser orientadas. Conclui pela ligação dessas pesquisas à Universidade, capaz de permanecer acima dos interesses e pressões, quer do Governo, quer de entidades particulares.

Roger Bastide — Depois de agradecer as contribuições dos diversos oradores, o Prof. ROGER BASTIDE diz que não se pronunciou a favor da centralização das pesquisas, tendo, pelo contrário, procurado ligar o que de bom têm a centralização e a descentralização. É por essa razão que, tendo acentuado os perigos da centralização, propusera que a Sociedade Brasileira de Sociologia controlasse essas pesquisas, que seriam realizadas com recursos dotados pelo Estado.

Concorda com o Prof. Guerreiro Ramos, quando êle afirma a necessidade de planificar-se a ordem de pesquisas. Essa ordem variará de Estado para Estado: em Pernambuco, por exemplo, será a sêca; em São Paulo, a industrialização, e no Rio de Janeiro, os problemas administrativos.

No que se refere ao individualismo dos cientistas e à resistência dos entrevistados aos pesquisadores, diz que êsses dois fenômenos se verificam também na França. Procurou-se, na França, superar os inconvenientes do individualismo pela realização de seminários, em que os cientistas discutiam suas opiniões. Êsse processo pode ser aplicado com êxito no Brasil, desde que não haja participação do público.

Com relação ao problema da ligação das pesquisas à Universidade, lembra que é uma questão que comporta duas soluções: a mexicana, que preconiza a separação entre o ensino e a pesquisa, e aquela — a seu ver melhor — que parte do princípio de que a pesquisa e o ensino não podem ser separados. O ensino obriga o professor a viver a pesquisa

diante de seus alunos e leva à criação de novos conceitos. O pesquisador que não ensina corre o risco de não precisar suas idéias, de perder-se nos dados.

Presidente — “Tem a palavra o Prof. RIVADÁVIA MARQUES JR., que lerá sua comunicação sôbre a “Análise da zona rural, sob o ponto de vista da organização e condições de vida.”

Rivadavia Marques Jr. — “Meu trabalho é muito simples. Com êle procurei fazer uma fotografia da zona rural do Município de Itapeva, que se encontra em estado de pauperismo tão acentuado que favorece a observação e análise do problema do êxodo rural.”

(ver a nota explicativa à pág. 75)

DEBATES

Paula Beiguelman — Depois de manifestar o desejo de saber de que elementos se utilizou o Prof. Rivadavia Marques Jr. para fazer a caracterização apresentada, a Prof.^a PAULA BEIGUELMAN diz que a seu ver a pesquisa sociológica não foi por êle feita. Os problemas apresentados necessitam estudo mais especificamente sociológico.

Euclides Mesquita — Após declarar que o Prof. Rivadavia se ateve a generalidades, o Prof. EUCLIDES MESQUITA refere-se à afirmação contida na comunicação, segundo a qual deve ser valorizado o trabalhador rural para evitar-se o êxodo dos campos. Essa valorização, a seu ver, só poderá ser feita através de uma obra de cultura e não do sistema simplista de fixar o homem à terra graças à sua equiparação pura e simples ao trabalhador urbano. Declara-se partidário das “missões rurais”, a exemplo do que se faz no México e Chile.

Fernando Affonso Gay da Fonseca — O Prof. GAY DA FONSECA chama a atenção do Prof. Rivadavia Mar-

ques Jr. para o problema dos *rancheiros*, tipo de trabalhadores encontrados no Rio Grande do Sul, os quais nem trabalham na fazenda, nem são roceiros, vivendo à margem das estâncias. Acredita que o Prof. Rivadávia não expôs claramente qual o tipo de relações existentes entre o senhor da fazenda e o homem do campo, as quais podem ser definidas como paternalistas.

Rivadavia Marques Jr. — Lembra ao Prof. Gay da Fonseca que não há o *rancheiro* na região por êle estudada. Quanto às relações entre o fazendeiro e o roceiro, admite que o paternalismo pode explicar muitos fatos, pois embora seja notada a separação entre fazendeiros e roceiros, ela é compensada pelas relações que se estabelecem entre os filhos de uns e outros.

Presidente — “Está encerrada a sessão.”

* * *

SESSÃO DA TARDE

Presidente — *Henrique Stodieck*

Contribuição da delegação do Distrito Federal — Exposição a cargo do Prof. José Bonifácio Rodrigues sobre “Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal”

(ver a exposição à pág. 233)

DEBATES

Evaristo de Moraes Filho — Depois de referir-se à necessidade da colaboração do antropólogo, do sociólogo e do ecologista no estudo de um problema de magnitude do levantado pelo Prof. José Bonifácio Rodrigues, e depois de acentuar a necessidade da participação do estatístico nesses trabalhos, o Prof. EVARISTO DE MORAES FILHO discorda da afirmação segundo a qual algumas comunidades rurais

e alguns grupos de pescadores no Distrito Federal vivem isolados. Mostra que os habitantes da zona rural estão em contacto com os serviços públicos do Distrito Federal pelo rádio, telefone e mesmo televisão. Todos êsses meios de comunicação fazem, a seu ver, desaparecer a noção de zona rural. Conclui, dizendo que no Distrito Federal só podem ser distinguidas duas zonas: a urbana e a suburbana.

José Albertino Rodrigues — Com a palavra, pede ao relator vários esclarecimentos de caráter ecológico.

Gioconda Mussolini — A Prof.^a GIOCONDA MUSSOLINI solicita esclarecimentos sobre a maneira de conjugação dos vários critérios ecológico, funcional e social, declarando que considera o trabalho em questão mais uma sugestão para futuros trabalhos, pois não sentiu o funcionamento do critério estabelecido para a distinção das áreas.

Costa Pinto — O Prof. COSTA PINTO lembra que além das divisões mencionadas pelo Prof. José Bonifácio Rodrigues podem ser citadas a “zona sanitária” — divisão da Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal — e uma outra que, embora não administrativa, tem grande poder e prestígio: a paróquia. Lembra que, além da coordenada histórica, deve também ser considerada a topográfica, pois, no que se refere a essa última, a serra da Carioca separa áreas socialmente idênticas e geograficamente distantes.

No tocante aos critérios de classificação, lembra a existência de serviço telefônico interurbano, que permite que um conjunto de cidades menores — e não mais cada uma de per si — seja ligado ao Distrito Federal. Pede também que o Prof. José Bonifácio, na continuação de seus estudos, leve em conta a noção de área metropolitana.

José Bonifácio Rodrigues — Em resposta à pergunta da Prof.^a Gioconda Mussolini, esclarece que há coincidência entre os critérios funcional e ecológico, isto é, as populações mais pobres do Distrito Federal tendem a localizar-se nas áreas ecológicamente mais desfavorecidas.

Com relação às observações do Prof. Costa Pinto, o Prof. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES mostra que os morros perderam muito de sua importância, pois populações que antes nêles se abrigavam agora buscam as margens da rodovia Presidente Dutra e da estrada Rio-Petrópolis. No que se refere à noção de zona metropolitana, diz que o padrão de crescimento ecológico do Rio de Janeiro coincide com o das cidades norte-americanas, o que não permite, entretanto, universalizá-lo.

Presidente — “Está encerrada a sessão.”

* * *

Dia 23 de junho de 1954

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente — *Laudelino de Medeiros*

Relatores — *Henrique Stodieck e Florestan Fernandes*

Presidente — “Tem a palavra o Prof. Henrique Stodieck, para ler sua comunicação sobre “Problemas de planificação através do direito”.”

(ver a comunicação à pág. 85)

DEBATES

Florestan Fernandes — Depois de afirmar que o trabalho do Prof. Stodieck coloca o problema da legislação trabalhista à luz de uma crítica sociológica, o Prof. FLORESTAN FERNANDES diz que o que interessa aos brasileiros é aproveitar o Direito como técnica social capaz de introduzir inovações no meio social. Passa a analisar a contribuição dos bacharéis para a formação administrativa do Brasil, e afirma que a reação ao papel por eles desempenhado em nossa história é pouco construtiva e não corresponde à realidade dos fatos. Conclui afirmando o papel construtivo do Direito na história do Brasil, pois foi êle que permitiu regulamentar situações sociais instáveis e caóticas.

Evaristo de Moraes Filho — Depois de analisar a relação entre Direito e Sociologia do Direito, o Prof. EVARISTO DE MORAES FILHO discorda da afirmação do Prof. Stodieck, segundo o qual o Direito não inova; afirma, ao contrário, o seu papel sempre inovador, lembrando que é o maior instrumento de intervenção direta na vida social.

Guerreiro Ramos — Após afirmar que a noção de lei em Sociologia está sendo substituída pela de tendência, e de concordar com o Prof. Florestan Fernandes no tocante ao papel dos bacharéis, o prof. GUERREIRO RAMOS diz que a ordenação jurídica do Brasil só pode ser compreendida à luz da lei da duplicidade, que nos permite ver como as superestruturas européias, transplantadas no Brasil, sofreram a influência do meio ambiente. Quanto ao papel criador do Direito, refere-se à legislação trabalhista, dizendo que ela precedeu a tomada de consciência do proletariado industrial como classe, contribuindo para a sua transformação de *classe em si* em *classe para si*.

Gláucio Veiga — Concordando com a afirmação do Prof. Evaristo de Moraes Filho sobre o papel inovador do Direito, o Prof. GLÁUCIO VEIGA exemplifica com o caso do Direito Soviético, eminentemente inovador e revolucionário. Discorda da afirmação do Prof. Guerreiro Ramos, segundo a qual a legislação trabalhista contribuiu para a transformação do proletariado de *classe em si* em *classe para si*, pois, a seu ver, não é uma legislação imposta pela classe operária, mas sim uma legislação de compromisso, imposta pela burguesia.

Maria Suzana Eliezer de Barros — A Prof.^a MARIA SUZANA ELIEZER DE BARROS lembra a necessidade de distinguir-se, em estudos dessa natureza, a ciência social da arte social.

Júlio Barbosa — O Prof. JÚLIO BARBOSA lembra a necessidade de estudar-se a vinculação entre o Direito como técnica e a constelação de poder existente numa dada socie-

dade. O papel inovador do Direito, como técnica a serviço de uma constelação de poder, pode ser típico, limitando-se a regular a ordem vigente, e pode ser estrutural, caso que se verifica quando assume o poder um quadro administrativo não integrado nas antigas estruturas. A propósito do papel histórico do bacharel, nota que o seu predomínio vinha do fato de representar uma exceção na sociedade coeva, dada a instrução que o distinguia.

Wilson Rosa da Silva — O Prof. ROSA DA SILVA tece, a propósito da comunicação, considerações sobre a teoria sociológica moderna e o problema da causalidade.

Paula Beiguelman — A Prof.^a PAULA BEIGUELMAN coloca o problema de saber se uma legislação feita para grupos que não a solicitarem pode ser aplicada. A seu ver, a questão tem resposta positiva, desde que se descubra os meios adequados à sua aplicação, meios êsses correspondentes à nova situação social.

Antônio Rubbo Müller — O Prof. RUBBO MÜLLER propõe que o estudo dos fatos jurídicos e de sua aplicação à realidade parta de áreas bem delimitadas, a fim de poderem ser formulados os problemas relativos às diferenças regionais e os relativos às áreas iguais de zonas diferentes. Chama a atenção para a questão que se coloca com o ajustamento do imigrante às normas jurídicas que vai encontrar, pois êsse fato permitirá ver como se processa, à luz do Direito, a integração do imigrante nos sistemas de parentesco, religioso, de trabalho, etc. Considera fecunda a primeira conclusão do Prof. Stodieck; mas gostaria de ouvir referências a pesquisas aqui feitas, para saber até que ponto se pode encarar o direito como *arte*, aplicada à orientação da mudança social.

Henrique Stodieck — Respondendo ao Prof. Guerreiro Ramos, o Prof. HENRIQUE STODIECK concorda que a noção de lei perdeu seu antigo significado, não só nas Ciências Sociais, como também nas Ciências Físicas. Em função

de sua experiência de juiz trabalhista, duvida da função teleológica do Direito aplicado a uma realidade que reage. Todavia, reconhece que essa função existe, embora seja exercida de maneira indireta, através de modificações verificadas sobretudo na tecnologia. No que se refere ao caso do Direito Soviético, afirma que sua função inovadora decorre da mudança da mentalidade dos dirigentes da Rússia. Houve casos, como o da NEP, em que êles tiveram de voltar atrás em sua pretensão de modificar a realidade com o simples recurso à lei.

Presidente — “Tem a palavra o Prof. Florestan Fernandes.”

Florestan Fernandes — “O tema da presente comunicação é “O ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira”. Ao escrevê-la, tive consciência de que incidia num grande êrro, pois escolhi um objeto que não existe. Realmente, a Sociologia não existe no currículo dos ginásios e dos colégios. De modo que o objeto não é daqueles que possa atrair muito a atenção dos congressistas. Todavia, de outra parte, podemos debater a conveniência de mudar a estrutura do sistema educacional do país e a conveniência de aproveitar, de uma maneira mais construtiva, as ciências humanas no currículo da escola secundária.

Acredito que a questão de saber se a Sociologia deve ou não ser incluída no ensino secundário deve ser encarado dêsse ponto de vista. Como, porém, o objeto de minha comunicação não existe, tomei a deliberação de concluí-la por uma série de perguntas, as quais deverão ser respondidas pelos congressistas.”

(ver a comunicação à pág. 89)

DEBATES

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS discorda de algumas considerações feitas pelo Prof. Florestan Fernandes. Reconhecendo que seria ideal a difusão em larga escala dos conhecimentos sociológicos na escola secun-

dária, pergunta-se se a Sociedade brasileira está em condições de permitir esse ensino. A seu ver, a resposta é negativa, porque a Sociologia brasileira está alienada da realidade nacional, já que não foi elaborada como resposta ao desafio da realidade, mas reflete problemas de outros países, de cultura autêntica. Ainda que não existisse o problema da alienação, existe para o Prof. GUERREIRO RAMOS o problema da falta de especialistas, o que dificulta o ensino proveitoso da Sociologia na escola secundária.

Welman Galvão de França Rangel — O Prof. FRANÇA RANGEL considera útil que a Sociologia seja incluída entre as matérias dos cursos médios em geral, por razões não só de ordem teórica, como de ordem prática.

Júlio Barbosa — O Prof. JÚLIO BARBOSA contesta as afirmações do Prof. Guerreiro Ramos, dizendo que a circulação das idéias obedece às mesmas leis da circulação dos bens econômicos. Assim, nada impede que recebamos idéias do estrangeiro, desde que, na sua aplicação à realidade brasileira, tenhamos o cuidado de ver se são ou não compatíveis com nossa estrutura social. Qualquer idéia pode ser “importada”, contanto que a submetamos ao processo de análise ideológica, verificando o seu grau de compatibilidade com a nossa estrutura social. No que se refere à falta de especialistas, diz que estes só poderão aparecer se houver a possibilidade de sua atuação — dando-se portanto o contrário do que afirma o Prof. Guerreiro Ramos.

Lucila Herrmann — Respondendo às perguntas formuladas pelo Prof. Florestan Fernandes, a Prof.^a LUCILA HERRMANN coloca as seguintes questões: quais os perigos da inclusão da Sociologia no currículo da escola secundária para a formação da personalidade? Quais os perigos que representaria para a mentalidade do jovem brasileiro?

Pergunta-se a seguir se a Sociologia não viria aumentar a inquietação natural do adolescente, em virtude da perspectiva relativista que oferece. A seu ver, esse relativismo poderia ser corrigido com o recurso à pesquisa, que colo-

caria o adolescente diante da realidade social que ele mal conhece. Assim, o jovem aprenderia que, apesar de não haver nada absoluto, há uma ordem, a que está perto de nós, que foi criada pela tradição e que, embora sofrendo mudanças, tem seus padrões, seus valores, sua estrutura.

Costa Pinto — Depois de apontar as dificuldades de ordem legal-administrativa com que se defrontará a transformação das propostas do Prof. Florestan Fernandes em lei, o Prof. COSTA PINTO afirma a necessidade e a conveniência do ensino da Sociologia no ensino secundário, propondo que as conclusões implícitas na comunicação sejam aceitas pelo plenário.

Presidente — “Os debates ficam adiados para a sessão de amanhã pela manhã.”

* * *

SESSÃO DA TARDE

Presidente — *Castro Faria*

Contribuição da delegação de Pernambuco — Exposição a cargo do Prof. Ruy da Costa Antunes sobre “Imprensa e Criminalidade”

Contribuição da delegação da Bahia — Exposição a cargo do Prof. Wilson Rosa da Silva sobre “Estudo de uma comunidade rural na zona cacaueteira”

(ver a 1.^a exposição à pág. 245)

DEBATES SOBRE A 1.^a EXPOSIÇÃO

João Mendonça — O Prof. JOÃO MENDONÇA diz que na Bahia a influência da imprensa na criminalidade é mínima, em primeiro lugar porque a maior parte dos delinquentes não sabe ler, e depois porque a aquisição diária do jornal influi consideravelmente em seu orçamento familiar. Pesquisa por ele realizada veio demonstrar que o “Estado

da Bahia”, vespertino que dedica grandes títulos às matérias sensacionalistas, é o jornal menos lido da Bahia.

Gay da Fonseca — O Prof. GAY DA FONSECA, apoiado em pesquisa feita no Rio Grande do Sul, acentua a perniciosidade da influência do rádio, cuja ação sobre os iletrados pode ser decisiva.

Gláucio Veiga — O Prof. GLÁUCIO VEIGA opina que a influência da imprensa depende freqüentemente mais da fotografia do que do texto, alcançando portanto o próprio analfabeto.

Oracy Nogueira — O Prof. ORACY NOGUEIRA diz que, a seu ver, a hipótese de trabalho levantada pelo Prof. Ruy Antunes liga-se mais ao campo da psicologia, e de uma psicologia tradicional, que ao da Sociologia. Isso é facilmente verificável, pois o autor da comunicação parte de uma hipótese que se pode resumir na relação *estímulo-resposta*: a leitura do jornal age como estímulo sobre a personalidade do leitor, levando-o a uma resposta que poderia ser uma forma de delinqüência.

Afirma que o sociólogo deve preocupar-se mais em focalizar a situação social do que o comportamento do indivíduo em si. Poderia haver, assim, uma situação social para cuja formação a leitura teria concorrido, mas que não se manifestaria necessária ou exclusivamente através de quem leu. É dessa perspectiva que o problema deve ser estudado, isto é, duma perspectiva mais “durkheimiana”, por assim dizer.

Euclides Mesquita. — O Prof. EUCLIDES MESQUITA lembra a complexidade do problema e ressalta que uma resposta à pergunta “exerce a imprensa influência sobre a criminalidade?” só poderá ser dada depois de uma ampla pesquisa, rigorosamente científica.

Maria Isaura Pereira de Queiroz — Depois de concordar com o Prof. Oracy Nogueira no que se refere ao caráter psicológico da pesquisa do Prof. Ruy Antunes, a Prof.^a MA-

RIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ afirma que, antes de avaliar a influência desse ou daquele fator sobre a criminalidade, interessa descobrir, numa dada sociedade, qual o conceito de crime e qual a sua função. Só assim se estará em condições de responder quais os fatores que podem aumentar ou diminuir a incidência do fenômeno. Neste sentido, cita resultados da sua pesquisa em Santa Catarina, relativamente à função do crime como fator de integração e ascensão social.

Gioconda Mussolini — A Prof. GIOCONDA MUSSOLINI, depois de verificar que se procura responder ao problema da relação existente entre imprensa e criminalidade, levanta a possibilidade de se inverter a questão, indagando até que ponto o crime determina o sensacionalismo da imprensa, e a que ordem de necessidades, ou de orientação cultural e social, corresponde essa busca do sensacional por parte do leitor.

Ruy da Costa Antunes — O Prof. COSTA ANTUNES esclarece que o objetivo da comunicação foi combater os que, sem apoio em dados positivos, afirmam a influência perniciosa da imprensa e, ao exigir a promulgação de leis para coibir o sensacionalismo, restringem a sua liberdade. Afirma que diante da complexidade da matéria é prematuro e perigoso propor leis para resolver a questão.

Concorda com a observação do Prof. Gláucio Veiga, embora não se saiba em que medida os criminosos são influenciados pelas fotografias. Com relação à observação da Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, lembra que a Sociologia Criminal defronta-se com uma fatalidade de ordem jurídica: crime é toda infração da lei penal, não havendo outra maneira de defini-lo.

Presidenté — “Com a palavra o Prof. Wilson Rosa da Silva, da delegação da Bahia, que nos apresentará seu trabalho sobre a região de Ilhéus.”

(ver a exposição à pág. 253)

DEBATES

Lucila Herrmann — A Prof.^a LUCILA HERRMANN pede ao Prof. Wilson Rosa da Silva esclarecer o seu conceito de grande, médio e pequeno proprietário, e pergunta qual o critério usado para a classificação: se o critério sociológico, que considerará não tanto a extensão territorial, mas a relação entre a área e o meio social; se o critério estatístico, que se preocupará apenas com a área ocupada pelo proprietário. Refere-se finalmente ao fato do Prof. Wilson Rosa da Silva utilizar, sem a necessária distinção, conceitos fornecidos pela Sociologia e técnicas próprias da ação social.

Antônio Rubbo Müller — O Prof. MÜLLER observa inicialmente a conveniência de se dar o nome verdadeiro da comunidade estudada (ao contrário do que fez o relator), a fim de possibilitar a comparação de caráter geográfico e sociológico. Aponta a seguir a necessidade de estudo objetivo de caráter sincrônico, num lapso de tempo determinado, e de estudos diacrônicos subsequentes, utilizando a comparação de vários estudos sincrônicos da mesma comunidade em momentos diferentes. Lembra a seguir a necessidade do máximo cuidado na passagem à intervenção na comunidade, devendo-se sempre partir da condição desta.

Wilson Rosa da Silva — O Prof. WILSON ROSA DA SILVA, em resposta às questões da Prof.^a Lucila Herrmann, diz que há dois critérios para classificar as propriedades: o popular e o estatístico. A estatística diz que grande proprietário é aquele que possui mais de 500 hectares de terra, e pequeno o que tem menos de 50. Na Bahia, o critério popular é diferente: grande proprietário é o que tem mais de 1.000 arrôbas de cacau, o que corresponde a 50 hectares de terra.

Com relação à não distinção dos conceitos sociológicos dos práticos, não vê inconveniente, pois uma vez estabelecidas as bases de um sistema, as conclusões teóricas a que

êle nos permite chegar conduzem imediatamente à sua aplicação.

Respondendo ao Prof. Rubbo Müller, lembra os estudos de Max Weber sobre a objetividade nas Ciências Sociais.

Presidente — “Está encerada a sessão.”

* * *

Dia 24 de junho de 1954

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente — *Laudelino de Medeiros* — (para os debates sobre a comunicação do Prof. Florestan Fernandes, iniciados na sessão do dia anterior).

Presidente — “Continuam abertos os debates sobre a comunicação do Prof. Florestan Fernandes.”

Nelson Pesciotta — Depois de considerar que o fato dos indivíduos que concluem o ginásio serem chamados a exercer, em maior ou menor escala, uma função de liderança justifica a inclusão da Sociologia no currículo do curso secundário, o Prof. NELSON PESCIOTA responde às seguintes perguntas formuladas pelo Prof. Florestan Fernandes: 1 — a que concepção se deve subordinar o ensino da Sociologia? — O assunto é regulado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, que determina que todas as matérias sejam ensinadas tendo em vista o seu aspecto humanístico; 2 — Por que se deve desejar a introdução da Sociologia no curso secundário? — Pelas exigências do curso universitário; 3 — Quais as funções que a Sociologia está em condições de exercer na escola secundária? — Função altamente formativa, ao agitar problemas concretos da vida social; 4 — Quais as alterações de ordem pedagógica a serem feitas? — A Sociologia deve ser matéria optativa; 5 — Comportam os ginásios uma disciplina com o nome de elementos de ciências sociais? — A cadeira deve chamar-se Sociologia.

João Mendonça — O Prof. JOÃO MENDONÇA lembra que a Sociologia já consta do programa do ensino secundário, como parte do programa de Filosofia. O que se deveria solicitar, portanto, é a sua autonomia.

Fernando de Azevedo — O Prof. FERNANDO DE AZEVEDO, depois de fazer a crítica ao tipo de ensino ministrado no Brasil — ensino de caráter informativo, enciclopédico e por isso mesmo superficial — diz que o problema do ensino secundário, hoje, é reduzir o número de matérias e não aumentá-lo. Aponta a falta de uma orientação no ensino secundário, embora a reforma Capanema lhe tenha imprimido um caráter marcadamente literário e clássico, dizendo que a introdução da Sociologia no ensino secundário, sem uma radical reforma de sua estrutura e orientação, de nada servirá, pois essa matéria acabará por envolver-se na mesma atmosfera pedagógica de incertezas, perplexidades e confusões em que se debate há muito o ensino secundário.

Aborda a seguir o problema da orientação que deveria ser impressa aos estudos de Sociologia, dizendo do risco que se correria se a matéria fôsse ensinada por professores não compenetrados do espírito objetivo das Ciências Sociais. Esse problema leva a outro, que é o da existência ou não de professores habilitados a desempenhar sua função. O número de escolas secundárias no país chega a 2.100, e as Faculdades de Filosofia existentes não são capazes de atender a essa exigência. Lembra, ainda, na mesma ordem de considerações, o perigo a que a diversidade de orientações poderia conduzir o ensino da Sociologia, entregue a professores improvisados, sem espírito crítico e sem a necessária independência mental e liberdade de julgamento.

Lourival Gomes Machado — Depois de reportar-se à análise do sistema de ensino feita pelo Prof. Fernando de Azevedo, o Prof. LOURIVAL GOMES MACHADO diz que, a seu ver, a Sociologia, antes de agir sobre esse sistema, acabará se comprometendo e assimilando os padrões dominantes. Opõe uma objeção de princípio à introdução da

Sociologia no ensino secundário: é que longe de vir a ser um elemento de renovação, permitida pela consciência, por parte dos alunos, do processo social em que estão mergulhados, será um instrumento de conservação, porque usada por aqueles que se opõem a essa renovação. Futuramente, talvez seja possível a introdução da Sociologia no currículo das escolas secundárias desde que a situação social seja de renovação.

Florestan Fernandes — O Prof. FLORESTAN FERNANDES, respondendo aos congressistas que intervieram nos debates, diz que sua intenção não foi propor a introdução da Sociologia no curso secundário, mas tão-somente levantar a questão e discutir o problema. A sua intenção fundamental consistiu em caracterizar certas funções que podem ser definidas em termos universais, as quais aconselham a introdução da Sociologia no curso secundário. A experiência norte-americana mostra que essa presunção de que as funções universais devem ser consideradas é legítima e pode servir de ponto de partida para os debates.

Evidentemente essas funções devem ser encaradas da perspectiva da realidade brasileira, levando-se em conta a nossa diferente maneira de viver certos problemas que afetam todo o mundo ocidental.

A seu ver, a possibilidade de introduzir a Sociologia no curso secundário é real, e tanto mais real quanto se faz presente o papel reformador que a Sociologia teria na orientação vigente no ensino secundário brasileiro. No que tange à função que a Sociologia seria chamada a desempenhar, afora a de renovação da orientação geral do ensino, ela teria um importante papel na formação do adolescente, preparando o seu ajustamento a certas situações sociais, características de nossas condições de vida social.

Quanto a saber se a Sociologia seria elemento de conservação ou de renovação, ela não seria, na sua opinião, agente de conservantismo cultural, mas sim agente de precipitações de alterações dentro do sistema. Não se pode, entre-

tanto, prever o que acontecerá. Há quem diga que as forças conservadoras no Brasil têm um poder tão grande que nada se pode fazer e mesmo nada deve ser feito contra elas. Na verdade, essa atitude é, sociologicamente, uma atitude de acomodação.

Das várias intervenções, pode-se chegar à conclusão de que o debate ainda não permitiu uma homogeneização das opiniões. Quanto às sugestões de caráter prático, a Mesa deverá decidir sobre o processo a seguir.

Presidente — “De acordo com o regimento, as propostas sobre a comunicação do Prof. Florestan Fernandes devem ser encaminhadas à Mesa, para serem submetidas à votação do plenário, na última reunião ordinária. Passamos agora a mais uma sessão de comissões.”

* * *

Iniciada a matéria constante da ordem do dia, assume a presidência o Prof. Felte Bezerra.

Presidente — *Felte Bezerra*

Relatores — *Oracy Nogueira e Antônio Cândido de Mello e Souza*

Presidente — “Tem a palavra o Prof. Oracy Nogueira, para apresentar sua comunicação sobre as suas experiências no ensino da Sociologia.”

(ver a comunicação à pág. 107)

Presidente — “Antes de darmos início aos debates sobre a comunicação do Prof. Oracy Nogueira, o Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza lerá o seu trabalho. Como as duas comunicações têm objeto semelhante, cremos que o debate poderá ser aberto indistintamente sobre uma e outra. Com a palavra, o Prof. Antônio Cândido.”

Antônio Cândido — Com a palavra, anuncia este que, dada a hora avançada, se limitará a apresentar um resumo do seu trabalho.

(ver a comunicação à pág. 117)

DEBATES

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS manifesta-se sobre a comunicação do Prof. Oracy Nogueira. Procura mostrar como as condições de alienação do sistema educacional brasileiro refletem-se até no ensino da Sociologia, como é o caso especial do Prof. Oracy Nogueira, que se dedica ao ensino de “Desorganização Social”, divisão da Sociologia que estuda os problemas sociais. O problema social resulta de uma crise, devendo ser a comunidade, ou o grupo social, quem dirá se uma situação é ou não problemática, e não o sociólogo. No Brasil, fala-se de problemas sociais que não são brasileiros.

Antônio Rubbo Müller — O Prof. RUBBO MÜLLER critica a atitude do Prof. Guerreiro Ramos, que pretende “nacionalizar” a “Ciência Social”. Todavia, se estabelecermos a distinção entre ciência social pura, como estudo dos sistemas de relações, e ciência social aplicada, como estudo das relações de causa e efeito (Radcliffe Brown), poderemos concluir que enquanto a primeira independe dos limites nacionais, a segunda depende realmente das condições do meio para definir a sua orientação.

Morse de Belém Teixeira — Referindo-se à comunicação do Prof. Antônio Cândido, faz breve exposição sobre as condições de ensino na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, as quais impedem os alunos de tomar consciência dos problemas específicos da Sociologia Educacional.

Maria Isaura Pereira de Queiroz — A propósito da comunicação do Prof. Antônio Cândido, diz que não fizemos de nosso meio e de nossas possibilidades o campo de nossos estu-

dos sociológicos, cabendo razão ao Prof. Guerreiro Ramos, quando afirma que não conhecemos a realidade brasileira e pretendemos, assim mesmo, ajustar a ela nacionais desajustados ou estrangeiros.

José Bonifácio Rodrigues — O Prof. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES diz que há 15 anos vem ensinando conforme o ponto de vista que o Prof. Antônio Cândido propugna como devendo ser introduzido em Sociologia Educacional, isto é, centralizado pelos aspectos específicos da escola. Acha, todavia, que se torna cada vez mais difícil, hoje em dia, delimitar rigorosamente o campo de estudo da Sociologia Educacional, à situação de ensino. No que se refere, por exemplo, ao problema da repetência escolar, que se enquadra especificamente no campo da escola, coloca-se o seguinte problema: até que ponto é ela consequência da estrutura da escola e até onde deriva do funcionamento da estrutura social geral? Conclui fazendo referência à pesquisa que está realizando sobre o problema da repetência no Distrito Federal, a qual, quando concluída, permitirá dizer se êsse problema cai no âmbito da Sociologia Geral ou da Sociologia Educacional.

Wilson Rosa da Silva — A propósito da comunicação do Prof. Antônio Cândido, tece considerações sobre a função da escola como fator de formação do indivíduo, ao lado de outras instituições, concluindo que, em nosso meio, dado o caráter pouco formador da família, a escola é chamada a desenvolver um acentuado papel supletivo.

Vicente Unzer de Almeida — O Prof. UNZER DE ALMEIDA sugere a conveniência de serem criadas cadeiras de métodos de pesquisas nas Faculdades de Filosofia e nas Escolas de Sociologia, que não a possuem.

Welman Galvão de França Rangel — O Prof. RANGEL considera decisivo para o ensino da Sociologia Educacional o ponto de vista centralizado pelas relações intra-escolares,

que foi o seu como professor da Cadeira e cujos pontos pode agora avaliar na prática como administrador.

Pedro Parafita de Bessa — O Prof. BESSA, reportando-se à comunicação do Prof. Antônio Cândido, diz que recente pesquisa sobre o problema da repetência no Instituto de Educação de Belo Horizonte conduziu à conclusão de que a repetência ligava-se a causas escolares e extra-escolares, concordando com o Prof. José Bonifácio Rodrigues sobre a importância destas.

Oracy Nogueira — Respondendo ao Prof. Guerreiro Ramos, o Prof. ORACY NOGUEIRA diz de sua surpresa ante o fato do Prof. Guerreiro Ramos ter apresentado o ensino de Desorganização Social como um exemplo de alienação cultural, pois, a aplicar-se o seu critério, seria êle próprio muito mais "alienado", porquanto aceita a definição de problema social corrente nos Estados Unidos e a aplica em seus estudos, enquanto êle, ORACY NOGUEIRA, procura sugerir uma perspectiva que fuja a êsse relativismo cultural e permita uma visão por assim dizer universal.

Concorda, em termos, com o Prof. Guerreiro Ramos, no que se refere ao perigo do uso exclusivo de uma literatura estrangeira no estudo dos problemas sociais em geral. Esclarece que não teve a intenção de dizer que os alunos da Escola e Sociologia eram desajustados, desejando apenas dizer que êles vão para a Escola motivados pelo desejo de estudar certas situações sociais.

Antônio Cândido — Respondendo ao Prof. José Bonifácio Rodrigues, o Prof. ANTÔNIO CÂNDIDO diz que o fato de haver resumido a sua comunicação pode ter dado lugar a certos equívocos, que deseja esclarecer. Assim, não pretende apresentar como novidade a preocupação com a sociologia da escola; mas apenas chamar atenção para a necessidade de aprofundar um dos seus aspectos, a saber, a análise sociológica das suas relações internas, que não se tem desenvolvido, e que lhe parece o cerne do problema.

Reconhece que esta preocupação não deve fazer esquecer a verdade de que os problemas específicos da escola só o são num sentido relativo, pois tudo se liga na sociedade. Mas a sua intenção é averiguar quais os aspectos do comportamento do aluno e do professor devidos a fatores próprios à vida escolar, embora não desligados dos demais.

Presidente — “Está encerrada a sessão.”

* * *

SESSÃO DA TARDE

Presidente — *Gláucio Veiga*

Contribuição da delegação do Distrito Federal — Exposição a cargo do Prof. Thomás Pompeu Accioly Borges: “A estrutura agrária do Estado de São Paulo.

Presidente — “O Prof. Costa Pinto, da delegação do Distrito Federal, fará a apresentação do Prof. Thomás Pompeu Accioly Borges”.

Costa Pinto — “O Dr. Pompeu Accioly é um especialista na questão que vai tratar. Mais economista que sociólogo, escolheu, tendo em vista conciliar seus interesses profissionais e a natureza do Congresso, um problema que interessasse às duas disciplinas.

Quando se planejou a realização dessas sessões da tarde, o Dr. Rubbo Müller fez questão de acentuar que os paulistas, como hóspedes, preferiram não ter para si nenhum simposium, razão pela qual pediram aos seus colegas do Distrito Federal que assumissem a responsabilidade de dois deles. A assim ser, ocorreu-nos que um deles poderia ser dedicado a problemas paulistas. Essa circunstância, aliada ao fato do Prof. Pompeu Accioly ter tido acesso a fontes de informação que talvez ainda sejam desconhecidas dos paulistas, foi que deter-

minou a escolha desse tema por parte do Prof. Accioly, que é diretor do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas.”

Presidente — “Tem a palavra o Prof. Accioly, que nos falará sobre “A estrutura agrária do Estado de São Paulo”.”

(ver a exposição à pág. 263)

DEBATES

Olavo Baptista Filho — Depois de indagar quais os critérios adotados para a determinação das diferentes categorias de propriedade, o Prof. OLAVO BAPTISTA FILHO diz que se os colonos podem, do ponto de vista econômico, ser classificados como assalariados, tal não se dá do ponto de vista sociológico, pois as relações que têm com os fazendeiros ou proprietários da terra são diferentes das que regem a vida social dos outros assalariados. Entre essas diferenças, cita o fato do assalariado não viver na propriedade agrícola, e não manter outras relações com o proprietário além das econômicas. Já o colono habita a fazenda e mantém com ele outro tipo de relações sociais. Ademais, recebe favores especiais que fazem dele um pequeno explorador de terra alheia.

Lembra que a contribuição dos colonos para a economia de subsistência das propriedades agrícolas é muito importante, como se pôde ver na crise de 1929.

No que se refere à reforma agrária, embora favorável à medida, o Prof. OLAVO BAPTISTA FILHO diz que se faz mister uma pesquisa científica que possa apontar aos legisladores os rumos a seguir.

Oracy Nogueira — O Prof. ORACY NOGUEIRA faz referência a uma pesquisa sua sobre concentração de propriedades num município do interior e aborda o problema dos

arrendatários. A êsse propósito, diz que no sul de São Paulo se faz distinção entre o aforante e o arrendatário; enquanto êste ocupa terra alheia, criando nela um estabelecimento agrícola autônomo, aquêle se localiza em terra alheia, mas onde está o estabelecimento do patrão, que pode ser inclusive o arrendatário. O aforante tem uma certa atividade autônoma, mas está obrigado a prestar serviço ao patrão a qualquer momento.

Evaristo de Moraes Filho — Reportando-se à sua experiência de procurador da Justiça do Trabalho, o Prof. EVARISTO DE MORAES afirma que os colonos são, diante da jurisprudência, assalariados. As relações entre o patrão e o colono não são as definidas sob o nome de parceria agrícola, que só existe quando existe sociedade, e esta só se constitui quando há autonomia de vontade, coisa que o colono não tem, pois é obrigado a obedecer às determinações do empregador.

Wilson Rosa da Silva — Depois de afirmar que o quadro da agricultura paulista traçado pelo Prof. Pompeu Accioly é parecido com o da agricultura baiana, mostra que na Bahia há tendência para o latifúndio, inclusive porque as facilidades de crédito rural são para o grande proprietário. Em consequência tem-se a absorção da agricultura pelo produto mais rendoso, queda da policultura e decorrente subnutrição. Lembra ainda que a legislação trabalhista considera assalariado agrícola aquêle que está subordinado hierarquicamente ao patrão.

José Bonifácio Rodrigues — Lembrando a necessidade de separar, nos estudos sociológicos, o que é do que deve ser, o Prof. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES diz que o "status" jurídico que o Prof. Evaristo de Moraes quis emprestar ao colono pode não corresponder à realidade, ao "status" econômico e social, refletindo uma tendência simplificadora dos juristas.

Afirma a seguir sua desconfiança com relação às generalizações sobre a estrutura agrária de um estado ou de uma grande unidade territorial, pois a adoção do critério político deixa passar, no mais das vezes, o melhor da realidade social. Manifesta sua preferência pelos estudos regionais de áreas, que não apresentam o inconveniente de colocar no mesmo nível da pirâmide social criaturas humanas de áreas diferentes.

Ruy Costa Antunes — Com a palavra, faz uma exposição longa e fundamentada sobre as conseqüências desastrosas da concentração fundiária. Reportando-se à última parte da comunicação do Prof. Pompeu Accioly, diz que se se pretende fazer a reforma agrária no Brasil, deve-se reformar a Constituição e o direito de propriedade, pois de outra forma ela nunca se fará.

Costa Pinto — No tocante às observações metodológicas do Prof. José Bonifácio, referentes ao estudo de pequenas áreas, o Prof. COSTA PINTO entende que tanto tem cabimento uma análise da estrutura agrária do Estado, quanto uma análise particular da estrutura social de um estabelecimento agrícola. São dois modos de encarar-se a realidade, sendo difícil hierarquizar os critérios.

Antônio Rubbo Müller — O Prof. RUBBO MÜLLER é de opinião que a reforma agrária só poderá ser feita depois de uma série de pesquisas microscópicas, cujos resultados permitam o conhecimento exato da realidade social a ser transformada. Acentua ainda a necessidade de se distinguir a ciência pura das suas aplicações, e expõe o seu critério de levantamento do "perfil de status" de uma comunidade, que permite apreender aspectos fundamentais válidos para organizações de amplitude diversa.

Vicente Unzer de Almeida — O Prof. UNZER DE ALMEIDA considera o problema da reforma agrária de extra-

ordinária importância e lembra que a indústria e a agricultura, no Brasil, funcionam em planos diferentes: enquanto a primeira já se integrou no processo de produção capitalista, a segunda é ainda pré-capitalista. Só a aludida reforma permitiria equilibrar a relação dos dois setores.

Thomás Pompeu Accioly Borges — Respondendo ao Prof. Olavo Baptista Filho, o Prof. POMPEU ACCIOLY lembra, inicialmente, que o problema da classificação da propriedade ainda está em aberto. Reconhece que a sua classificação de pequena propriedade pode estar falha, embora ressalve que essa noção de pequena propriedade é extremamente complexa. No tocante ao problema do latifúndio refere-se à tendência mexicana de considerar latifúndio toda propriedade de grande extensão, e a uma tendência mais moderna, que estabelece a relação extensão territorial-productividade para classificar o latifúndio.

Deixa de debater o problema da inclusão do colono na categoria dos assalariados ou não, por julgar que éle compete mais aos sociólogos.

Com relação ao problema da reforma agrária, especialmente a questão de saber se ela pode ser feita dentro dos quadros constitucionais, lembra as marchas e contra-marchas sofridas por mensagem executiva que pretendia estabelecer o critério de desapropriação com base no custo histórico, mensagem essa que foi finalmente inquinada de inconstitucional.

No que se refere aos estudos de área, pequena ou grande, concorda com o Prof. Costa Pinto, achando que, embora se deva dar especial atenção aos estudos de comunidade, não se podem desprezar os estudos gerais, que fornecem a lei dos conglomerados heterogêneos.

Presidente — “Está encerrada a sessão.”

* * *

Dia 25 de junho de 1954

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente — *Orlando de Carvalho*

Relatores — *Glaucio Veiga, Evaristo de Moraes Filho e Antônio Rubbo Müller*

Presidente — “Tem a palavra o Prof. Glaucio Veiga, para ler a tese do Prof. Pinto Ferreira, “Dinâmica social e a Lei do Progresso”.”

(ver a comunicação à pág. 131)

Presidente — “Não havendo quem queira discutir a tese do Prof. Pinto Ferreira, dou a palavra ao Prof. Evaristo de Moraes Filho, que lerá a tese do Prof. Mário Lins, sobre “A integração da teoria e da pesquisa na Sociologia”.”

(ver a comunicação à pág. 147)

Laudelino de Medeiros — Para o Prof. LAUDELINO DE MEDEIROS, a questão se resume em determinar a natureza dos conhecimentos sociológicos. Se a determinamos a partir da natureza dos fatos investigados, a generalização torna-se necessária, porque a concepção formalista da Sociologia — própria dessa posição — leva necessariamente à generalização. A adoção de uma posição contrária, tendente a capturar o real em sua totalidade, afasta as possibilidades de generalização.

Guerreiro Ramos — Defendendo-se dos reparos feitos à sua posição teórica, os quais julga implícitos na tese do Prof. Mário Lins, o Prof. GUERREIRO RAMOS precisa sua concepção do que seja Sociologia. Sociologia para éle é um método, uma maneira de ver as coisas, razão pela qual os princípios fundamentais do raciocínio sociológico são os mesmos em qualquer país, vale dizer, universais. Apenas os temas é que variam. Faz a crítica da Sociologia brasileira, que está alienada na medida em que transplanta para o Brasil

não só os esquemas fundamentais da Sociologia estrangeira, como as suas atitudes e preocupações. Existem, pois, no Brasil, duas correntes sociológicas: uma que usa a "sociologia enlatada", outra que recorre à "sociologia dinâmica". A primeira repete no Brasil o que foi feito alhures; a segunda interpreta a experiência alheia e a adapta à nossa realidade.

Pe. Aldemar Moreira — Analisa o caráter indiscutivelmente científico da Sociologia e constata duas tendências: a empírica, voltada para a pesquisa, a teórica, voltada para as generalizações. Discutindo o problema, inclusive da universalidade da ciência, conclui lembrando a íntima relação existente entre a teoria e a prática e a necessidade do sociólogo ter isto em mente.

Gláucio Veiga — O Prof. GLÁUCIO VEIGA endossa os argumentos expendidos pelo Prof. Guerreiro Ramos em favor de uma "sociologia dinâmica", condenando certos estudos que se fazem sobre questões muito restritas, bem como os debates acadêmicos, enquanto há problemas urgentes, de interesse geral, a requerer a atenção do sociólogo.

Gioconda Mussolini — A Prof.^a GIOCONDA MUSSOLINI, depois de notar que a discussão sobre o valor da generalização em Sociologia preocupa quase todos os autores, diz que embora as leis de seqüência possam ser invalidadas, existe a possibilidade de serem elaboradas leis relativas aos processos sociais, condicionamentos, etc. O problema reside não tanto em não fazer generalizações, quanto saber que conteúdo se emprestará a essas generalizações.

Lucila Herrmann — Para a Prof.^a LUCILA HERRMANN, os debates giram em torno de uma confusão entre interpretação das seqüências históricas e da realidade presente e determinada. Acham alguns que a realidade brasileira não permite a aplicação de conceitos sociológicos. Todavia, apesar das diferenças flagrantes entre duas ou mais

realidades diferentes, existem certos processos que lhes são comuns e são exatamente os que a Sociologia procura atingir.

Os conceitos e métodos devem ser usados pelo sociólogo apenas como ponto de partida para o estudo de uma realidade histórica *sui-generis*.

Nelson Pesciotta — O Prof. NELSON PESCIOTTA julga que a Sociologia deve oferecer subsídios à ação. A seu ver, a conciliação entre esta tendência e a tendência chamada "especulativa" pode ser feita desde que a Sociologia se dedique apenas ao estudo da realidade presente. Neste sentido concorda com a orientação do Prof. Guerreiro Ramos, atenta aos problemas brasileiros.

Congressista não identificado — Com a palavra, aborda o problema da generalização e da abstração nas ciências do homem, mostrando os seus tipos na teoria do Estado e os casos em que conduz ou não a uma perda do senso de objetividade e aplicabilidade.

Evaristo de Moraes Filho — Depois de afirmar que a tese do Prof. Mário Lins é uma tese de epistemologia, o Prof. EVARISTO DE MORAES diz que ela visa deixar claro que uma pesquisa que não parta de pressupostos teóricos não conduzirá a nada. Frisa ainda a necessidade do recurso à contribuição teórica dos outros povos, mesmo porque não existe uma Sociologia brasileira e uma Sociologia norte-americana. Como ciência, a Sociologia é uma só.

Presidente — "Tem a palavra o Prof. Antônio Rubbo Müller para ler a sua comunicação sobre "Ritos Caboclos no Estado de São Paulo".

(ver a comunicação à pág. 161)

Presidente — "Em virtude do adiantado da hora, os debates serão realizados em ocasião oportuna. Está encerrada a sessão."

* * *

SESSÃO DA TARDE

Presidente — *Euclides de Mesquita*

Contribuição pessoal do Prof. Guerreiro Ramos, que expõe o seguinte tema: “Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias”.

O Presidente anuncia que após os debates relativos à exposição, o Prof. Egon Schaden lerá a sua comunicação sobre “As culturas indígenas e a civilização”, que, por falta de tempo, não pôde ser lida na sessão da manhã.

(ver a exposição do Prof. Guerreiro Ramos à pág. 275)

DEBATES

Maria Isaura Pereira de Queiroz — A Prof.^a MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ critica o trabalho do Prof. Guerreiro Ramos na medida em que ele procura estudar a política brasileira através de idéias e não da própria realidade. Afirma que a realidade política brasileira não está nas idéias, e que um estudo como o do Prof. Guerreiro Ramos só pode ser feito depois de estudada a política tal como se processa.

Na parte tocante ao Partido Republicano, diz que em São Paulo ele só se estruturou em 1873, e que, ao contrário do partido do Rio, era constituído não de profissionais liberais, mas de fazendeiros do chamado oeste paulista. O Partido Republicano em São Paulo permitirá que os fazendeiros que não tinham acesso à vida política, que se concentrava nas mãos dos “mandões” da Córte, tentem a tomada das rédeas do poder. Analisando as vitórias eleitorais do Partido Republicano em São Paulo, conclui que elas se fizeram possíveis graças não à disseminação da ideologia republicana, mas a acordos locais.

É a partir da realidade dos acordos locais, dos “mandões” locais, que, ao ver da Prof.^a MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ, deve ser estudada a política brasileira.

Oliveiros S. Ferreira — O Prof. OLIVEIROS S. FERREIRA critica a “lei da duplicidade” nos termos em que foi apresentada, achando que desde o momento em que o capitalismo se tornou internacional, não existem mais barreiras para o pensamento e a lei da duplicidade aplicar-se-á não só ao Brasil, mas a todos os países ligados pelo mercado internacional de bens e idéias.

Estranha a colocação do Partido Comunista e da Ação Integralista no mesmo plano (tendências da classe média), e afirma que se tal não foi a intenção do Prof. Guerreiro Ramos, falta em sua comunicação a análise do esforço de teorização da realidade brasileira feito pelo proletariado.

Afirma não ser possível a elaboração de uma ideologia orgânica da realidade brasileira, em virtude da variação das estruturas sociais e da correspondente discrepância das perspectivas ideológicas. Conclui dizendo que para se compreender o processo político brasileiro dever-se-ia proceder através das seguintes etapas: a — conhecer as estruturas sociais; b — estudar o mecanismo da política cotidiana e c — estudar a reinterpretação das ideologias estrangeiras.

Paula Beiguelman — A Prof.^a PAULA BEIGUELMAN concorda com o Prof. Guerreiro Ramos quando ele afirma a necessidade de superação de Oliveira Viana, ressaltando que essa superação seria não tanto da obra em si, quanto das conclusões, que muitas vezes não estão contidas nas premissas apresentadas. Referindo-se, a seguir, ao problema do “idealismo utópico”, distingue dois aspectos do problema: um, a importação das idéias estrangeiras, outro, a importação das técnicas de aplicação dessas idéias. Quanto à importação das idéias, afirma que ela não foi utópica, mas sim resultou da inserção do Brasil num sistema econômico internacional, o que fez que nos centros urbanos brasileiros se pensasse da mesma maneira que nos outros centros urbanos do mundo. Quanto à importação de técnicas, ela foi, aí sim, utópica, pois elas se revelaram ineficazes com relação aos objetivos teóricos visados. Assim, o ideal do “self-government” só conseguiu reforçar o sistema do domínio localista.

do clã patriarcal, perpetuando uma estrutura de dominação que o liberalismo pretende, teóricamente, superar.

Florestan Fernandes — O Prof. FLORESTAN FERNANDES procede à crítica das posições teóricas sustentadas pelo Prof. Guerreiro Ramos, ao pretender a formulação de uma teoria sociológica da realidade brasileira. Para êle, o Prof. Guerreiro Ramos procura conceituar o objeto da Sociologia como um processo de autoconsciência racional da realidade brasileira, buscando ao mesmo tempo uma formulação prática dos fundamentos da atividade política em nossa sociedade. O Prof. FLORESTAN FERNANDES pergunta até que ponto uma formulação ordenada de desenvolvimento das idéias políticas no Brasil poderá servir de fundamento ou de forma através da qual se processe a tomada de consciência racional da realidade. Analisa, a seguir, as diferentes acepções em que se pode aplicar a palavra teoria, para dizer que o que o Prof. Guerreiro Ramos chama de teoria da realidade brasileira não é propriamente uma tentativa de explicação sistemática da sociedade, mas apenas uma expressão das situações histórico-sociais vividas no Brasil, vistas da perspectiva de determinadas ideologias políticas. Conclui daí, após fazer referência à posição de Alberto Torres, que não se está diante de uma teoria que possa servir de ponto de partida para uma caracterização das origens do pensamento sociológico no Brasil.

Guerreiro Ramos — Respondendo às observações feitas à sua comunicação, o Prof. GUERREIRO RAMOS diz, inicialmente, que existe uma diferença fundamental entre a sua posição e a dos professores que intervieram nos debates: enquanto a sua motivação é eminentemente pragmática, a dos demais é acadêmica. Decorrem daí diferenças na apreciação dos problemas, as quais impediram que o ponto fundamental de seu trabalho fôsse apanhado.

Referindo-se à intervenção da Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, diz que procurou mostrar em sua exposição como as idéias se relacionam com uma determinada situação social

que sobre elas exerce pressão. No que se refere ao problema do Partido Republicano em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que procurou analisar foi o manifesto de 1870, correspondente a um momento de nossas idéias políticas.

Com relação às observações do Prof. Oliveiros S. Ferreira, afirma que a lei da duplicidade, embora possa ser válida para países como os Estados Unidos, encontra sua plena vigência nas áreas da periferia econômica. Assim, a sociedade brasileira, sendo uma sociedade de periferia, isto é, onde as possibilidades de autogoverno são escassas, é uma sociedade onde a lei da duplicidade se aplica com todo rigor. Já nos Estados Unidos, a lei não tem vigência. Reconhece, entretanto, que a diferença talvez seja de grau, mas que mesmo assim sendo, ela será tão grande que se poderá dizer que a lei da duplicidade só se aplica às sociedades periféricas.

Analisando a contribuição do Prof. Florestan Fernandes, declara que ela mostra, de maneira cabal, a diferença de posições entre êles, no sentido assinalado acima. Referindo-se às diversas conceituações da palavra teoria, diz que chama "teoria da realidade brasileira" aquela teoria que formula o sentido do processo do desenvolvimento econômico-social do Brasil, ultrapassando a limitação partidária e não pretendendo ser uma análise do ponto de vista de um segmento particular, seja o proletariado, a burguesia ou a classe média.

No que se refere às observações da Prof.^a Paula Beiguelman, está de pleno acôrdo com elas. Diz que Oliveira Viana negligenciou a historicidade do desenvolvimento econômico-social do Brasil, ao partir de uma concepção psicológica do processo social.

Presidente — "Está com a palavra o Prof. Egon Schaden para ler sua comunicação sobre "As culturas indígenas e a civilização". Os debates serão realizados amanhã pela manhã, juntamente com os debates sobre a comunicação do Prof. Rubbo Müller."

(ver a comunicação à pág. 189)

* * *

Dia 26 de junho de 1954.

SESSÃO DA MANHÃ

Presidente — *Orlando M. Carvalho*

Relatores — *Aziz Simão e Maria Isaura Pereira de Queiroz*

Presidente — “Antes de dar a palavra aos relatores, dou início aos debates sobre as comunicações dos Profs. Antônio Rubbo Müller e Egon Schaden.”

José Bonifácio Rodrigues — Depois de salientar a importância do trabalho do Prof. Egon Schaden, que comprova mais uma vez o interesse dos sociólogos e antropólogos pelos problemas ligados à aculturação indígena, o Prof. JOSÉ BONIFÁCIO RODRIGUES lembra os trabalhos que estão sendo feitos no Rio de Janeiro pelos Profs. Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão.

Após várias considerações sobre pesquisas de vários especialistas, em andamento, declara que no processo de transmissão dos vários valores de um grupo culturalmente mais adiantado para outro, o grupo que os recebe tende sempre a fazer uma seleção, a dar preferência a um ou a outro dos valores do grupo culturalmente mais adiantado.

Acentua o caráter histórico do trabalho do Prof. Egon Schaden, dizendo que os modernos estudos de antropologia brasileira dão preferência aos estudos sincrônicos, ao invés dos diacrônicos, como os do Prof. Schaden.

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS diz que o problema do papel do indígena na formação da sociedade brasileira não está suficientemente esclarecido, impondo-se uma revisão do problema, que leve especialmente em conta o fato de que quando os portugueses aqui chegaram, encontraram tribos dispersas que não ofereciam grande resistência à europeização.

Critica os estudos sincrônicos feitos sobre a aculturação indígena, afirmando inicialmente que o conceito de acultu-

ração é suspeito, implica numa posição estática diante da cultura e não contribui em nada para acelerar o processo de incorporação do índio à civilização ocidental. Critica o conceito de aculturação, dizendo que ele é um conceito elaborado por antropólogos europeus de países imperialistas, que não têm a mesma motivação que um antropólogo de um país subdesenvolvido. Não vê como se pode usar no Brasil o conceito de “antropologia aplicada”, usado por antropólogos norte-americanos e ingleses.

Diz que o antropólogo brasileiro deveria, no estudo das comunidades indígenas, estudar não os seus aspectos supra-estruturais, mas sim como se pode introduzir processos que modifiquem a infra-estrutura econômica dessas culturas, de tal forma que os indígenas sejam transformados em elementos ativos da sociedade brasileira.

Egon Schaden — Depois de agradecer a colaboração dos Profs. José Bonifácio Rodrigues e Guerreiro Ramos, o Prof. EGON SCHADEN diz que as inúmeras viagens que tem realizado às aldeias guarani destinam-se exatamente a estudar os aspectos sincrônicos reclamados pelo Prof. José Bonifácio Rodrigues.

Com relação à contribuição do Prof. Guerreiro Ramos, discorda no que se refere ao grau de resistência oferecido pelos indígenas aos portugueses. Em sua opinião, essa resistência foi de ordem cultural e tão intensa que, não sendo possível uma acomodação entre as duas culturas, a indígena tendeu a desaparecer. Tal não se deu, por exemplo, no México e no Peru, cujas populações indígenas conseguiram sobreviver incorporando em suas estruturas sociais, em sua cultura, uma série de instituições familiares aos conquistadores.

No que se refere à crítica do conceito de aculturação, diz que não há nada que se oponha mais à palavra aculturação que a expressão “visão estática da cultura”, o que aliás é implicitamente reconhecido pelo Prof. Guerreiro Ramos, quando associa o termo aculturação à palavra imperialismo.

Quanto à necessidade de reformar as infra-estruturas das comunidades indígenas, concorda com o Prof. Guerreiro

Ramos, lembrando apenas que se faz mister encontrar a vulnerabilidade específica de cada cultura, aquêles aspectos pelo qual ela pode ser "atacada". A seu ver, não se poderá começar por fazer dos índios agricultores, pecuaristas ou criadores de gado. É preciso começar por influir sobre as suas concepções mitológicas e religiosas, sobre a noção de liderança e autoridade e outras que o Prof. Guerreiro Ramos reuniu no conceito de superestruturas.

Antônio Rubbo Müller — O Prof. RUBBO MÜLLER estranha que os congressistas que requereram que o debate sobre sua comunicação fosse transferido para a sessão de 26, não tivessem falado. Aproveita a oportunidade para esclarecer sua posição no terreno das Ciências Sociais, dizendo ser não um antropólogo cultural, mas sim um antropólogo social. Explica a seguir, lembrando o exemplo de Radcliffe Brown, a diferença existente entre a Sociologia e a Antropologia Social.

Conclui por fazer referência a trabalhos de antropologia aplicada que estão sendo realizados no Brasil, citando em especial um curso de supervisão de pessoal na indústria, promovido pelo Departamento de Produção Industrial.

Presidente — "O Prof. Aziz Simão fará agora sua comunicação sobre "O voto operário em São Paulo"."

(ver a comunicação à pág. 201)

DEBATES

Lucila Herrmann — A Prof.^a LUCILA HERRMANN comenta a pesquisa sobre o "turn-over", que está sendo realizada pelo Instituto de Administração, perguntando-se se a mobilidade que se registra em algumas zonas de São Paulo, em grau maior do que em outras, indicaria um grau maior ou menor de consciência de classe. Indaga também se essa flutuação não poderia ser interpretada e indicar um dos elementos constitutivos da consciência de classe.

A pesquisa sobre o "turn-over" permitiu também verificar que os operários estrangeiros são mais estáveis nos seus empregos, enquanto o brasileiro filho de estrangeiro muda mais freqüentemente, vindo nessa mudança uma maneira de ascender socialmente. Já o brasileiro filho de brasileiros muda com freqüência ainda maior e por razões mais fúteis.

Orlando M. Carvalho — O Prof. ORLANDO M. CARVALHO rende homenagem ao esforço do Prof. Aziz Simão, tendo em conta sobretudo o estado em que se encontram os serviços estatísticos dos Tribunais Regionais Eleitorais. dá notícia da situação em Minas, onde o T.R.E. adotou como dados oficiais os de uma pesquisa realizada por êle. Pergunta ao Prof. Aziz Simão como conseguiu discriminar o eleitorado por profissões.

Aziz Simão — O Prof. AZIZ SIMÃO, depois de agradecer aos elogios do Prof. Orlando de Carvalho, diz que esses elogios devem ser endereçados ao T.R.E. de São Paulo, pois todo o material utilizado na pesquisa consta do boletim desse tribunal. A discriminação profissional do eleitorado inscrito em 1947/48 foi fornecida pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral.

Presidente — "O debates prosseguirão à tarde. Antes, porém, no início da sessão, a Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz lerá sua comunicação, que fica adiada por falta de tempo."

* * *

SESSÃO DA TARDE

Presidente — *Orlando de Carvalho*

Relatores — *Maria Isaura Pereira de Queiroz e Pedro Parafita de Bessa*

Presidente — "Com a palavra a Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, que lerá sua comunicação: "Contribuição para o estudo da Sociologia política brasileira"."

(ver a comunicação à pág. 215)

Presidente — “Antes de darmos início aos debates sobre a comunicação da Prof.^a Maria Isaura, o Prof. Aziz Simão responderá às questões que lhe foram colocadas na sessão da manhã.”

Aziz Simão — O Prof. AZIZ SIMÃO discute em especial o problema do “turn-over” colocado pela Prof.^a Lucila Herrmann. Esclarece que quando fala no seu trabalho em distritos operários e não-operários, quer referir-se a distritos eleitorais. Quanto a saber se a maior ou menor mobilidade influencia a consciência de um interesse de classe, ressalta que muitos tecelões vindos do interior tinham maior grau de qualificação que operários de Vila Galvão e Santo André. A mobilidade pode ser constatada em várias indústrias, justificando-se, em muitos casos, pelo fato do operário ter-se especializado, podendo assim ganhar melhores salários em outras indústrias.

Que essa mobilidade deve influir na formação da consciência de classe é indiscutível; em que grau e como influi não pode ainda ser determinado.

Presidente — “Estão abertos os debates sobre a comunicação da Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz.”

DEBATES

Oracy Nogueira — O Prof. ORACY NOGUEIRA tece, inicialmente, algumas considerações de ordem histórica sobre a situação dos municípios brasileiros diante da Coroa portuguesa e, posteriormente, diante do governo imperial, afirmando que o declínio da autonomia municipal, que começou no século XVIII, com o surto da mineração, chegou ao auge no império, a tal ponto que, nos fins do império, a reação municipalista confundiu-se com os ideais democráticos da república federativa.

Faz, a seguir, apreciações em torno do trabalho que está realizando sobre Itapetininga, intitulado “Contribuição

à história do municipalismo no Brasil”, passando, em seguida, a examinar alguns aspectos da comunicação. Baseado em sua pesquisa sobre Itapetininga, afirma que, logo após a proclamação da República, os mandões locais nem sempre eram, como se poderia depreender do trabalho da Prof.^a Maria Isaura, os fazendeiros de café, havendo mesmo casos em que eles eram profissionais liberais.

No que se refere ao problema do coronelismo, julga que a expressão foi empregada em sentido muito vago. O coronelismo pode ser compreendido, a seu ver, como a expressão do compromisso do poder decadente do senhor rural com o poder público, o que explicaria o fato dos coronéis não serem necessariamente os fazendeiros de café, concordando, pois, com o que a este respeito mostra o Prof. Victor Nunes Leal em seu livro “Coronelismo, Enxada e Voto”.

Conclui dizendo que trabalhos dessa natureza, para serem inovadores, devem partir de uma série de monografias sobre situações particulares.

Guerreiro Ramos — O Prof. GUERREIRO RAMOS estende-se sobre a influência do município na história brasileira, mostrando que essa influência se explica, no período colonial, pelas condições econômicas peculiares do país. A partir do momento em que se forma um mercado nacional de bens e idéias, mudam o sentido e a tendência da política brasileira, travando-se então o conflito entre as velhas forças defensoras da política de clientela e as novas forças que procuram exprimir-se ideologicamente.

Mostra que o problema político fundamental do Brasil é, a seu ver, a criação artificial, em 1822, da nação brasileira. Desde a independência delinearão-se duas correntes que procuraram responder a essa questão: uma, a dos que adotavam literalmente as instituições e idéias estrangeiras — a chamada corrente consular, que julgava que a imanenência das instituições seria suficiente para resolver todos os problemas; outra, representada pelo visconde de Uruguai, que assumiu uma atitude crítica em face dos problemas nacionais.

Aziz Simão — O Prof. AZIZ SIMÃO discute brevemente as interpretações possíveis do Brasil e pergunta à prof.^a Maria Isaura se, conforme a sua comunicação, deve-se entender que na estrutura social das áreas rurais, no passado e no presente, as atitudes e relações caracterizadas sob o nome de coronelismo são relações paternalistas. Pergunta, ainda, se, de vez que essas relações se traduzem inclusive por determinado tipo de voto, aquilo que a Prof.^a Maria Isaura chamou de coronelismo urbano não é uma atitude de reação ao passado. Do ponto de vista metodológico, parece-lhe que a Prof.^a Maria Isaura sugere o seguinte método para os estudos políticos no Brasil: tomar o município como área social e nêle estudar as atitudes e relações do passado que se mantêm nas novas estruturas sociais; ver como elas funcionam nestas e estudar, sob êsse ponto de vista, a reinterpretção das ideologias.

Laudelino de Medeiros — O Prof. LAUDELINO DE MEDEIROS chama a atenção da Prof.^a Maria Isaura para a necessidade de serem empregados têrmos técnicos num trabalho dessa ordem; e lembra em seguida que as mudanças no sistema de valores de uma sociedade, bem como nas técnicas de comunicação, podem ser elemento explicativo das modificações da vida político-partidária.

Lourival Gomes Machado — O Prof. LOURIVAL GOMES MACHADO discute alguns aspectos do problema do método da sociologia política, distinguindo duas orientações: uma, iniciada pelo Prof. Orlando de Carvalho e continuada pelo Prof. Aziz Simão, que êle chamaria sociográfica, e procura tomar os fenômenos políticos tais quais se apresentam, sem pretender nenhuma definição, seja de partido, seja de voto. Na segunda, representada pelo trabalho do Prof. Charles Morazé, observa-se a tendência a atribuir aos fenômenos significados previamente estabelecidos, talvez aceitáveis para outras realidades, mas que no caso brasileiro levam a certas limitações.

No tocante à elaboração conceitual, lembra que a sociologia política deve trabalhar, no máximo, com os conceitos fornecidos pela sociologia geral, que dará também o método à sociologia política. É perigoso tomar a História para elaboração conceitual, pois ela fornece apenas material para a análise da realidade; não oferece conceitos elaborados, mas sim outros fenômenos para serem analisados monograficamente.

Conclui referindo-se à tendência observada no Congresso de menosprezar as ideologias como fenômeno político; elas o são, de primeira grandeza, e, no caso especial do Brasil, de uma importância extraordinária, desde que o especialista saiba enquadrá-las na realidade social e estudar as suas transformações.

Orlando M. Carvalho — O Prof. ORLANDO M. CARVALHO faz alguns comentários à margem do trabalho da Prof.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, referindo-se a essa característica da realidade política latino-americana que é o clã, enquanto a política do Ocidente europeu, e portanto a ciência política correspondente, se funda no Estado e no indivíduo. A estrutura política brasileira seria formada, para alguns, de um grupo de clãs locais, cujo centro de gravitação é a figura do *coronel*, que daria, como intérprete do pensamento do clã, seu apoio a um chefe estadual. Formar-se-ia assim o clã na esfera estadual, o qual daria o seu apoio ao chefe nacional.

Essa construção da pirâmide política brasileira é, no entanto, defeituosa, pois não considera o desenvolvimento das estruturas sociais, sobretudo à medida que o desenvolvimento econômico vai permitindo uma dissociação de interesses. Exemplifica com as eleições de 1945 em Minas, nas quais se verifica que a votação para deputado federal apresenta grande dispersão; a votação para deputado estadual, dispersão ainda maior; enquanto no município, de maneira geral, os votos se distribuem apenas por duas legendas. Todavia, mesmo nos municípios, à medida que aumenta o colégio eleitoral,

aumenta o índice de dispersão. Comenta em seguida o caso da adesão permanente ao governo na esfera municipal, que é uma tradição, e termina fazendo algumas críticas ao trabalho do Prof. Charles Morazé.

Maria Isaura Pereira de Queiroz — Respondendo às críticas e observações feitas, a Prof.^a MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ concorda com o Prof. Laudelino de Medeiros quando afirma a necessidade do uso de termos técnicos, e com o Prof. Oracy Nogueira, quando afirma a necessidade das generalizações sobre a realidade política brasileira serem feitas a partir de estudos monográficos.

Diz que o termo *coronel* ainda não foi suficientemente esclarecido, pelo que se pode falar em coronelismo urbano, desde que se entenda por coronelismo um sistema de relações entre o patrão e aqueles que o rodeiam. No que se refere ao papel dos fazendeiros, ressalta que quis chamar a atenção para um fenômeno até agora pouco estudado, qual seja, o do papel do fazendeiro — e não mais do político profissional — na vida política brasileira.

Concorda com as observações feitas pelo Prof. Aziz Simão e define sua posição com relação aos estudos de sociologia política: é preciso que se multipliquem os estudos monográficos, levando-se em conta, entretanto, o contexto social em que se processam as práticas políticas. As ideologias também devem ser consideradas, embora não sirvam de base para estudo. Essas monografias não devem ser feitas apenas sobre fatos atuais, mas também sobre fatos passados, a fim de poder-se ter a visão da continuidade ou da transformação das atitudes políticas. Dêste modo, pensa ter mostrado que a sua orientação atende aos requisitos exigidos pelo Prof. Lourival Machado.

Presidente — “O Prof. Pedro Parafita de Bessa fará agora a exposição do tema a cargo da delegação de Minas: “O estudo das Ciências Sociais em Minas Gerais”.”

(ver a exposição à pág. 299)

DEBATES

Nos debates subseqüentes, falou inicialmente o Prof. EUCLIDES MESQUITA, informando sobre a situação do ensino da Sociologia no Paraná, e as dificuldades devidas ao acúmulo de trabalho didático. A Prof.^a GIOCONDA MUSSOLINI expôs o problema do ensino de Antropologia na Universidade de São Paulo, mostrando as dificuldades oriundas da sua limitação a um ano, nos Cursos de Ciências Sociais, e do fato de dever atender também aos alunos de Geografia e História, com formação diversa. O Prof. OSWALDO GUSMÃO prestou esclarecimentos sobre o problema na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas, e o Prof. MORSE DE BELÉM TEIXEIRA pôs à disposição dos congressistas os dados que trouxe sobre a formação de pesquisadores pela Faculdade de Filosofia da mesma Universidade. O Prof. JOÃO MENDONÇA referiu-se à boa posição do ensino e pesquisa de Antropologia na Bahia, em relação a outras disciplinas. O Prof. ANTÔNIO RUBBO MÜLLER expôs a situação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pondo à disposição dos interessados os elementos para conhecê-la. O Prof. PEDRO BESSA agradeceu rapidamente as intervenções e o PRESIDENTE encerrou a sessão.

* * *

Dia 27 de junho de 1954

SESSÃO FINAL

Presidente — *Fernando de Azevedo*

O Prof. FERNANDO DE AZEVEDO comunica ter sido procurado pelo Sr. Moura Rezende, secretário da Educação, a fim de resolver com ele o problema criado pela exclusão do nome do Prof. Geraldo Ito de São Plácido Brandão da delegação da Secretaria da Educação. Essa exclusão motivou uma carta de todos os membros da delegação ao Sr. Secretário da Educação e o pedido de demissão do Prof.

Carlos Corrêa Mascaro, diretor do Departamento de Educação, e do Prof. J. Querino Ribeiro, do Conselho Técnico de Educação da Secretaria da Educação.

“Recebida esta carta — continua o Prof. FERNANDO DE AZEVEDO — procurou-me o Sr. Secretário, em uma visita de cordialidade, para lamentar o ocorrido. Explicou-me o Dr. Moura Rezende que a exclusão do nome do aludido professor provém somente do fato de ser julgada a atitude da Secretaria, incluindo-o em sua delegação a este congresso, depois de um despacho dado a 7 de junho do corrente ano pelo Exmo. Sr. Governador, em contradição com esse despacho, que lhe cabia cumprir, e que não era de conhecimento do Sr. Diretor do Departamento de Educação quando se organizou a lista dos integrantes da delegação daquela Secretaria de Estado. Acrescentou-me ainda que, educado segundo os princípios democráticos, considera essencial ao ensino o princípio de liberdade de cátedra, ao qual se tem mantido fiel, como o demonstra a orientação seguida na Secretaria cujos negócios lhe foram confiados. Como o Sr. Governador do Estado, procurou dar, desde o início, todo o apoio ao I Congresso de Sociologia, de que tem acompanhado os trabalhos com particular interesse”.

Feita essa comunicação do Prof. Fernando de Azevedo, seguem-se com a palavra vários congressistas, que verberam a atitude do Governo do Estado, excluindo o Prof. Geraldo Brandão da delegação da Secretaria da Educação. O Prof. Geraldo Brandão pede aos srs. congressistas um máximo de ponderação, já que não deseja ser causa de desprestígio do Congresso. É aprovada, afinal, por maioria, uma proposta dos Profs. Lourival Gomes Machado e Oliveiros S. Ferreira, para que o nome do Prof. Geraldo Brandão conste nos Anais como convidado do Congresso. Foram feitas as seguintes declarações de voto contrário: “Voto negativamente à proposta do Prof. Lourival Gomes Machado, por entender que a mesma entra no mérito da matéria em caso, o que constituiria infração regimental (art. 18) e, sobretudo, apreciação de atos que escapam à influência própria deste Congresso. — Fernando Gay da Fonseca”.

“Os abaixo assinados, membros do Congresso Brasileiro de Sociologia, vêm apresentar, nesta Sessão Plenária de encerramento dos trabalhos do referido Congresso, voto em separado na decisão adotada pelo Plenário, no que se refere à maneira especial de ser convidado a participar do referido Congresso o Sr. Prof. Geraldo Brandão, de vez que essa atitude significa um julgamento da questão administrativa em que foi envolvido o referido professor. E como não deve caber a este Conclave, na forma de seu Regimento, qualquer manifestação que ultrapasse o sentido de suas finalidades culturais, nosso voto é, assim, contrário, data vênua, à deliberação do plenário, no sentido de dar destaque especial à participação do Sr. Prof. Geraldo Brandão, neste Congresso, por evidenciar a vontade de emprestar caráter de julgamento à decisão deste Congresso. — Euclides Mesquita, Maria Olga Mattar, Alda Aracy Moeller”. — “Antônio Rubbo Müller, abaixo-assinado, membro do I Congresso Brasileiro de Sociologia, declara que vota contra a proposta do Prof. Lourival Gomes Machado por achar que não houve motivo para conferir ao congressista Geraldo Brandão o título de congressista, digo, de convidado especial, porquanto a sua exclusão da Delegação da Secretaria da Educação do governo do Estado de São Paulo não implicava em sua exclusão do Congresso, a qual não se verificou. — Antônio Rubbo Müller” — “Voto contra a proposta do Prof. Lourival Gomes Machado porque, não tendo sido propósito da representação da Secretaria da Educação trazer o assunto a plenário, mesmo porque já se manifestou a mesma de maneira categórica, contrária ao pré-julgamento que constituiu a exclusão do nome do Prof. Geraldo Brandão da nossa representação, a homenagem de considerar o referido professor convidado de honra do Congresso também constitui um pré-julgamento, cuja responsabilidade não pode o Congresso, em sua consciência, assumir. — Nelson Pesciotta”.

Foi discutida e votada, a seguir, a seguinte proposta de autoria dos Profs. José Bonifácio Rodrigues e Euclides Mesquita sobre a comunicação do Prof. Florestan Fernandes: “Os abaixo-assinados, membros do I Congresso Brasileiro de

Sociologia, reunido em São Paulo de 21 a 27 de junho de 1954, considerando o valor da Comunicação apresentada pelo professor Florestan Fernandes e das diversas opiniões expressadas pelos srs. congressistas sobre a inclusão da Sociologia no ensino secundário do país; considerando o que foi decidido no Congresso de Sociologia do Paraná, reunido em Curitiba em janeiro deste ano, no qual se aprovou a seguinte resolução: "que seja criada nos cursos secundários a cadeira de Sociologia, como disciplina optativa, no último ano dos Cursos Científico e Clássico"; considerando que transita na Câmara Federal um projeto de Reforma do Ensino Secundário, segundo o qual passa o currículo a ser mais simplificado que o atual e se divide em dois ciclos diversos dos vigentes tanto pela extensão como pelo conteúdo, podendo ficar o segundo anexado às faculdades de ensino superior, propõem: 1 — que o I Congresso Brasileiro de Sociologia aceite, como uma de suas resoluções finais, a inclusão da Sociologia como disciplina autônoma no segundo ciclo do Ensino Secundário anexo a Faculdades em que haja cursos de ciências sociais; 2 — que, com referência especial às "Sugestões" contidas na referida comunicação do Prof. Florestan Fernandes sejam as perguntas nela formuladas convertidas em objeto de um inquérito a ser levado a efeito pela Sociedade Brasileira de Sociologia, através de suas seções regionais, no qual professores e especialistas das diversas disciplinas sociais dêem o seu depoimento sobre as questões metodológicas envolvidas naquelas "Sugestões"; 3 — que sejam publicadas pela Sociedade Brasileira de Sociologia, em separado e sem prejuízo de sua inserção nos Anais deste Congresso, tanto o texto integral da comunicação do Prof. Florestan, quanto as suas "Sugestões" finais, às quais se acrescentarão mais tarde, em publicações separadas, os debates travados na presente discussão, e as "Conclusões" do inquérito ora preconizado. As referidas publicações serão a seguir encaminhadas às autoridades do ensino e à Câmara Federal, como contribuição dos sociólogos brasileiros à solução do problema da inclusão da Sociologia no Ensino Secundário. Antes de realizado o inquérito, que deverá ser de âmbito nacional, é desacon-

selhável o pronunciamento oficial, quer deste Congresso, quer da Sociedade Brasileira de Sociologia, junto aos órgãos governamentais. — José Bonifácio Rodrigues e Euclides Mesquita".

Foi aprovada proposta do Prof. Vicente Unzer de Almeida, manifestando o agradecimento do Congresso a todos os órgãos da imprensa escrita e falada de São Paulo que colaboraram para o maior êxito do Congresso.

Foi aprovada proposta do Prof. Oliveiros S. Ferreira para que o II Congresso Brasileiro de Sociologia seja realizado em Minas Gerais.

Foi aprovado um voto de louvor ao Dr. Fernando de Azevedo pela maneira com que se houve na direção dos trabalhos do Congresso. O voto foi estendido aos demais membros da Mesa e aos componentes da Comissão Organizadora do Congresso.

IN MEMORIAM

LUCILA HERRMANN

(1902-1955)

A Direção da Sociedade Brasileira de Sociologia, certa de exprimir o sentimento dos associados, presta homenagem comovida à memória da socióloga falecida êste ano, membro do seu Conselho Fiscal, Dra. Lucila Herrmann.

Os debates publicados atrás mostram o interesse com que participou dos trabalhos do I Congresso, indicando a seriedade e devoção que lhe merecia a ciência. A sua morte constitui não apenas motivo de dor para amigos e colegas, mas grave perda para a Sociologia brasileira. Tanto mais quanto à capacidade científica, à rara energia no trabalho, ao senso do dever, juntava a nobreza de caráter, a dedicação ao próximo, a modéstia, o discreto estoicismo.

Natural de São Carlos, Estado de São Paulo, em cuja Escola Normal se diplomou, exerceu o magistério primário e médio, lecionando notadamente na tradicional Escola Normal de Guaratinguetá. Em 1935 matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, licenciando-se três anos após em Ciências Sociais. Mais tarde, após os devidos cursos e provas, inclusive defesa de teses, obteve os graus de Mestre em Ciências Sociais na Escola de Sociologia de São Paulo (1946) e de Doutor em Ciências na Faculdade de Filosofia (1945).

Aluna brilhante, mostrou desde cedo inclinação para a pesquisa de campo, tendo sido dos primeiros a aplicar entre nós os métodos ecológicos. Na Ecologia Humana, na Sociologia Rural e Industrial, nos estudos de Organização Social,

realizou pesquisas e deixou trabalhos de valor que, apesar da sua indiferença pela publicidade e arredo desinteressado, lhe garantem lugar de relevo entre os sociólogos brasileiros. A sua formação especializada se fez, na Faculdade de Filosofia, com os professores Luigi Galvani, Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide; na Escola de Sociologia, com os professores Donald Pierson, Herbert Balduz, A. R. Radcliffe-Brown.

Tendo sido desde aluna uma das principais animadoras do Centro de Pesquisas Sociais, organizado na Faculdade de Filosofia, foi em seguida durante alguns anos Assistente do Professor Roger Bastide, passando finalmente a Chefe de Pesquisas no Instituto de Administração anexo à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, cargo em que faleceu.

Das suas numerosas publicações, destaquem-se: "Estudo do desenvolvimento de São Paulo através da análise de uma radial: a Estrada do Café" (1935); "Alteração da estrutura demográfico-profissional do Estado, Capital e Interior, de 1920 a 1934" (1938); "Áreas ecológicas do Estado de São Paulo" (1943); "A organização social dos Vapidianos do Território do Rio Branco" (1946); Flutuação e mobilidade da mão-de-obra fabril em São Paulo (1948); Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos (1949).

* * *

MENENIO DE CAMPOS LOBATO

(1895 - 1955)

A Direção presta igualmente homenagem à memória de outro associado, o Dr. Menenio de Campos Lobato, que participou do I Congresso como integrante da Delegação Especial da Secretaria de Educação.

Nascido em Belém, Estado do Pará, no ano de 1895, fez os estudos secundários na Europa e diplomou-se em Direito

ao voltar à pátria. Fixado na cidade de Tietê, Estado de São Paulo, ali exerceu com brilho o jornalismo, a advocacia e o magistério, ensinando Sociologia na Escola Normal Oficial — primeiro interinamente, mais tarde por concurso (desde 1943).

Espírito livre, reto de atitudes, ousado nos pontos de vista, versou a disciplina com largueza e modernidade, incentivando o treinamento empírico dos alunos, cooperando em investigações dos colegas da Capital. Membro de sociedades científicas estrangeiras, leitor constante, manteve-se ao par dos progressos através da bibliografia, que lidava com independência e compreensão graças ao senso crítico alerta.

Com êle, a Sociedade perde um dos seus mais distintos membros e o magistério sociológico um dos elementos mais capazes.